



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA

A CONDIÇÃO “PROVISÓRIA-PERMANENTE”
DOS TRABALHADORES INFORMAIS:

o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador.

Salvador (BA)

2005

LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA

A CONDIÇÃO “PROVISÓRIA-PERMANENTE”

DOS TRABALHADORES INFORMAIS:

o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Graça Druck de Faria.

Salvador (BA)

2005

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do CRH

O48 Oliveira, Luiz Paulo Jesus de,
A condição “provisória – permanente” dos trabalhadores informais: o
caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador / Luiz Paulo Jesus de
Oliveira. – Salvador, 2005.
236p

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Graça Druck de Faria.

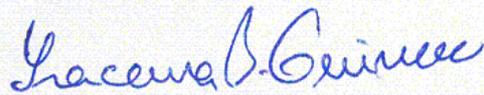
1. Trabalho. 2. Mercado de Trabalho – Salvador, Região Metropolitana
de (BA). 3. Setor informal (economia) - Salvador, Região Metropolitana
de (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas.

CDU: 331.5(813.8)

LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA

A Condição “Provisória-Permanente” dos Trabalhadores Informais: o
caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia e aprovada em 11 novembro de 2005, pela Comissão formada pelos professores:



Profa. Iracema Brandão Guimarães (UCSAL)
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo



Prof. Jacob Carlos Lima (UFSCar)
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo



Profa. Maria da Graça Druck de Faria (UFBA)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

À Nadir, Augusto e Íris.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é antes de tudo um gesto de reconhecimento de que o nosso trabalho não foi escrito solitariamente, mas que é produto de uma construção coletiva, fruto do processo de descoberta do mundo e do aprender com os outros. Por isso, várias pessoas e instituições, cada uma ao seu modo, são co-autoras desta Dissertação de Mestrado.

Agradeço aos meus pais, Luís Carlos e Maria da Conceição, que sempre proporcionaram todas as condições necessárias para que eu pudesse concluir meus estudos de graduação e prosseguir na carreira acadêmica. A eles, a minha eterna gratidão.

À Nadir, amável companheira, pela paciência, a dedicação e o incentivo constantes, principalmente nos meus momentos de “crises de pensamentos”. Aos meus pequenos filhos, Íris e Augusto, pelas energias positivas que sempre me animaram durante todo o período de redação desta dissertação.

À equipe de pesquisadores e do corpo administrativo do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia pela contribuição que ofereceram para meu amadurecimento intelectual e pessoal, e pelo acolhimento fraternal que me deram durante os últimos anos, seja como bolsista de iniciação científica do PIBIC/UFBA ou como aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vinculado à linha de pesquisa Trabalho, Saúde e Meio Ambiente.

À equipe de estudantes que participaram da pesquisa de campo, Bartira Barreto, Theo Barreto, Bruno Durães, Misael, José Carlos Exaltação, Márcio Nicory, Cristiana Taquari e Luiza Trabuco, colegas com quem tive a honra de compartilhar as principais dificuldades e alegrias do trabalho de campo.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pelos momentos de socialização do saber sociológico e de trocas de experiências.

A Theo Barreto e Selma Cristina, meus sinceros agradecimentos pelo companheirismo e solidariedade que sempre tiveram comigo, principalmente nos momentos de angústias, de solidão e de dificuldades na escrita desta dissertação.

Aos colegas da disciplina Leituras Dirigidas, Denise, Iuri Ramos, Regina Antoniazi, e Serra Neves, pelos comentários, sugestões e críticas que foram feitas ao meu projeto de pesquisa, as quais nos ajudaram a pensar melhor sobre o próprio objeto de estudo.

À professora Ângela Borges (UCSAL) e ao professor Pedro Vasconcelos (UCSAL), pelas importantes sugestões e críticas que fizeram ao meu trabalho no exame de qualificação.

À professora Iracema Brandão Guimarães (UFBA) e ao professor Jacob Carlos Lima (UFSCAR), por terem aceito gentilmente o convite para participarem da Banca de defesa da dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa de Mestrado, sem a qual seria impossível o desenvolvimento desta dissertação.

Aos trabalhadores informais de rua da cidade de Salvador que foram entrevistados durante o trabalho de campo por terem me permitido “testemunhar” a luta cotidiana de quem precisa inventar o seu próprio trabalho.

Por fim, um agradecimento muito especial à Prof^a. Graça Druck pela sua orientação cuidadosa durante a minha trajetória acadêmica nesta universidade e pelo exemplo de seriedade e compromisso com o serviço público e de luta por uma sociedade mais justa e humana. A esta “artesã” da sociologia agradeço pelas lições aprendidas para toda a vida.

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso da acumulação (MARX, 2001, p. 740).

RESUMO

O presente estudo analisa como a condição de trabalhador informal torna-se “provisória-permanente” no novo contexto de flexibilização do trabalho. Ou seja, como o trabalhador se insere em uma atividade informal que, aparentemente é uma forma de sair do desemprego enquanto não encontra um emprego e, com o passar do tempo, por condições estruturais do mercado de trabalho, continua na mesma condição: **trabalhador informal**. No intuito de mapear a complexidade de tal análise, aborda-se as recentes transformações no âmbito do mundo do trabalho, dando ênfase ao processo de reestruturação produtiva e as suas conseqüências para o mercado de trabalho brasileiro, em particular para a Região Metropolitana de Salvador. Busca-se evidenciar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores de rua de Salvador, bem como a trajetória ocupacional e as estratégias encontradas, que possibilitam a permanência na atividade informal sob a égide da incerteza, da vulnerabilidade e precariedade do trabalho e que, diante do desemprego estrutural, faz da condição provisória uma condição permanente. Neste quadro, discute-se, criticamente, a empregabilidade dos trabalhadores informais, indicando os atributos e valores que regem esse tipo de trabalho nas ruas e que passa a ser uma noção re-inventada como símbolo da modernidade organizacional das empresas. Este estudo se baseia nos dados da Pesquisa Emprego e Desemprego para Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) e nos principais resultados da pesquisa de campo do projeto: “*Velhos e Novos Trabalhadores Informais – os trabalhadores nas ruas de Salvador*” (CRH/UFBA), realizada no período de 2000-2002, além de entrevistas qualitativas que descrevem as trajetórias de trabalhadores de rua de “sucesso” em Salvador.

PALAVRAS –CHAVE: Trabalho informal, mercado de trabalho, empregabilidade.

ABSTRACT

The present study analyses how the informal worker's condition becomes permanent in the new context of work adaptation. Or either, how the worker inserts in an informal activity that apparently is an alternative to the unemployment until he finds a job and, with time, by market conditions, stills in the same situation: informal worker. In intention of map the complexity of such analysis, one approaches the recent transformations in the scope of the work world, giving emphasis to the productive reorganization process and their consequences to brazilian market, especially the Salvador. It shows the work conditions and the life of workers in Salvador streets, as well as the occupational trajectory and strategies used to maintain the informal activity under the the shield of uncertain, vulnerability an bad conditions of work, and that, in face of unemployment, makes the provisory condition an permanent one. At this point, it is argued, critically, the use of informal workers, their attributes and values that rule this kind of work at streets, that becomes a reinvented notion as companies symbol of modern organizational modernity. This study bases on the research Job and Unemployment at the Metropolitan Region of Salvador and in the most important results from the field survey of the project: "Old and New Informal Works - The Workers at Salvador Streets" (CRH/UFBA), carried through 2000-2002, as well as qualitative interviews that describes the path of "successful" street workers in Salvador.

Key-Words: Informal work, work market, employment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos Trabalhadores por Conta-Própria que trabalham na Cidade de Salvador segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Escolaridade, 1997 a 2004.....	133
Tabela 2	Distribuição dos Trabalhadores Conta-Própria que trabalham na Cidade de Salvador por Tempo de Permanência na Atividade segundo Sexo, Faixa Etária, Posição na Família e Grau de Escolaridade, 1997 a 2004.....	137
Tabela 3	Distribuição dos Trabalhadores Conta Própria que trabalham na Cidade de Salvador por Tamanho da Empresa segundo o tipo de demandante do serviço, 1997 a 2004.....	139
Tabela 4	Dez principais ocupações dos trabalhadores informais que trabalham na cidade de Salvador, 1997 a 2004.....	143
Tabela 5	Rendimento Real Médio dos Trabalhadores Conta-Própria que trabalham na Cidade de Salvador segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Grau de Escolaridade, 1997 a 2004.....	146
Tabela 6	Distribuição dos Entrevistados por Atividades Informais.....	156
Tabela 7	Distribuição dos Entrevistados por Local de Trabalho.....	157
Tabela 8	Distribuição dos Entrevistados por Faixa Etária.....	159
Tabela 9	Distribuição dos Entrevistados por Grau de Escolaridade.....	161
Tabela 10	Distribuição dos Entrevistados por Estado Civil.....	162
Tabela 11	Distribuição dos Entrevistados por Local de Moradia.....	163
Tabela 12	Principais Problemas Enfrentados pelos Entrevistados no Cotidiano de Trabalho.....	174
Tabela 13	Distribuição dos Entrevistados por Dias da Semana Trabalhados.....	179
Tabela 14	Distribuição dos Entrevistados por Jornada de Trabalho Diária.....	179
Tabela 15	Distribuição dos Entrevistados por Ganho Mensal.....	181
Tabela 16	Os motivos dos entrevistados para continuar na atividade informal.....	220
Tabela 17	Os motivos dos entrevistados para não continuar na atividade informal....	221
Tabela 18	Os motivos dos entrevistados que gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada.....	222
Tabela 19	Os motivos dos entrevistados que não gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada.....	224

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1	
O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA DE MARX COMO CATEGORIA DE ENTENDIMENTO DO TRABALHO INFORMAL.....	25
1.1. A categoria Trabalho em Marx.....	25
1.2. O conceito de exército industrial de Reserva.....	33
CAPÍTULO 2	
A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE TRABALHO INFORMAL: EVOLUÇÃO, DIVERGÊNCIAS E CONTRADIÇÕES.....	51
2.1. A origem do termo e a crítica a noção de setor informal.....	57
2.2. O novo status da informalidade no Brasil contemporâneo.....	77
CAPÍTULO 3	
TRABALHO INFORMAL E EMPREGABILIDADE: O QUE HÁ EM COMUM? UM NOVO NOME PARA VELHAS COISAS?.....	90
CAPÍTULO 4	
MERCADO, TRABALHO E INFORMALIDADE NA “CIDADE DA BAHIA”.....	107
4.1 Mercado de Trabalho na Bahia: um breve histórico.....	108
4.2 A Bahia no ritmo e na dança da reestruturação produtiva e da “desertificação neoliberal”: as principais mudanças no mercado de trabalho baiano na década de 90...	121
4.3 Um retrato do trabalho informal na cidade de Salvador.....	129
4.3.1 A evolução do trabalho por conta própria em Salvador (1997-2004)	131
4.3.2 O perfil do trabalhador informal	132
4.3.3 As condições de trabalho	138
4.3.4 Ocupações e setor de atividades.....	142
4.3.5 Os rendimentos dos trabalhadores informais	144
4.3.6 A contribuição para previdência social	146
4.4 Colocando o retrato no álbum do trabalho informal da cidade de Salvador	147
CAPÍTULO 5	
A CONDIÇÃO “PROVISÓRIA-PERMANENTE” DO TRABALHADOR INFORMAL: O Trabalho nas Ruas de Salvador.....	149
5.1 Os trabalhadores que vivem do trabalho informal nas ruas da Soterópolis do século XXI.....	153
5.2 O ingresso na informalidade: “o desemprego me levou a isso, mas é provisório...até eu achar uma coisa melhor”.....	164
5.3 Trabalhar nas ruas de Salvador: riscos, incertezas e vulnerabilidade social.....	170
5.4 As trajetórias de “sucesso” do trabalho informal: uma crítica à noção de empregabilidade.....	184
6.4.1 Lúcia: <i>da necessidade à baiana de acarajé</i>	186
6.4.2 Robertinho: <i>de menino de rua a baleiro</i>	197
6.4.3 João: <i>eu só vendo camarão</i>	210
5.5 Da continuidade involuntária a formalidade desejada: a ambivalência da condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais.....	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
REFERÊNCIAS	228

INTRODUÇÃO

O início de um estudo é tão importante quanto o seu fim, mas a sua singularidade no corpo de um texto é a de anunciar o que está por vir, é adiantar ao leitor os horizontes da narrativa e a lógica da argumentação discursiva e, sobretudo, deve indicar a posição que o autor assume perante o mundo dos sentidos que suas palavras buscam abranger. Dito desta forma, não nos resta outra opção senão a coerência, é nosso dever agora explicitar o que está por vir e os encadeamentos teórico-metodológicos que tecem esta dissertação de mestrado.

A socióloga da USP, Professora Vera Telles, em alguns dos seus artigos publicados durante a década de 90 geralmente os introduz afirmando o seguinte: “*Nesses tempos difíceis em que os destinos do país estão decididos numa encruzilhada de alternativas incertas...*” ou então: “*Nestes tempos de mudança e futuro incerto...*” (TELLES, 2001a). A autora através destas frases anuncia o drama da sociedade brasileira, do Brasil Real *versus* Brasil Formal, da encruzilhada social e política em que se encontra a problemática da pobreza, da cidadania e do trabalho. O conteúdo valorativo de tais frases, se transferido para o momento atual, mostra-se mais desconcertante do que nunca na história de nossa sociedade, pois estamos vivendo em tempos que o medo insiste em frustrar a esperança e a incerteza do amanhã se torna cada vez maior. É “nestes tempos” que as relações entre o mundo do trabalho e a cidadania são extremamente problemáticas em nossa sociedade, as quais são marcadas pela progressiva flexibilidade do mercado de trabalho e das relações de trabalho que, do ponto de vista da dimensão político-institucional, tem como exemplo mais evidente as reformas sindical e trabalhista do Governo Lula, cujo objetivo central é adequar a legislação trabalhista e sindical às regras do mercado flexível, legitimando a “*institucionalização da precarização do trabalho*”, na qual se inscreve a precariedade como uma nova forma de dominação do

capitalismo flexível¹, fundamentada na gestão racional da insegurança do trabalho e da vida, como bem afirma o sociólogo francês, Pierre Bourdieu (1998a, p.124-125, grifo nosso):

A **precariedade** se inscreve num **modo de dominação** de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. Apesar de seus efeitos se assemelharem muito pouco ao capitalismo selvagem das origens, esse modo de dominação é absolutamente sem precedentes, motivando alguém a propor aqui o conceito ao mesmo tempo muito pertinente e muito expressivo de **“flexploração”**. Essa palavra evoca bem essa **gestão racional da insegurança**, que, instaurando, sobretudo através da manipulação orquestrada do espaço da produção, a concorrência entre os trabalhadores dos países com conquistas sociais mais importantes, com resistências sindicais mais bem organizadas – características ligadas a um território e a uma história nacionais – e os trabalhadores dos países menos avançados socialmente, acaba por quebrar as resistências e obtém a obediência e a submissão, por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação.

O direito ao trabalho como elemento de integração dos sujeitos à sociedade, o qual assegura a cada trabalhador direitos sociais e o estatuto de cidadão, têm sido o alvo de desregulamentação por parte das políticas neoliberais nos países centrais e nos países latino americanos. O que assistimos no Brasil durante a década de 90 e na metade da primeira década deste novo século é o *desmonte da nossa “sociedade salarial incompleta”*, se pensarmos nos termos em que se refere Castel (1998) para descrever o processo de desmonte da sociedade salarial na França com a crise do Estado Bem-Estar Social. Embora nos anos 80, durante o período de reabertura democrática, os direitos do trabalho e da cidadania constituíssem parte central da agenda pública da sociedade brasileira e, na Constituição de 1988, tenha tido destaque com promessas animadoras de universalização dos direitos sociais, redução da pobreza e erradicação da miséria. Nos anos 90, a implementação da agenda neoliberal e as transformações do mundo do trabalho tiveram como resultados imediatos o aumento do desemprego, da informalidade, da flexibilização das relações trabalhistas e redução de direitos trabalhistas e sociais. Em lugar de políticas sociais de caráter universal, ganha cada vez mais destaque o desenvolvimento de políticas sociais focalizadas com público

¹ Sobre a Reforma Trabalhista e Sindical no governo Lula e o seu contexto histórico ver Druck (2004)

alvo seletivo, “os bons pobres”, e o que é mais grave, a pobreza² não é tratada como um problema político, mas como uma figura da paisagem natural de um país tropical, e por isso mesmo, é matéria de filantropia, é objeto de *gestão filantrópica*. O Programa Comunidade Solidária do Governo FHC e o Programa Fome Zero do Governo Lula são bons exemplos disto.

Neste cenário, as diferenças entre ajuda humanitária e direitos, cidadania e filantropia, política e bons sentimentos se tornam embaraçadas, e a questão social é vista apenas como uma questão de governabilidade. Diante do quadro de transformações ocorridas no Brasil nos últimos anos, com a implementação das políticas neoliberais, com a reestruturação produtiva e a hegemonia da economia financeira, constata-se um problema teórico e político, a saber, uma espécie de fetiche da prática e da reflexão social em que as conseqüências resultantes das mudanças em curso se apresentam como se fossem dotadas de vida própria, parecendo não haver alternativas ou outros campos de possibilidade frente ao quadro perverso de vulnerabilidade social e desemprego crescente, de modo que, a única coisa que resta ao Estado é a gestão da pobreza através dos diversos programas sociais focalizados. Este fetiche da prática se expressa em um certo tipo de reflexão social, sustentada em um diagnóstico fatalista, que converge em torno da perda ou o esvaziamento do poder estruturante do Estado e das circunstâncias da reestruturação produtiva numa economia globalizada em que o emprego assalariado com carteira assinada e com direitos sociais garantidos é considerado como uma realidade do passado ou uma utopia. Na verdade, o que se escamoteia no atual quadro de transformações políticas e sociais são as conseqüências da ruptura da relação entre direitos e trabalho. Como afirma Telles (2001b, p.35):

² Como afirma Telles (1993, p.13): “A pobreza não é simplesmente fruto de circunstâncias que afetam determinados indivíduos (ou famílias) desprovidos de recursos que o qualifiquem para o mercado de trabalho. O pauperismo está inscrito nas regras que organizam a vida social. É isso que permite dizer que a pobreza não é apenas uma condição de carência, passível de ser medida por indicadores sociais. **É antes de mais nada uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade**” (grifo nosso).

Se não é mais possível imaginar a integração de toda a população trabalhadora no modelo de cidadania salarial tal como foi desenvolvida historicamente nos países europeus, o problema político maior é o da possibilidade de uma regulação democrática da economia e sociedade, e o estatuto de uma nova cidadania a ser ainda reinventada.

Sabemos que esta questão não é exclusividade da realidade brasileira, embora o problema aqui seja mais grave devido à fragilidade das referências políticas a partir das quais se possam imaginar as configurações possíveis de uma cidadania a ser inventada. Além disso, as atuais tendências de reconfiguração do mercado de trabalho só fazem aumentar o chamado “mercado de trabalho informal”, este “mundo sem mediações políticas e sem direitos garantidos”, apontando para um processo crescente de desassalariamento do trabalho socialmente protegido em que o que era símbolo do atraso parece ascender como sinônimo do nosso moderno e flexível mercado de trabalho, o que nos anos 70 era tido como exceção do processo de desenvolvimento do país agora aparece como uma regra da modernização econômica neoliberal seletiva.

Perante o desafio de reinventar a cidadania, corre-se o risco de cair no círculo da denúncia social que apenas indica as causas do nosso fracasso e lamenta, de forma nostálgica a perda de um futuro pretérito, que poderia ter acontecido e não aconteceu, ou ainda, em nome das urgências do presente e do decreto de morte de nossa sociedade salarial incompleta, abre-se um novo campo para um pragmatismo bem fundamentado em pesquisa acadêmica, inteiramente refém das formas neoliberais de gestão da cartografia da pobreza, que se restringe apenas a proposição de políticas de emprego direcionadas para os “excluídos” do mercado de trabalho.

É justamente por conta das urgências do presente que o discurso neoliberal afirma a necessidade de *positivar o desmonte da sociedade salarial*, e para isso, é preciso forjar uma nova cultura do trabalho sustentada em valores que afirme o engajamento pessoal do

trabalhador no processo de trabalho e na “desconstrução” da noção de trabalho assalariado, mas protegido, em outras palavras, do emprego com carteira assinada; no seu lugar o auto-emprego ou o par empregabilidade/empreendedorismo ocupa o núcleo central da moderna forma de trabalho do capitalismo flexível. Como alternativa capaz de atender as urgências do nosso presente, o trabalho informal em suas diversas facetas é apresentado como a solução para o problema grave do desemprego, capaz de proporcionar ao contingente de trabalhadores desempregados uma maneira “segura e próspera” de obter renda.

No entanto, para fugir do fetiche da prática e da reflexão social, é preciso desvelar este mundo heterogêneo e complexo do chamado mercado de trabalho informal que, tendo em vista as tendências recentes de flexibilização das relações de trabalho no país, anuncia o futuro do mercado de trabalho brasileiro. (OLIVEIRA, F., 2003a). Com este propósito, o nosso estudo dedica especial atenção ao que classicamente a literatura sociológica e econômica denomina como “trabalho informal”, “informalidade”, “mercado de trabalho informal”, “setor informal” etc. Trata-se de um problema teórico e político que desde a década de 60 está presente no debate público e acadêmico, resultando em inúmeros estudos e pesquisas desenvolvidos ao longo destas décadas.

Enquanto problema cognitivo e político, o trabalho informal tem uma historicidade que não podemos desconsiderar no momento em que reconstruirmos a trajetória do conceito e das suas diversas formas de abordagens. A construção do conceito e o que ele pretende explicar está estritamente relacionado com os problemas que estiveram presentes na agenda do debate público da sociedade brasileira aos longos destes anos. Por isso, as metamorfoses do conceito são expressões das diversas transformações que ocorreram no mercado de trabalho e na sociedade brasileira de uma forma em geral. Para alguns autores, a exemplo de Machado da Silva (2003), o conceito de informalidade no atual quadro de desestruturação do mercado de trabalho e reestruturação produtiva perdeu a sua capacidade explicativa, já que há

uma desmontagem ou desativação do conjunto de referências que sempre pautou o debate sobre a informalidade no Brasil e nos países do terceiro mundo, isto é, a perspectiva de universalização da cidadania salarial. Com o “*processo de informalização das relações de trabalho*”, o par analítico informal-formal, ao que tudo indica torna-se insuficiente para dar conta da realidade social em que vivemos. (MACHADO DA SILVA; CHINELLI, 1997; MACHADO DA SILVA,1996, 2003; MALUGUTI,2001; NORONHA,2003)

È como se junto com a referência da cidadania salarial como parâmetro de modernidade, fosse também desativado o jogo de oposições – formal e informal, Brasil legal e Brasil real, moderno e atrasado – que montava o campo do debate (e da polêmica). Sob referências teóricas diferentes e mesmo divergentes, o mercado informal sempre foi figurado como o ponto de fuga da modernidade brasileira, o registro inescapável de suas várias incompletudes, seja como reposição do “atraso que mantém a sociedade atada às suas origens, seja como a prova de verdade da “comédia do progresso” ao expor o avesso das coisas, seja enfim como marca diferenciadora do capitalismo periférico. (...) Há nisso tudo uma relação entre os parâmetros normativos do debate público e o mapa cognitivo que dá plausibilidade às questões em pauta. E é esse mapa cognitivo que está em questão, mapa cognitivo que não tem a ver com a soma de informações e qualidade de pesquisas que as fornecem, mas com uma certa forma de colocar em perspectiva a realidade social, permitindo a crítica, o julgamento e as referências comuns sem as quais as diferenças ou divergências (teóricas, políticas) se reduzem a uma espécie de cacofonia – que é exatamente o que parece ter tomado conta do debate (?) público nos últimos anos (TELLES,2001b, p.35).

Contudo, não encontramos na literatura da sociologia e economia do trabalho um termo substituto, salvo a proposta ainda incipiente de Machado da Silva, que sugere a substituição do conceito de informalidade pelo de empregabilidade/empreendedorismo como categoria de entendimento das recentes transformações do mercado de trabalho no Brasil. Embora admitamos que o uso indiscriminado do conceito de informalidade, para explicar toda e qualquer situação considerada como precária no mercado de trabalho, pode levar a uma banalização e esvaziamento da capacidade explicativa e força prática do conceito, o tema, do ponto de vista da problemática sociológica, merece ainda um exame minucioso, pois o trabalho informal ainda está no centro das nossas atuais inquietações analíticas. Talvez a realidade empírica que denominamos de trabalho informal seja a chave enigmática da

contemporaneidade, uma espécie de termômetro a indicar o grau das contradições sociais do “desenvolvimento” de um país periférico sob a égide do capitalismo flexível.

É justamente a mutação da realidade empírica que interpela a nossa capacidade analítica de descrever e nomear as “ordens das coisas” que compõe este contraditório e complexo mundo do trabalho informal. Seria bastante cômodo e seguro à reflexão crítica dos nossos tempos, se tão somente recorrêssemos às referências do passado não tão distante para entendermos as mudanças na estrutura da social e do mercado de trabalho.

Do ponto de vista metodológico entendemos que o trabalho informal não pode ser compreendido como uma coisa em si mesma, a qual dispõe de propriedades substanciais, uma espécie de essência biológica, mas sempre deve ser entendido como algo relacional que se define pela sua exterioridade mútua, ou seja, na sua reciprocidade com os demais elementos sociais que compõe e estruturam o mercado de trabalho. O trabalho informal não é uma coisa estática e que existe no vazio, é antes de tudo uma atividade humana situada em um contexto social. A posição que os agentes sociais (leia-se trabalhadores informais) ocupam na estrutura do mercado de trabalho é o que possibilita entender porque um ato particular existe como um ato particular do possível e não como ideal. Em outros termos, estamos afirmando que o mundo do trabalho informal não é uma realidade que existe “à margem” do mercado de trabalho, pois o mercado de trabalho não é uma dualidade estrutural, mas um *continuum social* em que os agentes estão distribuídos de acordo com certas regras que regulam o uso social da força de trabalho, as quais funcionam como práticas incorporadas à vida cotidiana dos agentes. Como afirma Bourdieu:

(...) falar de um espaço social, é dizer que se não pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais, sobretudo econômicas e culturais (1998b, p.138).

O espaço social me engloba como um ponto. Mas esse ponto é um ponto de vista, princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição

objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realização primeira e última que comanda até as representações que os agentes podem ter dele (2001, p. 27).

Um ponto de partida importante para o nosso exercício teórico - a fim de que este também não seja mais uma "voz exaltada" a reforçar "o coral cacofônico" do debate público sobre trabalho informal, ou para não cairmos no discurso escorregadio que afirma que o trabalho informal é intrínseco à nossa história e se desenvolveu paralelamente ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil - é estabelecer as diferenças históricas do trabalho informal no mercado de trabalho brasileiro como tarefa indispensável para análise sociológica. Uma das características sempre ressaltada pelas análises sobre o trabalho informal nos anos 60 e 70 é o seu caráter "transitório", ou seja, ele é descrito como um conjunto de atividades de baixa capitalização, não tipicamente capitalistas, com uso de força de trabalho familiar, que com o processo de desenvolvimento e industrialização do país, iria progressivamente desaparecer, sendo então integrado ao mercado de trabalho formalizado e protegido socialmente.

A questão-problema que orienta este trabalho de pesquisa busca justamente demonstrar que: o que marca o trabalho informal nos dias atuais de "modernidade" neoliberal é que seu caráter transitório se tornou permanente, o que antes era visto como um caso atípico do mercado trabalho urbano, agora passa a ser uma regra normativa do mercado flexível, se transformando numa forma de inserção, que engloba da maioria da "classe-do-vive-do-trabalho", à estrutura sócio-econômica da sociedade brasileira e da sociedade baiana, cujos valores e características que sempre constituíram tradicionalmente as chamadas "estratégias de sobrevivência" dos trabalhadores informais agora são transmutados em personificações do novo trabalhador do capitalismo flexível.

Neste sentido, a problematização teórica deste estudo se enquadra na perspectiva analítica que apreende o *trabalho informal* como um processo resultante das transformações

correlacionadas e interdependentes da esfera econômica e esfera política que estão em curso na sociedade brasileira, ou seja, *o trabalho informal* compreende todas as formas e relações de trabalho não protegidas socialmente. Portanto, o trabalho informal reúne o conjunto de trabalhadores que têm uma inserção precária no mercado de trabalho:

(...) o conjunto de indivíduos assalariados que foram contratados à margem da legislação laboral ou da seguridade social; o conjunto de trabalhadores por conta própria e de empregadores que não exercem profissões liberais e que não dependem de mão-de-obra assalariada para o desempenho do seu trabalho; o trabalho sem remuneração; e o serviço doméstico. (CACCIAMALI, 2000, p.165)

Neste sentido, esta dissertação de mestrado busca problematizar sociologicamente a condição “provisória-permanente” do trabalho informal no contexto de reestruturação econômica, de desestruturação do mercado de trabalho e de vulnerabilidade social, a partir das condições de trabalho e vida de um segmento específico que compõe a realidade empírica da informalidade na cidade de Salvador: *os trabalhadores informais que tem na rua o espaço privilegiado de trabalho através da oferta de bens e serviços à população em geral.*

De modo explícito, pretendemos encontrar respostas para o seguinte problema: ***Como a condição de trabalhador informal torna-se provisória-permanente? Ou seja, como e porque o trabalhador que se insere em uma atividade informal, como situação provisória até obter um emprego transforma essa condição – a de trabalhador informal – em permanente?***

Como categoria sociológica, a condição “provisória-permanente” diz respeito essencialmente às práticas dos agentes sociais que fazem do trabalho informal a sua forma de reprodução social que, por sua essência, é ambivalente, isto é, a condição de trabalhador informal é ao mesmo tempo uma condição permanente e provisória. Trata-se de uma condição estruturada ao longo do tempo e do espaço social, logo ela é permanente, mas que é experimentada como uma situação momentânea, temporária. O enfoque analítico aqui

adotado quer entender como é possível, do ponto de vista sociológico, a constituição de trajetórias ocupacionais permanentes, sob o signo do provisório, buscando identificar os principais elementos estruturantes das experiências de trabalho que possibilitam a constituição desta condição. Em outros termos, trata-se de compreender como “*a vida inteira [do trabalhador informal] se passa sob o signo do provisório*” (BOURDIEU, 1979). Por outro lado, esta categoria procura dar conta do processo das disposições econômicas e do comportamento dos agentes, que permitem identificar até que ponto a passagem da condição de provisória à permanente do trabalhador informal, se dá através das escolhas dos trabalhadores ou como uma defesa e saída diante da reestruturação econômica e da crise do emprego.

Nesta direção, partimos de três hipóteses gerais para empreendermos a investigação sociológica da condição “provisória-permanente” do trabalhador informal:

- 1) O elemento determinante da condição “provisório-permanente” do trabalhador informal dos anos 90 é o processo de desestruturação do mercado de trabalho que elimina postos de trabalho formal restringindo as formas de inserção na estrutura produtiva, fazendo com que o trabalho informal seja a regra do mercado flexível;
- 2) O estatuto do trabalho assalariado socialmente protegido, simbolizado na “carteira de trabalho assinada”, se constitui como a principal expectativa subjetiva a compor o imaginário social do trabalhador informal, a qual possibilita que a condição permanente experimentada como condição provisória.
- 3) O trabalho informal é, na sua essência, um trabalho flexível, no qual atributos e qualidades que caracterizam a “empregabilidade”, como flexibilidade, capacidade de iniciativa, criatividade, facilidade de adaptação às mudanças, agilidade, convivência com riscos e incertezas, são “qualidades” intrínsecas dos trabalhadores informais.

No que diz respeito aos procedimentos de verificação empírica das hipóteses que norteiam a reflexão sociológica da problemática em questão nesta dissertação de mestrado, faz-se necessário explicitar como foram construídos os dados que consubstanciam o presente estudo. Buscamos analisar a condição “provisória-permanente” do trabalhador informal a partir de um trabalho de pesquisa constituído das seguintes fontes de dados:

- 1) Os dados secundários, sistematizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Universidade Federal da Bahia, Dieese e SEI/Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, com recorte, da distribuição dos ocupados segundo a ocupação, permitiram construir uma visão panorâmica do trabalho informal na cidade de Salvador (1997-2004), analisando um segmento específico de trabalhadores informais, que mais se aproxima do objeto em estudo, qual seja: os trabalhadores por conta própria.
- 2) Pesquisa de campo: análise dos dados da pesquisa “*Velhos e Novos Trabalhadores Informais – os trabalhadores nas ruas de Salvador*” (CRH/UFBA)³, realizada no período de 2000-2002 com 191 trabalhadores informais de rua. Esta pesquisa dispõe de informações sobre o perfil dos trabalhadores, composição do grupo doméstico, condições e processo de trabalho, trajetória ocupacional e expectativas futuras de trabalho.
- 3) Análise de caráter qualitativo das trajetórias de trabalho e de vida de três trabalhadores informais de rua: um vendedor ambulante de praia, um baleiro e uma baiana de acarajé, com o objetivo de identificar as estratégias de “empregabilidade” desenvolvidas pelos mesmos para se manterem na atividade informal.

³ Esta pesquisa foi coordenada pela Profa. Graça Druck e contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

Por último, gostaríamos de ressaltar que a presente dissertação é composta de cinco capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, resgataremos as formulações de Marx sobre o Exército Industrial de Reserva e a sua importância teórica para compreendermos o espaço que ocupa o trabalho informal no conjunto do sistema capitalista. A escolha deste autor para iniciarmos a discussão teórica se justifica principalmente pela sua valiosa contribuição teórico-prática para o entendimento das relações sociais que se estabelecem entre os homens através da atividade fundante da sociabilidade humana - o trabalho - no contexto sócio-histórico da sociedade capitalista. As suas formulações a respeito das relações de dominação e de apropriação do trabalho no mundo capitalista nos oferecem um bom mapa da cartografia social do mercado de trabalho e os processos a ele associados, demonstrando como os sujeitos que vivem do trabalho, seja do exército da ativa ou de reserva, estão todos integrados e subordinados à lógica de produção e reprodução do capital. Portanto, não há lugar, na teoria de Marx, para uma compreensão “dualista” do mercado de trabalho e da sociedade em seu conjunto. Ademais, a teoria marxista em concomitância (e contraposição) com a teoria da marginalidade social se constituem como os principais aportes teóricos que fundamentam o debate conceitual sobre a problemática da informalidade na América Latina.

No segundo capítulo, faremos uma reconstrução da trajetória do conceito de trabalho informal e suas diferentes abordagens, na tentativa de identificar as matrizes discursivas que informam o debate teórico sobre o tema e os desafios postos à problemática da informalidade na contemporaneidade. Na seqüência, problematizaremos as relações entre informalidade e empregabilidade buscando demonstrar como está sendo forjado um discurso ideológico de dominação política que se apresenta sob o rótulo de “novo”, um conjunto de atributos e qualidades do trabalhador flexível que, para aqueles que vivem na solidão do trabalho informal, é a condição indispensável para sua sobrevivência e manutenção da atividade.

No quarto capítulo, apresentaremos uma breve retrospectiva histórica do mercado de trabalho na Bahia e a importância do trabalho informal no processo de desenvolvimento capitalista da região. Daremos ênfase especial à configuração do trabalho informal na cidade de Salvador no contexto das recentes transformações ocorridas no mercado de trabalho metropolitano durante a década de 90, para isto, faremos uso dos dados secundários da PED/RMS (1997-2004).

E no último capítulo, analisaremos os principais achados da pesquisa de campo que realizamos com os trabalhadores que fazem das ruas de Salvador o seu espaço de vida e de trabalho, e os estudos de casos como exemplos típicos de “empregabilidade”, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos que orientam o conjunto do trabalho.

CAPÍTULO 1

O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA DE MARX COMO CATEGORIA DE ENTENDIMENTO DO TRABALHO INFORMAL

Antes de discorrer sobre o exército industrial de reserva, questão de fundo que interessa aos propósitos explicitados na introdução, convém que façamos uma breve síntese da categoria *trabalho* em Marx.

1.1 A categoria trabalho em Marx

A produção marxiana do conhecimento possui uma marca distintiva dos demais clássicos da sociologia⁴, que se expressa na formulação da teoria da práxis humana. Para Marx, teoria e prática não se dissociam, fazem parte do agir humano. Apenas conhecer a realidade não é suficiente para justificar a existência de um pensamento social ou de uma sociologia do conhecimento, mas antes de tudo é preciso conhecer a realidade para transformá-la, pois o processo de construção do conhecimento é eminentemente reflexivo, é a síntese do conhecer-fazer-transformar. Este é o ponto de ruptura de Marx com os jovens hegelianos. Na sua concepção os filósofos até então só haviam especulado sobre a realidade, no entanto, era necessário ir para além da especulação filosófica, era chegada a hora de transformar a realidade vivida e produzida pelos sujeitos históricos. Por isso, a teoria da

⁴ De acordo com Jeffrey Alexander, não é por acaso que a Marx, Weber e Durkheim seja conferido o status privilegiado de clássicos da sociologia, pois “*um clássico é o resultado do primitivo esforço da exploração humana que goza de status privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo*” (ALEXANDER, 1998, p. 24).

práxis humana tem como preocupação central explicar as relações sociais que os homens estabelecem uns com os outros em comunidade, num determinado momento histórico, tendo em vista a realização de um projeto emancipador da vida humana. Para tanto, Marx assume como pressuposto teórico-prático da investigação social as seguintes premissas:

Os homens fazem a sua história, mas não fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1977, p.17).

As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento quer das que ele próprio criou (MARX, 1976, p.18).

Ao definir os homens, o seu agir e as condições materiais de vida como premissas básicas para desenvolvimento de uma teoria da práxis, Marx demonstra que a sua compreensão da realidade social tem como matriz fundamental a materialidade social dos homens. Ao produzir os meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material e, é esta capacidade de produzir os seus meios de existência que os distinguem dos animais. A forma como os homens manifestam a sua vida refletem os que eles são. *“O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto das condições materiais da sua produção”* (MARX, 1976, p.19). Ao afirmar que é a vida real, a atividade prática quem define o que os homens são, Marx rejeita qualquer concepção de homem como sujeito abstrato e da história como um movimento da consciência, pois é o real que determina a consciência e não a consciência que determina o real.

Lembremos-nos que o primeiro pressuposto da existência humana é que os homens devem estar em “condições de fazer história”, mas para isto, antes de tudo é preciso viver, ou seja, os homens precisam comer, beber, se vestir, ter onde morar etc. Portanto, o primeiro ato histórico é a produção dos meios que possibilitem aos homens satisfazer estas necessidades

essenciais da vida, pois a produção da própria vida humana é uma condição fundamental de toda a história. Satisfeita esta primeira necessidade, ação de satisfazer as necessidades básicas e os instrumentos utilizados conduzem a produção de novas necessidades, e para Marx, isto constitui o segundo fato histórico. Além disso, existe outro fato que intervém diretamente no desenvolvimento histórico, é que dia após dia, os homens renovam a sua própria vida, criam novos homens, reproduzem-se. Desta forma, a produção da vida surge como uma relação dupla que, por um lado, é uma relação natural sustentada pela reprodução biológica dos homens, e por outro lado, é uma relação social, isto é, é uma ação resultante da interdependência humana em sociedade, que através do trabalho assegura a produção material e simbólica da vida.

Neste sentido, a categoria trabalho assume uma importância central para a produção da vida material, pois o trabalho é o elemento mediador entre o homem e a natureza, é através desta capacidade criadora que os homens produzem os seus meios de existência. Ao transformar a natureza a fim de satisfazer as suas necessidades, o homem transforma a sua própria natureza e a sua relação com os outros homens. O trabalho é a atividade fundante da sociabilidade humana, é a forma como os homens organizam a produção e distribuem a riqueza, é a forma pela qual os homens estabelecem vínculos e laços sociais com os outros homens e tomam consciência de que vivem em sociedade. Aliás, o indivíduo só se torna ser social por intermédio do trabalho como categoria mediadora da vida social, a qual confere dignidade ao homem enquanto ser genérico que reconhece no processo de exteriorização do seu trabalho a sua própria essência, a condição de homem. Para Marx, o trabalho tem um duplo conteúdo: por um lado assume um conteúdo ontológico, formador do ser social; e por outro, o trabalho também tem um conteúdo histórico, porque todo homem é um ser histórico e por isso o trabalho assume formas concretas historicamente, a exemplo do trabalho escravo, do trabalho livre e do trabalho assalariado, típico da sociedade capitalista. Na perspectiva

marxiana, toda atividade humana (o trabalho) é histórica e ontológica, não há atividade humana historicamente produzida que não seja ontológica ou vice versa⁵.

A historicidade é um elemento importante para compreender a categoria trabalho. Na sua principal obra, *O Capital*, Marx explicita com toda clareza que o seu objetivo principal é estudar o trabalho em uma determinada sociedade datada e situada historicamente que aos poucos, pelo jogo de forças dos agentes constituintes, se impõe ao mundo como forma universal de organizar, de sentir e viver a vida, qual seja, a sociedade capitalista. Em coerência com o seu objetivo, o autor do *Capital* assume uma postura crítica com relação à sociedade capitalista, que se expressa de forma visível na adoção do método dialético da essência e da aparência dos fenômenos como método de investigação social. Ao adotar o método dialético entre aparência e essência na produção do conhecimento, o percurso metodológico traçado por Marx tem como objetivo romper com uma visão parcial ou fragmentada da realidade social, que parte do pressuposto da aparência dos fenômenos sociais como algo dado. Para Marx, a construção do conhecimento deve partir da aparência dos fenômenos, porém não deve se contentar apenas com a forma pela qual os fenômenos se apresentam na realidade, é preciso buscar as suas origens, a aparência dos fenômenos não é suficiente para explicá-los, é preciso descobrir a sua essência. Por isso, tanto na obra d'*O Capital* quanto nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Marx estabelece um diálogo com os economistas clássicos – Adam Smith e David Ricardo – demonstrando como estes autores tomam a aparência dos fenômenos como algo dado para explicar o trabalho na sociedade capitalista, como por exemplo, na análise da mercadoria e da propriedade privada.

⁵ Barreto (2004, p. 13, grifo nosso) sintetiza o duplo conteúdo do trabalho em Marx da seguinte forma: *“Cada sociedade, cada cultura, cada época histórica, vai ser resultado daquilo que os homens que nela vivem (ou viveram) produzirem. E a forma como os homens que vivem nesta sociedade vão produzir, vai depender diretamente dos meios de produção herdados das gerações anteriores. O trabalho possui, também, um significado histórico, já que, apesar de ser sempre atividade vital do homem, o trabalho, a ação humana de interferir na realidade produzindo e reproduzindo a existência material e simbólica do homem, assume formas diferentes nos vários momentos históricos. O tipo de realidade, a forma de ser de cada sociedade e de “seus” homens num dado momento histórico será constituída a partir da forma que o trabalho, enquanto força produtiva e mediação do homem com o mundo social e natural, assumir”*.

Para Marx, a sociedade capitalista é um sistema social produtor de valores de troca, no qual a mercadoria é a menor unidade de riqueza. A partir do método dialético, ele procura desvendar a essência da mercadoria. Por isso, a pergunta central que a análise marxiana busca responder em *O Capital* é: em que condições históricas particulares o produto do trabalho humano assume forma de mercadoria, e, portanto, assume a forma valor? O esforço teórico empreendido por Marx nesta obra é para demonstrar que a essência da mercadoria é o trabalho humano, ou melhor, é o dispêndio de idêntica força de trabalho; excluídas todas as qualidades particulares das mercadorias, o que há de comum em todas elas é que em todas há trabalho humano.

Uma das características essenciais da sociedade capitalista segundo Marx é mercantilização da vida. O que importa é o valor de troca das mercadorias, o verbo preponderante das relações sociais é o *ter* e não o ser social, os homens valem pelo valor que agregaram no processo de produtivo, ou seja, só valem enquanto força de trabalho. Sendo assim, o capital é uma relação social de dominação entre os homens, em que há duas classes em conflito, os proprietários dos meios de produção (os burgueses) e não proprietários (os proletários) que, expropriados da terra e das suas formas tradicionais de vida e de trabalho, dispõem apenas de uma única mercadoria à venda no mercado para garantir a sua reprodução social: a sua força de trabalho.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1990, p. 96), explicitam as transformações radicais que ocorreram com a expansão do capitalismo:

Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Destruíu impiedosamente os vários laços feudais que ligavam o homem e seus 'superiores naturais', deixando como única forma de relação de homem a homem o laço do frio interesse, o insensível 'pagamento à vista'. Afogou os êxtases sagrados do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas gélidas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e em nome das numerosas liberdades conquistadas estabeleceu a implacável liberdade de comércio... A burguesia despojou de sua auréola toda a ocupação até então considerada honrada e

encarada com respeito. Convertem o médico, o jurista, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados.

Estas rupturas provocadas pelo sistema capitalista de produção ao conjunto do tecido social pré-existente à sua formação reforçam a premissa básica do materialismo histórico, isto é, *“o que os homens são depende, portanto, das condições de produção material da vida”* (MARX, 1976, p.19). O sistema capitalista de produção de mercadoria submeteu todas as esferas da vida social à lógica do cálculo econômico, pautada na acumulação da riqueza através da expropriação do trabalho humano.

O desenvolvimento da sociedade capitalista pressupõe uma condição essencial, o surgimento da divisão social do trabalho. Para Marx, a divisão social do trabalho só surge efetivamente quando há a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Esta divisão é eminentemente social porque remete a uma relação de poder, em que quem decide o que vai ser feito, como e quando vai ser feito não é o trabalhador, mas quem compra a sua força de trabalho, o capitalista. No cerne da divisão do trabalho está o processo de alienação do trabalho. Como descreve Marx:

A partir do momento em que os homens vivem na sociedade natural, desde que, portanto, se verifica uma cisão entre o interesse particular e o interesse comum, ou seja, quando a atividade já não é dividida voluntariamente, mas sim de forma natural, a ação do homem transforma-se para ele num poder estranho que se lhe opõe e subjuga, em vez de ser ele a dominá-la. Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder os seus meios de subsistência... Esta fixação da atividade social, esta petrificação do nosso próprio trabalho num poder objetivo que nos domina e escapa ao nosso controle contrariando a nossa expectativa e destruindo os nossos cálculos, é um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico até os nossos dias.(1976, p.40-41)

O efeito social da fragmentação do trabalho é a fragmentação do próprio trabalhador, que cada vez menos utiliza a sua capacidade de produzir enquanto força de trabalho, aprofundando dessa maneira, a alienação do trabalho. O ser humano torna-se apenas fragmento do seu próprio corpo. O capitalismo produz o rompimento do trabalhador com os

meios de produzir a sua própria existência, provoca a separação do “*caracol de sua concha*”, transformando o homem em um ser estranhado que não reconhece o produto do seu próprio trabalho.

Como observamos, o processo de apropriação do trabalho alheio, ou melhor, o processo de alienação do trabalho pressupõe a divisão social do trabalho. O processo de alienação é intrínseco à forma como o trabalho se consolidou na sociedade capitalista. Para Marx, quatro momentos constituem o processo de alienação: o primeiro se refere à relação do trabalhador com o produto de seu trabalho, em que este lhe aparece como algo estranho, alheio, uma vez que o trabalho é algo imposto para garantir a sua sobrevivência e não para satisfazer as necessidades; o segundo se refere à própria atividade em que o trabalhador está separado do ato de produzir, é apropriação do controle do trabalho por outros homens, a sua atividade aparece como sofrimento, como a desrealização do trabalhador; o terceiro momento diz respeito ao processo de fragmentação do homem como espécie humana através da qual o trabalho aparece como propriedade privada, do Capital; e por fim o homem não se reconhece como homem, ser genérico.

Segundo Marx, é com a expansão do capitalismo e com a consolidação do sistema fabril (a grande indústria) que o trabalho torna-se uma atividade destituída de sentido para o trabalhador, é a configuração extrema da exploração do trabalho e alienação do trabalho. O sistema fabril transforma o trabalhador em um apêndice da máquina, a máquina suga o trabalho vivo na busca incessante de maiores lucros para o capital. Constitui-se um fetiche da tecnologia, na qual a produtividade do trabalho aparece como produtividade da máquina. Todavia, a máquina em si mesma não é responsável pelo despojamento dos trabalhadores dos meios de subsistência, ela é uma vitória do homem sobre as forças naturais, facilita o trabalho humano, mas a forma como é utilizada no sistema capitalista gera resultados totalmente contrários, aumenta a jornada de trabalho, intensifica o trabalho, escraviza o homem que se

torna seu eterno serviçal e pauperiza os trabalhadores. Desta forma, o uso da maquinaria redefine a relação de poder e de subordinação do trabalhador, alterando qualitativamente o conteúdo do seu trabalho e a sua capacidade produtiva.

Desta forma, a vida inteira do trabalhador é confiscada aos interesses imperativos do capital, pois há uma subordinação real do trabalho ao capital na grande indústria. O trabalho na fábrica exaure todas as forças do trabalhador, o capitalismo torna-se o legislador absoluto que dita as regras, como bem afirma Marx, no regime fabril cessa de fato toda liberdade do trabalhador, este está submetido a uma tirania física e espiritual. A exploração do trabalho é realçada na sua forma espúria, o trabalho fabril degrada a condição do homem.

A diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que concretiza, de maneira cabal e forçada, no sistema de fábrica, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador durante o trabalho (MARX, 2001, p.486).

O capitalismo se constitui como o modo de produção e reprodução social que se baseia centralmente na expropriação do trabalho alheio, exaurindo progressivamente uma de suas principais riquezas: o trabalhador. O trabalhador é explorado em toda a sua dimensão humana e com base na autonomia do instrumental de trabalho, a maquinaria, lhe submete a uma competição com a própria máquina que é resultado do próprio trabalho humano, assim como, transforma todos os indivíduos em força de trabalho disponível ao processo de produção de capitalista⁶. Trata-se da fragmentação do homem e do produto de sua ação humana, o trabalho. Mas a lógica social do modo de produção e reprodução do sistema capitalista também produz uma outra forma de fragmentação do trabalho, é a fragmentação social e política da classe trabalhadora. Com o desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade do trabalho, com a ampliação do sistema de produção e da acumulação

⁶ “O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes” (MARX, 2001, p.451)

capitalista em escala global, há uma modificação progressiva e radical na composição social do capital que resulta na constituição de uma população relativamente supérflua de trabalhadores ao processo de produção. Dessa maneira, é constituinte do modo de produção e acumulação capitalista a formação de um exército de trabalhadores inteiramente disponível às necessidades do capital, que recebe de Marx a denominação de *Exército Industrial de Reserva ou Superpopulação Relativa*.

1.2 O conceito de Exército Industrial de Reserva

É no capítulo XXIII d'*O Capital* (Livro I, vol. II) que Marx desenvolve com profundidade o conceito de Exército Industrial de Reserva. Seu objetivo principal neste capítulo, intitulado: *A lei geral da acumulação capitalista*, é examinar as influências que a expansão do capital exercem sobre o destino da classe trabalhadora. *Qual a sorte da classe trabalhadora com o aumento do capital?* Esta pergunta é central para entendermos o papel do exército industrial de reserva no conjunto do sistema capitalista. Dois fatores são fundamentais para responder a tal pergunta: a composição do capital e as mutações que ocorrem com ele ao longo do processo de acumulação.

Para Marx, a composição do capital tem dois aspectos interdependentes: 1) todo capital é composto segundo o valor; 2) e todo capital apresenta uma composição técnica. Do ponto de vista do valor, a composição do capital tem como condição determinante a proporção em que o capital se decompõe em constante (o valor dos meios de produção) e variável (o valor da força de trabalho – a soma geral dos salários). Do ponto de vista da matéria que põe em movimento o processo produtivo, a composição do capital é determinada

pela relação entre o volume dos meios de produção aplicados e a quantidade de trabalho necessário para que estes meios sejam aplicados, por conseguinte, o capital é composto dos meios de produção e da força de trabalho viva. Entre estas duas formas de composição há uma estreita correlação. Denomina-se de composição orgânica do capital (ou simplesmente composição do capital), a correlação em que a composição segundo o valor é determinada pela composição técnica do capital e expressa as mudanças que nela ocorrem.

Segundo Marx, o aumento de capital demanda necessariamente aumento da sua parte variável, ou seja, da força de trabalho viva. Uma parte da mais-valia que é convertida em capital adicional sempre tem que ser transformada em capital variável, constituindo um fundo adicional de trabalho. Supondo-se que a composição orgânica do capital não se alterará, isto é, que para determinada massa de meios de produção empregados sempre será necessária a mesma quantidade de força de trabalho e, levando em consideração que estas condições se manterão inalteradas, a procura de trabalho e os salários dos trabalhadores aumentariam na mesma proporção do acréscimo de capital. Marx exemplifica didaticamente esta suposição afirmando:

O capital produz anualmente mais-valia, parte da qual se agrega todo ano ao capital original; esse acréscimo aumenta todo ano com o acréscimo do capital que já está em funcionamento; além disso, a escala da acumulação pode ser ampliada, alterando-se apenas a repartição da mais-valia ou do produto excedente em capital e renda, se houver um incentivo especial ao impulso de enriquecimento, como, por exemplo, quando surgem novos mercados, novas esferas de aplicação do capital, em virtude do desenvolvimento de novas necessidades sociais etc. Esses fatores podem fazer as necessidades de acumulação do capital ultrapassarem o crescimento da força de trabalho ou número de trabalhadores, a procura de trabalhadores pode ser maior que a oferta, ocasionando assim a elevação dos salários. É o que teria acontecido, caso não se alterasse a suposição que fizemos anteriormente (MARX, 2001, p.716).

No entanto, independente das condições sociais em que se conservam e/ou se reproduzem os assalariados, sejam elas favoráveis ou não a estes, a característica fundamental da produção capitalista permanece intocável. A reprodução simples ou ampliada produz

continuamente a estrutura social da relação capitalista, a relação de dominação entre capitalista e assalariados. Nesta relação, a força de trabalho é fonte geradora do capital, tem de ser incorporada constantemente a este, como meio de expandi-lo, fazendo-o crescer e se multiplicar pelos confins do mundo. Na condição de assalariado, o trabalhador não pode se livrar dele, está pelas suas próprias mãos escravizado às amarras do capitalismo. A sua reprodução, na verdade nada mais é do que a própria reprodução do capital. *“Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado”* (MARX, 2001, p. 717). A relação que se estabelece é de interdependência, porém, a afirmação de um é a negação do outro.

Quando o capitalista compra a força de trabalho não a faz para satisfazer as suas necessidades pessoais através dos serviços prestados por ela ou dos bens que ela pode produzir. Esta não é a regra específica da produção capitalista. O capitalista compra a força de trabalho porque quer aumentar seu capital, para tanto, é necessário que esta mercadoria específica, força de trabalho, produza mercadorias que contenha mais trabalho do que é preciso para sua reprodução, ou seja, o trabalho não-pago ou trabalho gratuito. A lei absoluta do modo de produção capitalista é a produção de mais-valia. *“A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não-pago, uma fonte de capital adicional”* (MARX, 2001, p. 722). A lei absoluta da acumulação capitalista exclui qualquer possibilidade de diminuição da exploração da força de trabalho, da mesma maneira que impede todo aumento do preço do trabalho que comprometa cronicamente a reprodução contínua da relação capitalista, bem como a sua reprodução em escala ampliada. A lógica da produção capitalista inverte a “ordem das coisas”, o trabalhador existe para as necessidades imperativas da expansão do capital, ao invés da riqueza material existir para as necessidades sociais do trabalhador. Aqui o trabalhador encontra-se subjugado ao capital pelos frutos que são colhidos com suas próprias mãos.

Observada estas características gerais do sistema capitalista, Marx prossegue a sua argumentação afirmando que no decurso do processo de acumulação alcança-se sempre um determinado patamar de desenvolvimento, que a produtividade do trabalho transforma-se na mais poderosa alavanca da acumulação capitalista.

O grau de produtividade do trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho (MARX, 2001, p. 725).

Com o aumento da produtividade do trabalho há um decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção empregada, ou seja, ocorre uma redução do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos fatores objetivos. Esta é a principal mudança na composição técnica do capital, que por sua vez, reflete imediatamente na composição do capital segundo o valor (aumento da parte constante às custas da parte variável).

O desenvolvimento da produtividade do trabalho coletivo pressupõe a cooperação em escala ampliada. A existência de vários trabalhadores atuando ao mesmo tempo em um mesmo local de trabalho, produzindo o mesmo tipo de mercadoria sob a direção de um mesmo capitalista se consolida historicamente como a premissa básica para a produção capitalista. Quando o capitalismo emprega vários trabalhadores que anteriormente trabalhavam isoladamente, implementa-se uma mudança nas condições do processo de trabalho⁷. Neste sentido, “*chama-se de cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou processos de produção diferentes, mas conexos*” (MARX, 2001, p.378). É somente com base neste pressuposto que se pode organizar a divisão e combinação do trabalho, otimizar os meios de

⁷ Processo de trabalho compreendido como a relação que os homens estabelecem com os meios de trabalho, os instrumentos de trabalho e o resultado da própria atividade realizada.

produção através da concentração em massa; introduzir um novo instrumental de trabalho, a maquinaria, capaz de transformar o processo de produção e a relação do trabalhador com seu próprio trabalho, enfim, assegurar a expansão do capital mediante a extração da mais-valia ou do trabalho excedente. A existência da cooperação em grande escala também pressupõe que os meios de produção social e os meios de subsistência se tornem propriedades particulares de capitalistas. É apenas sob a forma capitalista que a produção de mercadorias torna-se produção em larga escala. Todos os métodos elaborados pela gerência capitalista para elevar a força produtiva social do trabalho têm uma dupla funcionalidade, servem a um só tempo para ampliar a produção do trabalho excedente, fator constitutivo da acumulação, e para acelerar a acumulação.

Acumular para produzir e produzir para acumular muito mais, este é o ciclo perene do capitalismo. A acumulação do capital é um fator de desenvolvimento do modo de produção capitalista, este por sua vez, através do processo de valorização e exploração do trabalho vivo (a força de trabalho) converte parte do trabalho não-pago (mais-valia) em mais capital, impulsionando o aceleração da acumulação. Assim, toda acumulação é um meio para uma nova acumulação. O crescimento da quantidade de riqueza produzida pelo capital faz com que a acumulação aumente progressivamente a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais, da mesma forma que aumenta a produção de mercadores em larga escala e os métodos de produção. Esta concentração decorrente da acumulação de capital caracteriza-se por dois aspectos importantes: a) trata-se de concentração crescente dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais e do comando sobre o trabalho; b) parte do capital social situado em cada ramo de produção é repartida entre os vários capitalistas individuais que se confrontam com produtores independentes e concorrem entre si.

Outro processo decorrente da acumulação do capital é a centralização dos capitais. Diferente da concentração simples dos meios de produção e do comando do trabalho, a centralização é a concentração de capitais já formados que têm a sua liberdade confiscada, é a expropriação do capitalista pelo capitalista, onde diversos capitais pequenos se transformam em poucos capitais grandes. Os seus limites não estão dados pelos limites absolutos da acumulação. “*O Capital acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou nas mãos de muitos noutra parte*” (MARX, 2001, p.729).

A centralização de capitais é um mecanismo social de importância fundamental para o progresso da acumulação social, pois acelera e amplia as transformações na composição técnica do capital aumentando às custas da parte variável a parte constante, como consequência imediata, há uma redução da procura relativa de trabalho. Os novos capitais que surgem no decorrer do processo de acumulação normal têm como seu campo de atuação preferencial a exploração de inventos e descobertas, cujo objetivo é aperfeiçoar a produção industrial, introduzindo mudanças tecnológicas e na gestão do trabalho. Por sua vez, todo capital velho em determinado momento rejuvenesce, renasce com a introdução de técnicas modernas, reduzindo a quantidade de trabalho em detrimento do aumento do volume de máquinas e de matérias-primas a serem empregadas. Esta redução da procura relativa de trabalho decorrente do processo de renovação de capitais é mais intensa quanto maior for o processo de centralização de capitais. De acordo com Marx (2001 p. 731):

O capital adicional formado no curso da acumulação atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais, trabalhadores que antes empregava.

Neste sentido, constata-se que o modo de produção capitalista e os diversos processos a ele associados, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho e as mudanças na composição técnica do capital, não apenas acompanham o progresso da acumulação social ou

da riqueza social, avançam com rapidez muito maior. Com o crescimento do capital, varia a relação entre capital variável e capital constante, ou seja, o valor que o capital emprega em força de trabalho do seu volume global reduz progressivamente, ao mesmo tempo, o valor empregado em meios de produção aumenta cada vez mais em relação ao valor global do capital. No entanto, a procura de trabalho não é determinada pela magnitude global do capital, mas pela magnitude do capital variável. Assim sendo, a procura de trabalho cai progressivamente com o aumento do capital global, ao invés de crescer proporcionalmente com ele. Ao aumentar o capital global, com ele também aumenta a força de trabalho, mas em proporções cada vez menores. Aparentemente esta redução relativa da parte variável, que é resultante do processo de aceleração da acumulação geral, pode dar a impressão de que há um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido do que a oferta de trabalho, ou se preferirmos, os meios de ocupação desta população. Mas, faz parte da lógica da produção capitalista criar uma população “excedente” que se torna “supérflua” na medida em que não é necessária ao ciclo de expansão do capital, ou seja,

(...) a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (MARX, 2001, p.733) (grifo nosso).

O fato de existir uma população trabalhadora supérflua inteiramente disponível aos interesses do capital é com certeza um bom indicador da perversão social da sociedade capitalista, e das amarras a que estão acorrentados os trabalhadores neste sistema societal. É a acumulação capitalista que produz esta população excedente de trabalhadores, mas quem produz a acumulação do capital? Não são os próprios trabalhadores que através da expropriação do seu trabalho fornecem ao capital (que compra a sua força de trabalho) uma fonte adicional de capital, o trabalho não pago, a mais valia? Embora ocorram constantes transformações na composição técnica do capital, o trabalho vivo continua sendo a fonte

central de valorização do capital, portanto elemento constitutivo da acumulação do capital. “Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 2001, p. 734).

A população trabalhadora excedente é um mecanismo de regulação social do sistema capitalista. Sendo resultado do desenvolvimento da riqueza concentrada nas mãos dos capitalistas torna-se uma engrenagem indispensável da acumulação, uma condição necessária do modo de produção capitalista. Esta população excedente constitui o que Marx denomina de **exército industrial de reserva**, o qual se encontra sempre disponível para o Capital como se fosse criado e mantido por ele. Mas como é que este exército se mantém inteiramente ao dispor da vontade soberana do “deus-capital?” É muito simples. Quando o capitalista acumula capital, o seu desejo compulsivo é de sempre e cada vez mais expandir o capital. Para expandi-lo, obviamente, precisa de trabalho vivo, de força de trabalho. O exército industrial fornece ao capital o material humano necessário para sua expansão, dispõe de uma legião de trabalhadores sempre pronta para vender a sua força de trabalho, pois esta é a única mercadoria que lhe pertence e cuja venda assegura a sua reprodução social. Com a expansão do capital decorrente do volume de riqueza social produzida, o progresso da acumulação transborda-se em novos capitais que se lançam impetuosamente para os velhos ramos de produção ou então forjam ramos inteiramente novos. Quando isto ocorre, o exército industrial de reserva oferece grandes quantidades de força de trabalho necessárias para estes novos ramos sem causar prejuízos para os outros ramos.

Na visão de Marx, a indústria moderna tem um curso peculiar, nunca visto na história da humanidade e nem nos primórdios do capitalismo, o seu ciclo de desenvolvimento é decenal, apresentando movimentos pendulares que gravitam entre fases de atividade média, de produção a pleno vapor ou de crise de estagnação. Este ciclo de desenvolvimento industrial

baseia-se na constituição contínua, na maior ou menor incorporação e na reconstituição do exército industrial de reserva. É específica da estrutura da indústria moderna, a transformação constante de parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados. A época moderna se instaura sob o signo de uma forma de trabalhar e produzir que continuamente transforma grandes massas de seres humanos em supérfluas, revoluciona os meios de produção, inventa novos métodos de trabalho e eleva de forma gigantesca a produtividade da força de trabalho coletiva.

O progresso é a sua marca maior, sob seus ombros a acumulação do capital põe em movimento um capital variável com maior quantidade de trabalho, porém recrutando cada vez menos trabalhadores, aumentando conseqüentemente a exploração da força de trabalho empregada que produz um volume cada vez maior de riqueza para capital. Com isso, nasce um regime peculiar de dominação política do trabalho, cujo principal elemento de regulação social do modo de produção e acumulação capitalista fundamenta-se na fragmentação da classe trabalhadora, na competição e na concorrência instaurada no seio dos próprios trabalhadores, divididos e separados pela fronteira social dos que constituem o exército da ativa e o exército de reserva do modo de produzir capitalista. O exército industrial de reserva é o principal elemento de regulação social do sistema capitalista, é isto que faz dele uma condição necessária para reprodução da acumulação capitalista. Conforme observa Marx:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre a aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso da acumulação. (MARX, 2001, p. 740).

Além disso, o exército industrial de reserva regula o conjunto dos movimentos gerais dos salários, pois é a sua expansão ou concentração, a depender das mudanças periódicas do

ciclo industrial, que determina a baixa ou a alta dos salários. É um elemento importante de regulação do mercado de trabalho. Enquanto regulador social do sistema, o exército industrial de reserva cria as condições para que se torne completa a dominação do capital sobre o trabalho, consolidando desta forma, o despotismo do capital. Como lei intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo, o exército industrial de reserva exerce um papel normativo e coercitivo sobre a classe trabalhadora, impede a organização conjunta de empregados e desempregados contra a lógica social da acumulação do capital, qual seja, a riqueza absoluta do capital é a pobreza absoluta do trabalho. Logo, a existência do exército industrial tem como função política fragmentar a ação da classe trabalhadora, de tal forma que, cada trabalhador empregado não reconheça o outro, o desempregado, como alguém que compartilha da mesma situação de classe, a de assalariado, mas como um inimigo, um concorrente em potencial que a qualquer momento pode tomar o seu lugar; e assim, o trabalhador é compelido a trabalhar excessivamente, aumentando o capital e ampliando a massa de trabalhadores que engrossam as fileiras do exército industrial de reserva.

A superpopulação relativa que constitui o exército industrial de reserva não é uma lei abstrata, é o produto da ação humana num determinado contexto histórico que continuamente assume as seguintes formas na sociedade capitalista:

- 1) *A superpopulação em forma flutuante*: é composta pelo conjunto de trabalhadores que depende do ciclo de expansão-retração do capital, sendo ora repelidos, ora incorporados ao processo produtivo. Com o crescimento da indústria, esta população aumenta com velocidade muito maior que aquela em que é consumida. Fazem parte deste conjunto, todos os trabalhadores que são expulsos das grandes indústrias por causa da introdução da maquinaria e da utilização da força de trabalho das mulheres e das crianças;

- 2) *A superpopulação relativa latente*: é resultante do processo em que a produção capitalista penetra no campo e transforma a agricultura em um empreendimento tipicamente capitalista, fazendo com que parte da população trabalhadora rural esteja constantemente disponível para engrossar as fileiras do proletariado urbano industrial;
- 3) *A superpopulação relativa estagnada*: é constituída por parte do exército industrial de reserva em ação, mas com ocupação completamente irregular. Trata-se de um reservatório inesgotável de força de trabalho sempre disponível às necessidades do capital, com condição de vida normal bastante precária e abaixo da média da classe trabalhadora que beira ao nível da subsistência. A característica fundamental de sua existência é a duração máxima de trabalho e o mínimo de salário, cujo exemplo clássico é o trabalho doméstico. Engrossam as suas fileiras todos os trabalhadores demitidos das indústrias e expulsos da agricultura, e de modo especial dos ramos de atividades em decadência. A legião de trabalhadores que compõe a superpopulação estagnada aumenta no mesmo passo em que a aceleração da acumulação do capital aumenta o contingente de trabalhadores supérfluos, é nela que se encontra, se reproduz e se perpetua a maior parte da classe trabalhadora excedente.
- 4) *Por fim, no “mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, o pauperismo”* (Marx, 2001, 747). É a camada social constituída por vagabundos, prostitutas e pelo refugio do proletariado. Está dividida em três categorias. A primeira engloba todos os sujeitos aptos para trabalhar, cujo número aumenta nos momentos de crise econômica e diminui em tempos de expansão. Na segunda categoria, se enquadra os órfãos e os

filhos das viúvas que irão compor exército de industrial de reserva, sendo rapidamente incorporados ao exército da ativa nos períodos de expansão do capital. E a terceira, diz respeito aos degradados, desmoralizados, os inválidos para trabalhar. Segundo Marx, o pauperismo é o espaço social para onde vão os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva.

Já salientamos que a produção e reprodução do exército industrial de reserva é um processo social que nasce e se consolida com o desenvolvimento do próprio capitalismo. A sua existência revela um paradoxo do capitalismo. Todos os sujeitos sociais que dependem da venda da sua força de trabalho para viver estão subordinados a relação de dominação tipicamente capitalista, estejam integrados ao exército de trabalhadores da ativa ou da reserva, todos são agentes do capital, são produtores e reprodutores da lógica social do capitalismo. Esta lógica é prescrita por uma lei soberana, quanto maior a riqueza absoluta do capital tanto maior será a superpopulação relativa de trabalhadores supérfluos, o progresso absoluto da acumulação do capital é a miséria generalizada dos trabalhadores.

A lógica social do capitalismo subverteu a relação entre trabalho vivo e trabalho morto; entre homem e natureza; enfim, a relação entre a força de trabalho e os meios de sua sobrevivência. Graças ao progresso da produtividade do trabalho coletivo, um volume muito maior de meios de produção podem ser empregados com menor dispêndio de trabalho humano, ao invés do trabalhador empregar o instrumental de trabalho é o instrumental de trabalho quem emprega o trabalhador. E o que é pior, quanto mais se eleva a produtividade do trabalho, maior será a pressão que exercerá o trabalhador sob os meios, e mais precária ainda será a sua condição de existência, isto é, a venda da sua força de trabalho para aumentar a riqueza do capital.

O trabalhador, ao fornecer os meios necessários para que o capital cresça e se expanda cada vez mais, também lhe oferece os mecanismos que fazem dele uma força de trabalho supérflua, excedente. Portanto, o filho primogênito da modernidade, o capital, cresce e se reproduz das energias vitais do trabalho humano, como um vampiro suga-lhe até a última gota de sangue e depois decreta a sua sentença de morte: *engrossarás a legião do exército de trabalhadores supérfluos e lá viverás até o dia que eu desejar ou talvez para todo o sempre*. As palavras de Marx explicitam a perversão social da moderna forma de trabalhar e produzir:

(...) dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo do seu trabalho, transformado em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capitalismo. Mas todos os métodos para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular e todo aumento da acumulação tornam-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Infere-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. **A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.** Acumulação de riqueza num pólo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital. (MARX, 2001, p.749) (Grifo nosso).

Até o momento, o que fizemos foi uma reconstrução teórica das principais formulações de Marx a respeito do trabalho na sociedade capitalista, dando acentuado destaque à importância do conceito de exército industrial de reserva. Ao formular este conceito, o autor de *O Capital* acaba construindo uma espécie de cartografia social do mercado de trabalho na sociedade capitalista, privilegiando em sua abordagem, os aspectos relacionais e a funcionalidade das partes constituintes do mercado de trabalho na estrutura social do sistema capitalista, o que implica em dizer que, não há lugar na teoria de Marx para

uma compreensão dualista do mercado de trabalho e dos processos a ele associado, bem como da sociedade em seu conjunto.

Nesta cartografia social do mercado de trabalho, os agentes sociais estão distribuídos conforme a posição que ocupam na estrutura da produção e reprodução da sociedade, sendo que a análise opera sempre com um princípio de diferenciação e integração social, o princípio da integração sistêmica do trabalho na sociedade capitalista. Sendo assim, todas as formas de trabalho e inclusive as que supostamente “*não têm forma*” estão inscritas na dinâmica capitalista. Entendemos que o conceito de exército industrial de reserva é uma categoria teórico-empírica importantíssima para compreendermos a problemática do chamado “mundo do trabalho informal” na sociedade em que vivemos no limiar do século XXI. (ALVES, M.A., 2001).

Vimos anteriormente que a existência de uma superpopulação relativa de trabalhadores excedentes é uma lei histórica do capitalismo, aliás, sempre é bom lembrar que um dos pressupostos da teoria social de Marx é de que os homens fazem a história, portanto, o exército industrial de reserva é uma configuração histórica do capitalismo que reflete continuamente as mudanças que ocorrem ao longo do seu desenvolvimento. Sabemos que o capitalismo é uma relação social que tem características universais, mas que pode variar de um estado nação para outro. O modo de produção capitalista assume certas especificidades que refletem o jogo de forças da luta de classes e da formação histórica de cada Estado Nação. O papel que exerce o exército industrial de reserva tanto nos países da América Latina quanto nos países Europeus, onde prevaleceu por um bom tempo o modelo do Estado de Bem-Estar Social, é o mesmo. No entanto, as formas históricas que assume variam de acordo com o processo acumulação capitalista nas diversas realidades nacionais. Assim, dentre as diversas formas que assume o exército industrial de reserva na sociedade contemporânea, a legião de homens e mulheres que vivem do trabalho do informal é um dos segmentos mais importantes

que constituem a superpopulação relativa de trabalhadores supérfluos no capitalismo moderno, de modo especial nos países em desenvolvimento.

Como parte constituinte do exército industrial de reserva, o conjunto de atividades que compõe o trabalho informal faz parte da cartografia social do mercado de trabalho. Não está à “margem” da dinâmica social do capitalismo, é um agente produtor e reproduzidor do capital, portanto, está subordinado à lógica da relação tipicamente capitalista. O capital também suga todas as suas energias, mas ao contrário da força de trabalho humana expropriada diretamente no processo produtivo, ele não paga nada pelo seu trabalho, é um trabalhador gratuito mantido pelos proventos da parte ativa do exército de trabalhadores, é um “assalariado em idéia” que produz indiretamente mais-valia, contribuindo para o processo de acumulação do capital (DURÃES, 2004). Enquanto agentes sociais subordinados à lógica capitalista, os trabalhadores informais também desempenham um papel fundamental no processo de circulação das mercadorias e no custo da reprodução da força de trabalho.

Se observarmos atentamente as principais características que definem as formas que são continuamente assumidas pelo exército industrial de reserva, veremos que o conjunto dos trabalhadores informais, que compõe a cena urbana da maioria das grandes cidades brasileiras, encontra-se subdividido entre *a superpopulação relativa flutuante* e *a superpopulação relativa estagnada*. Uma parcela significativa das atividades informais é criada e recriada pelo processo de expansão-retração do ciclo econômico, é o caso do segmento de trabalhadores autônomos mais especializados que prestam serviços para empresas e pessoas físicas que, devido ao processo de reengenharia dos arranjos produtivos e do movimento de “terciarização” da economia, têm maiores chances de obter maiores rendimentos. Uma outra parte dos trabalhadores informais vive sob signo da “*duração máxima de trabalho e mínimo de salário*”. Estão completamente ocupados, mas de forma irregular. Enquadram-se aí todos os trabalhadores que fazem da rua o espaço privilegiado para

oferta de bens e serviços à população em geral: os vendedores ambulantes fixos e não-fixos, os biscateiros, os feirantes, as baianas de acarajé, donos de negócio familiar; compõem a superpopulação relativa estagnada.

As recentes transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas, principalmente a partir da crise do fordismo e da vigência de um novo regime de acumulação, têm implicado em um processo de reconfiguração interna da própria população trabalhadora excedente. Com a “flexploração” do exército de trabalhadores da ativa no contexto do capitalismo flexível⁸, cresce constantemente a superpopulação relativa, e de modo especial nas formas flutuante e estagnada, as quais são constituídas em sua quase totalidade pelos desempregados e trabalhadores informais respectivamente. Tendo como base a realidade brasileira, observa-se que a reestruturação produtiva do capital e a adoção das políticas neoliberais são fatores que contribuem decisivamente para avanço da “flexploração do trabalho” em nosso país, interferindo diretamente na posição que ocupam os trabalhadores na cartografia social do mercado de trabalho e do exército industrial de reserva.

Trata-se basicamente de dois movimentos: primeiro, é o movimento de transição da condição de desempregado para a de trabalhador informal, ou se preferirmos, a migração de parcela crescente da superpopulação flutuante para a estagnada. Este movimento reflete a situação do trabalhador desempregado que não consegue encontrar emprego e na urgência de continuar sobrevivendo, tem no trabalho informal a única opção de trabalho e renda. O segundo movimento refere-se a transição de parte da superpopulação relativa flutuante para o pauperismo. No contexto de flexibilização e precarização do trabalho, o desemprego

⁸ Para Harvey o capitalismo flexível está sustentando num novo regime de acumulação que pode ser caracterizado do seguinte modo: “ *A acumulação flexível, (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de invocação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até desenvolvidas.*”(HARVEY,1999,p.140).

estrutural têm sido um dos maiores problemas sociais de nossa época, o tamanho da superpopulação relativa flutuante cresce a níveis inusitados na história do capitalismo a ponto de colocar em risco o tecido social de uma forma em geral, e tem como consequência mais grave a transição de parte dos desempregados para o pauperismo, fazendo aumentar o número dos “inúteis para o mundo” (CASTEL, 1999).

Atento aos objetivos de nossa pesquisa talvez seja pertinente afirmar que a condição provisória-permanente do trabalhador informal é a condição social resultante do movimento de transição da superpopulação flutuante para a estagnada sendo, no contexto do capitalismo flexível, uma das formas centrais do exército industrial de reserva e um meio indispensável para a valorização do capital. É extremamente instigante entendermos como esta condição provisória-permanente do trabalho informal se reproduz na dinâmica social do capitalismo, seja tanto do ponto de vista de sua inserção na estrutura produtiva quanto do ponto de vista da construção simbólica que classifica e dá sentido a esta condição. A subordinação do trabalho informal à lógica social do capitalismo não implica apenas na definição do lugar que este ocupa na estrutura econômica da sociedade, mas diz respeito também a um processo de convencimento ideológico e de mobilização contínua dos agentes reprodutores do capital a se predispor a agir de determinada forma que assegure a reprodução do sistema como um todo.

A formação e manutenção de um exército de trabalhadores excedentes inteiramente disponível aos interesses do desenvolvimento capitalismo pressupõe a invenção contínua de “uma ilusão de época”, ou seja, a imputação de um conjunto de valores pertencentes à classe burguesa para toda a classe trabalhadora. A reprodução de um discurso empresarial que mobilize as capacidades pró-ativas do trabalhador aos interesses do capital é essencial para fazer dos trabalhadores que compõem o exército industrial de reserva agentes incondicionais do capital. Consideramos que no contexto do capitalismo flexível, a difusão da ideologia

empresarial do empreendedorismo/contrapropismo, isto é, a idéia do “trabalhador: patrão e empregado de si mesmo”, se apresenta como um poderoso mecanismo de dominação simbólica que inscreve e perpetua o trabalhador informal na lógica de reprodução do sistema capitalista.

Portanto, o exército industrial de reserva é uma formulação teórico-empírica de entendimento do trabalho informal na atualidade, através dele é possível delimitar o campo de ação do trabalho informal na cartografia social do mercado de trabalho, e as suas formas de integração na estrutura social da sociedade capitalista. Ademais, cabe registrar que este referencial marxista é um dos principais aportes teóricos que fundamenta o debate conceitual e político sobre a problemática do trabalho informal no processo de industrialização dos países da América Latina, e de modo especial no Brasil, onde desde a década 70 há uma vasta produção intelectual no campo das ciências sociais que, apoiada nas principais formulações de Marx, produzirá uma teoria crítica sobre a problemática do subdesenvolvimento e da marginalidade social na América Latina (ALVES, M. A., 2001).

CAPÍTULO 2

A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE TRABALHO INFORMAL: EVOLUÇÃO, DIVERGÊNCIAS E CONTRADIÇÕES.

Desde a sua origem, nos meados da década de 60 e 70, o conceito de *trabalho informal* ou de *informalidade* tem se constituído como um problema teórico e político que de uma forma ou de outra sempre esteve presente na agenda pública dos problemas sociais da realidade brasileira. A trajetória do conceito e os deslocamentos do seu campo semântico são imagens refletidas das metamorfoses da questão social brasileira, um termômetro social das contradições do desenvolvimento capitalista num país periférico como o Brasil.

Na vasta literatura produzida sobre o trabalho informal no campo das ciências sociais e da economia, a noção de informalidade é um dos termos mais polêmicos e objeto de intensos debates e controvérsias, pois engloba várias situações analiticamente distintas, como setor informal, mercado informal, economia subterrânea e outros. A heterogeneidade de sentidos e usos práticos é uma marca histórica do conceito de informalidade. No entanto, a dinâmica evolutiva do conceito está essencialmente relacionada com as principais tematizações da realidade social, ou seja, os sentidos atribuídos ao conceito de informalidade são sempre construídos reflexivamente, dependem do movimento real do mundo social. O grande desafio imposto à percepção social subjacente a produção sociológica é a capacidade de elaborar esquemas cognitivos que expliquem a complexidade do movimento do real. Este talvez seja um dos maiores problemas do conceito de informalidade na contemporaneidade, qual seja, o risco de esvaziamento da sua capacidade analítica e força prática diante das transformações recentes no mundo do trabalho.

A noção de informalidade desde sua origem se consolidou como uma categoria analítica voltada para o entendimento do problema da integração social do imenso contingente de trabalhadores que migravam do campo para as cidades dos países subdesenvolvidos ao “setor moderno” da economia. (CACIAMALI, 1991; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

De acordo com Machado da Silva (2003, p.142):

(...) desde sua origem, ‘informal’ tem sido uma noção orientada para discutir ‘o outro lado’ da problemática, se não exatamente do emprego, ao menos da mobilização ativa do trabalho – ela foi proposta para analisar as dificuldades e distorções da *incorporação* dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos nos quais o assalariamento era pouco generalizado. (Grifo do autor)

Neste primeiro momento, o debate é marcado por muita polêmica e pelo confronto de duas posições polares, embora compartilhassem de pressupostos comuns. De um lado, estava a “teoria da modernização” que sustentava a tese que o baixo nível global de capitalização dos países do mundo subdesenvolvido produzia uma estrutura de emprego urbano bastante desequilibrada, contudo, esta situação era considerada como provisória, caracterizava-se como uma forma de pré-incorporação dos trabalhadores migrantes aos empregos assalariados, cujos comportamentos e atitudes estavam defasados em relação aos padrões da sociedade moderna, mas também já não eram mais completamente tradicionais. Nesta mesma direção, surgia uma nova interpretação, porém em uma versão menos otimista devido às dificuldades do processo de industrialização nos países subdesenvolvidos baseado no modelo de substituição de importações, isto é, a “teoria da marginalidade”, a qual enfatizava que as conseqüências do processo de modernização das economias dos países em desenvolvimento geravam uma estratificação social em que os trabalhadores não incorporados ao processo produtivo estariam fadados às situações de trabalho marginais em longo prazo, estando excluídos dos padrões sócio-culturais e econômicos da sociedade moderna. Por esta ótica, o

trabalho informal é considerado como marginal, desintegrado da estrutura produtiva e não exerce nenhuma função na estrutura econômica da sociedade. Portanto, estas duas teorias operam com dualismo estrutural que opõem “tradicional” ao “moderno”, o “marginal” ao “integrado”. (MACHADO DA SILVA, 1993; KOWARICK, 1975, ALVES, 2001).

Do outro lado do debate, a crítica marxista enfatiza as contradições intrínsecas ao processo de acumulação capitalista que produz por sua própria lógica um excedente de trabalho necessário para a reprodução do sistema. Inspirados pelas formulações de Marx, diversos autores irão se contrapor a perspectiva dual que considerava o trabalho informal como disfuncional ou “afuncional” à estrutura produtiva e buscarão reunificar a análise da estrutura social. Uma primeira tentativa de reação é formulada no âmbito da “teoria da dependência”, ainda bastante marcada pelo dualismo estrutural. Esta teoria propôs uma distinção conceitual entre exército industrial de reserva e “massa marginal”, categoria constituída de trabalhadores “afuncionais” para o processo produtivo.

Logo depois, surgiu a tese da “superexploração” da força de trabalho que se consolidou como uma crítica a todas interpretações dualistas (inclusive de “massa marginal”). O livro de Francisco de Oliveira (1972), *A crítica a razão dualista*, é um dos clássicos desta tese, uma vez que reafirma que a unidade da exploração capitalista é toda a classe trabalhadora e não apenas a parcela dos trabalhadores que estão inseridos no exército da ativa, pois mesmo as formas de trabalho consideradas como não-típicamente capitalistas estão subordinadas à lógica do capital e contribuem para o processo de acumulação na medida que rebaixam o custo de reprodução da força de trabalho. Com base na tese da “*superexploração*” da força de trabalho serão desenvolvidas durante a década de 70 uma série de estudos e pesquisas que problematizarão, à luz das realidades regionais, as principais questões suscitadas pela perspectiva do dualismo estrutural, dentre elas cabe merecido destaque os estudos realizados pela sociologia baiana, importante referência na literatura sobre trabalho

informal. Trata-se da coletânea de textos organizada por Vilmar Faria e Guaraci Adeodato que foi publicada pela Editora Vozes em 1980, intitulada: *Bahia de todos os pobres*.

De forma sintética, poderíamos afirmar que neste primeiro momento da trajetória do conceito de informalidade, a configuração do debate se estruturou basicamente em torno de duas questões: *as formas de inserção dos trabalhadores informais à estrutura produtiva e o grau de integração das atividades informais à estrutura produtiva*. Estas eram questões que estavam no centro da polêmica e das divergências teóricas entre as perspectivas da dualidade estrutural e a crítica marxista. Embora o debate fosse polarizado neste primeiro período – década de 1970 até o início da década de 1980 –, havia um consenso entre as diferentes abordagens sobre “os usos sociais do trabalho”. De acordo com Machado da Silva (2003) os pontos de consenso do debate seriam os seguintes: 1) as diversas análises sobre a informalidade concentraram-se na organização do mercado de trabalho urbano; 2) a aceitação de que a economia tinha um núcleo dinâmico que funcionava como alavanca do desenvolvimento e dava consistência ao sistema econômico; sendo que durante as décadas de 60/70 este papel foi atribuído ao setor secundário, de tal forma que o emprego assalariado estável na indústria era o ponto de referência implícita em todas discussões sobre a informalidade; 3) todas as posições tinham como pressuposto que a relação de assalariamento era típica da organização do trabalho urbano-industrial e compartilhavam da idéia de que o trabalho assalariado industrial tinha propensão a se universalizar como forma de produção de riqueza e reprodução social; 4) por fim, o último ponto em comum era questão do “pleno emprego”, não se tratava apenas de uma pura especulação ou ideologia, a problemática da informalidade tomava como referência o exemplo histórico da tendência do assalariamento nos países centrais, de modo particular nas social-democracias européias, e o debate girava em torno da possibilidade real de que tal tendência também ocorresse no Brasil. Dessa forma,

“o par formal-informal” correspondia à forma aparente do jogo claro-escuro representado pelo ideal inatingido do pleno do emprego (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 148).

Na virada dos anos 80, configura-se um novo momento na trajetória do conceito de informalidade. Com a crise do fordismo e do Estado de Bem Estar, a noção de informalidade se generaliza e é importada pelas análises contemporâneas dos países mais industrializados, perdendo a exclusividade de ser uma questão relacionada aos problemas do processo de urbanização e industrialização no mundo subdesenvolvido. Constatase aqui um deslocamento do campo semântico do conceito, se no primeiro momento a análise está centralizada no ponto de vista dos trabalhadores, ou seja, é o trabalho informal e suas formas de integração ao processo produtivo; agora a perspectiva analítica privilegia a dimensão dos conflitos de legitimidade e o quadro político-institucional que regulam as atividades laborais, por conseguinte, as análises são construídas a partir do ponto de vista dos agentes sociais que usam o trabalho. Ao invés de trabalho informal passa-se a falar em *economia informal*, também denominada de economia ilegal, submersa, subterrânea. A implicação imediata de tal mudança de enfoque é que perde completamente o sentido da análise setorial do mercado de trabalho, pois o critério básico de definição do campo empírico da informalidade é o conjunto de atividades ou formas de produção e as relações de trabalho que fogem a regulação do Estado, seja estas tributárias, trabalhistas ou de qualquer outro tipo. Portanto, o papel do Estado e sua capacidade de intervir na economia é o eixo central do debate sobre a informalidade neste momento. (MACHADO DA SILVA, 1990, 1993, 1996; CACCIAMALLI, 1991,2000; LAUTIER, 1993, 1997).

Por último, evidencia-se um terceiro momento na trajetória do conceito de informalidade, marcado por uma ampla revisitação da literatura clássica sobre o tema e de novas polêmicas. A configuração do debate anuncia “os sinais dos tempos”, é forjado no bojo do acirramento das conseqüências da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações

de trabalho, bem como da focalização das políticas sociais. Desta vez o deslocamento do campo semântico tem como quadro de referência principal a problemática da flexibilidade do trabalho, de modo a ampliar as dimensões cognitiva e social do conceito e com isto os riscos de rebaixamento do seu “status cognitivo”. Seu campo semântico não se restringe apenas à questão da integração da população pobre ao mercado de trabalho urbano, pois o movimento real do fenômeno tornou-se ainda mais heterogêneo e complexo, assim como também se tornaram mais fluídas as fronteiras entre o que é ou não é informalidade. Nesta direção, o conceito de setor informal perde a sua força teórica e prática, sendo substituído principalmente pela idéia de “processo de informalidade”, “*processo de informalização do trabalho*” ou “*atividades não-fordistas*” (CACCIAMALI, 2000; MACHADO DA SILVA; CHINELLI, 1997; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

Nota-se a partir da década de 90, uma redefinição da problemática da informalidade que aponta para uma nova perspectiva analítica empenhada na construção de um mapa cognitivo e social que apreenda o trabalho informal como um espaço de dimensões correlacionadas, ou seja, trata-se de um enfoque analítico que tenta articular a questão da inserção produtiva e os conflitos de legitimidade associados à constituição da (s) cidadania (s) (PAIVA, PONTENGY; CHINELLI, 1997). Sendo assim, a informalização do trabalho é um processo resultante das transformações correlacionadas e interdependentes da esfera econômica e da esfera política que estão em curso na sociedade brasileira.

Ao nosso ver, o que está em jogo na pauta de discussão é um fato inteiramente novo, trata-se de um deslocamento radical do status da informalidade, o que antes representava uma situação transitória na estrutura do mercado de trabalho, agora se apresenta como uma situação permanente. O símbolo do atraso se converteu em sinônimo da modernidade. Na era da “desertificação neoliberal” (ANTUNES, 2004) a informalidade é sinônimo de flexibilidade e precarização do trabalho, sendo que todas as características que constituíram

tradicionalmente as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores informais são transmutadas em personificações do novo trabalhador do capitalismo flexível. (DRUCK, 2000; BARRETO, 2003, LIMA; SOARES,2002).

Após ter mapeado os principais momentos da trajetória conceitual da informalidade, consideramos que seja interessante dar um “mergulho” na história do conceito, de modo que possamos avaliar a sua validade teórica e o “novo status” na atualidade.

2.1 A origem do termo e a crítica a noção de setor informal

Na ampla literatura da sociologia do trabalho e da economia do trabalho é consenso que a noção de “informal” surge pela primeira vez no âmbito dos estudos da Organização Internacional do Trabalho, denominado de Programa Mundial de Emprego. Esta noção torna-se canônica e difundida a partir de um estudo da OIT sobre a estrutura produtiva e do emprego no Ghana em 1971 e no Quênia em 1972. (CARVALHO; SOUZA, 1978; CACCIAMALI, 1991)

Uma das principais contribuições deste estudo foi o desenvolvimento de uma tipologia alternativa, denominada de setor formal/informal, ao modelo dual clássico (setor moderno/atrasado) bastante utilizado para analisar a estrutura produtiva, de emprego e renda dos países com processo de industrialização tardia. A criação de uma nova tipologia fundamentava-se no diagnóstico de que:

(...) o processo rápido de industrialização tinha gerado inúmeras e variadas atividades que, embora modernas, tinham características peculiares: não eram organizadas com base no trabalho assalariado e seu nível de remuneração distanciava-se fortemente desse setor, situando-se próximo daquele das atividades tradicionais (CACCIAMALI, 1991, p.123).

Segundo este estudo, o setor informal é resultante do excedente de força de trabalho gerado pelo alto crescimento demográfico, que provocou um processo de migração do campo para cidade, gerando um aumento desproporcional do contingente de trabalhadores urbanos à capacidade de absorção da estrutura produtiva dos países em desenvolvimento. (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004). Para definir o que era setor informal, a OIT a partir da pesquisa do Quênia estabeleceu os seguintes critérios:

Setor Formal	Setor Informal
Defronta-se com barreiras à entrada	Há facilidade de entrada
Depende de recursos externos	O aporte de recursos é de origem doméstica
A propriedade do empreendimento é impessoal	A propriedade do empreendimento é individual ou familiar
Opera em larga escala	Opera em pequena escala
Utiliza processos produtivos intensivos em capital e tecnologia importada	Tecnologia adaptada e de cunho trabalho intensivo
A mão de obra adquire as qualificações requeridas por meio de escolaridade formal	A mão-de-obra qualifica-se fora do sistema escolar formal
Atua em mercados protegidos através de tarifas, quotas, etc.	Atua em mercados competitivos e não regulamentados

Fonte: Cacciamali (1991)

Esta noção de “setor informal” formulada pelos técnicos da OIT, logo foi incorporada pela literatura especializada aos estudos sobre mercado de trabalho, no entanto, devido à falta de rigor e homogeneidade na aplicação teórico/prática mostrou-se insuficiente e/ou limitada para se entender a complexidade da dinâmica das sociedades do mundo subdesenvolvido, e por isso, a divisão da economia em dois setores foi bastante criticada.

Embora o propósito da nova tipologia fosse apresentar um modelo analítico alternativo ao modelo dual estrutural, na verdade tratou-se apenas de uma re-nomeação da dicotomia estrutural, uma vez que as análises continuaram apreendendo a dinâmica social através de

uma abordagem dual-estática, bem como consideravam que estes dois setores eram independentes e tinham características peculiares. A própria forma como o conceito foi utilizado pelas diversas análises contrariava completamente o próprio diagnóstico que fundamentou a construção da nova tipologia, a informalidade estava sempre associada às camadas mais pobres da população e não se levava em consideração as formas de inserção da população trabalhadora na estrutura produtiva de cada país.

Na essência a nova tipologia acaba ratificando as principais formulações da “teoria da modernização”. De que forma? Na medida em que as análises vigentes no início da década de 70 interpretavam a estrutura sócio-econômica a partir de dois setores considerados como independentes um do outro, o que se observava é que as mesmas acabavam reproduzindo a forma como a teoria da modernização interpretava a mudança social nos países em desenvolvimento e a dinâmica de integração/ não integração correlacionada a este tema. De acordo Kowarick (1975) tal teoria apreende as mudanças do processo de industrialização e de urbanização das sociedades na forma de “desajustes”, e estes são definidos a partir de um conjunto de padrões caracterizados como “moderno”, o que pressupõe a noção de “tempos históricos distintos”, ou seja, em determinado momento de uma sociedade coexistem padrões que marcam épocas históricas diferentes. Estes padrões podem ser traduzidos em termos de *atrasos* (tradicional) e *avanços* (moderno) de um setor em relação ao outro.

Neste sentido, a persistência de um setor informal é interpretada como a persistência do tradicional em relação ao moderno, é o conjunto de atividades que não se orienta pela racionalidade econômica típica das sociedades modernas. Contudo, a persistência de “*formas arcaicas de produzir e trabalhar*” era vista como um processo de transição que tenderia a desaparecer na medida em que aumentasse o progresso econômico e social das sociedades em desenvolvimento. Este raciocínio também se aplica à maioria das análises iniciais que utilizavam o conceito de setor informal, pois o informal é categorizado como a *falta de algo*

que existe no setor formal e que com o aumento do progresso do econômico das sociedades em desenvolvimento tenderia a desaparecer.

No entanto, esta tendência não se confirmou com o passar dos anos da década de 70, mas pelo contrário, a história do processo de industrialização e urbanização dos países da América Latina demonstrou que o setor informal continuou a coexistir ao lado das modernas formas de trabalho, em especial com o trabalho assalariado fabril. A partir desta constatação histórica, o modelo dual-estático mostrou-se inadequado para compreender a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, de modo particular os processos de integração da população trabalhadora à estrutura produtiva. Como afirma Kowarick (1975, p. 56): *“a própria idéia de dualidade, entendida como contrastes entre estruturas cujas dinâmicas são diferentes e autônomas encobre e escamoteia o problema”*.

Em meados da década de 70, o problema central que se vislumbrava na produção sociológica e econômica da América Latina a respeito da informalidade era entender como a força de trabalho (nos termos marxistas) se integrava ao processo produtivo na medida em que o capitalismo expandia, penetrava e dominava os diversos setores da economia. Deste ponto de vista, recompor a unidade analítica e metodológica era tarefa primordial para compreensão do processo de desenvolvimento capitalista nas sociedades latino-americanas. Não se tratava mais de estruturas polarizadas e dicotômicas, mas uma única estrutura social, um *continuum* social formado por diferentes atividades econômicas, que se interpenetravam sob a dinâmica do capitalismo em razão do próprio processo de acumulação capitalista.

Trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, a qual ao mesmo tempo gera e mantém formas de inserção na divisão do trabalho não tipicamente capitalistas que longe de serem um peso morto constituem partes integrantes do processo acumulação. (KOWARCIK, 1975, p. 61).

Conforme afirmamos anteriormente em torno da questão da informalidade estruturou-se um debate polarizado por diferentes vertentes teóricas, sendo que a polêmica foi intensa principalmente entre as vertentes da teoria da marginalidade e a crítica marxista.

O que é importante lembrar da teoria da marginalidade é a tese que o processo de desenvolvimento (leia-se subdesenvolvimento) capitalista nas sociedades da América Latina tem por característica a qualidade de “superexcludente” e de estar associado à criação e manutenção de relações de produção não tipicamente capitalistas. Esta “superexclusão” seria resultante das singularidades históricas do desenvolvimento capitalista nestas sociedades, ou seja, o processo de industrialização das sociedades latino-americanas, principalmente a partir da segunda guerra mundial, se deu com base no capital monopolista, cujo nível tecnológico já era relativamente elevado e poupador de mão de obra, que tinha como consequência principal a exclusão social de boa parte do contingente de trabalhadores urbanos dos setores dinâmicos da economia urbano-industrial; isto é, a formação de um contingente de trabalhadores marginais que se inseria na divisão social do trabalho através das atividades não tipicamente capitalistas.

Nos países periféricos, a fraca capacidade de integrar a força de trabalho aos segmentos mais dinâmicos da economia é resultante da dependência estrutural ao capital estrangeiro, na medida em que este controla o processo de expansão da acumulação apoiando-se numa tecnologia poupadora de força de trabalho. Por esta razão, a industrialização dependente seria por excelência excludente, na sua própria lógica está contida a marginalização crescente da população urbana. Em outros termos, isto significa que é peculiar do capitalismo periférico a formação de um conjunto de trabalhadores descartáveis ao processo de acumulação capitalista, que não teria nenhuma função na produção da riqueza, ou seja, um peso morto para o sistema capitalista. Assim, os trabalhadores ocupados em atividades não tipicamente capitalistas (setor informal) poderiam ser considerados como

trabalhadores marginais, já que não desempenham nenhuma função na estrutura produtiva da sociedade capitalista. Nesta direção, alguns “teóricos da marginalidade” (CEPAL) irão questionar a validade do *conceito de exército industrial de reserva*, argumentando que devido às singularidades do processo de acumulação capitalista nos países da América Latina, haveria uma “massa marginal” (NUN, 1969) ou “um pólo marginal” (QUIJANO, 1966) que não desempenhariam nenhuma função no processo de reprodução do capital, ou seja, nem toda a população excedente gerada pelo capitalismo latino-americano assume a função de exército industrial de reserva, tornando-se “afuncionais” ou “disfuncionais” para o processo produtivo.

Por sua vez, a crítica marxista foi quem mais levou a sério a tarefa de recompor a unidade analítica e metodológica de entendimento do processo de acumulação capitalista na realidade latino-americana e os problemas associados a este. Mas, qual seria esta unidade de análise? O elemento desencadeador do processo de acumulação é a exploração de todo o conjunto da força de trabalho, sejam daqueles que estão no exército da ativa ou de reserva. O texto de Francisco de Oliveira, *Crítica à razão dualista*, publicado pela primeira vez em 1972 e re-editado em 2003, é uma referência clássica fundamental para compreendermos como as formas de trabalho não tipicamente capitalistas estão subordinadas a lógica do processo de acumulação e como estão profundamente imbricadas com os setores modernos da economia.

A perspectiva analítica de Francisco de Oliveira (2003) propõe uma revisão do modo de pensar a economia brasileira pós-revolução de 30, quando predomina a estrutura produtiva de base urbano-industrial em detrimento do fim da hegemonia agrário-exportadora. A análise do autor busca romper com as visões economicistas que separavam as condições econômicas das condições políticas que possibilitaram o processo de acumulação capitalista. Segundo este autor, boa parte da intelectualidade latino-americana, durante as décadas de 60 e 70, encontrava-se em um “beco sem saída”:

(...) enquanto denunciavam as miseráveis condições de vida de grande parte da população latino-americana, seus esquemas teóricos e analíticos prendiam-nos às discussões em torno da relação produto-capital, propensão pra poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escalas, tamanho do mercado, levando-os, sem se darem conta, a construir o estranho mundo da dualidade e a desembocar, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza (OLIVEIRA, F., 2003, p.31).

Embora reconhecesse a importância da contribuição dos métodos de análise desenvolvidos pelos teóricos da CEPAL (Comissão de Emprego para América Latina), este autor tornou-se um dos principais críticos da teoria do subdesenvolvimento, pois na sua visão o esquema cepalino concebia o problema do desenvolvimento a partir das relações exteriores, a oposição entre nações, desconsiderando os conflitos internos relacionados a oposição das classes sociais. Para Oliveira, o subdesenvolvimento não é apenas uma peculiaridade histórica das economias pré-industrializadas, mas antes de tudo o subdesenvolvimento é uma formação capitalista, é produto da expansão do capitalismo. Como afirma o próprio autor:

(...) no plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente não se sustenta como singularidade: este tipo de dualidade é encontrável em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se quiser manter a terminologia. (Oliveira, F., 2003, p. 32).

Sendo assim, não se trata de uma dualidade estrutural, mas de uma integração dialética. O mérito das formulações de Francisco de Oliveira é demonstrar como o processo de expansão de capitalismo no Brasil se desenvolve através da integração dialética de "setores" da economia considerados como polares e independentes. A discussão sobre o papel do chamado setor serviços na equação urbano-industrial é um bom exemplo para entendermos "a integração dialética", assim como para demonstrar como as "atividades não-tipicamente capitalistas" (o trabalho informal) são fundamentais à dinâmica capitalista. De acordo com

Oliveira, os teóricos do subdesenvolvimento consideravam que uma das características do “modo de produção subdesenvolvido” era a existência de um setor de serviços “*inchado*” que funcionava como um peso morto na formação do produto social. No entanto, a tese defendida por Oliveira é totalmente diferente desta. Na sua concepção,

(...) o crescimento do Terciário [ou setor de serviços], na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia (OLIVEIRA, F., 2003a, p. 55) (Grifo nosso).

Portanto, o tamanho do setor de serviços está estreitamente relacionado com a acumulação urbano-industrial. Ou seja, a intensificação do processo de industrialização exigiu das cidades brasileiras – epicentro do novo ciclo de expansão – infra-estrutura e uma variedade de serviços para os quais as mesmas não estavam preparadas. Como a intensidade do crescimento industrial no período de 1930-60 não permitiu uma intensa e simultânea capitalização dos serviços, sob o risco de que estes disputassem com a indústria os poucos fundos para acumulação capitalista, a expansão do capital resolveu esta contradição através do crescimento não-capitalista do setor de serviços, o qual não é contraditório com a forma de acumulação e nem é obstáculo para o crescimento da economia. Sob a aparência de “*inchado*”, o setor de serviços esconde um mecanismo fundamental da acumulação capitalista:

Os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese. Não é estranha a simbiose entre a ‘moderna’ agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos industrializados tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza, incrementos de corte, e um sem número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante de ruas centrais de nossas cidades? Qual é a relação que existe entre o aumento da frota de veículos em circulação e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do ‘exército industrial de reserva’, são adequados

para o processo de acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda (OLIVEIRA, F., 2003a, p. 58).

Desta forma, o processo de expansão e acumulação capitalista no Brasil pós-anos 30 se consolidou com base em uma intensa exploração da força de trabalho, e se constitui como um exemplo das teses de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Nas próprias palavras de Francisco de Oliveira:

(...) a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, F., 2003a, p.60).

Ao formular o problema do desenvolvimento do capitalismo no Brasil nestes termos, Francisco de Oliveira contribui decisivamente para uma reorientação do debate sobre a informalidade. Podemos afirmar que *A crítica à razão dualista* é um dos primeiros textos da produção sociológica da América Latina a superar a visão dualista e estática do setor informal, abrindo caminho para uma série de trabalhos posteriores que, seguindo a mesma linha teórica, buscaram demonstrar, a partir das diversas realidades regionais, como o conjunto de atividades ‘não-capitalistas’ que compõe o trabalho informal está integrado ao processo de acumulação contribuindo decisivamente para o processo de urbanização e industrialização do Brasil, não se tratando, portanto, de nenhum peso morto e empecilho à lógica social do capitalismo. Entre os diversos trabalhos publicados durante a década de 70 e início anos 80, podemos citar Machado da Silva (1971, 1979); Kowarick (1975); Paoli (1974); Berlinck (1975), Prandi (1978); Singer (1976; 1980); Carvalho e Souza (1978;1980); Souza (1980) Faria (1980).

Um ponto de partida interessante para exemplificar este debate é a formulação posposta por Prandi (1978) para compreender as especificidades do trabalho informal, em uma sociedade capitalista, a exemplo da sociedade brasileira. O autor elege como categoria de análise “o trabalhador por conta própria”. De acordo com seus critérios é uma categoria que reúne uma diversidade de trabalhadores que, do ponto de vista de sua inserção na divisão do trabalho, depende essencialmente do dispêndio de sua força de trabalho, e na maioria das vezes do uso da força de trabalho dos membros da família, necessitando de baixa ou nenhuma capitalização; a qual é composta de artesãos, pequenos vendedores (em sua maioria ambulantes), os ocupados em oficinas de reparação e pequenos consertos, prestadores de serviços pessoais e outros. De modo geral, o trabalhador por conta própria dispõe de um baixo nível de qualificação e vive em péssimas condições de trabalho, embora existam casos de “bem sucedidos” que logram melhores condições de vida. Além disso, compõe a categoria, os profissionais liberais e técnicos não assalariados.

A tese central de Prandi, baseado no referencial marxista, é de que o trabalhador por conta própria estaria teoricamente fora da lógica estrutural simples da relação capital x trabalho. Diferentemente do trabalhador assalariado ele não é um agente direto da acumulação, mas desempenha um papel de coadjuvante secundário, nem por isso menos importante, já que ocupa, na divisão do trabalho, as lacunas abertas e mantidas pelo desenvolvimento contraditório das forças produtivas capitalistas. A sua existência vem de épocas passadas, mas sobreviveu e se enraizou nas brechas do modo de desenvolvimento capitalista sem nenhum obstáculo à sua expansão, contudo, ao se inserir na dinâmica da sociedade capitalista depende dela para continuar a existir. Como afirma Prandi, o trabalhador autônomo:

É seu patrão e seu próprio empregado. Mas depende da ordem burguesa, pois é nesta ordem que sua existência está enclausurada, como um espelho a refletir a memória do passado. Mesmo que se trate de categoria de recriação ou expansão

recentes, o trabalho autônomo não pode – sob o capitalismo – desprender-se de sua condição histórica de forma passada, arrastando atrás de si o arcaísmo advindo de sua incapacidade de gerar sobretrabalho alienável para o capitalista. Isto não significa que seja, simplesmente um peso morto na sociedade, pois vai participar do momento-de-forças através do qual o modo de produção capitalista procura anular resultantes de suas contradições, jogando inclusive com relações sociais que, à primeira vista, podem parecer estranhas. Assim, o trabalho autônomo, no nível formal e aparente, nem está subordinado ao capitalista nem às classes assalariadas, mas tem sua exploração determinada no todo dinâmico do modo capitalista de produção, que, por ser predominante, historicamente já colocou em plano secundário o trabalhador incapaz de gerar excedente, mesmo que ainda dele faça uso, na finalidade última de se realizar. (PRANDI,1978, p.31)

Seguindo a lógica deste argumento, é preciso situar o trabalho por conta própria (leia-se trabalho informal) no quadro geral da acumulação capitalista. Primeiramente, é preciso levar em consideração que a parcela da população que sobrevive do “auto-emprego” faz parte do exército industrial de reserva, estando inteiramente disponível aos interesses imediatos do capital. Segundo, quando o trabalhador por conta-própria presta serviços ou vende mercadorias à população a baixos custos, isto contribui diretamente para o rebaixamento do salário necessário à reprodução do trabalhador assalariado, proporcionando o aumento da taxa de exploração do sobretrabalho. Quem se beneficia com isso? A classe expropriadora da força de trabalho é claro. De toda forma, a sorte do trabalho por conta própria, independente das modalidades ocupacionais que este assuma, depende da sorte do capital, que se expressa como um conjunto de mudanças sociais em que estão condensadas em transformações nas relações de produção e de trabalho. Disto resulta, que o trabalhador autônomo pode sofrer uma dupla expulsão: primeiro, quando o trabalhador é expulso do mercado de trabalho assalariado porque não tem condições de competir com os demais assalariados, o trabalho autônomo existirá como forma alternativa de sobrevivência; e segundo, o trabalhador autônomo pode ser expulso da condição de trabalhador não-assalariado na medida em que o capital assume de modo intensivo as atividades antes realizadas sob a forma de auto-emprego. Neste caso, há duas saídas, uma é o trabalhador mudar de ramo, mantendo-se na forma de auto-emprego, e a outra, é torna-se um trabalhador assalariado. Na visão de Prandi, uma tendência normal do

desenvolvimento do capitalismo é que progressivamente os trabalhadores autônomos se tornem trabalhadores assalariados, tendência que partir dos anos 80 começou a dar fortes sinais de inversão.

Além disso, para este autor o trabalho por conta própria pode ser compreendido como uma forma de trabalho não pago. Na medida em que o pagamento da força de trabalho não corresponde mais ao necessário à sua própria reprodução, o trabalhador e sua família são obrigados a ter que completar o montante necessário. Se esta complementação é feita através do trabalho por conta própria, isto se configura na verdade em um trabalho não pago. O trabalhador é obrigado a estender a sua jornada de trabalho, ou seja, “nas horas vagas” ele é obrigado a produzir bens que lhe permitam complementar o necessário à reprodução familiar, o que passa a representar um equivalente de ganhos subtraído do trabalho pago ao trabalhador assalariado, sendo por isso mesmo um trabalho não-pago. Desta forma, o trabalho por conta-própria é entendido como uma forma entre várias outras que existem (trabalho doméstico, trabalho assalariado não produtivo) que permite a extração da mais-valia relativa.

A problemática do “setor informal” também nos remete a uma questão teórica muito importante, como é possível pensar as atividades não-capitalistas que compõe o “setor informal” tendo em vista uma sociologia das classes sociais? Também aqui recorro às formulações de Francisco de Oliveira contidas em *O elo perdido – classe identidade de classe na Bahia*⁹, as quais são bastante pertinentes no tocante a questão da identidade de classe dos trabalhadores que estão inseridos no chamado “setor informal”. De acordo com Oliveira (2003b), o setor informal pode ser definido como um conjunto de atividades não-homogêneas que não é capitalista, mas que está inserida no interior do capitalismo, contudo, o que lhe dá homogeneidade enquanto forma, não enquanto atividades concretas, é a inexistência de

⁹ A primeira edição deste livro foi publicada em 1987 pela editora Brasiliense, sendo reeditada recentemente pela editora Fundação Perseu Abramo no ano de 2003.

estruturas formais de produção ou de circulação, o que implica em afirmar que o capital não é o sujeito direto destas relações, e a força de trabalho não é uma mercadoria.

Neste caso, o tempo de trabalho necessário não se constitui como um pressuposto para realização dos serviços e não reaparece como substância da materialidade dos valores que produzem ou vendem. Tanto do ponto de vista do processo de reprodução ampliada quanto do reconhecimento do “outro”, o tempo de trabalho do “informal” não é “socialmente necessário”, ou seja, os serviços e os valores de uso que são produzidos por ele aparecem ao “outro” como se fossem produzidos pelo jogo do azar. Assim sendo, não existe medida de igualdade. Embora tenha trabalho no “informal”, não há trabalho abstrato, assim sendo, a identidade de classe permanece “*numa espécie de circuito externo às determinações dos trabalhos concretos*” (OLIVEIRA, F. 2003b, p.75), em que a força de trabalho do “informal” aparece como autônoma e livre da expropriação do capital.

Portanto, do ponto de vista lógico-dialético não há lugar para representação dos que exercem os “trabalhos concretos” do informal, já que

(...) os trabalhadores do 'informal' estão colocados no último degrau do amplo proletariado, mas não são operários, tampouco podem ser assimilados aos capitalistas, pois, embora possuam os meios de produção, estes não se mostram no produto, do que decorre que não é capital que se trata. Esta *externalidade* do modo de produção capitalista é que finalmente, os define dentro da estrutura social, (...) falta-lhes um *internalidade* que a própria situação material torna permanentemente ambígua, o que lhes rouba a possibilidade de identificação. (OLIVEIRA, F., 2003b, p. 76).

Em certo sentido, os trabalhadores do “informal” constituem uma espécie de “*classe inacabada*” em que a representação está sujeita a oscilação da concretude da luta de classe e se ajusta conforme a hegemonia conjuntural.

Carvalho e Souza (1980) ao analisarem a expansão do capitalismo na cidade de Salvador também demonstram como atividades não-tipicamente capitalistas estão articuladas e subordinadas a lógica da acumulação capitalista. As referidas autoras destacam que a rápida

expansão industrial da região, assim como em outras regiões de “desenvolvimento dependente”, é fruto da integração dialética de formas de trabalho tipicamente capitalista (trabalho assalariado) e das atividades não tipicamente capitalistas (trabalho informal). A própria expansão do capitalismo é quem decide sobre os destinos das atividades não-tipicamente capitalistas. Em que sentido? Certas atividades são completamente extintas devido a penetração do capital em espaços econômicos antes ocupados por trabalhadores autônomos ou donos de negócio familiar; outras sobrevivem mais ou menos a este processo, e por último, algumas atividades surgem ou se expandem ocupando espaços abertos pela própria expansão do capital. Em resumo, o próprio processo de acumulação capitalista tem a capacidade de criar, recriar ou destruir os espaços que são ocupados na estrutura produtiva pelas atividades informais.

A persistência das atividades não-tipicamente-capitalistas na região decorre dos próprios padrões de expansão do capitalismo que avançam reproduzindo as “velhas” formas de trabalhar e produzir. A existência destas formas de inserção na divisão do trabalho, ao invés de ser *uma situação inútil, marginal ou parasitária*, possibilita a criação de condições que asseguram uma maior exploração da força de trabalho e maiores taxas de mais-valia. Sendo assim, a informalidade contribui com o processo de acumulação e expansão do capitalismo das seguintes formas:

- 1) facilitam de maneira mais direta o processo de acumulação em algumas empresas do setor capitalista, como ocorre, por exemplo, quando tais empresas se apropriam da produção de pequenos produtores autônomos, realizando grandes lucros na etapa de comercialização;
- 2) asseguram a manutenção do exército de reserva que o capitalismo necessariamente exige e produz;
- 3) atendem à demanda de certos bens e serviços quando ainda não existem condições que atraiam investimentos capitalistas para a produção de bens equivalentes ou sucedâneos;
- 4) estimulam um maior consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, principalmente ao facilitar a sua circulação;

- 5) contribuem para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho (CARVALHO, 1986, p.10).

Uma outra série de estudos sobre o “setor” informal também foi desenvolvida ao longo da década de 70, a partir de uma perspectiva antropológica e sociológica, privilegiando como eixo central as condições de subsistência e reprodução social dos estratos mais baixos da força de trabalho urbana. Tendo como referência empírica os problemas de ocupação e renda nas principais cidades nordestinas decorrentes do processo de industrialização e urbanização daquela região, vários estudiosos voltaram as suas atenções para a questão das “*estratégias de sobrevivências*” dos trabalhadores de baixa de renda, ou seja, estavam preocupados em analisar o conjunto de opções, comportamentos e meios encontrados por estes trabalhadores para subsistirem e se reproduzirem frente às dificuldades e condições de emprego (VIANA, 1980; LOPES et. al., 1979; MACHADO DA SILVA 1979; CARVALHO, 1986).

De um modo geral, estes estudos constataram que as dificuldades de sobrevivência, as alternativas e estratégicas utilizadas pelos segmentos mais pobres dos trabalhadores urbanos são resultantes do padrão de desenvolvimento capitalista fundamentado na superexploração da força de trabalho e na sua pauperização. Um dos principais indicadores de tal padrão de desenvolvimento seria o predomínio de remunerações abaixo do valor da força de trabalho, que por sua vez, são totalmente insuficientes para assegurar as mínimas condições de reprodução do trabalhador e dos seus dependentes. Diante da necessidade de continuar a sobreviver e se reproduzir socialmente, restam aos trabalhadores se submeterem a dois processos: 1) é necessário aumentar a quantidade de trabalho necessário e com isso ampliar a jornada de trabalho e expandir para os demais membros da família a responsabilidade pelos proventos do grupo doméstico, os quais devem exercer qualquer tipo de atividade remunerada para compensar a defasagem real do salário do chefe da família; 2) faz-se necessário

comprimir os gastos com consumo e o padrão de vida da família, os quais se concretizam na privação de bens e serviços essenciais à sobrevivência. Neste sentido, constata-se uma ampla combinação e complementação de várias formas de inserção ocupacional, entre as quais se destacam diversas modalidades de extensão da jornada de trabalho, a exemplo das horas extras; a combinação de trabalho assalariado com conta própria; bem como, a inserção de todos os membros da família nas atividades informais, desde as crianças até os idosos como forma de minorar as dificuldades de sobrevivência.

O que fica evidente nestas análises é que a unidade de trabalho real não é o indivíduo (o trabalhador) e sim o grupo doméstico, sendo que não é só importante a venda da força de trabalho familiar, mas também a produção de valores de uso para o consumo da família e as estratégias elaboradas pelo grupo familiar para vencer o pauperismo. Cabe ainda destacar, que as estratégias utilizadas pelos estratos de baixa renda para “driblar” a miséria não giravam apenas em torno do trabalho, mas também recorriam a outros expedientes do cotidiano urbano como alternativa para reduzir os gastos e de adaptação às condições de extrema privação, como por exemplo: a burla ao pagamento da luz e da água (o famoso “gato”); a utilização do crédito informal (“o fiado”) nos pequenos estabelecimentos comerciais próximos da vizinhança; os mutirões de moradia etc (MACHADO DA SILVA, 1979; VIANA, 1980). A principal contribuição dos estudos sobre as “estratégias de sobrevivência” foi revelar a existência de um mecanismo fundamental para a viabilização da reprodução social de um contingente de trabalhadores urbanos em péssimas condições de trabalho e de vida, isto é, a rede de relações sociais que se estabelecem entre parentes, amigos e vizinhos. Através da troca de bens, serviços e favores estes trabalhadores conseguiam enfrentar as situações de crise e sobreviver em meio aos sobressaltos da luta diária pelo direito de viver e de trabalhar nos grandes centros urbanos.

Ademais, os estudos sobre as “estratégias de sobrevivência” reforçam a tese sobre a importância das atividades não-capitalistas, seja como parte constituinte do exército industrial de reserva ou como forma complementar de renda para os assalariados, assim como, demonstram que apesar da heterogeneidade das formas de inserção ocupacional e de suas lógicas distintas de funcionamento, todas estão subordinadas à relação de dominação da sociedade capitalista, entre capital e trabalho (CARVALHO, 1986). Desta forma, reinvenção contínua e o laboratório de “idéias” experimentado cotidianamente pelos trabalhadores informais não se resumem simplesmente às capacidades “artísticas” e “inventivas” dos indivíduos, estão inscritos na lógica da produção e concentração da riqueza da sociedade capitalista, pois é da miséria da classe trabalhadora que sobrevive o capital. As palavras de Viana sintetizam muito bem o sentido das “estratégias de sobrevivência”:

Os inúmeros e engenhosos recursos, dia a dia inventados,... inevitável exploração do trabalho infantil, a compra miúda, para cada dia, para cada refeição, para cada prato, o sentimento de solidariedade que resulta finalmente de uma parcela extra, e, todavia imprescindível, de trabalho não pago, e tantos outros, não são apenas testemunhos da capacidade de inventar e se virar, triste improvisação cotidianamente renovada pelas camadas pobres da população em sua árdua luta pela sobrevivência. São feições concretas assumidas pela superexploração a que é submetida a classe trabalhadora brasileira para sustentar o crescimento desse capitalismo selvagem, com sua acumulação selvagem e sua dominação selvagem. *Só assim se pode fazer uma acumulação capitalista de tal ordem, represando de todas as maneiras possíveis quais manifestações de vida das classes exploradas, entretendo-as com sua sobrevivência, induzindo a usar toda a sua imaginação pra sobreviver em proveito da acumulação.* (VIANA,1980, p.213-214) (Grifo nosso)

Neste breve resumo que apresentamos até aqui, podemos observar que as diversas análises empreendidas durante a década de 70 estavam repensando a problemática da informalidade sob novos olhos. Uma das suas principais características é a crítica ao modelo dualista da economia e da sociedade, e por isso mesmo, vários autores desenvolveram pesquisas tentando demonstrar como todas “formas de trabalhar e produzir” se articulavam e se subordinavam à lógica da acumulação do capitalismo no Brasil e na América Latina. Contudo, observa-se que, apesar das diversas análises criticarem a idéia original do conceito

de informalidade (na sua forma estática e independente), estas continuaram a explicar a dinâmica do mercado de trabalho ainda com um enfoque setorial, embora *dinâmico, subordinado e intersticial*¹⁰.

Em poucas palavras, o critério delimitador da noção de “setor informal” passa a ser **a relação do trabalhador com os meios e os instrumentos de produção**. Assim sendo, a informalidade pode ser definida e mensurada como:

(...) um conjunto de atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, caracterizadas em especial por não terem a busca do lucro o seu objetivo central e por não haver uma separação nítida entre capital e trabalho, ou seja, o produtor direto, de posse dos meios de produção, executa e administra a atividade econômica, com o apoio de mão de obra familiar e/ou alguns ajudantes (FILGUEIRAS; DRUCK, AMARAL, 2004, p. 213).

De acordo com este critério, a informalidade é constituída basicamente pelos trabalhadores por conta própria ou autônomos, a pequena produção e a produção familiar, sendo que a forma de inserção do trabalhador informal na economia se dá através do mercado de bens e serviços e não pelo mercado de trabalho. (BORGES; FRANCO, 1999).

Machado da Silva (1996) sugere que o debate sobre a informalidade até o início dos anos 80 estava sustentado na distinção clássica existente na teoria econômica entre “emprego” e “ocupação”, em que o emprego diz respeito a uma relação *formal*, isto é, uma relação produtiva de compra e venda da força de trabalho juridicamente regulamentada; e todas as outras modalidades de usos produtivos de trabalho (outras ocupações), que em sua diversidade tem em comum a condição de não serem reguladas, seriam “informais”. Esta suposição desdobra-se em uma segunda, em que esta diferença entre emprego e ocupação transforma-se em uma hierarquia, tanto do ponto de vista dos resultados econômicos quanto

¹⁰ ... o espaço econômico informal, que é intersticial às atividades econômicas dominantes, é o ocupado de forma permanente e constitui parte integrante de um mercado de trabalho em equilíbrio, embora o tipo de produtores e a oferta de bens e de serviços modifiquem-se ao longo do tempo. O vínculo estrutural entre os setores formal e informal é concretizado por meio de um fluxo de renda também permanente do primeiro para o segundo setor, através de vínculos subcontratação, prestação de serviços, venda de mercadorias, poupanças acumuladas em empregos formais e aplicadas em atividades informais (CACCIAMALI, 1991, p. 126).

da proteção social dos trabalhadores. Portanto, o que está implícito na problemática da informalidade é um parâmetro de relação produtiva tida como ideal: o *assalariamento*, cuja referência concreta é o “*emprego assalariado fordista*”, típico da experiência histórica dos países europeus, que estabeleceram o Estado de Bem Estar Social.

A partir dos anos 80, a noção de informalidade ganha um novo sentido, deixa de ser categoria exclusiva de entendimento dos problemas relacionados à integração dos trabalhadores a estrutura produtiva dos países subdesenvolvidos e passa a ser incorporada às análises da realidade contemporânea dos países capitalistas centrais. Nestes países, o tema da informalidade alcança notoriedade pública com a crise do Estado Bem-Estar Social e do Fordismo, pois até então, esta problemática não tinha visibilidade e não se constituía como um problema social grave. Isto se deve, ao fato de que nestes países, pós 2ª guerra mundial, a forma de integração da população trabalhadora ao mercado de trabalho foi marcada por uma forte regulação do Estado, o que dificultou a ilegalidade nas relações de trabalho. Todavia, com a adoção generalizada dos programas de liberação econômica, fundamentados na ideologia neoliberal, e a implementação da reestruturação produtiva como formas de resposta ao colapso político da social democracia e do fordismo, respectivamente, coloca-se em questão a proteção social da classe trabalhadora conquistada durante “os anos dourados”, ao mesmo tempo em que se criam as condições para o surgimento de um conjunto de atividades não regulamentadas pela legislação existente em cada país (MACHADO DA SILVA, 1996; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

Neste contexto, o debate da informalidade não diz respeito às formas de integração da população trabalhadora à estrutura produtiva e ao mercado de trabalho, mas as dimensões dos conflitos de legitimidade e o quadro político institucional que prescreve as condições de uso social do trabalho pelos diversos agentes econômicos. O conceito de informalidade passa a expressar o conjunto de atividades e formas de produção, bem como as relações de trabalho

que fogem ao marco regulatório do Estado. O critério delimitador da informalidade passa a ser a questão da *ilegalidade*, de modo que, a noção de “informal” passa a contemplar:

(...) atividades e práticas econômicas ilegais e/ou ilícitas, com relação às normas e regras instituídas pela sociedade. Com isso, a informalidade identifica-se com a chamada economia subterrânea, ou ainda com a economia submersa, sendo redefinida, portanto, por um critério jurídico; e não mais pelo uso de um critério econômico (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 214).

Por esta definição, informalidade não pode ser considerada como um setor da economia, mas como uma forma de desregulamentação social do trabalho que perpassa desde as atividades e empresas não registradas até as empresas capitalistas juridicamente legalizadas. Por conseguinte, o trabalhador informal tanto pode se inserir na estrutura produtiva através do mercado de trabalho como pelo mercado de bens e serviços. Portanto, “*a noção de informalidade não se define mais por contraposição ao assalariamento, mas sim à iniciativa econômica que escapa à regulação social*” (MACHADO DA SILVA, 1996, p.34)

Uma das questões que está no centro do debate sobre a economia submersa/ilegal é o papel do Estado e sua capacidade de intervenção na economia. Entre os vários argumentos que tentam justificar porque a informalidade escapa à regulação do Estado, destaca-se o argumento bastante difundido pelo discurso liberal que afirma que a informalidade é uma resposta ao peso excessivo do Estado, não apenas em termos fiscais, mas, sobretudo às regulamentações burocráticas. No entanto, a relação da informalidade-Estado não se restringe apenas à questão de excesso de normatividade jurídica ou da carga tributária, envolve também variantes políticas que são fundamentais para entender as mediações entre trabalho e direitos. De acordo com Lautier (1991,1997) a evolução da economia informal é ao mesmo tempo um sintoma e a causa da transformação da relação do Estado com os cidadãos, uma característica do processo de fragmentação social e do caráter *virtual* da democracia.

Falar da economia informal é situar-se em uma problemática na qual a intervenção do estado é considerada como necessária ao funcionamento de toda atividade econômica: ele define as regras da concorrência, as de uso do trabalho; permite a reprodução dos trabalhadores de uma geração à outra, fixa normas relativas ao produto (qualidade, segurança) etc. E obviamente, cobra impostos, taxas e cotas para financiar sua própria atividade e também para atender a objetivos políticos, sociais ou éticos. (LAUTIER, 1997, p. 61)

Neste sentido, podemos afirmar que a problemática da informalidade está associada ao conjunto de transformações que ocorrem no mundo do trabalho no contexto de globalização, de reestruturação produtiva e de neoliberalismo. Se no primeiro momento, a noção de informalidade tinha como parâmetro de referência a generalização do pleno emprego e da proteção social, a partir dos anos 80 a própria noção de informalidade passa a ser um parâmetro de referência para explicar o processo de flexibilização e precarização do trabalho, um espelho da crise da sociedade salarial e da relação Estado-Economia em tempos de hegemonia do projeto político neoliberal.

2.2 “O novo status da informalidade” no Brasil contemporâneo

Sabemos que a informalidade (independente do critério delimitador) sempre esteve presente na realidade histórica da sociedade brasileira, assim como na de todas as sociedades subdesenvolvidas, integrando-se dialeticamente ao processo de desenvolvimento do capitalismo periférico. Além disso, também é verdade que o sistema fordista de produção e o Estado de Bem-Estar nunca se concretizaram plenamente no Brasil; se pensarmos nos termos de Robert Castel, o que tivemos foi uma sociedade salarial incompleta. Entretanto, durante o período de 1940 a 1980 houve um processo de estruturação do mercado de trabalho, cujos indicadores mais visíveis são a evolução do emprego com carteira assinada e da produção

organizada. A partir da década de 80, observa-se que há um processo de desestruturação do mercado de trabalho, havendo uma redução do trabalho com carteira assinada e aumento da precarização do trabalho (assalariados sem registro, ilegal, clandestino, trabalho por conta própria, sem contribuição para previdência), além do aumento da participação do setor terciário na alocação da força de trabalho. De acordo com Pochmann, nos anos 90 os sinais da desestruturação do mercado de trabalho são mais evidentes ainda:

(...) de cada dez ocupações geradas entre 1989 e 1995, apenas duas eram assalariadas, ante oito não-assalariados, sendo quase cinco de conta própria e três ocupações sem remuneração. (...) Em virtude disso, observa-se nos anos 90 *um movimento de desassalariamento*, provocado fundamentalmente pela eliminação de empregos com registro. (POCHMANN, 1999, p.75) (Grifo nosso)

A década de 90 marca a entrada “triumfante” do Brasil na nova ordem produtiva mundial e do advento de um novo e precário mundo do trabalho. É a época da reestruturação produtiva das empresas e da desestruturação da vida dos trabalhadores. Os sinais dos novos tempos são percebidos por todas as esferas da sociedade, o esvaziamento do poder estruturante do Estado e a ditadura do mercado flexível rebatem diretamente na vida daqueles que vivem do trabalho. Durante “a década da desertificação Neoliberal” (ANTUNES, 2004), as estatísticas oficiais registram as maiores taxas de desemprego na história do país, a *síndrome subjetiva do desemprego* passa a ser um dos principais problemas sociais do Brasil globalizado (SANTOS, 2000). A terceirização difunde-se como prática de gestão e fragmentação/segmentação da classe trabalhadora. Observa-se a redução do emprego industrial e a crescente terciarização da economia. (DRUCK, 1999; ALVES, G., 2000)

Neste contexto, a informalidade ganha novos contornos empíricos e teóricos, passa a ter um “novo status”, traduz-se como um processo de informalização e precarização das relações de trabalho no Brasil. Observa-se um processo de conversão social do que a literatura sobre informalidade tradicionalmente vem denominando de “atividades não-

tipicamente capitalistas”, as quais passam ocupar um espaço um lugar de destaque no capitalismo flexível. O que no passado era “*não-tipicamente capitalista*”, leia-se *trabalho informal por conta própria*, agora se transformou em uma das formas de reprodução do capital, logo, o trabalho informal é na sua essência capitalista. Como demonstra Francisco de Oliveira (2003a) no ensaio sobre o *Ornitorrinco*, toda a luta do capital é para encurtar as distâncias entre o tempo de trabalho total e o tempo de trabalho da produção. Do ponto de vista teórico, podemos afirmar que o capitalismo flexível busca transformar o tempo de trabalho em trabalho não-pago, ou melhor, de uma fusão da mais-valia absoluta e relativa:

(...) na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; e o capital usa trabalhador somente quando necessita dele, na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal. A contradição: a jornada de mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não pago, mas é o seu contrário, pela combinação das duas formas, Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo tempo de trabalho é tempo de produção. (OLIVEIRA, F., 2003a, p. 136).

De acordo com este autor, a tendência recente do capital é suprimir cada vez mais os salários como “capital variável” dos seus custos, ou seja, o pagamento do salário do trabalhador passa cada vez mais a depender dos resultados das vendas das mercadorias e não mais um adiantamento do capital, deixando de ser, portanto, um custo para o capital. Uma das conseqüências disto é que os postos de trabalhos não precisam ser mais fixos e os trabalhadores não precisam ter contrato de trabalho. Além disso, as regras do Welfare se transformam em obstáculo para realização da acumulação do capital, pois elas regulam os salários como uma forma de adiantamento e de custo do capital. O elemento central de tal processo para Oliveira é a elevada produtividade do trabalho, pois:

(...) se o capital não pode igualar tempo de trabalho a tempo de produção pela existência de uma jornada de trabalho, e pelos direitos dos trabalhadores, então se suprime a jornada de trabalho e com ela os direitos dos trabalhadores, pois já não

existe medida de tempo de trabalho sobre o qual se assegura os direitos do Welfare. (...) No fundo, só a plena validade da mais-valia relativa, isto é, de uma altíssima produtividade do trabalho, é que permite ao capital eliminar a jornada de trabalho como mensuração do valor da força de trabalho, e com isso utilizar o trabalho abstrato dos trabalhadores “informais” como fonte de produção de mais-valor. **Este é o lado contemporâneo não-dualista da acumulação do capital na periferia, mas que começa também a se projetar no núcleo desenvolvido.** (OLIVERA, F., 2003a, p. 137) (Grifo nosso).

Neste sentido, a configuração da informalidade na contemporaneidade tem como um dos seus principais determinantes as recentes transformações que ocorreram no mundo do trabalho, que faz do trabalhador flexível um dos principais agentes de reprodução do capital flexível. Vários estudos têm demonstrado que o aumento da informalidade nos anos 90 é resultante da migração de trabalhadores inseridos em atividades formais (capitalistas e/ou legais) para atividades informais (não-tipicamente capitalista e/ou ilegais), caracterizando o que tem sido denominado de “*nova informalidade*”. (BALTAR; DEDECCA, 1997; SILVA, P., 2002; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

Esta nova informalidade é resultante do processo de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho em curso no país desde os anos 90, que tem resultado na redefinição das atividades informais. Se no passado a informalidade era caracterizada como uma espécie de resíduo de trabalhadores urbanos não incorporados aos setores organizados da economia, na atualidade ela se constitui como o lugar de exílio dos trabalhadores expulsos do trabalho organizado e protegido socialmente.

De acordo com Druck (2000) o processo de reestruturação produtiva ao mesmo tempo em que cria novas formas de atividades informais também destrói, redefine e reproduz, de modo generalizado, as formas pretéritas do trabalho informal. A expansão do capitalismo flexível no Brasil não apenas reproduz o velho trabalhador informal, como vem dando origem a novos trabalhadores informais, detentores de um nível de qualificação profissional muito mais elevado e cujas trajetórias ocupacionais são marcadas por uma longa experiência acumulada nas atividades formais. A inserção destes novos trabalhadores, tanto pode ser

através das velhas ou de novas formas de atividades formais. Sendo assim, “a nova informalidade” pode ser:

(...) caracterizada pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da ‘velha informalidade’ que são por ele definidas. (FILGUEIRAS, DRUCK; AMARAL, 2004, p. 215)

Para Noronha (2003) a nova informalidade também pode ser definida como *informalidade pós-fordista*, já que esta resulta de mudanças nos processos de trabalho, novas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho que não exigem tempo nem locais fixos provocados pela crise do fordismo ou da sociedade industrial. Na visão de Soares e Lima (2002), a nova informalidade pode ser considerada como o sinônimo da flexibilidade dos novos tempos, representa o retorno do ônus da reprodução da força de trabalho na própria família e do enfraquecimento da regulação sobre o mercado de trabalho, podendo ser caracterizada como um processo de incorporação de contingentes de trabalhadores antes inseridos no mercado de trabalho formal e protegido, que por conta das mudanças recentes do capitalismo juntam-se ao “velho informal” autônomo de todos os tipos e compartilham da falta de perspectiva de inserção da formalidade, que outrora era vista como um futuro desejado.

O debate sobre a informalidade durante a década de 90 pode ser caracterizado pela tentativa de superação dos enfoques analíticos que vigoraram nas décadas anteriores. Devido ao quadro de mudanças que ocorrem no âmbito do Estado, da economia e do mundo do trabalho pós-crise do fordismo e do Estado de Bem-Estar Social, alguns autores têm proposto a ampliação teórica e empírica do conceito. Independente das posições assumidas por cada autor individualmente, há um esforço comum em compreender o fenômeno da informalidade como um processo determinado por múltiplas causas correlacionadas e interdependentes. No atual “estado das artes”, destaca-se as análises que consideram a informalidade a partir da

junção dos dois critérios: a da ilegalidade e o das atividades não tipicamente capitalistas, ou seja, trata-se de um enfoque analítico que combina e correlaciona a inserção dos trabalhadores na estrutura produtiva e os problemas do quadro político institucional que regula o mercado de trabalho. A noção de informalidade passa a ser mais ampla do que o conceito de setor informal ou de economia submersa, diz respeito a uma dinâmica processual que engloba o conteúdo explicativo destes dois últimos conceitos, buscando superar as dificuldades de caracterizar os trabalhadores informais no contexto de precarização, flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho no Brasil.

Jakobsen; Martins e Dombrowski (2000) demonstram muito bem em pesquisa realizada na maior metrópole do país, São Paulo, a complexidade e heterogeneidade do trabalho informal nos dias de hoje:

É evidente a diferença entre os diversos tipos de trabalhadores informais. Sob o rótulo de informal ocultam-se desde trabalhadores razoavelmente capitalizados – como os perueiros, proprietários de seus veículos com acesso a financiamentos bancários – até ambulantes, vendedores em trens ou vendedores em faróis, que compram diariamente pequenas quantidades de artigos para vender durante o dia. Para estes, a incerteza e a insegurança são constantes e a sobrevivência é conquistada a cada dia. Também há uma grande diversidade de trajetórias de vida: trabalham como informais jovens, crianças e adolescentes, ao lado de pessoas idosas; muitos estão na informalidade há mais de dez anos, outros há menos de um ano; enquanto alguns são ex-assalariados, outros jamais chegaram a ter o primeiro emprego. Esta diversidade demonstra a complexidade do chamado setor informal e coloca em questão os conceitos normalmente utilizados para estudá-lo. (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2000, p. 50-51)

Diante da complexidade e diversidade da realidade empírica descrita pela noção de informalidade, há uma vasta literatura crítica que nos oferece alguns elementos para repensar a problemática em questão. Para Maluguti (2001, p. 14-15) a universalidade da informalidade como fenômeno e/ou objeto é um dos exemplos da sua complexidade, pois:

(...) mesmo sendo uma realidade empírica imprecisa, com contornos incertos, suas manifestações intuitivas podem ser vislumbradas nos dois hemisférios, nos países desenvolvidos do norte ou nas nações subdesenvolvidas do Sul. Sabe-se hoje que a informalidade não é uma aberração produzida pelo subdesenvolvimento ou pela dependência. Sua existência parece estar entranhada no âmago das relações capitalistas de produção, na relação salarial aparentemente mais 'sadia' típica e tradicional. O 'não-formal' manifesta-se em regiões ou países de inequívoca vocação capitalista, em empresas públicas ou privadas, em instituições governamentais ou civis. Portanto, não é que possa ser eliminado da dinâmica social e econômica capitalista.

Antes de delinear as principais propostas de superação das noções clássicas de informalidade, convém lembrar que embora se reconheça que a noção de informalidade desde sua origem seja teoricamente ambígua e empiricamente imprecisa, esta noção mesmo com todos os problemas e críticas que são apresentadas pela vasta literatura, ainda carrega um forte valor explicativo. Enquanto não se estabelecer, tanto em termos práticos e simbólicos, um padrão de integração societal alternativo ao regime salarial, que seja eticamente aceitável e economicamente viável, a noção de informalidade continuará sendo a categoria de apreensão intelectual dos usos sociais do trabalho que se reproduzem de maneira contrastiva ao padrão de integração societal do regime salarial.

Machado da Silva e Chinelli (1997) afirmam que a idéia de *processo de informalização das relações de trabalho* tem sido a noção cada vez mais utilizada para descrever o impacto dos processos em curso no mundo do trabalho sobre a estrutura do mercado de trabalho, e está associada principalmente aos problemas resultantes da tendência mundial do crescimento do desemprego e da precarização do emprego assalariado. De acordo com estes autores, a evolução do emprego no Brasil nos últimos anos aponta para um processo de informalização que se apresenta como "círculo vicioso" e "círculo virtuoso". Os autores descrevem este processo da seguinte forma:

Trata-se, de um lado, **da informalização colada ao empobrecimento do conjunto dos trabalhadores**, que vai desde o afrouxamento da proteção legal do emprego, até a franca ilegalidade das relações trabalhistas, passando pela situação de pobreza de segmentos que apenas conseguem acionar estratégias de sobrevivência que reproduzem as dificuldades de sua incorporação produtiva. De outro, **dos**

processos de informalização que envolvem, via de regra, os segmentos mais afluentes e qualificados da força de trabalho, até então imunes à retração econômica e ao desemprego. (MACHADO DA SILVA; CHINELLI, 1997, p.26-27) (Grifo nosso).

Embora este processo envolva diferentes dimensões da vida econômica e distintas categorias de trabalhadores, o ponto em comum é a crescente desigualdade econômica que aprofunda cada vez as distâncias entre as categorias sociais, colocando em questão a própria integração social da sociedade. Como afirma Barreto (2004) a precarização do trabalho e das condições de vida é a “*homogeneização sui generis*” do conjunto de trabalhadores que estão desempregados e na informalidade, é esta a condição que unifica os diferentes segmentos ocupacionais no mercado de trabalho flexibilizado.

Cacciamali (2000) toma como ponto de partida para redefinição do conceito de informalidade, o processo de acumulação capitalista mundial e os seus efeitos regionais e institucionais, assim como as relações de subordinação que são produzidas e suas especificidades nacionais e locais. Tendo em vista tais mudanças, a autora considera que o conceito de “*processo de informalidade*” torna-se mais apropriado à compreensão dos seus efeitos sobre as formas de organização da produção, do trabalho assalariado e de outras formas de inserção dos trabalhadores. Ao invés de se reportar a um objeto de estudo fechado, trata-se da análise de um processo, o qual é definido como:

(...) um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção de trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições. (CACCIAMALI, 2000, p.163)

Ao analisar o processo de informalidade, Cacciamali propõe a existência de quatro elementos que condicionam a configuração da estrutura produtiva, dos mercados de trabalho e da informalidade: os processos de reestruturação produtiva; a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a maior

abertura comercial das economias e a desregulamentação dos mercados de trabalho; os quais geram inseguranças nos negócios provocando menores taxas de crescimento econômico e do emprego.

De acordo com a referida autora, decorrem do processo de informalidade dois fenômenos principais. O primeiro diz respeito a reconfiguração das relações de trabalho nas formas de organização de produção e do mercado de trabalho informais, as quais podem ser mensuradas mediante categorias analíticas que representem as formas de trabalho assalariado não registrado junto à seguridade social, mas que também podem ser explicitadas através de outras formas de contratações (legais e/ou consensuais), a exemplo de cooperativas de trabalho, empresas terceirizadas, agências de trabalho temporário, locadoras de mão de obra, trabalho assalariado disfarçado sob forma de trabalho autônomo etc. O conjunto destas relações tem em comum a vulnerabilidade, a insegurança da relação de trabalho e incerteza dos rendimentos, ausência de qualquer tipo de regulamentação e proteção social; o uso flexível do trabalho, baixa remuneração e baixo nível de qualificação. O segundo fenômeno refere-se ao auto-emprego e outras estratégias de sobrevivência encontradas pelos indivíduos diante das dificuldades de reinserção ou de inserção no mercado de trabalho, ou que por opção, obtêm renda através do trabalho por conta própria e de microempresas. Trata-se basicamente do que tradicionalmente vem sendo denominado pela literatura de setor informal.

Desta forma, o processo de informalidade pode ser apreendido tanto pelas inserções relacionadas a determinadas formas de organização da produção não tipicamente capitalista quanto pelas diferentes formas de assalariamento ilegal. A partir deste conceito, a informalidade passa a ser apreendida como:

(...) o conjunto de indivíduos assalariados que foram contratados à margem da legislação laboral ou da seguridade social; o conjunto de trabalhadores por conta própria e de empregadores que não exercem profissões liberais e que não dependem de mão-de-obra assalariada para o desempenho do seu trabalho; o trabalho sem remuneração; e o serviço doméstico. (CACCIAMALI, 2000, p.165)

Filgueiras, Druck e Amaral (2004) também propõem uma redefinição do conceito de informalidade a partir da junção dos critérios de ilegalidade e de atividades não tipicamente capitalistas. Tomando como base as estatísticas oficiais do país que mensuram o mercado do trabalho, os autores elaboram uma noção de informalidade que se identifica com todas as formas de trabalho precário, ou como se reportam os autores, “*todas as formas e relações de trabalho não-fordistas*”. Esta definição também engloba tanto as atividades e formas de produção não tipicamente capitalistas, sejam estas legais ou ilegais, quanto às atividades e relações de trabalho ilegais, capitalistas ou não capitalistas. Segundo os autores a redefinição da noção de informalidade busca expressar o grau de precarização do mercado de trabalho, uma vez que:

A denominação ‘não fordista’ busca sintetizar os trabalhadores que têm uma inserção precária no mercado e que, portanto, não estão sob a proteção das leis sociais e trabalhistas reguladas pelo Estado, conforme estabelecido nos países centrais pós II Guerra Mundial, com a implementação do Estado-de-bem-estar-social e, no Brasil, com a consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É um trabalho não regulado. (FILGUEIRAS, DRUCK; AMARAL, 2004; p. 215).

A partir das noções acima mencionadas de *processo de informalização das relações de trabalho; processo de informalidade; e de atividades não-fordistas*, evidencia-se o deslocamento do campo semântico da noção de informalidade na contemporaneidade e a importância que a mesma assume como categoria explicativa das conseqüências sociais do processo de reestruturação produtiva sob a estrutura do mercado de trabalho. Ambas as propostas buscam superar a noção de setor informal, os enfoques analíticos apreendem a informalidade como um espaço social do mercado de trabalho em que as dimensões da vida econômica e política se interpenetram, coexistem e se influenciam mutuamente, isto é, a

informalidade é compreendida como o processo de precarização e flexibilização do trabalho, que não diz respeito apenas aos aspectos relacionados à inserção produtiva e a reprodução social dos trabalhadores que encontram dificuldades de se integrarem ao mercado de trabalho formalizado, mas também envolve as questões políticas que “institucionalizam” a precarização como regime de dominação política e de exploração da força de trabalho. Em termos sociológicos, trata-se justamente de entender como a institucionalização da precarização é incorporada às práticas dos trabalhadores informais.

Paralelo as estas proposições conceituais, alguns autores têm despertado interesse para as diferentes lógicas sociais que movem os agentes e as redes de sociabilidades que são construídas a partir do trabalho informal. Em certo sentido, caracteriza-se como um retorno da temática das estratégias de sobrevivência acionadas pelo conjunto de trabalhadores que ingressam nas formas tradicionais de informalidade. (SORJ, 1993; PAIVA; POTENGY; CHINELLI, 1997). Para Maluguti (2001) as fronteiras entre “informal” e “formal” são bastante tênues, o que exige a elaboração de instrumentos teóricos que permitam compreender a informalidade não como um setor fechado ou relacional, mas como relações intercambiadas que compõe a trajetória ocupacional de um trabalhador de uma forma seqüencial ou seqüencial-múltipla. O autor defende a tese de que “informal” está no “formal” e o “formal” está no “informal”, um não existe sem o outro. Do ponto de vista das práticas laborais trata-se de processos indissociáveis, pois

(...) mesmo nas relações salariais mais ‘transparentes’ contêm informalidades mais ou menos latentes, mais ou menos realizadas, e que informalidades aparentes são, quase sempre, manifestações de um salariado que perde sua materialidade relacional. (MALUGUTI, 2001, p. 14)

De acordo com Malaguti existem várias situações ocupacionais em que o trabalhador pode ser ao mesmo tempo trabalhador assalariado e trabalhador informal, mas como

classificá-lo a partir dos conceitos clássicos de informalidade? Na sua visão, os conceitos tradicionais de informalidade não servem para explicar estas situações múltiplas vivenciadas em um determinado momento da trajetória de um trabalhador, pois o trabalho assalariado e trabalho autônomo são apreendidos como situações isoladas e estáticas. Nestes casos, a análise das trajetórias ocupacionais se apresenta com um instrumento analítico mais adequado para se entender como as condições objetivas e subjetivas são indissociáveis, pois

(...) a análise das relações entre as diversas vivências econômicas do trabalhador permite-nos compreender sua personalidade profissional, seu nível de engajamento em disputas econômicas ou políticas, sua classe social, sua posição no interior de uma mesma classe, e, conseqüentemente, sua consciência de classe (MALAGUTI, 2001, p.145).

Ao nosso ver o uso das trajetórias é uma ferramenta operacional que pode ajudar na análise do trabalho informal, entretanto, é preciso ter muito cuidado para não reduzir o entendimento das múltiplas situações ocupacionais vivenciadas pelos trabalhadores ao plano das representações sociais. Entretanto, a proposta de Malaguti não se aplica à realidade social de imensa maioria dos trabalhadores informais, pois várias pesquisas têm demonstrado que o trabalho informal se constitui como a principal e única fonte de renda daqueles que se inserem no mercado de trabalho através das atividades informais; além disso, a jornada de trabalho diária é tão extensa que não oferece nenhuma condição para o exercício de outra atividade, seja assalariada ou não. (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2000; DRUCK 2002; BARRETO, 2003; SOARES; LIMA, 2002).

Além destas questões um tanto quanto centradas nos aspectos metodológicos da noção de informalidade, está em andamento um debate sobre o esgotamento da força cognitiva e prática da noção da informalidade. No âmago da questão está a consolidação de um padrão societal alternativo ao regime salarial pautado fortemente em termos práticos no engajamento

pessoal dos trabalhadores e simbolicamente no binômio empregabilidade/empreendedorismo da ideologia empresarial.

Recentemente, Machado da Silva (2003) ao fazer um mapeamento das principais questões que nortearam o debate sobre a informalidade nas últimas três décadas, reconsidera posições assumidas em escritos anteriores e defende a tese de que há um esvaziamento do conceito de informalidade e sua força explicativa, tornando-se um resíduo do passado, cujo valor é apenas descritivo, e mesmo assim totalmente dependente dos contextos discursivos a que se refere. O autor propõe como termo substituto à noção de informalidade, o conceito de *empregabilidade*, entendida como uma cultura do trabalho em gestação, moldada em valores e práticas totalmente distintos à história do assalariamento.

Concordamos parcialmente com o diagnóstico apresentado por Machado da Silva, principalmente em relação aos perigos de uma cultura do trabalho pautada na empregabilidade, todavia, discordamos do autor no que se refere a sua proposta de substituição da noção de informalidade pela noção de empregabilidade. Defendemos a tese de que ocorre um processo simbólico, econômico e político que confere a noção de informalidade um novo “status”, em que as *características que sempre constituíram tradicionalmente as chamadas estratégias de sobrevivência dos trabalhadores informais agora são transmutadas em personificações do novo trabalhador do capitalismo flexível*.

Assim como, a noção de informalidade é desde a sua origem comprometida ideologicamente, a noção de empregabilidade ao que tudo indica é mais comprometida ainda. Trata-se de uma noção completamente forjada no âmbito do discurso empresarial. Acreditamos que esta noção padece totalmente de problematização sociológica, tornando-se necessária uma sociogênese do conceito. Afinal de contas *o que há em comum entre informalidade e empregabilidade? Um novo nome para velhas coisas?* Esta é a questão central que tentaremos responder na próxima secção.

CAPÍTULO 3

TRABALHO INFORMAL E EMPREGABILIDADE: O QUE HÁ EM COMUM? UM NOVO NOME PARA VELHAS COISAS?

“Lá vai a empregabilidade, corre, pega ela, não a deixa escapar, dependes dela para se manter vivo no mercado de trabalho em constante mutação, ela é a chave do sucesso para quem deseja ter trabalho e renda nos dias hoje, em que emprego fixo, com horário certo para bater o ponto não existe mais, é coisa do passado”, exclamava em alto e bom tom um “guru da administração”, levando as gargalhadas o público de um *workshop* composto de pequenos empresários, estudantes e jovens empreendedores em um hotel de luxo com vista para o mar, na terra de “*todos os santos*” e “*encantos mil*”, cidade de São Salvador da Bahia.

Do seu púlpito, de olhos bem abertos, com boa postura corporal e firmeza no timbre de voz, assim como os pastores performáticos das igrejas pentecostais, o “guru” apresentava para o seu público o perfil do trabalhador do século XXI. Para exortar o “espírito” que move o novo trabalhador, tomava de empréstimo a frase do famoso filósofo grego Heráclito: “*Não existe nada permanente, exceto a mudança*”. Completando o ritual, ele descrevia as características do trabalhador demandado pelo “mercado”, o “ente” que domina e decide sobre a vida e os destinos dos pobres mortais, em lugar do “*trabalhador-dinossauro*” ascende o “*trabalhador-super-homem*” afirmava o guru. O trabalhador acomodado, dependente, carreirista, resistente a mudanças é peça de museu, de antiquário; as empresas de hoje esperam dos seus empregados novas atitudes, posturas e conhecimentos. O trabalhador-super-homem é por excelência flexível, tal como camaleão que muda de cor de acordo com o tempo, deve sempre ajustar e adequar as suas “*habilidades*” e “*competências*” às

necessidades das empresas, deixar para traz os resquícios do emprego fordista e encarar o futuro com coragem e ousadia.

E para terminar o espetáculo em grande estilo, a iluminação do cenário aos poucos se obscurece e os slides se projetam no telão, e ali as palavras por efeito lúdico davam vida à imagem do trabalhador-super-homem: *liderança; facilidade de comunicação; flexibilidade e capacidade de adaptação às mudanças; capacidade de organizar e transmitir as idéias; criatividade e iniciativa na resolução de problemas e tomadas de decisões; trabalho em equipe; ambição de carreira; capacidade de lidar com situações diferentes; e por último, não ter medo de ficar desempregado e acreditar no seu próprio sucesso e autodesenvolvimento.*

Luzes acesas, de volta ao mundo real, o último conselho do “guru” para quem deseja ser um profissional de sucesso, mais uma vez ele falava por metáforas, buscava inspiração no livro do pequeno príncipe de Saint-Exupéry (1964), em tom melodramático, lembrava da passagem em que a raposa diz para o príncipezinho: *“Tu és eternamente responsável por aquilo que cativas. Tu és responsável pela rosa...”* Traduzindo a metáfora para a platéia, ele dizia: tu és inteiramente responsável pelo emprego que tu tens, és responsável pelo teu próprio sucesso profissional, pense sempre positivo e não deixe se abater pelo pessimismo dos outros, o teu futuro depende exclusivamente de você, confie na sua força interior e jamais as portas do mercado se fecharão pra você. Seja gestor do seu próprio tempo e do seu trabalho! O segredo é não desistir, se não conseguir o emprego que deseja, continue tentando, pois quem espera alcança! Lembre-se sempre da lição de Santa Tereza d’Avilla: *“Nada te perturbe. Nada te espante. Tudo passa. A paciência tudo alcança”*.

O que descrevemos nas linhas acima pode ser denominado de “fábula da empregabilidade”, e se constitui num recurso metodológico que fazemos uso com o objetivo de mapear o lugar de onde ecoam os sentidos simbólicos e práticos desta noção, que se propagou de forma endêmica durante a década de 90 no Brasil, e rapidamente foi incorporada

ao discurso dos principais atores da cena pública de nossa sociedade, ganhando plausibilidade entre tecnocratas, educadores, políticos, líderes sindicais, pesquisadores do mundo do trabalho etc, bem como obteve visibilidade e destaque público através da mídia. Esta fábula é síntese de uma das mais novas panacéias do mundo empresarial: a empregabilidade. Basta acessar qualquer site de pesquisa na Internet e teremos um bom panorama desta panacéia, este é um campo empírico interessante para compreendermos a sua gênese social e ideológica¹¹. A primeira evidência empírica fundamental é de que se trata de uma noção eminentemente inventada e germinada no ambiente empresarial, este é o seu berço de origem, e em segundo lugar, os seus principais agentes de divulgação e de propagação são os consultores de mercado, executivos, administradores de empresas, donos de agências de emprego e banco de talentos que contam também com o suporte das escolas de administração e das “*Business School*” espalhadas pelo país. O fato de ser uma noção completamente forjada pela ação empresarial indica o quanto é perigoso à análise sociológica adotar uma categoria produzida pelo mundo prático, sem contudo recorrer ao exercício reflexivo que é inerente à prática de pesquisa sociológica (BOURDIEU, 1998b).

A postura teórico-metodológica que adotamos para analisar a noção de empregabilidade procede a investigação social a partir da dialética marxista. No mundo prático, a noção se apresenta apenas em sua dimensão instrumental-adaptativa, mas por detrás das aparências há muito mais do que isto. A relação entre aparência e essência é fundamental para entendermos os sentidos simbólicos/ideológicos e práticos que são imputados pelos agentes produtores e reprodutores do discurso da empregabilidade e o seu lugar no processo de reprodução social do capitalismo no patamar de desenvolvimento em que se encontra na atualidade.

¹¹ Em pesquisa que realizamos recentemente pelo www.google.com.br tomando como critério busca o termo empregabilidade e que fosse em páginas do Brasil, encontramos 42.700 registros sobre o termo, distribuídos em 806 páginas da Internet. Data da pesquisa 29.11.2004.

O que está em jogo é como a produção simbólica fortalece os contornos da dominação política das classes dirigentes sob as classes trabalhadoras, mediante a mobilização e manipulação subjetiva das qualidades e atributos pessoais dos indivíduos, que são obrigados continuamente a recriar a capacidade criadora de transformar o mundo e a natureza, o seu trabalho, para se reproduzirem enquanto sujeitos biológicos e sociais em condições sociais similares aos primórdios do capitalismo selvagem.

A força simbólica do termo empregabilidade reside justamente na capacidade de nomear e ordenar coisas, e assim, fazer com que elas existam no mundo social sem serem questionadas e funcionem como uma modelagem das práticas sociais dos agentes em que as regras são vividas sem serem percebidas como regras. De que forma o discurso da empregabilidade modela as práticas dos trabalhadores? A modelagem das práticas envolve desde os pequenos detalhes do vestir, se comportar e agir dos trabalhadores, as suas redes de sociabilidade até os requisitos formais da experiência profissional, mas o que está no centro da modelagem das práticas é o forte apelo ao engajamento pessoal do trabalhador. Este deve se doar ao mercado de “corpo e alma”, ofertando ao capital todos os seus dons e talentos e, como recompensa pelo seu bom desempenho, terá o direito de decidir sobre o seu próprio futuro. Mas qual destino? O de ser ou não uma força de trabalho atraente à exploração do capital. O trabalhador assume ônus de ser inteiramente responsável pelo seu fracasso ou sucesso no mercado de trabalho. Este pressuposto revela com certeza a essência do discurso da empregabilidade, responsabilizar e culpar o indivíduo pelo seu “fracasso” no mercado de trabalho, isto é, a situação de precarização do trabalho e do desemprego passa a ser um problema individual de cada trabalhador que não se adaptou e não acompanhou as mudanças em curso na economia e no mundo do trabalho.

O questionamento de um consultor em gestão empresarial é bastante emblemático a este respeito: *A pergunta hoje talvez não seja mais “Se há ou haverá emprego?”, e sim “Para*

quem há ou haverá emprego?” (SILVA, F., 2004). A lógica do discurso empresarial da “empregabilidade” busca a todo custo acentuar o problema do emprego e do desemprego apenas como uma questão de falta de adequação da força de trabalho às contingências do mercado de trabalho na contemporaneidade, o que implica em afirmar que os determinantes econômicos e políticos das mudanças em curso no mundo do trabalho quando aparecem na prática discursiva, assumem o papel de atores secundários do processo de precarização, ou seja, inverte-se a relação entre variáveis dependente e independente.

Nestes tempos de mercado flexível precisa-se também de homens flexíveis que tenham a coragem de se arriscar, sem medo do novo e que estejam sempre dispostos a correr riscos. Na fase atual do capitalismo de acordo com Sennett, as relações sociais são estabelecidas na perspectiva de “curto prazo” afetando o caráter pessoal dos indivíduos, principalmente porque não oferece condições para construção de uma narrativa linear de vida, sustentada na experiência. A nova ordem concentra-se na capacidade imediata, não leva em conta que a acumulação dá sentido e direito às pessoas, por isso, o trabalho precisa ser flexível e os trabalhadores flexíveis ao tempo de trabalho, às condições de trabalho. A lógica da flexibilidade exige trabalhadores tolerantes com a fragmentação e que aprendam a lidar com os riscos do trabalho. Sendo assim, o trabalho flexível põe em questão o caráter justamente pela impossibilidade de se constituir laços e vínculos sociais duradouros em uma sociedade cuja dinâmica privilegia as relações de curto prazo. A flexibilidade do trabalho exige também uma flexibilidade da vida, requer que os sujeitos que vivem do trabalho se dobrem de acordo com os “ventos” tempestivos do novo capitalismo. Como afirma Sennett:

Talvez o aspecto da flexibilidade que mais confusão causa seja seu impacto sobre o caráter pessoal.(...) Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. **Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente retrojetadas?** (SENNETT,1999, p.10) (Grifo nosso).

Por detrás da fábula do “*trabalhador-super-homem*” se escamoteia à lógica do “curto prazo” e da descartabilidade social (SENNETT, 1999) do novo regime de dominação política e de exploração do capitalismo flexível, a “flexploração do trabalho”, para utilizarmos a expressão formulada por Bourdieu (1998a), bem como o processo de diminuição e desregulamentação do trabalho estável, protegido socialmente e a expansão diversificada das formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, cooperativado, sem carteira assinada etc.

Entender a configuração do campo semântico da noção de empregabilidade e suas armadilhas políticas é um passo importante para o exercício sociológico, para que possamos desvelar o jogo dialético da aparência-essência que permeia toda a construção social da categoria. O leitor pode estar se perguntando: mas afinal de contas o que é mesmo empregabilidade? Bem, seja nos textos acadêmicos ou nos receituários dos “gurus” da administração (que não são poucos), a definição consensual do termo refere-se à *capacidade que indivíduo possui de, ajustando-se às contínuas mudanças do mercado de trabalho, manter-se empregado.*

Ao contrário da trajetória do conceito de informalidade, a noção de empregabilidade surge primeiramente nos países centrais, de modo especial na Europa. Para alguns autores o termo é utilizado inicialmente nos estudos realizados sobre o desemprego na Europa a partir da década de 60 e em seguida foi incorporado às políticas de gestão de recursos humanos das empresas. (GAZIER, 1990). O termo é originário do francês, “*employabilité*”, e refere-se a um conjunto de habilidades e competências que tornam um indivíduo “empregável” (SOUZA;SANTANA; DELUIZ,1999, p.68), poderia ser também definida como “ *a probabilidade de saída do desemprego ou, formulada de maneira positiva, como capacidade de obter um emprego*” (GAZIER, 1990 APUD HIRATA, 1997). Em inglês, o termo equivalente seria “*employability*”, isto é, “*a condição de dar emprego ao que se sabe, a sua*

expertise, a habilidade de ter emprego” (MINARELLI,1995, p.37), a qual teria sido desenvolvida inicialmente por profissionais de *outplacement*, responsáveis em selecionar executivos e em seguida se generalizou para as diversas áreas como sinônimo de autodesenvolvimento pessoal (SARSUR; MENDES, s.d).

Além disso, observa-se que a dimensão instrumental-adaptativa da noção não se restringe apenas à passagem de uma situação de desemprego para a de emprego, também envolve outras variáveis, como idade, sexo, experiências prévias, rede de relações sociais, origem social, concepções, valores, aspirações, trajetórias de vida, os quais se constituem como fatores de sucesso na conquista de um emprego (SHIROMA; CAMPOS,1997,p.27). De todo modo, o que aparece como traço marcante da noção é sentido socialmente imputado, refere-se basicamente aos atributos pessoais e/ou os traços da personalidade do trabalhador e não a idéia de posto de trabalho, ou seja, a empregabilidade é *“atributo e virtude do indivíduo em sua relação com o mundo do trabalho e não oportunidade criada pela estrutura sócio-econômica”* (PAIVA, s.d).

Sendo assim, o que está implícito é a completa desconstrução da noção de qualificação atrelada ao modelo de gestão e organização do trabalho fordista, pois o objetivo é justamente legitimar as práticas empresariais do padrão flexível de produção, e desta forma, superar uma cultura do trabalho pautada no trabalho assalariado socialmente protegido. Todavia, é *“aí que mora o perigo”*, sendo imprescindível ao pesquisador social atentar para os usos ideológicos e políticos da noção de empregabilidade, pois:

Tal como vem sendo utilizada, (...) está associada a uma política de seleção da empresa e implica em transferir a responsabilidade da não contratação ou da demissão ao trabalhador. Um trabalhador *“não empregável”* é um trabalhador não formado para o emprego, não-competente. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e mesoeconômicas contribuem decisivamente para essa situação individual.(HIRATA,1997,p.33)

Para Frigotto (1999) a noção de empregabilidade busca “*positivar a situação de desmonte da sociedade salarial*”, a eficácia do discurso insiste continuamente na produção da idéia do “fim do emprego” e imputa das formas mais simples às mais complexas, o seu substituto, a empregabilidade. A empregabilidade e seu parceiro de caminhada – o empreendedorismo, são apresentados como a solução para o problema do desemprego estrutural, efeito social de primeira grandeza do processo de reestruturação produtiva no mundo. Os dois textos que seguem abaixo sintetizam a tônica do discurso ideológico empresarial e o elevado grau de coisificação da categoria em questão.

Empregabilidade, pra que te quero?

Para nos colocarmos no mercado de trabalho é necessário planejar e implantar o nosso marketing pessoal direcionado para o principal objetivo: colocação no mercado de trabalho. Mas para isto temos que ter mais habilidades, saber ouvir, ter obstinação, ser generalista, estar em aprendizado constante, ter espírito de equipe, ser flexível e etc. Inglês e Informática então, tornam-se obrigação. Claro que muitas vezes para obter essas ferramentas é preciso muito sacrifício como: participar de palestras e seminários na parte da noite, estudando aos sábados, muita leitura e até mesmo esquecendo o domingo com a família e amigos. Mas para que tudo isso? Se por mais qualificada que a pessoa seja, ela não encontra a oportunidade de um bom trabalho onde possa pôr em prática tudo que sabe; que lhe assegure a satisfação das necessidades básicas? Enfim, não são encontrados meios de retornar para si, todo o investimento feito ao longo dos anos de estudo e preparo para enfrentar o mercado que o cada dia se torna mais e mais exigente e competitivo. Então, surgem varias perguntas:

Para que estudei tanto?

Será a minha idade?

A minha raça ou cor?

Minha crença?

Minha aparência? Etc...

Assim como existem vírus mutantes, temos que nos adequar a todo momento, e estar abertos a mudanças do mercado de trabalho. O conforto de um emprego estável, sem dúvida gera segurança; mas, gera também acomodação. É hora de esquecer que um dia já trabalhamos com carteira assinada, tivemos os nossos benefícios, chefes, cartão de ponto e etc...

A realidade é que, temos que aceitar as mudanças que estão aí. Não aceitá-las, faz-nos parecer com o avestruz, que com medo, esconde sua cabeça num buraco. Nos escondermos no nosso mundinho não adianta, achando que, ele sim é o certo. Temos que nos dar oportunidade, fazer o momento, e o principal: aprender a ousar.

Hoje o mercado de trabalho encontra-se retraído pelo momento político-econômico no qual estamos vivendo e mais do que nunca a visão de mercado agora é outra. **Precisamos sim: estar prontos para ser gestores do nosso próprio trabalho.** (DOMINGUEZ, s.d.) (Grifo nosso).

A empregabilidade é um conceito mais rico do que a simples busca ou mesmo a certeza de emprego. Ela é o conjunto de competências que você

comprovadamente possui ou pode desenvolver – dentro ou fora da empresa. É a condição de se sentir vivo, capaz, produtivo. Ela diz respeito a você como indivíduo e não mais à situação, boa ou ruim da empresa – ou do país. É o oposto ao antigo sonho da relação vitalícia com a empresa. Hoje, a única relação vitalícia deve ser com o conteúdo do que você sabe e pode fazer. **O melhor que uma empresa pode propor é o seguinte: vamos fazer este trabalho juntos e que ele seja bom para os dois enquanto dure; o rompimento pode se dar por motivos alheios à nossa vontade. (...) (empregabilidade) é como a segurança agora se chama.** (MORAES, 1998 apud FRIGOTTO, 1999) (Grifo nosso).

Uma das marcas do capitalismo flexível é a disposição de arriscar e de “não deixar que nada se grude na gente” (SENNETT, 1999), este é um dos aspectos singulares que se pode evidenciar com bastante clareza no discurso empresarial da empregabilidade. A imagem de um trabalhador associada a idéia de um vírus mutantes nos remete de certo modo a uma imagem do trabalho como sendo continuamente sendo mudado de vaso. De acordo com Sennett, a instabilidade das organizações flexíveis do novo capitalismo obriga os trabalhadores constantemente a correrem riscos com seu trabalho, a “trocar de vasos” para se manter vivos. *“A moderna cultura do risco é peculiar naquilo que não se mexer é tomado como sinal de fracasso, parecendo a estabilidade quase uma morte em vida. O destino, portanto, conta menos que o ato de partir”* (SENNETT, 1999, p.102)

Além disso, o que mais chama atenção no argumento empresarial é como as mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos no mundo do trabalho são apresentadas como se fossem resultados da fatalidade econômica, ou como obra do acaso, fruto do destino e não da vontade política dos homens que concentram em suas mãos as riquezas socialmente produzidas. Frente ao que está acontecendo, predomina um sentimento de impotência individual e coletiva em que não há nada o que fazer, a não ser, aceitar as regras vigentes do “moinho satânico” do mercado e se submeter ao despotismo total do capital. O poder simbólico de expressões, tais como *“vírus mutantes”* e *“empregabilidade é como a segurança agora se chama”*, traz à tona a lógica social arraigada às relações de poder no mundo do trabalho, dissimuladora da realidade social, principalmente quando se constata que um imenso contingente de

trabalhadores no Brasil e no resto do mundo, todos os dias da semana, todas as semanas do mês e todos os meses do ano estão à procura de emprego e não encontram, fazendo do ato incessante pela procura de emprego uma verdadeira profissão e vivendo do “ócio forçado”.

Forrester (1997, p. 118-119, grifo nosso) chama atenção para o caráter mistificador da idéia de empregabilidade e para o grande segredo mágico que se esconde na palavra:

(...) uma bela palavra soa nova e parece prometida a um belo futuro: "empregabilidade", que se revela como um parente muito próximo da flexibilidade, e até como uma de suas formas. Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino, no caso dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho (como se troca de camisa, diria a ama Beppa). Mas, contra a certeza de ser jogado "de um emprego a outro", ele terá uma "garantia razoável", quer dizer, nenhuma garantia de encontrar emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual. Tudo isso transborda de bons sentimentos, mas ser jogado de pequenos empregos para empregos pequenos não tem nada de novo, e quanto, às “garantias razoáveis” suspeita-se que elas serão consideradas cada vez mais “não razoáveis” e não existentes. Inventarão, todavia, o nome de um gadget para distrair as multidões. Lembrem-se: **empregabilidade**.

Mesmo entre os agentes do discurso empresarial, há quem perceba a farsa e o “charlatanismo” dos “gurus” da empregabilidade. Vejamos o que afirma um tecnólogo e consultor em comércio exterior:

É possível até mesmo traçar um paralelo entre os métodos utilizados em certos templos religiosos surgidos nos últimos anos e o sistema de vendas dos charlatões da empregabilidade: **consistem, basicamente, na exploração da falta de perspectivas e da necessidade do vislumbre de um futuro mais promissor**. Seja através do pagamento de dízimos a falsos pastores ou pelo desembolso de altas somas em troca dos ensinamentos de um “guru” (saliente-se a utilização de termos de cunho místico em meio empresarial, utilizados em tom jocoso mas refletindo a idéia da posse de poderes sobre-humanos pelos que seriam capazes de conduzir seus discípulos ao “paraíso”), **o que se apresenta a quem busca ajuda é sempre a idéia de que “quanto maior o investimento, maior é o retorno”, deixando claro que, caso o pagante não atinja seus objetivos, deve continuar tentando – e “investindo” – até que sua persistência seja recompensada**. Em suma, a mais antiética utilização da fé de quem se encontra necessitado de apoio. (PENSCHI, 2003) (Grifo nosso).

Leite (1997) considera que o conceito de empregabilidade é bastante problemático quando se objetiva analisar a configuração do mercado de trabalho e do emprego no quadro geral das mudanças provocadas pelo processo de reestruturação produtiva, principalmente quando se discute a relação entre qualificação e desemprego. Para a autora, os pressupostos do conceito não se sustentam quando confrontados com a dinâmica do próprio mercado de trabalho na conjuntura dos anos 90. Em primeiro lugar, é falacioso o argumento de que o desemprego não é resultante do desequilíbrio entre a magnitude da população economicamente ativa e as ofertas de trabalho na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, e sim um problema de inadequação da força de trabalho às exigências de qualificação impostas pelo novo paradigma da produção, ou seja,

(...) parte-se do princípio de que os trabalhadores que estão desempregados encontram-se nessa situação não porque haja falta de emprego, mas porque não se adequariam às novas exigências de qualificação das empresas. (LEITE, 1997, p. 64-65)

Tais suposições não resistem ao fato de que os investimentos em qualificação e formação profissional, principalmente na metade da década de 90 no Governo FHC, não foram suficientes para inibir as taxas crescentes de desemprego registradas no país. Na essência não só os pressupostos em que sustenta o conceito são falsos como a solução proposta para o problema, a saber, a educação, pois é consenso que a educação não tem a capacidade de resolver isoladamente o problema do desemprego, basta lembrar da grande quantidade de indivíduos com diploma de nível superior que estão desempregadas. Além do mais, é preciso levar em consideração que *“o conceito joga sobre o trabalhador a responsabilidade pelo desemprego, ao trazer implícito que o mesmo se deve a uma inadequação da mão-de-obra às ofertas existentes no mercado de trabalho”* (LEITE, 1997, p. 65), e o que é pior, busca neutralizar os pontos de tensão do conflito social que estão postos

nas tendências de precarização do trabalho, impondo à força de trabalho a aceitação de qualquer condição de trabalho como forma de escapar do desemprego.

Por outro lado, autores como Nádya Guimarães (2003) acreditam que a noção de empregabilidade, se enriquecida semanticamente, pode ser útil como ferramenta metodológica de compreensão do que a autora denomina de “desemprego de longa duração”. Na sua visão, a empregabilidade não pode ser compreendida simplesmente a partir das características individuais dos trabalhadores que “habilitam-se a obter e manter-se em um emprego”, mas deve ser apreendida como uma construção social que decorre da interação estratégica tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores. As chances de um trabalhador ser bem sucedido na procura de um emprego são delimitadas para além da vontade e conduta individuais, há elementos do contexto produtivo que delimita a trajetória ocupacional de um trabalhador, impondo exigências e restrições à sua inserção no mercado de trabalho. A abordagem sobre a empregabilidade requer uma análise longitudinal que busque compreender o percurso das trajetórias ocupacionais desenvolvidas por cada trabalhador, sendo preciso atentar ainda para as estratégias de busca de emprego que se constitui a partir das redes sociais, como experiências anteriores de trabalho e o grupo familiar como fator de explicação do êxito na obtenção de um novo posto de trabalho. Neste sentido, afirma Sorj (2000 p.32):

(...) uma das formas de assegurar a empregabilidade em longo prazo é transformar as múltiplas redes de sociabilidade – como a família, grupos de vizinhança, a igreja, associações profissionais, clubes e partidos políticos - em fontes de informações e de renovadas oportunidades no mercado de trabalho.

Para além do mundo das aparências, o discurso da empregabilidade revela-se como um dos principais mecanismos ideológicos de mobilização do exército de trabalhadores da ativa e da reserva do capitalismo flexível. A reinvenção contínua dos métodos de exploração da força de trabalho é essencial para o processo de produção e acumulação capitalista, bem como para

assegurar a existência de uma massa de trabalhadores que contribua para o progresso da ordem burguesa.

Do ponto de vista do exército da ativa, o discurso da empregabilidade se apresenta como um elemento de diluição das fronteiras sociais que separam o capital e o trabalho, sendo que, o esforço estratégico da engenharia organizacional é para abrandar o conflito de classe. Isto pode ser evidenciado nas pequenas sutilezas da gestão empresarial, as quais podem ser percebidas até mesmo quando entramos em uma grande rede de supermercado e de confecção de nosso país. Difunde-se a concepção de que o trabalhador é um colaborador, parceiro, associado de determinada empresa e não empregado, de modo que, passa-se a idéia de que os interesses do patrão são os mesmos do empregado, e o sucesso da empresa é conseqüentemente também o do trabalhador. Este é um simples exemplo dos mecanismos de cooptação ideológica da gestão flexível do trabalho que condicionam subjetivamente a fragmentação dos coletivos de trabalhos e põe em questão uma cultura de trabalho típica do período fordista, ao mesmo tempo em que reforça o “enclausuramento” do trabalhador e de sua substância à ordem burguesa.

Do ponto de vista do exército industrial de reserva, levando em consideração as suas formas concretas e a sua integração sistêmica à produção e reprodução social do capitalismo, o discurso de empregabilidade se reveste basicamente sob o rótulo do “patrão e empregado de si mesmo”, ou do “empreendedor”. A apologia ao “*trabalho por conta própria*” e a exaltação de suas virtudes constituem como elemento de mobilização do contingente de trabalhadores que vivem na informalidade e a perpetuação da forma de trabalhar e produzir à reprodução do sistema capitalista. O discurso da empregabilidade é uma das principais ilusões da época da reestruturação produtiva, de globalização e do neoliberalismo, principalmente em contextos sociais em que o “estatuto salarial” não se universalizou como padrão integração social, como é o caso do Brasil.

Na nossa concepção, se levarmos em conta a história do trabalho e o processo de integração social da classe trabalhadora ao desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil, é possível afirmar que a empregabilidade não é uma novidade nem teórica e nem empírica. Na verdade, trata-se da produção de um discurso simbólico-ideológico de convencimento que se apropria de velhas coisas, tidas como atrasadas, que agora são metamorfoseadas em ícones do novo e moderno mundo do trabalho, intrínsecas ao perfil do trabalhador do século XXI. Mas, quais são as velhas coisas? Na essência, o conteúdo e as propriedades estruturantes da noção de empregabilidade consideradas como típicas do trabalhador do novo paradigma produtivo não passa de uma transmutação das características e atributos do tradicional trabalhador informal, que historicamente compõe a cena urbana da maioria das cidades brasileiras. Por esta razão, reiteramos completamente a afirmação de Druck (2001 p.87-88, grifo da autora):

Os conteúdos da *empregabilidade e da competência*, associados ao novo trabalhador e às novas formas de organização do trabalho valorizam qualidades ou qualificações individuais tais como: iniciativa, criatividade, capacidade de adaptação, flexibilidade, capacidade de solucionar problemas e lidar com o inesperado e outras. Ora, se examinarmos com atenção, é possível perceber que essas qualidades são típicas dos trabalhadores que vivem na informalidade ou na “solidão do mercado”, e que sempre constituíram a grande parte – hoje a maioria – dos trabalhadores brasileiros. Isto significa dizer que na história do trabalho no Brasil, empregabilidade e competência, são dois “velhos modelos”, associados muito mais a precarização do trabalho e emprego, típicos de países subdesenvolvidos do que à revolução tecnológica e de novos padrões de organização do trabalho.

Nesta perspectiva, não concordamos com a posição assumida por Machado da Silva (2003) no tocante a sua sugestão de que a categoria empregabilidade seria o equivalente funcional do conceito de informalidade, devido ao seu esvaziamento como categoria de entendimento dos problemas associados à configuração do mercado de trabalho e da integração social. Embora estejamos completamente de acordo com o seu posicionamento sobre os perigos de cultura do trabalho fundamentada no binômio

empregabilidade/empreendedorismo. Ao invés de esvaziamento, acreditamos que se trata de um novo status teórico conforme demonstramos na seção anterior, em que o que era considerado como marginal, atrasado, exceção etc., se tornou sinônimo da moderna forma de produzir e trabalhar capitalista.

Ao revisar a literatura sobre a informalidade da década 60 a 80, evidencia-se como o modo de trabalhar e a condição existencial dos trabalhadores informais se expandiram para o conjunto de classe trabalhadora na atualidade. O próprio trabalho de Machado da Silva (1961) nos oferece uma boa tipificação do tradicional trabalhador informal (o biscateiro), a qual é muito pertinente para elucidar como as características e qualidades típicas daqueles que se encontram no trabalho informal, próprias da sua condição de existir enquanto força de trabalho superexplorada, no contexto de hoje são apropriadas pelo discurso da empregabilidade. Vejamos:

Na medida em que os biscateiros dependem fortemente da personificação das relações de trabalho, há um fator de natureza psico-social que desempenha papel relevante na qualidade dos contatos e, portanto, no próprio controle do mercado. *Trata-se do que se poderia chamar de “personalidade”*. Com este termo procura-se englobar um conjunto de características psicológicas socialmente relevantes, relacionadas a expectativas culturais em torno do comportamento do trabalhador. Tais características incluiriam a “simpatia”, “extroversão”, “bom humor”, etc. que influem sobre a facilidade de estabelecer boas relações primárias; e também “autoconfiança”, “iniciativa”, etc., que afetam a agressividade na procura de serviços... “Qualidades” dessa natureza são significativas em qualquer caso, mas afetam mais profundamente as situações em que a “confiança interpessoal” é fator básico. (MACHADO DA SILVA, 1961,p.77)

Existe alguma diferença substancial entre o que Machado da Silva denominou na década de 60 de personalidade e a idéia de empregabilidade difundida na “*década de desertificação neoliberal?*” A resposta é não. O que há de novo é o processo em que a “*personalidade*” do trabalhador informal sob as lentes ampliadas da “*flexploração do trabalho*” é convertida na imagem do “novo de trabalhador”, substituta da representação do

trabalhador com carreira, com emprego assalariado e socialmente protegido. Sendo assim, a velha condição de trabalho informal passa a ocupar um lugar destaque na configuração do mercado de trabalho, figurando-se como a forma de integração da maioria da classe trabalhadora ao mercado de trabalho. A triste improvisação inventada continuamente pelas camadas populares na sua luta árdua pela sobrevivência nos grandes centros urbanos deste país, tão bem caracterizada por Viana (1980), nos dias de hoje parece se universalizar como feições concretas da superexploração do trabalho flexível. Usar a imaginação pra sobreviver em proveito da acumulação do capital transformou-se na qualidade intrínseca do trabalhador flexível. Desta forma, trabalho informal é a expressão máxima do trabalho do flexível, cuja única chance de estabilidade para o trabalhador é a sua própria “empregabilidade”, ou seja, a sua capacidade renovada de inventar e “se virar” em meio às incertezas, vulnerabilidade e riscos do mercado de trabalho.

Os efeitos sociais de uma cultura do trabalho pautada na “personalidade” do trabalhador, que se aflora como uma regra de civilidade e de integração do trabalho ao mundo do capital, põe em questão o estatuto do trabalho protegido socialmente, por conseguinte, as mediações políticas entre trabalho e cidadania. Como afirma Machado da Silva (2003, p. 166):

Uma cultura do trabalho organizada em torno da categoria “empregabilidade” fere de morte os valores da solidariedade social tão dificilmente institucionalizados sob a fórmula “trabalho livre, mas protegido” e torna-se o centro de legitimação ideológica da fragmentação social.

Por último, é importante destacar os elos de ligação entre a problematização que acabamos de apresentar sobre a noção de empregabilidade e a questão teórico-empírica de fundo deste trabalho, ou seja, a condição provisório-permanente do trabalhador informal. Acreditamos que através da apreensão sociológica das propriedades estruturantes do mundo

prático dos sujeitos que vivem do trabalho informal, em particular das atividades informais tradicionais, é possível compreender como a substância da “empregabilidade” é um elemento estruturante da reprodução continuada no tempo e no espaço social do trabalho informal. Na medida em que o esquema cognitivo ordena e classifica as experiências concretas e lhes confere singularidade às práticas laborais do trabalhador informal, o “*planetário de erros*” (THOMPSON, 1981) do discurso estigmatizado da empregabilidade é contrastado com a realidade sócio-histórica da informalidade, a qual desvela a sua gênese e nos oferece os elementos para pensar como o capital transforma em novas todas as velhas coisas. Desta maneira, o quadro analítico de reflexão sociológica que ora adotamos, nos permite ler e interpretar as mutações do mundo do trabalho a partir das propriedades intrínsecas do trabalho informal e do seu espaço na cartografia social do mercado de trabalho, e assim, descortinar o mundo das aparências das novas formas de dominação do capitalismo flexível e relacioná-las com os dilemas e as contradições do progresso capitalista da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 4

MERCADO, TRABALHO E INFORMALIDADE NA “CIDADE DA BAHIA”

Neste capítulo apresentaremos um breve quadro da evolução do mercado do trabalho na Bahia e as suas principais tendências, buscando entender o lugar do trabalho informal na cartografia social do trabalho na sociedade baiana, e de modo especial, no contexto sócio-histórico da sociedade soteropolitana, ou se preferirmos, da “cidade da Bahia”. Por fim, na esteira de tal percurso, nos interessa entender a configuração da informalidade nos anos 90, para tanto, tomaremos como unidade analítica o núcleo mais tradicional da informalidade, ou seja, o conjunto de atividades informais que geralmente são classificadas pelas pesquisas oficiais que medem os índices de emprego e desemprego no Brasil, a exemplo da PED e PME, como trabalho por “*conta-própria ou autônomo*”.

Neste sentido, faremos uso dos dados secundários da PED (1997-2004) para cidade de Salvador, os quais nos permitem construir uma visão panorâmica do trabalho informal no horizonte das mudanças que ocorreram na sociedade e no mundo do trabalho ao longo dos anos da década de 90 na cidade das “tradições”, de “*todos santos e orixás*”, de “*todos ritmos e cores*”; contrastada com a cidade moderna (ou pós-moderna!), das desigualdades sociais e da pobreza, de “*todos os pobres*” e poucos ricos, enfim, cidade dos desempregados.

4.1 Mercado de Trabalho na Bahia: um breve histórico

Ao nosso ver, retroceder no tempo histórico da sociedade baiana tendo em vista o processo de formação do seu mercado de trabalho é fundamental para entendermos o atual “estado das artes” do mundo do trabalho, principalmente quando levamos em consideração os usos sociais da força de trabalho baiana e as suas formas de integração na cartografia social do mercado de trabalho regional.

Dentre tantos outros mercados, qual é *a especificidade do mercado de trabalho na Bahia? A partir de que momento na história da Bahia é possível falar em mercado de trabalho, nos moldes da produção capitalista?*

Antes de entrarmos no mérito das questões acima levantadas, é importante esclarecer a seguinte dúvida: de que “Bahia”, está se falando? É a “Bahia Sertaneja” ou é a “Bahia Litorânea”, formada pela cidade de Salvador que no máximo se estende ao seu interior mais próximo, o Recôncavo Baiano? Se levarmos em consideração o próprio processo de povoamento e de formação histórica da Bahia, veremos que a cidade de Salvador e os seus arredores mais próximos constituíam em termos geográficos, culturais e econômicos o centro dinâmico da província da Bahia no final do século XIX. De certo modo, pode-se afirmar que a Bahia se resumia à cidade de Salvador, a qual era atribuído o título de “Cidade da Bahia”. Não é por acaso que até hoje ainda é bastante comum no interior do Estado a seguinte indagação quando alguém anuncia que vai à Capital: “*vai para Bahia?*” Para além do imaginário popular, também é verdade que por um bom tempo a dinâmica econômica do estado da Bahia se concentrou na cidade de Salvador e seus municípios vizinhos, compondo o que hoje se conhece como região metropolitana de Salvador, que por sua vez teve influência direta na estrutura do mercado de trabalho baiano como veremos mais adiante.

Desde a sua fundação até as primeiras décadas do século XX, a cidade de Salvador caracterizou-se como um espaço não-produtivo, contudo, de controle social das funções político-administrativas e mercantis. Predominava em Salvador e nos seus arredores, uma economia agrário-mercantil, voltada essencial para o comércio internacional, sendo que a presença da indústria era bastante incipiente, caracterizada por processos de produção quase artesanais e com estreito vínculo com a agricultura. Por conseguinte, o mercado de trabalho era também um mercado “não-produtivo”. Referindo-se ao mercado de trabalho da Cidade de Salvador na segunda metade século de XIX, Mattoso (2000, p. 14) afirma o seguinte:

(...) Salvador é uma cidade essencialmente comercial, especializada no comércio de exportação e importação e na redistribuição regional de mercadorias. Aí oferecem-se todos os serviços que se pode encontrar em uma capital administrativa.

Além disso, é um mercado de trabalho que já nasceu com uma dupla estrutura, segmentado pela cor e diferenciado para o trabalhador escravo e o trabalhador livre, pois existia um mercado de trabalho para os homens livres brancos, mulatos, negros e alforriados, e um outro mercado para os escravos. A diferenciação existente entre o trabalho livre e o trabalho escravo se sustentava basicamente na obrigação dos escravos para com os seus proprietários em entregar parte considerável de seus ganhos. A estrutura ocupacional deste mercado apresentava um leque variado de ocupações, artesões de todos os tipos, alfaiates, carpinteiros, sapateiros, pedreiros, marceneiros, barbeiros até as atividades do pequeno comércio e serviços de rua.

Com o declínio e a decadência da economia de base agrário-mercantil, a cidade de Salvador, o principal núcleo urbano da Bahia, sofrerá diretamente com os impactos de tal processo, uma vez que as atividades que compõe a sua estrutura produtiva funcionavam como suporte à base econômica vigente e eram completamente dependentes de sua lógica de funcionamento. Tal processo acabou abortando a emergência de um processo de

diversificação das atividades produtivas, bem como o próprio processo de expansão das atividades capitalistas. Como a indústria baiana estava vinculada ao setor agro-exportador (as fábricas de charutos, as usinas de cana-de-açúcar e as indústrias têxteis), à medida que se fechavam “as portas” do mercado internacional, tais indústrias se voltaram para o mercado interno, o qual era pouco dinâmico, estando as mesmas fadadas à estagnação ou ao desaparecimento.

Aliado isso, a criação de um mercado nacional e a concentração da industrialização no Centro-Sul do país, fez com que se agravasse ainda mais o quadro sócio-econômico baiano herdado após a decadência da economia agrário-exportadora. A “opulência” da cidade da Bahia do século XIX fora completamente substituída por um longo período de estagnação econômica e populacional que irá perdurar até a década de 50, com a descoberta e exploração de petróleo no Recôncavo baiano, que por durante três décadas se constituirá como o único produtor nacional de petróleo, sendo responsável por boa parte da produção nacional. (OLIVEIRA, F., 2003b). Este processo de estagnação econômica que ocorrera nos 50 anos iniciais do século XX ficou conhecido na literatura como “*enigma baiano*”. A historiadora Kátia Mattoso, talvez tenha expressado muito bem a partir de sua experiência pessoal o que seria o “enigma baiano”:

(...) Minha essência grega tinha inconscientemente ajudado no esforço de tornar-me uma verdadeira baiana, de uma Bahia envelhecida, inerte, imóvel, lentamente adormecida, prisioneira de um passado que não pareceria poder ir embora. As ladeiras da minha Soterópolis davam-se agora a impressão de uma cidade bombardeada pelo passado: mansões de dois ou três andares, terrenos baldios invadidos por uma vegetação luxuriante que no entanto mal escondia as feridas de paredes rachadas, que tinham pertencido as baianos abastados? ... A cidade só ficava lúgubre quando, ao chegarem as fortes chuvas de inverno, literalmente afundava na lama, por horas ou dias. Mas, com o sol, era bela como uma rainha destronada que não corresse atrás de riquezas perdidas e conservasse o porte altivo. Os números bairros residenciais habitados por população abastada – Vitória, Canela, Graça ou Barra – não podiam comparar-se às magníficas casas da Avenida Paulista ou do Jardim Europa, que eu descobrira em São Paulo. Aqui, quase nada era novo ou realmente moderno. Por que a fortuna abandonara esta cidade tão orgulhosa? (MATTOSO, 1992, p.17-18)

A estrutura produtiva e social da cidade de Salvador durante as primeiras décadas do século XX permaneceu completamente inerte, mas com uma grande contradição: “*muitos homens precários em uma ordem não-escravocrata*” (OLIVEIRA, F.,2003b, p. 34). Sob o manto da imponência e ostentação de oligarquia local, a exemplo dos Catarinos, Sá, Calmons, Sá Calmons, Marianis, Magalhães e tantos outros, “vegetava” grande parte da população não-reconhecida socialmente, na qual se enquadram as domésticas e domésticos, funcionários públicos, os poucos operários e muitos biscateiros que sobreviviam dos mais diversos expedientes, desde a pequena produção artesanal até o trabalho de rua. Em termos capitalistas, tratava-se de uma divisão de trabalho ainda incipiente, exceto as poucas atividades que estavam ligadas diretamente ao setor capitalista, o resto da cidade vivia de “expedientes”. Era justamente a circulação do excedente concentrado nas mãos da oligarquia financeira e as suas despesas vultosas com os “suntuários” que possibilitavam a reprodução dos diversos “expedientes”, dos quais que se ocupavam grande parcela da força de trabalho soteropolitana. Portanto, a forma predominante de inserção da população trabalhadora a estrutura produtiva e ao mercado de trabalho nesta época na Bahia, era através das denominadas de *atividades não-capitalistas*. De acordo com Carvalho e Souza (1980, p.75), a ocupação dos trabalhadores nestas atividades se dava basicamente de duas formas:

- em uma produção artesanal ou no pequeno comércio e serviços destinados ao atendimento das necessidades de consumo da população urbana de baixa renda;
- na prestação de certos serviços pessoais, nos serviços domésticos e outros, voltados para as necessidades de consumo das camadas de altas rendas.

Dados do Censo do 1950 atestam a importância histórica de uma economia urbana na cidade de Salvador. Lopes (1968) citado por Carvalho e Souza (1980), analisando o avanço do processo de urbanização no Brasil, constata que mais da metade das atividades que constituíam o setor de serviços em Salvador eram desenvolvidas por lavadeiras, cozinheiras,

bordadeiras e sapateiros, enquanto que em São Paulo este percentual para o mesmo período era de apenas 26%. Além disso, destacava-se a grande presença dos vendedores ambulantes, que representavam aproximadamente 26% da população ocupada no comércio de mercadorias, já em São Paulo este percentual era de 11%.

Estes dados demonstram que no caso da cidade de Salvador, as atividades não-capitalistas, ou seja, o trabalho informal, é “... *um fenômeno com profundas raízes na vida e na história da cidade*” (BAHIA.SECRATRIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA BAHIA, 1983, p.22), que antecede o próprio processo de industrialização da Bahia. Quando o moderno capitalismo chega às terras da Bahia, aqui já encontrara um exército industrial de reserva em grande abundância.

Portanto, é somente na segunda metade do século XX que começa a se vislumbrar a montagem de um mercado de trabalho urbano pautado na relação salarial, com ampliação do emprego industrial e com a intervenção direta do Estado (AZEVEDO, 2000). Antes disto, a força de trabalho não havia se constituído como uma “mercadoria” na Bahia, ou seja:

(...) a mercadoria “força de trabalho” não existe: na maior parte dos casos, o trabalho não se perfaz socialmente; mesmo quando formas de auto-subsistência urbana se afirmam, o que existe é uma espécie de troca, materialmente fundada, por acerto, até possível de quantificar-se – um balaio de peixes por dez acarajés -, mas não se trata de *igualdade*. (OLIVEIRA, F., 2003b, p. 41).

O início da exploração e refino de petróleo pela Petrobrás na década de 50 é um marco histórico importante no processo de desenvolvimento econômico e na estruturação do mercado de trabalho na Bahia. Após décadas de estagnação econômica, começavam a despontar alguns sinais do aquecimento da economia e de mudanças no mercado de trabalho. Os investimentos realizados pela Petrobrás na Bahia não tiveram paralelo na sua história econômica, cujos efeitos proporcionaram uma série de mudanças tais como: a elevação do produto industrial; o aumento do emprego industrial e da massa de salários; o estímulo ao

surgimento de indústrias complementares (a exemplo das empresas dos ramos químico e metalúrgico); a dinamização do setor da construção civil e de obras de infra-estrutura, do comércio e dos serviços; além de influenciar no crescimento populacional, econômico e urbano da cidade de Salvador e da sua Região Metropolitana.

Entretanto, a implantação da Petrobrás não foi suficiente para produzir uma ampla diversificação da estrutura produtiva de Salvador, e nem tão pouco do Estado em seu conjunto. É somente na década de 60 que se intensificará o processo de industrialização no Nordeste e na Bahia, o qual se dará principalmente sob a égide dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Tratava-se de uma “industrialização incentivada”, em que os capitais do Centro-Sul e os capitais internacionais investiam na região com incentivos fiscais públicos, podendo obter elevadas taxas de lucros através da isenção do imposto de renda e da transferência de recursos públicos para as empresas privadas, ou seja, os empréstimos de investimento obtidos na rede de bancos oficiais.

A Bahia foi extremamente beneficiada com os recursos da SUDENE, calcula-se que no período de 1960 a 1970, 41,3% das inversões totais tenham sido aplicadas no Estado, sendo responsáveis por 25,6% dos empregos criados no Nordeste neste período (OLIVEIRA, 2003b, p. 37).

Neste contexto, nos fins da década de 60, com a implantação do Centro Industrial de Aratu, se inicia uma nova fase do processo de industrialização na Bahia que se consolidará no final da década de 70 com a criação do moderno parque industrial, isto é, do Pólo Petroquímico de Camaçari, o qual se transformará no fator dinâmico da economia regional, provocando uma significativa diversificação na estrutura produtiva de Salvador e do mercado de trabalho metropolitano.

Este processo de industrialização que se configurou na Bahia apresentou algumas características importantes, sendo que, a mais relevante é o seu caráter complementar à estrutura industrial do Centro-Sul, pois as empresas que se instalaram no moderno parque industrial baiano eram basicamente constituídas por indústrias produtoras de bens intermediários, bens de capital ou bens de insumo durável, que tinham seus mercados localizados principalmente naquela região ou no exterior. Além do mais, a forma de integração da Bahia na divisão regional do trabalho foi fundamental para que a economia brasileira se tornasse nacional, contudo, era bastante evidente que se tratava de modelo de relações de subordinação inter-regiões, pois as empresas que constituíram o moderno parque industrial dependiam muito mais dos interesses extra-regionais do que da articulação das forças locais. O capital que investia na Bahia, era ao mesmo tempo um capital de circulação nacional, movido pelas oportunidades de retorno e de lucro que eram oferecidas pela região naquele momento. (CARVALHO; SOUZA, 1980; DRUCK, 1999; OLIVEIRA, 2003b).

Por fim, destaca-se o caráter de “enclave” deste processo de industrialização para a economia baiana, uma vez que havia uma pequena articulação da indústria moderna com as atividades tradicionais desenvolvidas no Estado, já que o conjunto destas empresas não demandava pelos de bens e serviços já existentes, devido a sua própria composição e características.

Contudo, as transformações sócio-econômicas que ocorreram durante esta fase do processo de industrialização deram “novas cores” à paisagem da Bahia. A região metropolitana de Salvador se transforma completamente, passa por um intenso e rápido processo de urbanização e de crescimento populacional, e a sua estrutura de emprego se altera radicalmente. Segundo Francisco de Oliveira (2003b), entre 1940 e 1970, há uma “des-ruralização” da população economicamente ativa e um aumento expressivo do emprego

industrial, que passa de 16,5% para 26,1% neste período, e setor terciário passa de 59,9% em 1949 para 68,2% em 1970.

No caso específico do Pólo Petroquímico de Camaçari, estima-se que tenha sido criados 25 mil empregos somente durante o período de construção das plantas industriais, sendo a construção civil o setor de maior absorção da força de trabalho (SILVA, E. A; PEREIRA, 1986, p.03). A partir do seu pleno funcionamento em 1978, surgiram novos postos de trabalho permanentes, mais qualificados e com melhores salários. De acordo com Borges e Franco:

(...) em pouco mais de sete anos, foram gerados em torno de 20 mil empregos diretos e mais de cerca de 25 mil nas empresas prestadoras de serviços – terceiras. Os postos de trabalho gerados diretamente nas empresas petroquímicas destacaram-se no conjunto da indústria da RMS por pagarem salários acima da média regional, por um nível médio de qualificação/escolaridade da mão-de-obra igualmente elevado, por buscarem a estabilização da mão-de-obra e por concederem benefícios – salários indiretos – usufruídos por parcelas muito reduzidas dos trabalhadores da região. (BORGES; FRANCO, 1997,p.70)

As novas cores pinceladas à paisagem baiana pela industrialização tardia, aos poucos demonstravam a sua incapacidade de apagar os “borrões” da estrutura social da região, ao mesmo tempo em que contribui para aumentá-los. Embora seja verdade que a industrialização criou novos empregos, mas não em número suficiente para compensar o acelerado crescimento demográfico decorrente em grande medida dos fluxos migratórios, que aumentaram progressivamente com a própria expansão da industrialização na Região Metropolitana de Salvador. Abundância da mão-de-obra preexistente ao processo de industrialização se converte toda ela em força de trabalho disponível ao capital, no momento em que as relações de produção se estabelecem nos moldes capitalistas. Como afirma Oliveira:

(...) a marcha do processo de industrialização libera quantidades crescentes de força de trabalho, que podem ser empregadas ou permanecer latentes, à disposição do capital, conforme o ciclo do processo de acumulação. Este “à disposição” não é simplesmente a existência de braços a empregar: sua determinação mais precisa significa que a população, a mão-de-obra e a força de trabalho estão irreversivelmente separadas do mercado, isto é, mediante a compra dos meios de subsistência produzidos capitalistamente. Entretanto, *as formas* dessa compra são complexas, dependendo, em primeiro lugar, do ritmo da acumulação do capital e, em segundo, da maneira como essa acumulação cria uma superpopulação relativa (...) (OLIVEIRA, F., 2003b, p. 49-50).

O processo de industrialização na Bahia traz consigo a possibilidade de uma nova forma de trabalhar capaz de modelar um modo de vida, cuja efetividade está essencialmente centrada na racionalidade do trabalho e na consolidação de uma sociedade salarial. Entretanto, observa-se na trajetória da história da Bahia que o industrialismo, entendido como forma de trabalhar e de viver, não se estabeleceu na sua forma completa (DRUCK, 1999). Embora o trabalho assalariado tenha se tornado a principal forma de reprodução do capital na Bahia, o processo de industrialização não foi capaz de criar um mercado de trabalho homogêneo; mas pelo contrário, o que se observou foi a consolidação de um mercado de trabalho com fortes traços de heterogeneidade, fragmentação e hierarquização. (OLIVEIRA, 2003b).

De acordo com Druck (1999) a trajetória da região é portadora de uma singularidade histórica, uma vez que:

A industrialização, embora tenha acelerado e contribuído, decisivamente, para definir um novo padrão de racionalidade na atividade produtiva, fê-lo numa dimensão ainda marcada por fortes traços de uma sociedade “desorganizada”. Nesta, o trabalho deixou de ser escravo e compulsório, mais ainda não é totalmente considerado gratificante e livre, mesmo porque este novo tipo de trabalho – assalariado – é ofertado para uma pequena parcela da sociedade. (DRUCK, 1999, p. 171).

Nos moldes em que se processou o avanço do desenvolvimento capitalista na Bahia e em Salvador acabou resultando num agravamento da heterogeneidade da estrutura produtiva pré-existente e da concentração da renda, de modo que, “... reproduzem-se as condições para

a coexistência de formas avançadas e atrasadas de capitalismo com formas não-capitalistas de produção e se acentuam as disparidades inter e intra-setoriais” (CARVALHO; SOUZA, 1980, p. 82).

Vários estudos realizados a partir da década de 70 demonstram as diversas facetas da heterogeneidade do mercado de trabalho, da estrutura ocupacional e da renda. Singer (1980), assinalava que em 1971, dois terços da força de trabalho estavam ocupadas em atividades que não se vinculavam diretamente ao setor capitalista da economia urbana de Salvador. Estudos posteriores também chamam atenção para importância que as atividades não-capitalistas (trabalho por conta-própria, o trabalho doméstico etc.) assumem no avanço da expansão capitalista na Bahia. (JELIN, 1974; FARIA, 1976; PRANDI, 1978; CALVANTI; DUARTE, 1980).

Neste sentido, Carvalho e Souza (1980) apontam que embora às atividades não-capitalista (o trabalho informal) sejam profundamente arraigadas na história da economia urbana da cidade de Salvador, a explicação para sua expansão e reprodução está fortemente relacionada com o desenvolvimento capitalista e sua expansão a partir da década de 70 na Bahia. Afirmam as autoras:

Incapaz de proceder a uma maior homogeneização da estrutura produtiva, com uma expansão da organização e do emprego capitalistas mais generalizados, o próprio desenvolvimento ora em curso tem estimulado os mecanismos pelos quais se alimenta a oferta urbana de trabalho e criado paralelamente condições que viabilizam tanto a sobrevivência quanto a reprodução das atividades organizadas em moldes não-capitalistas de produção. (...) Como a penetração do capitalismo não se dá simultaneamente em todos os setores, e no caso baiano ela se processa de modo especialmente concentrado, subsistem “espaços econômicos vazios” que podem ser preenchidos pelas atividades em questão (...). (CARVALHO; SOUZA, 1980, p. 83,85).

Para Oliveira (2003), a heterogeneidade do mercado de trabalho regional revela uma forma de divisão social do trabalho comandada pelo setor capitalista da economia, que utiliza o trabalho informal e de seus “expedientes” para a produção de valores de uso, quer seja para

mercadorias simples, ou como função de “reserva” tendo em vista o próprio ciclo de acumulação. Daí, conclui o autor:

A verdade, entretanto, é que nas condições concretas da economia brasileira, e tendo em conta as especificidades da integração da Bahia e particularmente de Salvador no processo da expansão do capitalismo oligopolista no Brasil, essa “era de ouro” jamais chegará: o pleno emprego keynesiano pode ser bem uma miragem das praias douradas da Bahia de Todos os Pobres, onde o único pecado é ser trabalhador. (OLIVEIRA, 2003b, p. 53).

Após este breve retrospecto, gostaríamos de apresentar uma síntese dos principais traços estruturais do mercado de trabalho da Bahia, de modo particular, da Região Metropolitana de Salvador:

- 1) Até a metade do século XX a “Cidade da Bahia”, principal centro urbano do Estado, era um “espaço não-produtivo”, mas profundamente “vocacionada” às funções político-administrativas e mercantis, sendo a grande maioria da sua força de trabalho ocupada em atividades ligadas ao setor de serviços e comércio, organizadas de forma quase artesanal e com baixa produtividade.
- 2) A presença de uma economia urbana enraizada na história da cidade, atestando a importância das atividades não-capitalistas (trabalho informal) na estrutura produtiva da cidade de Salvador e sua precedência ao próprio processo de industrialização do Estado.
- 3) A formação de um Exército Industrial de Reserva que é anterior ao processo de industrialização. A decadência da economia agrário-exportadora, a saturação dos minifúndios e centralização do processo de industrialização no Sudeste, contribuíram para a formação do EIR antes mesmo que a nova indústria chegasse a Bahia.

- 4) Também se observa, na cidade de Salvador, uma forte concentração de renda que é anterior a expansão do capitalismo nas regiões periféricas do Brasil, que se agravará ainda mais com o desencadeamento da industrialização regional.
- 5) A partir da década de 50, com a implantação da Petrobrás, se inicia o processo de industrialização na economia regional e a configuração de um novo mercado de trabalho montado no assalariamento da população trabalhadora; que se consolidará no final da década de 60 e durante a década de 70 com a instalação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari.
- 6) A forma de integração da Bahia na divisão nacional do trabalho e a economia brasileira foram marcadas por dois aspectos importantes: seu caráter complementar ao processo de industrialização do Centro-Sul e a subordinação aos interesses capitalistas sediados naquela região.
- 7) Tal processo resultou em uma frágil articulação da indústria moderna com as atividades tradicionais pré-existentes no Estado, contribuindo decisivamente na formação de economia, e de um mercado de trabalho regionais marcados por uma forte heterogeneidade estrutural.
- 8) Longe de produzir um mercado de trabalho homogêneo, o que se observou ao longo da segunda metade do século XX na Bahia, com a sua “industrialização tardia”, foi a formação de um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado e hierarquizado em que apenas pequena parcela da população trabalhadora pôde sentir o “gosto” do emprego assalariado e protegido socialmente, enquanto que a imensa maioria da força de trabalho se ocupava de diversos “expedientes” urbanos para assegurar a própria reprodução social.
- 9) A pobreza é um dos traços mais marcantes do mercado de trabalho na Bahia e da Região Metropolitana, a qual não se expressa simplesmente pela presença histórica do

“gigante invisível” – o informal, mas principalmente pelo grande número de empregos com vínculos precários e à margem da legislação social do trabalho. Entretanto, foi desta pobreza que se alimentou a expansão do capitalismo na Bahia, ao mesmo passo que criou as condições para a sua reprodução e persistência; longe de ser um empecilho ao processo de industrialização, o trabalho informal ocupou um papel importante no processo de acumulação, principalmente como estratégia de rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho e locus da população trabalhadora excedente.

- 10) Por último, é importante destacar o peso do emprego público e o papel do Estado na configuração do mercado de trabalho metropolitano. No contexto regional, marcado pela subutilização da força de trabalho disponível, onde grande parcela da população trabalhadora se ocupava do trabalho informal, o emprego público afigurou-se como uma política compensatória amplamente utilizada pelas elites políticas, que se tornou mais recorrente na Bahia durante a crise dos anos 80. Concomitante a isto, os incentivos e subsídios concedidos pelo Estado às empresas privadas durante o processo de industrialização, principalmente a partir da década de 70, resultaram diretamente na geração de empregos com carteira assinada.

Este breve resumo dos principais traços estruturais do mercado de trabalho na Bahia, demonstra que seu processo de estruturação é relativamente recente e menos “organizado” do que das regiões mais desenvolvidas do país. Todavia, fica evidente que:

(...) quatro décadas de expansão capitalista, de industrialização e de urbanização estruturaram uma sociedade urbana onde o acesso a um emprego – e a qualidade desse emprego – são cruciais para a determinação da posição social, das condições de vida e do acesso a bens e serviços da população.

Ao final dos anos 1980, a metrópole baiana já se constituía, portanto, em uma sociedade de assalariados, frágil e incompleta, marcada pela precariedade, pela heterogeneidade e pela informalidade que nela sempre estiveram presentes. (BORGES, 2003, p. 81)

Portanto, a configuração sócio-histórica do mercado de trabalho baiano revela a outra face da nossa “baianidade”, jamais explicitada pelo discurso oficial do Estado: a “baianidade” dos baianos (as) que dependem exclusivamente da venda da sua força de trabalho para se reproduzirem socialmente, circunscritos numa cartografia do trabalho clivada sob signo da pobreza generalizada e das práticas laborais socialmente desprotegidas. Sendo assim, a trajetória do mercado de trabalho baiano traz consigo as marcas da sua própria história, marcada pela opulência da sociedade escravista do passado à exploração capitalista moderna, que apenas reproduz e atualiza as velhas desigualdades sociais. Por isso, tomamos de empréstimo o famoso verso de Ary Barroso (1997) contido na música “Na Baixa dos Sapateiros”, para encerrarmos esta breve revisão histórica do mercado de trabalho baiano: “*Ô Bahia, Ô Bahia que não me sai do pensamento...*”.

4.2 A Bahia no ritmo e na dança da reestruturação produtiva e da “desertificação neoliberal”: as principais mudanças no mercado de trabalho baiano na década de 1990

A Bahia de tantas expressões culturais, artísticas e musicais, tão bem contada nos romances de Jorge Amado, cantada nas músicas de Dorival Cayme, Gilberto Gil, Caetano, Gal, Maria Betânea e do axé music, presente nas obras de arte de Caribé. A terra de tantos santos e orixás, da festa do Bonfim, da festa da senhora das águas, Iemanjá. Do Carnaval dividido entre cordas e blocos que leva multidões às ruas de Salvador. Bahia das revoltas dos malês, da sabinada, dos alfaiates. “*A Bahia que tem personalidade de um país, e o Dois de Julho é o seu principal mito de origem*” (REIS, 1989). Terra das manifestações de rua pedindo a cassação do Senador que fraudou o painel do senado. Terra que dizem ser de um só

chefe e senhor, mas que também deu ao presidente Lula a sua maior votação entre as capitais do país. A terra que tem na sua gente de cor a lembrança dos traços da escravidão, hoje com novos traços de exclusão que ainda relega aos negros os alçapões da sociedade baiana. Também é a terra de homens e mulheres que, ao contrário do que normalmente se propaga na mídia nacional (principalmente no Sudeste) e internacional, trabalha dia e noite, de segunda a domingo, feriados e dias santos, descendo e subindo ladeira, correndo da polícia ou do “rapa”¹² para sobreviver, como o é caso de tantas Marias e Josés que vivem da informalidade.

Entretanto, convém lembrar que a Bahia também é a terra de trabalhadores e trabalhadores que ao longo da década de 90 sofreram com as conseqüências infortunas das “reestruturações” e “flexibilizações” que ocorreram no Brasil, principalmente no mundo do trabalho. Como antigamente, a Bahia continua interligada ao mundo, não só pelo porto da baía de todos os santos, pelas práticas culturais, mas também porque os interesses capitalistas aqui também se fazem presentes e trazem efeitos sociais desastrosos. A Cidade da Bahia, capital do Brasil Colônia por mais de dois séculos e meio, ou ainda, como formula o historiador Cid Teixeira, a “Capital do Atlântico Sul”, agora no limiar do século XXI se transformou na “*Capital Brasileira do Desemprego*”. De acordo com os dados da PED, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador, no ano 2000, era de 26,6%, considerada a mais alta do país, o que quer dizer que cerca de 393 mil pessoas, em média, estavam à procura de uma ocupação na RMS.

A Bahia não vive simplesmente do ritmo e da dança do carnaval, mas também acompanha o “ritmo” e a “dança” da nova ordem produtiva na qual o Brasil se inseriu na década de 90, forjada no bojo da crise do modelo brasileiro de desenvolvimento e na adoção do ideário neoliberal pelo Estado brasileiro. A crise econômica e a liberalização comercial também tiveram seus efeitos sobre os setores mais dinâmicos da economia baiana, de modo

¹² Denominação atribuída pelos trabalhadores de rua aos fiscais da Secretaria de Serviços Públicos/ SESP da Prefeitura Municipal de Salvador/Ba.

especial, no setor industrial, no qual o Pólo Petroquímico de Camaçari é a grande expressão. Se durante a década de 80 o Pólo Petroquímico de Camaçari foi uma “fábrica de fazer fábricas” não se pode afirmar o mesmo para a década de 90. O que se observou foi um processo intenso de reestruturação das empresas, de ajustes, de fusões, demissões em massa, adoção de novas práticas de gestão e organização do trabalho. (OLIVEIRA, L.P, 2003).

É no contexto de reestruturação produtiva e da “desertificação neoliberal” da década de 90 (ANTUNES, 2004), que a Bahia vivenciou um radical desmonte da sua já frágil e incompleta sociedade salarial. A desestruturação do mercado de trabalho metropolitano se traduziu principalmente através do aumento do desemprego e da precarização do seu “núcleo estruturado”, lócus do emprego social protegido, bem como, pela baixa qualidade dos postos de trabalho abertos durante a década. Aliado a tudo isso, se observou uma nova configuração do núcleo “não-estruturado” deste mercado, em especial, o surgimento de uma “nova informalidade”. (BORGES, 2003).

O processo de desestruturação do mercado de trabalho metropolitano envolve um conjunto de mudanças que se expressam através do comportamento da oferta, dos níveis de subutilização da força de trabalho e suas desigualdades, bem como através da distribuição setorial da ocupação e das formas de inserção no mercado de trabalho da RMS. O esboço, que iremos traçar a seguir, apresenta as principais mudanças no mercado de trabalho metropolitano durante a década de 90 que se baseiam principalmente nas formulações de Borges (2003)¹³, assim como nas formulações de outros autores que também analisam as mudanças do mercado de trabalho na RMS neste período¹⁴.

¹³ Trata-se da tese de doutorado de Ângela Maria Carvalho Borges, intitulada: Desestruturação do Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade Social: a região metropolitana de Salvador na década de 90, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, no ano de 2003.

¹⁴ A exemplo dos trabalhos de: Filgueiras e Pinto (2003); Santana (2003); Suerdieck (2003); Souza, L. (2003); Souza, Sampaio Rodarte e Filgueiras (2002); Guimarães, I. B. (2002); Azevedo (2000); Carvalho; Almeida e Azevedo (2000); Borges e Guimarães, (1997).

Do ponto de vista da oferta da força de trabalho, verifica-se que as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho metropolitano durante a década de 90 foram:

- 1) A *população em idade ativa*¹⁵ (PIA) durante a década de 90 apresentou uma taxa de crescimento inferior à da *população economicamente ativa*¹⁶ (PEA) e dos *ocupados*, de modo que, não contribuiu para elevar a pressão da oferta sobre o mercado de trabalho da RMS. Todavia, constata-se que os jovens e a mulheres foram os grupos que mais pressionaram o mercado de trabalho regional nos anos 90.
- 2) A população economicamente ativa tornou-se mais feminina, aumentou a proporção dos jovens e dos trabalhadores mais maduros, bem como, elevou-se o nível de escolaridade da força de trabalho. Além disso, as diferenças de gênero indicam que a PEA feminina é mais escolarizada do que a masculina.
- 3) Durante os anos 90, o mercado de trabalho regional, historicamente marcado por uma frágil e limitada sociedade salarial, respondeu a expansão da oferta de trabalho e aos ganhos de escolaridade com um aumento expressivo da subutilização da oferta existentes, ou seja, com o aumento das taxas de desemprego para todos os grupos etários e ambos os sexos, explicitando os seus limites de incorporação da força de trabalho¹⁷.
- 4) Segundo os dados da PED a taxa de desemprego total na RMS evoluiu de 21,6%, em 1997, para 26,6% em 2000. Como já foi dito, anteriormente a taxa de desemprego na RMS foi

¹⁵ Corresponde à população com dez anos ou mais.

¹⁶ É a parcela da PIA ocupada ou desempregada.

¹⁷ Borges (2003, p. 98), com base nos dados do IBGE/PNAD, demonstra que a radicalidade das mudanças ocorridas no mercado de trabalho metropolitano na década de 90. Afirma a autora: “... no início do período considerado (1992), em cada mil pessoas em idade ativa, 553 era economicamente ativas, sendo que, 488 dessas estavam ocupadas e apenas 65 encontravam-se em situação de desemprego aberto. Já a composição do incremento da PIA entre 1992 e 1999 é totalmente distinta: em cada mil novos integrantes desse agregado, nada menos do que 965 era economicamente ativos e 542 estavam ocupados. Entretanto, mesmo assim, 423 ficaram desempregados”.

considerada, neste ano, a mais alta do país, mesmo havendo um incremento considerável (5,6%) de novos postos de trabalho neste período. Vale ressaltar ainda, que neste ano, a taxa de desemprego total chegou a ser de 28,6% no mês de março o que corresponde a uma média de 417 mil pessoas à procura de ocupação.

- 5) Embora as mudanças ocorridas no mercado de trabalho tenham atingido negativamente grande parte dos trabalhadores, percebe-se que o grau de exposição dos trabalhadores ao principal risco do mercado de trabalho, o desemprego, é bastante diferenciado se analisado segundo os atributos natos e/ou adquiridos. Sendo assim, os segmentos que estão em mais desvantagens e expostos ao risco do desemprego são: os jovens, as mulheres (em todas as idades) e os menos escolarizados. Já os homens, os adultos e os mais escolarizados são os segmentos menos expostos ao risco do desemprego.
- 6) Entretanto, foram justamente os segmentos historicamente melhor situados no mercado de trabalho que foram atingidos pelos efeitos perversos da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, pois as taxas de desemprego masculino e dos adultos cresceram mais que a feminina e a dos jovens, respectivamente. Além disso, as taxas de desemprego também cresceram relativamente entre os trabalhadores com a escolaridade mais elevada (os portadores do diploma do 3º grau), o que indica que a conquista do diploma não é suficiente para afastar o “fantasma” do desemprego. Conclui-se, portanto, que as mudanças ocorridas na década de 90 indicam que houve uma “precarização” generalizada da força de trabalho, que atingiram indistintamente tanto os segmentos melhor posicionados no mercado de trabalho metropolitano quanto os mais vulneráveis historicamente neste mercado.
- 7) Por fim, no que diz respeito às outras desigualdades, observa-se que a segmentação por cor é uma das mais importantes no mercado de trabalho da RMS. As taxas de

desemprego e a distribuição dos desempregados por cor revelam que os trabalhadores negros estão mais expostos ao risco do desemprego do que os trabalhadores brancos. De acordo com Filgueiras e Pinto (2003), as desigualdades raciais no mercado de trabalho metropolitano se tornaram mais acentuadas durante a década de 90, baseado em dados da PED/RMS dos anos 80 (1987/1988) e dos anos 90 (1997/2002), os autores ressaltam que estas desigualdades se agravaram ainda mais, pois o desemprego entre os negros, grupo historicamente em desvantagem, aumentou muito mais do que o dos brancos entre as últimas duas décadas.

Do ponto de vista, da estrutura ocupacional /setorial e das formas de inserção no mercado de trabalho da RMS, constata-se que as principais mudanças foram:

- 1) A exemplo do aconteceu com as demais regiões metropolitanas brasileiras, uma das principais mudanças na estrutura ocupacional da RMS foi a redução do peso das atividades industriais e aumento relativo e absoluto das atividades terciárias na incorporação da força de trabalho, ou seja, a *“terciarização da ocupação”*.
- 2) A redução do peso das atividades industriais na RMS está associado ao processo de reestruturação produtiva da indústria petroquímica baiana iniciado no final dos anos 80 e radicalizado durante a década de 90, que resultou no “enxugamento” do moderno operariado baiano, bem como influenciou diretamente no declínio de número de postos gerados no setor industrial, sendo o chamado setor terciário o principal responsável pela incorporação de novos trabalhos ou pela re-inserção dos que foram expulsos do setor industrial.
- 3) Quanto à composição do emprego, observa-se que boa parte dos ocupados no Terciário encontrava-se no setor de Prestação de Serviços e no Comércio, seguidos

dos Serviços classificados na rubrica do Social (Educação, Saúde etc.), e, em menor proporção, nos serviços relacionados à produção, a exemplo dos Serviços Auxiliares da Atividade Econômica.

- 4) De acordo com Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) a terciarização que ocorreu nas metrópoles brasileiras nas últimas décadas, a exemplo da RMS, não pode ser confundida com a terciarização “espúria” dos anos 60 e 70; pois muitos segmentos do setor de serviços apresentam uma dinâmica própria, que independe do desempenho imediato do setor industrial, como é o caso do turismo e dos serviços sociais (educação e saúde). Entretanto, não se pode deixar de reconhecer, que o processo de terceirização que ocorrera nos 90 contribuiu de forma considerável para a expansão dos serviços, principalmente dos serviços auxiliares.
- 5) Quanto às formas de inclusão da população trabalhadora ao mercado de trabalho metropolitano, observa-se uma redução da participação do núcleo estruturado do mercado de trabalho, lócus do emprego protegido (celetistas e funcionários públicos), no total de ocupados da RMS. O reverso deste “encolhimento” é o aumento do processo de informalização das relações de trabalho, ou seja, do núcleo “não estruturado”¹⁸ do mercado de trabalho, que agrega desde os pequenos empresários bem-sucedidos até o biscateiro e o vendedor ambulante de rua.
- 6) Embora as atividades “não-capitalistas” tenham um forte peso histórico na estrutura ocupacional do mercado de trabalho da RMS, durante os anos 90 não houve um aumento expressivo da proporção dos ocupados por conta-própria, tal como se deu em outras metrópoles brasileiras, indicando para um processo de saturação do “*informal*”,

¹⁸ Para Borges (2003, p. 117) o segmento não-estruturado do mercado de trabalho são: “... *por um lado, consultores especializados de diversas áreas, prestadores de serviços e assalariados precários da cascata de terceirização, todos eles integrando as velhas e novas formas de flexibilização da compra de força de trabalho pelo capital, e, por outro, os trabalhadores por conta própria, os não remunerados e os trabalhadores domésticos que vendem seus serviços/produtos para famílias e para o público em geral.*”

isto é, a redução da capacidade do trabalho por conta-própria de funcionar como “válvula de escape” para os que não conseguem emprego.

- 7) É neste de cenário de completa incapacidade do núcleo estruturado do mercado de trabalho de absorver a força de trabalho de existente e de fortes indícios de saturação do informal, que se evidencia o processo de desestruturação do mercado de trabalho baiano, aumentando ainda mais o grau de vulnerabilidade social dos trabalhadores baianos da década de 90.

Portanto, o conjunto de mudanças que ocorreram no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador na década de 90, atesta o completo desmonte da frágil e incompleta sociedade salarial. Os números da PNAD para esse período apontam para este grave quadro do mercado de trabalho metropolitano, uma vez que:

(...) em cada 1.000 novos ocupados, apenas 54 lograram encontrar um emprego no núcleo e todos na condição de funcionários públicos. Com isso, 946 em cada 1.000 ocupados, foram jogados em posições “fora do núcleo”, onde se destacam, o *emprego sem carteira*, o vínculo precário e sem a cobertura social mínima assegurada pela CLT¹⁹ (341 em cada 1.000), o trabalho por *conta própria* (231), o trabalho doméstico (152) e para o negócio próprio, na condição de *empregador*, destino de 104 em cada 1.000 novos ocupados. (BORGES; DRUCK, 2004, p.3)

Este processo de desestruturação do mercado de trabalho baiano tem como uma das suas principais conseqüências, a reconfiguração do seu traço mais marcante, qual seja: a sua pobreza. A “Bahia de Todos os Pobres”, já não é mais composta apenas dos pobres que sempre foram pobres, mas dos pobres que se tornam pobres por conta dos efeitos perversos da reestruturação produtiva²⁰ na terra que também é de “Todos os Santos”. A desestruturação do mercado de trabalho metropolitano acompanhou muito mais o “ritmo” e a “dança” do novo e

¹⁹ Consolidação das Leis do Trabalho.

²⁰ Ver Nadia Guimarães (2002) e Menezes, Muricy e Carera-Ferandez (2001).

precário mundo do trabalho do que o som dos tambores e atabaques da “Velha Bahia”. Como afirma Borges:

(...) na RMS, aparentemente, o segmento não-estruturado cresceu mais pela precarização do emprego e pela expansão ou informalização dos pequenos negócios – dos tradicionais aos novos empreendimentos-, do que pelo trabalho autônomo (BORGES, 2003, p.298).

(...) Ao contrário do passado, quando o segmento não-estruturado crescia pela expansão dos mesmos bolsões de informalidade, durante a década de 1990, com a desestruturação do núcleo, ele cresce em todas as atividades, mas principalmente nos espaços historicamente estruturados. (BORGES, 2003, p. 300).

Mas, “*Ô Bahia, Ô Bahia que não sai do pensamento*” (BARROSO, 1997) o que será que aconteceu em meio a tantas reestruturações, desestruturações e turbulências da década da “desertificação neoliberal”, com o nosso velho e tradicional “mercado de trabalho informal” da cidade de Salvador? Quem são os filhos ilustres desta terra, que se ocupam das chamadas atividades não-capitalistas, ou como preferem outros, do trabalho por conta-própria, seja nas vias públicas, nas praias ou nos cômodos das suas próprias residências? Em resumo, qual é o seu retrato na capital brasileira campeã do desemprego nos dias hoje?

4.3 Um retrato do trabalho informal na Cidade de Salvador

Retratar a cidade de Salvador do ponto de vista do trabalho informal, exige do pesquisador o refinamento do seu olhar e a constante adequação das lentes e dos ângulos de apreensão da realidade social pesquisada. Podemos retratá-lo em suas diversas dimensões e de diversos ângulos, e é justamente sobre este ponto que a depuração do olhar se torna indispensável. Sendo assim, nesta seção iremos retratar o trabalho informal na cidade de Salvador de um ponto de vista panorâmico e genérico. Para tanto, utilizaremos os dados da

PED/RMS, os quais nos oferecem algumas variáveis e indicadores que nos permitem “tirar” um retrato panorâmico do trabalho informal na metrópole baiana. Vejamos quais foram os critérios adotados para a feitura deste retrato:

- 1) O trabalho informal será analisado a partir de um ângulo específico, isto é, a partir do seu “núcleo mais tradicional” e que tem maior peso entre os segmentos que constituem o núcleo não-estruturado do mercado de trabalho, qual seja: *os trabalhadores por conta própria ou autônomo*. Tal delimitação foi feita tendo em vista o próprio recorte empírico da nossa pesquisa de campo – os trabalhadores informais de rua. De acordo com os critérios metodológicos da Pesquisa de Emprego e Desemprego, considera-se como **conta-própria ou autônomo** a “... *pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio (s), ou ainda com a ajuda de trabalhador (es) familiar (es)*”, a qual “... *pode ter eventualmente algum ajudante remunerado para auxiliá-lo em períodos de maior trabalho*” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA..., 2003, p. 50). Portanto, este é o segmento específico do trabalho informal que mais se aproxima e engloba o conjunto de trabalhadores pesquisados neste estudo.
- 2) A amostra é constituída do total de pessoas ocupadas, que trabalham na cidade de Salvador, que segundo a posição na ocupação foram classificadas como conta-própria para o público ou conta-própria para empresa (42.829 casos) para o período de 1997 a 2004.
- 3) A partir desta amostra, foram realizadas tabulações especiais que levaram em consideração o tempo de duração na atividade, sendo a amostra classificada por “ingressos na década de 90” ou “ingressos antes década de 90”; o perfil dos trabalhadores, as condições de trabalho, os rendimentos, a distribuição setorial das atividades e as principais ocupações.

4.3.1 A evolução do trabalho por conta própria em Salvador (1997-2004)

A partir dos dados da PED é possível identificar os movimentos mais gerais do trabalho informal na cidade de Salvador entre a segunda metade da década de 90 e os primeiros anos de 2000. A evolução da ocupação das atividades por conta-própria aponta para dois aspectos importantes do trabalho informal na cidade de Salvador: i) a persistência de um espaço significativo na estrutura ocupacional da cidade de Salvador para atuação dos trabalhadores informais; ii) a proporção de trabalhadores por conta própria entre os ocupados permanece praticamente estável em Salvador, o que parece indicar que a capacidade de incorporação da força de trabalho nestas atividades já atingiu o seu limite, confirmando a tese de Borges (2003) sobre a “saturação do informal”.

Os dados da PED para o período analisado indicam que o trabalho por conta própria representa 23,3% do total de ocupados da cidade de Salvador, configurando-se como o núcleo central do trabalho informal na metrópole baiana, sendo responsável por quase a metade das ocupações informais. A evolução do trabalho por conta própria durante o período de 1997 a 2004, demonstra que durante a segunda metade da década até o ano de 2001 houve uma redução progressiva do percentual de trabalhadores ocupados nas atividades do núcleo central do trabalho informal, exceto no ano de 1999, voltando a crescer em 2002 e mantendo-se estável até 2004. No período de 8 anos (1997-2004) a participação do trabalho conta-própria na estrutura ocupacional de Salvador caiu de 24,6% em 1997 para 23,5% em 2004.

Esta redução do trabalho por conta-própria, revela que o trabalho informal tem os seus próprios limites enquanto lócus aglutinador da população soteropolitana desempregada e que não encontra emprego, bem como, nos oferece elementos para problematizar a ideologia do “contrapropismo/empreendedorismo” amplamente difundida por diversos setores da sociedade brasileira durante os anos 90, uma vez que nem mesmo na cidade de Bahia, terra de

“gente criativa”, que se diverte e trabalha a um só tempo, tal ideologia prevalece. Além disso, a evolução do núcleo central do trabalho informal na cidade de Salvador também é um forte indicador do processo de desestruturação do mercado de trabalho metropolitano, ou seja, o grau de flexibilidade do mercado de trabalho regional já atingiu o seu patamar máximo, por conta disto, a saturação deste espaço na estrutura ocupacional demonstra que o trabalho informal tem uma lógica própria de funcionamento, não sendo tão desorganizado quanto se pensa, sinônimo de anomia social, mas pelo contrário, trata-se de um espaço do mercado de trabalho com regras próprias que também se tornou seletivo.

Ao que tudo indica, o núcleo mais tradicional do trabalho informal da cidade de Salvador – as atividades não-capitalistas – formado pelos trabalhadores por conta-própria ou autônomos também se tornou moderno, já não é mais somente sinônimo de pobreza e marginalidade social, mas também pode ser uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascensão social para um grupo bem seletivo com atributos específicos. No entanto, as chances de sucesso são bastante remotas, o que prevalece ainda é a precariedade social, a imprevisibilidade e instabilidade dos ganhos e a pobreza da imensa maioria dos trabalhadores ocupados nas atividades informais, sendo o trabalho informal de rua um dos exemplos mais emblemáticos. Ademais, na cidade da Bahia o moderno reinventou o tradicional, transformou a dinâmica da velha informalidade soteropolitana e rejuvenesceu o rosto dos homens e mulheres que se ocupam das atividades que compõem o cotidiano da economia urbana da capital baiana.

4.3.2 O perfil do trabalhador informal

Na análise da distribuição dos trabalhadores por conta-própria segundo os atributos pessoais, constata-se que em Salvador estes trabalhadores são principalmente homens

(57,4%), negros (86,5%), chefes de família (50,8%), concentram-se mais nas faixas etárias adultas (82,4%), são não-migrantes (97%) e trabalham para população em geral (81,1%). Este perfil permanece praticamente inalterado quando desagregamos a distribuição dos trabalhadores por conta-própria para o público e para empresa, conforme a tabela seguinte.

Tabela 1			
Distribuição dos Trabalhadores por Conta-Própria que trabalham na Cidade de Salvador segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família, Tempo de Residência na RMS e Grau de Escolaridade, 1997 a 2004.			
Atributos	Conta-Própria		(Em %)
	Para o Público	Para Empresa	Conta-Própria Total
Sexo			
Masculino	54,8	68,5	57,4
Feminino	45,2	31,5	42,6
Idade			
10 a 17	3,7	5,9	4,1
18 a 24	11,7	21,1	13,5
25 a 39	38,2	40,4	38,7
40 e mais	46,3	32,6	43,7
Cor			
Branca	12,4	17,7	13,4
Negra	87,5	82,2	86,5
Posição na Família			
Chefe	51,4	47,8	50,8
Cônjuge	23,5	13,5	21,6
Filho	18,3	28,5	20,2
Outros	6,8	10,2	7,4
Tempo de Residência na RMS			
Menos de 3 anos	2,6	4,6	3,0
Mais de 3 anos	97,4	95,4	97,0
Grau de Escolaridade			
Analfabeto	6,5	2,2	5,7
1º Grau Incompleto	46,1	32,6	43,6
1º Grau Completo	10,9	11,1	10,9
2º Grau Incompleto	6,8	8,5	7,1
2º Grau Completo	24,7	33,4	26,3
3o Grau Incompleto	2,0	4,4	2,5
3o Grau Completo	3,0	7,7	3,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS (1997/2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.
Elaboração Própria

Tradicionalmente, este segmento do informal sempre foi marcado pela presença dos homens, dos mais velhos, dos menos escolarizados, além de ser um espaço de fácil entrada no mercado de trabalho para os migrantes. Entretanto, durante a década de 90, este perfil dos trabalhadores informais sofreu algumas alterações consideráveis. Os dados analisados demonstram que o trabalho informal na cidade de Salvador é quase na sua totalidade vivenciado por soteropolitanos e por migrantes que residem na RMS há mais de três anos, uma vez que os fluxos migratórios para a capital baiana já não são tão intensos e nem o principal elemento de expansão do mercado de trabalho local como ocorrera nas décadas 50, 60 e 70.

As mudanças no perfil destes trabalhadores se tornam mais evidentes quando comparados com os dados da PED/RMS do final da década de 80 (87/88) para o segmento ora estudado. Observa-se que aumentou a proporção dos trabalhadores informais do sexo masculino, chefes de família, mais velhos e mais escolarizados nos anos 90. Esta mudança do perfil do trabalhador informal está fortemente relacionada com as transformações ocorridas no mercado de trabalho regional na última década, pois foram justamente estes segmentos do mercado de trabalho os mais penalizados com os efeitos da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais.

Em relação ao grau de escolaridade, é importante destacar que apesar da elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores informais da amostra, ainda é bastante significativo o percentual dos trabalhadores informais com 1º grau incompleto (43,65), que somados com o percentual dos trabalhadores analfabetos (5,75) representam praticamente a metade da amostra analisada, e apenas 6,4% dos trabalhadores têm o 3º grau (incompleto e completo). De modo em geral, trata-se de uma força de trabalho ainda com baixo grau de escolaridade.

A distribuição dos ocupados nas atividades informais segundo o tipo de demandante do serviço, o público em geral ou as empresas, demonstra que existem diferenciações importantes no interior do núcleo tradicional do trabalho informal. No tocante à questão do gênero, verifica-se que a diferença entre homens e mulheres que trabalham para o público é relativamente equilibrada, 54,8% e 45,2% respectivamente; no caso dos trabalhadores contá-própria para empresa, a presença dos homens é bem superior, cerca de 68,5%, chegando a ser mais do que o dobro da proporção de mulheres.

Quanto à idade, também se verifica que trabalhadores informais que trabalham para público tendem a ser mais velhos, e os que trabalham para empresa são mais jovens, concentrando-se nas faixas de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos. Por fim, os trabalhadores informais que oferecem os seus bens e serviços à população em geral são menos escolarizados em relação aos que trabalham para empresas.

Desse modo, chega-se à conclusão de que os trabalhadores informais que exercem suas atividades para o público em geral são mais velhos e menos escolarizados, sendo que o principal requisito de inserção é a própria experiência adquirida ao longo do tempo no exercício da ocupação, onde se desenvolvem e se consolidam as habilidades necessárias para o bom desempenho das atividades.

Por outro lado, os trabalhadores informais que prestam seus serviços para empresa(s) são mais jovens e têm maiores ganhos em termos de escolaridade, onde a qualificação técnica é uma condição indispensável para o exercício da ocupação, já que os serviços demandados pelas empresas são mais especializados e as chances de remuneração são muito maiores.

O tempo de permanência dos trabalhadores nas atividades informais é outro indicador que pode ser construído a partir dos dados da PED, o qual nos permite identificar o conjunto

de trabalhadores que ingressaram na informalidade na década de 90²¹. Constatamos que 80,5% dos trabalhadores informais da amostra estudada começaram a exercer as suas atividades na década de 90 e 19,5% começaram antes da década de 90. Embora não se tenha como mensurar, provavelmente uma parcela significativa dos trabalhadores que ingressaram na informalidade nos anos 90 vivenciaram os efeitos perversos da reestruturação produtiva e da desestruturação do mercado de trabalho baiano. Este dado também demonstra que houve uma configuração interna do núcleo tradicional do trabalho informal na cidade de Salvador, marcado principalmente pela presença de novos trabalhadores informais.

A composição dos trabalhadores segundo o tempo duração na atividade aponta para o fato de que a condição de trabalhador informal não é experienciada da mesma forma por todos trabalhadores, ou seja, para os trabalhadores que estão exercendo as atividades informais há mais tempo, como é o caso dos que ingressaram antes da década de 90, a condição de trabalhador informal se apresenta como uma condição permanente, ou seja, configura-se como uma forma permanente de inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, para os trabalhadores que estão tendo os primeiros contatos com o mercado de trabalho ou que começaram a exercer as atividades informais como estratégia de enfretamento do desemprego, a condição de trabalhador informal se apresenta como uma condição provisória, que com passar do tempo também se torna permanente, tendo em vista a própria estruturação do mercado de trabalho regional.

²¹ A metodologia adotada pela PED não nos permite identificar a trajetória anterior de trabalho dos entrevistados, pois o questionário da pesquisa apenas pergunta sobre o tempo de permanência do entrevistado no trabalho que ele está exercendo no momento da realização da pesquisa. No caso específico dos trabalhadores por conta própria, considera-se o período ininterrupto de trabalho em que houve uma regularidade da atividade, sem períodos extensos de não-trabalho ou de procura de trabalho.

Com base no tempo de duração ininterrupta das atividades informais, adotamos o seguinte procedimento metodológico: como estamos trabalhando com uma série histórica, a simples agregação dos dados por intervalos de tempo não é suficiente para identificar quem são os trabalhadores informais da década de 90, por isso realizamos uma tabulação especial em que foi considerado como trabalhador informal dos anos 90 aqueles que exerciam as suas atividades informais há menos de 7 anos a partir da série inicial da Pesquisa Emprego e Desemprego (RMS) analisada neste estudo, isto é, 1997.

Conforme a tabela 2, a distribuição dos trabalhadores por conta própria por tempo de permanência na atividade informal segundo os atributos pessoais apresenta as principais diferenças de perfil dos novos e velhos trabalhadores informais da cidade de Salvador.

Tabela 2			
Distribuição dos Trabalhadores Conta-Própria que trabalham na Cidade de Salvador por Tempo de Permanência na Atividade segundo Sexo, Faixa Etária, Posição na Família e Grau de Escolaridade, 1997 a 2004.			
(Em %)			
Atributos	Tempo de Permanência na atividade informal		Conta-Própria Total
	Antes da década de 90	Década de 90	
Sexo			
Masculino	62,9	56,1	57,4
Feminino	37,1	43,9	42,6
Idade			
10 a 17	(1)	5,1	4,1
18 a 24	1,8	16,3	13,5
25 a 39	24,4	42,1	38,7
40 e mais	73,7	36,4	43,7
Posição na Família			
Chefe	69,1	46,3	50,8
Cônjuge	19,5	22,1	21,6
Filho	7,0	23,4	20,2
Outros	4,4	8,1	7,4
Grau de Escolaridade			
Analfabeto	9,0	4,9	5,7
1o Grau Incompleto	48,3	42,4	43,6
1o Grau Completo	11,3	10,8	10,9
2o Grau Incompleto	4,8	7,7	7,1
2o Grau Completo	21,9	27,4	26,3
3o Grau Incompleto	1,2	2,8	2,5
3o Grau Completo	3,6	4,0	3,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS (1997/2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE
Elaboração Própria

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Ao compararmos o perfil do trabalhador informal segundo o tempo de permanência atividade, verifica-se que há diferenças qualitativas importantes entre os velhos e novos

trabalhadores informais. Observa-se que os trabalhadores que ingressam na informalidade antes da década de 90 são homens (63%), têm 40 anos ou mais (74%), são chefes de família (69%) e com baixo grau escolaridade.

Por sua vez, os trabalhadores que ingressaram na informalidade a partir dos anos 90 apresentam um perfil bem diferente, uma vez que se observa uma maior participação das mulheres, o que indica que o trabalho informal se tornou mais feminino, bem como, são mais jovens (16,35) e adultos (42,1%). Além disso, percebemos uma maior presença dos cônjuges e dos filhos entre os trabalhadores informais ingressos a partir dos anos 90, o que indica que os efeitos da crise do mercado de trabalho provocaram uma reconfiguração da família, exigindo que as perdas sociais dos trabalhadores fossem redistribuídas no interior dos grupos familiares, de modo que, a inserção dos cônjuges e filhos nas atividades informais pode ser uma forma de compensar o desemprego dos chefes de famílias (GUIMARÃES, I. B., 2002). Por último, conclui-se que estes trabalhadores apresentam um grau de escolaridade mais elevado do que os dos trabalhadores informais ingressos antes da década de 90.

4.3.3 As Condições de Trabalho

No que se refere às condições de trabalho, os dados captados pela PED oferecem alguns indicadores do grau de precariedade em que são exercidas as atividades informais por conta própria, bem como, explicita os próprios limites do trabalho por conta própria como alternativa e solução para o desemprego.

Uma das características centrais do núcleo tradicional do trabalho informal é que se trata de atividades produtiva marcadas pelo signo da solidão, ou seja, são atividades com baixo nível de capitalização, pequenos negócios em que o trabalhador exerce suas atividades solitariamente ou no máximo com a ajuda de familiares ou sócios, vivendo da “solidão do

mercado” e da sua própria sorte, pois na maioria dos casos não tem quem o substitua em casos de doença ou acidente como veremos de forma mais detalhada no próximo capítulo. Segundo os dados da PED, 67,6% dos trabalhadores informais da amostra trabalham sozinhos, 17% trabalham com familiares ou sócios e apenas 15,3% trabalham para empresas. No caso específico dos trabalhadores informais que exercem suas atividades através da oferta de bens e serviços à população em geral, a solidão do mercado é mais forte ainda, a imensa maioria dos trabalhadores trabalham sozinhos (80%) e apenas uma pequena parcela dos trabalhadores com a ajuda de familiares ou sócios.

Tabela 3

Distribuição dos Trabalhadores Conta Própria que trabalham na Cidade de Salvador por Tamanho da Empresa segundo o tipo de demandante do serviço, 1997 a 2004.
(Em %)

Tamanho da Empresa	Conta Própria		Total
	Para o Público	Para Empresa	
Trabalha sozinho	79,8	15,5	67,6
Trabalha com familiares ou sócios	20,2	3,8	17,1
1 A 2 empresas	-	12,3	2,3
3 A 5 empresas	-	14,0	2,6
6 A 9 empresas	-	7,8	1,5
10 A 49 empresas	-	13,0	2,5
50 A 99 empresas	-	2,7	0,5
100 A 499 empresas	-	3,3	0,6
500 OU MAIS empresas	-	4,0	0,8
NÃO SABE	-	23,6	4,5
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED RMS (1997/2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE
Elaboração Própria

Outro indicador importante das condições de trabalho é o local de trabalho, os dados PED revelam que os trabalhadores por conta-própria que prestam seus serviços diretamente para o consumidor, em sua maioria, exercem suas atividades sem instalações fixas, mas

possuem equipamentos (30,3%) como é o caso dos vendedores ambulantes que trabalham nas vias públicas (rua, praça, praia etc.), de porta em porta ou em casa de clientes; ou em cômodos não adaptados das residências (21,2%).

Além disso, cabe destacar que estes trabalhadores também podem assegurar os seus proventos exercendo suas atividades sem instalações fixas, mas com equipamentos automotivos, a exemplo dos motoristas de táxi, dos condutores de transportes de escolar, dos donos de caminhões ou caminhões que fazem fretes etc. Também podem trabalhar em barracas ou bancas, a exemplo das bancas de jornal, de frutas. E na pior das hipóteses, podem exercer suas atividades sem instalações fixas e sem equipamentos, como é o caso dos vendedores ambulantes sem ponto fixo, que circulam pelas ruas da cidade vendendo cartão telefônico, objetos de pessoais etc. Já os trabalhadores informais que prestam serviços para empresas estão principalmente alocados fora da residência (75,5%).

A PED também dispõe de informações que permitem caracterizar o grau de autonomia do trabalhador por conta própria no exercício de suas atividades. A partir da análise do tipo de demandante do serviço, o público em geral ou a empresa – e a propriedade dos instrumentos de trabalho utilizados no exercício da atividade, pode-se avaliar o grau de subordinação de trabalhador informal. Entre os trabalhadores que prestam serviços para o público em geral, 92,1% são proprietários dos seus instrumentos de trabalho, enquanto que apenas 35,4% dos trabalhadores conta-própria para a empresa têm a propriedade de seus meios de trabalho, o que resulta em elevado grau de subordinação do trabalhador, configurando na maioria dos casos uma relação de assalariamento disfarçado. A jornada semanal de trabalho dos ocupados no núcleo tradicional do trabalho informal da cidade de Salvador é bastante intensa, desmentindo o mito do baiano preguiçoso. Ao contrário do que geralmente se afirma na mídia do sul e sudeste do país, Salvador é uma cidade do trabalho, o que pode ser comprovado pela intensidade da jornada de trabalho semanal dos soteropolitanos que vivem do trabalho

informal, pois 66% dos trabalhadores informais da amostra estudada trabalham até 48 horas semanais. Os dados da PED demonstram que os conta própria que trabalham para público têm jornadas mais extensas, já que 35% têm jornada acima de 48 horas semanais, enquanto que entre os que trabalham para a empresa este percentual cai para 28%. Portanto, a jornada de trabalho dos trabalhadores por conta-própria tende a ser geralmente mais elevada do que jornada de trabalho fixada na CLT²².

O percentual de trabalhadores que possuem trabalho adicional é completamente inexpressivo, apenas 9% dos trabalhadores por conta própria têm trabalho adicional remunerado, o que indica o grau de precariedade da inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho. Além disso, este dado aponta para uma certa inversão de um dos aspectos do trabalho informal bastante ressaltado nos estudos de tal temática nos 60 e 70, qual seja: o caráter complementar da atividade informal na reprodução social do trabalhador e de sua família. Os dados da demonstram que o trabalho informal acaba sendo a única e exclusiva fonte de renda dos trabalhadores que se inserem nestas atividades, ou seja, o que no passado era uma forma de complementar a renda familiar, no presente tornou-se a forma principal de inserção no mercado de trabalho e de sobrevivência de inúmeros trabalhadores. Além disso, o tempo diário do trabalhador informal é praticamente todo ele convertido em tempo de trabalho, não lhe sobrando muito tempo ou praticamente nenhum que possa ser dedicado às outras atividades laborais ou não-laborais.

Neste sentido, os dados da PED demonstram que 60% dos trabalhadores por conta-própria não desejam e não têm disponibilidade efetiva de trabalhar mais horas, além das horas normalmente trabalhadas. Portanto, as condições de trabalho do núcleo tradicional do trabalho informal da cidade de Salvador têm como marca maior a precariedade do trabalho e conseqüentemente da vida dos homens e mulheres que vivem da informalidade.

²² Após a promulgação da Carta Magna de 1988, a jornada de trabalho no Brasil, foi reduzida de 48 horas semanais para 44 horas semanais, com flexibilidade para algumas atividades específicas que têm regulamentação específica (digitação, atividades com equipamento radioativo, etc.)

4.3.4 Ocupações e Setor de Atividades

No que concerne ao perfil setorial do trabalho informal na cidade de Salvador, os dados da PED revelam que os setores de serviços (58,8%) e comércio (25%) respondem por 84% do total da ocupação entre os trabalhadores por conta própria.

No setor de serviços, os trabalhadores informais exercem principalmente as atividades ligadas aos serviços de alimentação (9,8%), serviços de reparação em geral (7,9%)²³, serviços pessoais (6%) e transportes (6%).

No caso dos trabalhadores que atuam para empresa(s), há algumas especificidades que merecem ser ressaltadas. A maior concentração destes trabalhadores se dá principalmente nos serviços auxiliares (11,9%), serviços pessoais (7,7%) e serviços especializados (7,7%). Além disso, é importante destacar a participação desta categoria ocupacional no setor industrial (7,1%), a qual é bem maior do que a proporção registrada para os conta própria para o público. Por sua vez, os conta própria para o público apresentam uma maior concentração nos serviços de alimentação (10,9%), de reparação em geral (9,1%) e de transportes (6,2%).

Em relação ao comércio, cabe destacar que a inserção dos trabalhadores informais que atuam junto ao público se dá com maior intensidade nas atividades relacionadas ao comércio ambulante, seja ele realizado em vias públicas, de porta em porta ou em casas; que corresponde a 14% do total dos ocupados nesta categoria. Observa-se ainda, que as atividades relacionadas ao comércio são atividades típicas dos trabalhadores por conta-própria que atuam junto à população em geral, sendo responsável por 84,5% do total de ocupados neste setor.

No que concerne às ocupações, o trabalho informal na cidade de Salvador apresenta uma ampla heterogeneidade de atividades, que agrega desde as atividades mais tradicionais até atividades mais modernas. Conforme a tabela 4, entre as ocupações que mais se destacam

²³ Inclui-se neste subsetor as atividades de reparação, reforma e conservação de mobiliário, instalações elétricas e sanitárias, artigos de uso pessoal e doméstico, inclusive eletrodomésticos; alfaiates e costureiras sob medida, tricô e crochê sob encomenda.

são as seguintes: os vendedores ambulantes e vendedores de jornais e revistas, com 24,2% do total das ocupações; seguidos dos motoristas e tratoristas com 7,9%. Além disso, aparecem os trabalhadores em atividades de serviços (garçons, copeiros, atendentes de bar, cabeleireiros, esteticistas), os trabalhos que são oferecidos a domicílio (pedreiros, lavadeiras, passadeiras) e os trabalhadores braçais.

Tabela 4
Dez principais ocupações dos trabalhadores informais que trabalham na cidade de Salvador, 1997 a 2004.

		Em (%)
Posição	Ocupações	
1º	Vendedores Ambulantes (baleiros, doceiros, feirantes, quitandeiras, sorveteiros etc.).	16,4
2º	Vendedores (jornais, revistas etc.).	7,9
3º	Motoristas, Tratoristas e Operadores de máquinas da construção civil.	5,9
4º	Barbeiros, Cabeleireiros, Esteticistas, Maquiladores, etc.	5,4
5º	Atendentes de bar e lanchonetes, Copeiros e Garçons.	5,0
6º	Trabalhadores braçais (ajudante de pedreiro, carregadores, lavadores de carro, etc.).	4,4
7º	Pedreiros	4,4
8º	Cozinheiras	4,4
9º	Alfaiates e Costureiras	3,7
10º	Lavadeiras e Passadeiras	2,9
Total		60,4

FONTE: PED RMS (1997/2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE
Elaboração Própria

Por fim, os dados da PED indicam que as ocupações dos trabalhadores informais variam de acordo com tempo de permanência na atividade, sendo assim, observa-se que as atividades mais tradicionais, como alfaiates e costureiras, proporcionalmente têm maior incidência entre os trabalhadores mais velhos (ingressos na informalidade antes dos anos 90), que geralmente são portadores de um ofício.

Constata-se ainda, que as atividades tradicionais como os barbeiros, cada vez mais tendem a perder espaço para os serviços de beleza mais sofisticados, exercidos por trabalhadores mais novos e qualificados, a exemplo dos depiladores e maquiladores. No contexto da globalização e do capitalismo flexível, os padrões de consumo são completamente alterados, fazendo com que a demanda por certos serviços prestados por trabalhadores informais tradicional diminua completamente. Aquiles (2003, p.7) retrata muita bem esta situação:

“Peixe freeescô. Olha aê o vermelho, a guaricema, o olho-de-boiê”, gritavam os vendedores subindo as enladeiraadas ruas dos bairros de classe média com seus cestos de peixes cobertos por folhas verdes, nem bem o dia acordava, duas, três décadas atrás. À tardinha, o som do triângulo intercalado pelo grito “tabooca” e o sino do sorveteiro marcavam a hora do lanche da garotada. Durante todo o dia, passavam os amoladores de facas, tesourinhas e alicates tocando suas gaitas coloridas anunciando o serviço. No Caminho das Árvores, onde é grande o número de salões de beleza, o amolador, com seu carrinho com uma roda de bicicleta que serve para se locomover e rodar o esmeril, é presença quase diária. Hoje, poucos são os profissionais de serviços essenciais, ou não, que sobreviveram ao crescimento das cidades, à tecnologia, à globalização. Os poucos que restaram foram banidos para os bairros periféricos, quando não, desapareceram ou estão em vias de extinção como os taboqueiros, com suas duas latas de querosene soldadas uma sobre a outra e pintada de cores vivas, e os lambe-lambes, uma das paisagens mais marcantes dos jardins e praças das grandes cidades.

4.3.5 Os Rendimentos dos Trabalhadores Informais

A análise dos rendimentos só confirma a dura realidade dos homens e mulheres que vivem do trabalho informal na cidade de Salvador. O rendimento real médio dos trabalhadores por conta própria, de acordo com a PED, é de R\$ 527,00 e a mediana dos rendimentos é R\$ 293,00. A distribuição dos rendimentos por percentis mostra claramente que as atividades ou negócios desenvolvidos pelos trabalhadores informais na maioria das vezes apenas lhes garantem o mínimo para sobreviver, pois 50% dos trabalhadores ganham até R\$ 293,00, ou seja, abaixo do salário mínimo fixado em lei (R\$ 300,00).

Contudo, constata-se que existe uma pequena parcela de trabalhadores que auferem rendimentos mais elevados, isto é, 10% dos trabalhadores têm rendimentos acima de R\$ 1.149,00, e apenas 1% dos trabalhadores ganham acima de R\$ 3.528, constituindo a elite do trabalho informal na cidade de Salvador, formada principalmente pelos trabalhadores portadores das melhores credenciais escolares, qualificados e que acumularam experiências anteriores em emprego com carteira assinada²⁴.

Ademais, os dados da PED também demonstram que os segmentos da força de trabalho que têm menores rendimentos entre os trabalhadores informais por conta-própria coincidem com os segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho da RMS, isto é, as mulheres, os negros, os jovens e os menos escolarizados. Por outro lado, para o total de trabalhadores por conta-própria, os homens, os brancos, os mais velhos e mais escolarizados são os mais bem posicionados em termos de rendimentos.

Se olharmos a distribuição dos rendimentos médios segundo o tipo de demandante do serviço, os conta-própria para a empresa estão mais bem inseridos, independente de qualquer atributo pessoal. O rendimento médio do trabalhador informal que trabalha para o público é de R\$ 442,25, o que representa cerca de 60% do valor recebido pelo trabalhador por conta-própria que trabalha para empresa. Tal diferença se justifica, sobretudo, porque os serviços prestados pelos trabalhadores conta-própria para empresa tende a ser mais especializados e possuem um valor agregado mais elevado do que os serviços e/ou mercadorias oferecidos por aqueles que trabalham para a população em geral. (Ver tabela a seguir)

²⁴ Sobre a Elite do Informal na Região de Metropolitana de Salvador ver o estudo de Silva (2002).

Tabela 5
Rendimento Real Médio⁽¹⁾ dos Trabalhadores Conta-Própria que trabalham na Cidade de Salvador segundo Sexo, Faixa Etária, Cor, Posição na Família e Grau de Escolaridade, 1997 a 2004.

Atributos	Conta-Própria		Conta-Própria Total
	Para o Público	Para Empresa	
(Em reais)			
Sexo			
Masculino	557,54	835,38	621,32
Feminino	314,54	531,08	344,38
Idade			
10 a 17	91,38	109,69	96,38
18 a 24	266,58	348,09	290,84
25 a 39	471,13	791,23	533,41
40 e mais	495,82	1068,44	575,17
Cor			
Branca	720,57	1320,59	871,21
Negra	404,46	614,20	442,08
Posição na Família			
Chefe	556,81	1025,97	641,13
Cônjuge	335,76	624,44	369,66
Filho	300,25	398,77	326,58
Outros	341,21	444,82	368,22
Grau de Escolaridade			
Analfabeto	223,68	212,72	222,84
1o Grau Incompleto	316,02	357,42	321,88
1o Grau Completo	460,29	543,03	476,66
2o Grau Incompleto	417,46	480,31	431,70
2o Grau Completo	611,51	935,84	689,01
3o Grau Incompleto	855,30	1333,37	1016,27
3o Grau Completo	1243,41	2005,75	1521,74

FONTE: PED RMS (1997/2004) SEI/SETRAS/ UFBA / DIEESE/SEADE.

Elaboração Própria

Nota: ⁽¹⁾ Inflator utilizado – IPC da SEI. Valores em Reais de Novembro de 2004

Exclusive os Trabalhadores por Conta-Própria que não tiveram remuneração no mês.

4.3.6 A contribuição para Previdência Social

Levando em consideração os dados apresentados acima sobre os rendimentos dos trabalhadores, deduz-se sem muita dificuldade que a contribuição à previdência social por parte dos trabalhadores afigura-se como uma questão secundária. Os ganhos auferidos pela

maioria dos trabalhadores não asseguram nem o mínimo necessário para a reprodução social do trabalhador, que é a compra da cesta básica. De acordo com os dados da PED, 87% dos trabalhadores por conta-própria não contribuem para previdência social, o que implica em dizer que apenas 13% dos trabalhadores informais têm acesso ao seguro social em casos de doenças e invalidez e a imensa maioria dos trabalhadores está completamente exposta à vulnerabilidade social e excluída dos direitos sociais mínimos. Além disso, verifica-se que dos trabalhadores por conta-própria para o público são mais vulneráveis, apenas 11% contribuem para previdência social contra 18% dos trabalhadores por conta-própria para empresa.

4.4 Colocando o retrato no álbum do trabalho informal da cidade de Salvador

Através dos dados da PED buscamos recortar o trabalho informal de um ângulo muito ampliado, o qual nos permitiu delinear os principais traços do núcleo tradicional da informalidade na cidade de Salvador, de modo que, temos um retrato geral deste espaço, historicamente importante na cartografia social do mercado de trabalho soteropolitano.

A análise destes dados acaba por revelar o retrato principal do trabalho informal na cidade da Bahia dos dias atuais, constituindo-se como um pano de fundo do capítulo seguinte, a “foto inicial” do álbum seriado do trabalho informal na metrópole baiana que terminará de ser construído no capítulo seguinte. Sendo assim, quais são os traços principais da “foto inicial” que acabamos de revelar? Em poucas palavras, arriscaria afirmar: *os trabalhadores informais da cidade de Salvador são homens, negros, chefes de família, têm mais de 40 anos e baixo nível de escolaridade. Dedicam-se em sua imensa maioria às atividades informais que oferecem bens e serviços à população em geral, concentrando-se principalmente nos setores de serviço e comércio. Trata-se de vendedores ambulantes,*

motoristas, cabeleireiros, garçons, trabalhadores braçais, pedreiros, cozinheiras e outros que ingressaram na informalidade em sua maioria a partir dos anos 90; que trabalham sozinhos ou com ajuda de familiares quase todos os dias da semana, com extensas jornadas de trabalho e baixa remuneração. Entretanto, há uma pequena parcela bem mais qualificada e escolarizada que presta serviços mais sofisticados e especializados, principalmente para empresas, auferindo melhores rendimentos e constituindo uma “Elite de Informal” na cidade de Salvador. Por fim, o último traço que sobressai é o grau de vulnerabilidade social dos homens e mulheres que vivem do trabalho informal, grande parte dos trabalhadores informais não contribui para a previdência social, estando completamente à margem dos direitos sociais mínimos assegurados pela Carta Magna de 1988.

Portanto, é neste cenário do trabalho informal da cidade de Salvador que buscamos problematizar a condição provisória-permanente dos trabalhadores que têm na *rua*, o espaço privilegiado para oferta dos seus bens e serviços à população em geral. Entender a lógica da reprodução social desta condição, suas propriedades estruturantes e estruturadas, as estratégias desenvolvidas pelos agentes do trabalho informal e suas perspectivas futuras são as principais questões que permeiam a análise do trabalho de campo que desenvolvemos entre os de 2000 a 2002 na cidade de Salvador, e, é justamente sobre isto que versam as páginas do próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

A CONDIÇÃO “PROVISÓRIA-PERMANENTE” DO TRABALHADOR INFORMAL: o trabalho nas ruas de Salvador.

Salvador, 09 de julho de 2001, praça Carneiro da Silva, avenida Joana Angélica, centro da cidade, este é o marco inicial do nosso trabalho de campo, momento germinal das nossas inquietações teórico-metodológicas a respeito da condição provisória-permanente dos trabalhadores informais da cidade de Salvador. Enfim, o começo de um longo percurso de pesquisa, de andanças, que não foram poucas, pelas ruas, praças e praias da cidade de Salvador, nas quais se intercambiavam o olhar aguçado do pesquisador pelo seu objeto, a caneta, o papel, as falas, gestos e atitudes dos trabalhadores. Deste encontro, nem sempre fácil, do “estranho” com o “nativo”, nasceu uma vasta e rica experiência de pesquisa, que nos possibilitou fazer a difícil travessia sociológica do mundo teórico ao mundo prático e o seu reverso.

A cada retorno ao trabalho de campo sempre encontrávamos novas supressas, obstáculos e descobertas. Falo no plural porque não se tratou de um trabalho individual, mas que contou com a participação de vários bolsistas de iniciação científica, todos estudantes de graduação em Ciências Sociais, integrados por dois projetos de pesquisa sobre o trabalho informal vinculados à linha de pesquisa “Trabalho, Saúde e Meio Ambiente”, do Centro de Recursos Humanos²⁵. Ao longo do trajeto de pesquisa, víamos que as possibilidades de entendimento do objeto de estudo e os enfoques teórico-metodológicos a serem adotados poderiam ser múltiplos e complementares. Por conta disso, cada integrante da equipe

²⁵ Refiro-me aos projetos de pesquisas intitulados: 1) Velhos e Novos Trabalhadores Informais – o trabalho nas ruas em Salvador -Bahia (2000-2002) coordenado pela Profa Graça Druck; 2) Inserção Social, Informalidade e Família (2000-2002), coordenado pela Profa. Iracema Guimarães; ambos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq).

pesquisa, aos poucos despertou o seu olhar para certos aspectos do trabalho informal na cidade de Salvador, elegendo-os como temas de monografias²⁶ e dissertação de mestrado²⁷.

No caso específico do autor deste estudo, a escolha do objeto e sua delimitação empírica se deram no próprio fazer-se da pesquisa de campo, fruto do jogo dialético entre paixão-estranhamento pelo objeto de estudo. Considero que o objeto de pesquisa é alguma coisa semelhante a um labirinto, composto por numerosos caminhos entrelaçados e intrincados, de feitio tão complexo que só a muito custo se consegue encontrar a saída. Desvendar os “mistérios” que se escondem por detrás do objeto é a tarefa do pesquisador, que só a faz quando percorre os diversos caminhos existentes no labirinto. Mas, para não se perder no labirinto, o pesquisador precisa se resguardar com instrumentos teórico-analíticos que lhes permitam compreender a lógica funcional do objeto e suas racionalidades. Mas bons instrumentos de nada servem, se o pesquisador não estiver atento às imprevisibilidades da própria textura do labirinto. Por isso, deve explorar todas as potencialidades presentes nos caminhos do labirinto e delas se apropriar para refazer os seus instrumentos em busca da saída. Logo, a compreensão do objeto é um processo que se desvela no próprio ato de construção do objeto de pesquisa. Em se tratando da pesquisa sociológica, a construção do objeto envolve entre outras coisas, o ir ao encontro das pessoas reais em contextos reais no desafio de tornar claros os mistérios que os rodeiam, suas situações e condições de vida que possibilitam a constituição de sujeitos sociais.

Sendo assim, a pesquisa sociológica é constituída de “objetos-labirintos” como é o caso da pesquisa sobre o trabalho informal nas ruas de Salvador que desenvolvemos nos últimos cinco anos. O trabalho informal na cidade de Salvador é um labirinto social complexo, heterogêneo, antagônico, tradicional e moderno que exige uma vigilância (talvez epistemológica) sobre as diversas pistas que encontramos constantemente pelos seus

²⁶ Ver os trabalhos monográficos de Barreto, 2003; Durães, 2004; Souza, M., 2005.

²⁷ Ver os projetos de dissertação de Barreto, 2002; Oliveira, L. P., 2002; Durães, 2003.

caminhos. É percorrendo seus caminhos que encontramos as marcas da condição provisória-permanente do trabalho informal, cristalizadas e silenciadas nas disposições corporais, verbais e laborais dos trabalhadores informais que se apropriam das ruas de Salvador para trabalhar. Por isso, não basta simplesmente entrevistar o sujeito da pesquisa, é preciso também olhar as nuances do espaço de trabalho investigado, as interações que os trabalhadores estabelecem entre si, os conflitos existentes, a linguagem social, os espaços de sociabilidade etc., ou seja, é necessário compreender as práticas laborais dos agentes do trabalho informal nas suas manifestações plurais, que geralmente são silenciadas pelos dados estatísticos sobre o mercado de trabalho. No entanto, não se trata de negligenciar o dado estatístico, mas complementá-lo com a descrição e análise do cotidiano de trabalho dos homens e mulheres que dão feições concretas ao trabalho informal na cena urbana da cidade de Salvador.

Neste sentido, antes mesmo de adentrar na análise dos dados da pesquisa de campo, é essencial que façamos algumas considerações sobre o formato da pesquisa de campo e os critérios metodológicos adotados, tendo em vista os próprios objetivos deste estudo.

Em primeiro lugar, é bom destacar que se trata de uma pesquisa composta de uma amostra de 191 trabalhadores informais que têm na rua o espaço privilegiado de trabalho através da oferta de bens e serviços à população em geral, distribuída por algumas áreas da cidade de Salvador, onde a presença do trabalho informal de rua é bastante significativa. A composição da amostra não obedeceu a um critério estatístico específico, de modo que, a amostra da pesquisa não pode ser considerada como representativa do universo dos trabalhadores informais de rua da cidade de Salvador. Sendo assim, a pesquisa reúne uma amostra de estudos casos, a qual busca agregar as principais atividades informais desenvolvidas nas ruas da cidade.

Para realização da pesquisa de campo, elaboramos um questionário com 87 perguntas abertas e fechadas, distribuídas em cinco blocos²⁸, que foi utilizado durante as entrevistas realizadas com os trabalhadores. Todas as entrevistas foram concedidas pelos trabalhadores no próprio local de trabalho, fazendo com que a coleta dos dados não se restringisse apenas à aplicação do questionário, exigindo da equipe de pesquisa a observação cuidadosa do espaço de trabalho e suas conflitualidades. Diria que em muitos casos, esta observação foi participante, tendo um papel relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Por isso, a análise que faremos dos dados, construídos a partir das informações contidas nos questionários, será sempre acompanhada das principais observações registradas por este pesquisador durante o período de realização da pesquisa (2001 e 2002).

Ainda sobre o formato da pesquisa, convém ressaltar que o seu recorte empírico está muito associado ao conjunto de atividades que compõem o “setor informal”, ou seja, são as atividades mais tradicionais do trabalho informal, entre as quais se enquadram as atividades que são exercidas nas ruas. À primeira vista, este recorte parece ser contraditório ao conceito de trabalho informal que adotamos neste estudo, não obstante a isto, o presente recorte nos oferece alguns elementos que possibilitam desenvolver uma linha argumentativa que busca problematizar e desconstruir certas qualidades e valores atribuídos ao novo trabalhador, gerado sob a égide do capitalismo flexível.

Nesta perspectiva, decidimos ampliar um pouco mais a nossa pesquisa de campo. Além do primeiro momento, onde realizamos entrevistas com 191 trabalhadores, acrescentamos uma nova etapa de pesquisa, que ocorrera no 1º semestre do corrente ano. Nesta etapa, buscamos desenvolver uma análise de caráter qualitativo, através de depoimentos

²⁸ 1) o perfil dos trabalhadores (sexo, escolaridade, idade, cor, local de nascimento, local de moradia); 2) a composição do grupo doméstico (número de pessoas com quem mora e o grau de parentesco, idade, sexo, escolaridade, ocupação, renda das mesmas); 3) condições e processo de trabalho (jornada de trabalho, registro da atividade, renda, problemas enfrentados no dia-a-dia do trabalho, assistência médica); 4) trajetória ocupacional, expectativas sobre atividade exercida e redes de solidariedade (que atividades desenvolver antes exercer a atividade informal, se pretende continuar nesta atividade, quem mais ajuda nos momentos de dificuldades etc.)

gravados sobre a trajetória ocupacional e de vida de três trabalhadores informais de rua: *uma baiana de acarajé, um baleiro e um vendedor de camarão na praia*. O objetivo principal é identificar as estratégias de “empregabilidade” desenvolvidas por estes trabalhadores que lhes possibilitam a permanência nas atividades informais. Cabe destacar, que as três entrevistas foram realizadas com trabalhadores que não fizeram parte da amostra de 191 entrevistados.

Feitos estes esclarecimentos, procuro nas partes seguintes deste capítulo fazer uma “aventura sociológica” circunstanciada no mundo prático dos trabalhadores informais de rua da cidade de Salvador. Seguindo as suas trilhas sinuosas e imbricadas, tento delinear os principais contornos da condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais através de uma narrativa analítica entrelaçada por questões centrais, a saber: Quem são os trabalhadores que vivem do trabalho informal nas ruas da Soterópolis²⁹ do século XXI? Como ingressaram no trabalho informal? Quais são as suas condições de trabalho e de vida? E por último, quais são as perspectivas futuras destes trabalhadores, em relação as suas próprias trajetórias de trabalho?

5.1 Os trabalhadores que vivem do trabalho informal nas ruas da Soterópolis do Século XXI

Aos olhos dos visitantes que vêm à cidade de Salvador, geralmente se apresenta a imagem de uma “cidade do não trabalho”, cuja força motriz é movida pelo encanto, a alegria, a exuberância da música, da dança e da culinária, e, em especial, pela sensualidade de seu povo. Assim, a imagem que é construída – para dentro e para fora – é a do baiano que por

²⁹ Segundo o dicionário Aurélio, Soterópolis é a helenização do nome da cidade de Salvador.

obra da natureza, já nasceu *espontâneo, preguiçoso e lascivo*, como diz o ditado popular: “*baiano não nasce, estréia!*”. Mas, como afirma Espinheira (2002, p.24), “*Salvador é uma cidade dissimulada. Jamais é o que se diz dela, jamais se apresenta ao olhar em toda a sua plenitude*”.

Aos olhos dos estranhos, a cidade dissimulada não se deixa ver em sua nudez, o que se esconde por detrás das históricas ruas, becos, ladeiras e praças. Mas, a nossa Soterópolis é muito mais do que um cenário bonito, metamorfoseado em cartão postal ou peça publicitária, a serviço da indústria cultural e do entretenimento; ela é também, composta de espaços de trabalho, apropriados por baianos e não-baianos, que do nascer ao pôr-do-sol disputam os espaços públicos com os transeuntes na luta pela conquista do “ganha pão” de cada dia. Por isso, as ruas da Cidade de Salvador são espaços de múltiplos significados, testemunhas ocultas das folias, tradições, revoltas, guerras, e acima de tudo, da história do trabalho, dos “vendedores” e “ganhadores” da sociedade escravocrata aos “trabalhadores livres” da sociedade baiana capitalista do século XXI, que insistem tal como no passado em ocupar os espaços públicos para trabalhar.

Neste sentido, interessa-nos percorrer as ruas da cidade de Salvador como espaço de trabalho e entendê-las do ponto dos sujeitos que trabalham nelas. Para tanto, faz-se necessário esboçar os principais traços dos trabalhadores de rua da Soterópolis do Século XXI, no que diz respeito ao seu perfil.

Sabemos que o trabalho de rua está profundamente arraigado na economia urbana da cidade de Salvador e persiste até os dias de hoje, sendo um dos principais espaços de reprodução do trabalho informal na cartografia social do mercado de trabalho metropolitano. De acordo com os dados da PED, cerca de 7,5% dos trabalhadores por conta-própria que

atuam para população em geral, exercem suas atividades nas ruas ou vias públicas da cidade de Salvador³⁰.

Os dados da pesquisa realizada com os trabalhadores informais de rua apresentam uma realidade bastante heterogênea e complexificada, um verdadeiro mosaico, que congrega no mesmo espaço de trabalho – a rua, um *continuum* de atividades que reúne desde as mais tradicionais, velhas conhecidas do cenário urbano da cidade; até as mais modernas, surgidas no bojo das mudanças ocorridas na estrutura ocupacional e social da cidade de Salvador durante os anos 1990.

Assim, assiste-se a uma nova configuração do trabalho informal nas ruas da cidade, altamente influenciada pelos impactos da reestruturação produtiva e da desestruturação do mercado de trabalho metropolitano. As ruas de cidade de Salvador deixam de ser um espaço de trabalho exclusivo dos segmentos mais vulneráveis da força de trabalho e passam também a serem ocupadas por novos trabalhadores, expulsos do emprego protegido, que exercem velhas e novas atividades informais.

Nas nossas andanças pelas ruas desta cidade, não encontramos apenas o ambulante que vende cartões telefônicos, morador do subúrbio ferroviário e que anda de transporte coletivo, mas também o ex-trabalhador do Pólo Petroquímico de classe média, morador da Pituba, que diariamente estaciona seu carro particular em frente à Igreja de São Bento para vender cachorro quente, ou ainda, a arquiteta que deixou o “atelier” para trabalhar com o transporte de crianças e adolescentes das principais escolas particulares, dos bairros nobres e de classe média da cidade.

Durante a pesquisa de campo, mapeamos algumas das principais atividades que constituem o mosaico do trabalho informal nas ruas de Salvador. Do total de 191 trabalhadores entrevistados, conforme a tabela a seguir, 73,8% são vendedores ambulantes

³⁰ Segundo a classificação da PED, o trabalho informal de rua pode ser mensurado através dois subsetores: o comércio varejista realizado em vias públicas (postos móveis, barracas ou bancas, veículos) e os vendedores de rua (acarajé, café, bolinho, doces, pipoca, etc.)

com ponto fixo ou não, entre os quais se incluem os vendedores de produtos diversos, de alimentos, de balas, café, frutas, utensílios do lar, adornos etc. Além destes, 14,2% são motoristas que fazem transportes e fretes, taxistas e condutores de transporte escolar. E por fim, 12% são prestadores de serviços, entre os quais se destacam os pintores, mecânicos, eletricitas, garçons e os guardadores de carro.

Tabela 6

Distribuição dos Entrevistados por Atividades Informais

Atividades	V.A.	%
Vendedor Ambulante/Camelô	141	73,8
Prestadores de Serviço	23	12,0
Condutores de transporte escolar	11	5,8
Taxista	9	4,7
Motorista autônomo que faz transporte ou frete	7	3,7
Total	191	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002).

Este conjunto de atividades, exercidas pelos entrevistados, estão espalhadas por todos os “cantos” da cidade, desde a “velha” Salvador (Calçada, Subúrbio Ferroviário, Liberdade etc.), passando pelo “miolo” da Cidade (Brotas, Cabula e adjacências) até o seu “interior” mais longínquo (Cajazeiras). Entretanto, a distribuição espacial dos trabalhadores indica que há uma territorialidade do trabalho informal, ou seja, há espaços de trabalhos específicos para cada atividade nas ruas de Salvador.

Dessa forma, ao longo da pesquisa de campo verificamos que o centro da cidade é o coração do trabalho informal de rua da Cidade de Salvador, ali, para cada beco ou rua existe um tipo de vendedor ambulante específico, quer seja de roupas, flores, de eletroeletrônicos, fitas, cd’s, de frutas, de ervas ou de alimentos. O relógio de São Pedro é ponto ideal para aqueles que desejam usufruir os serviços prestados pelos trabalhadores de ofício (sapateiros, pintores, mecânicos, eletricitas etc).

Os taxistas geralmente se concentram em pontos de grande circulação de pessoas, como os shoppings, os hospitais, as estações de transbordo de passageiros (Estação Rodoviária e Estação da Lapa). O Largo de Rio Vermelho, de Amaralina e de Itapuã são pontos tradicionais das baianas de acarajé. Os motoristas autônomos que fazem transportes ou fretes de todo gênero, também podem ser encontrados em grande número na Sete Portas, no Largo do Tanque e nas inúmeras rótulas dos bairros populares, desde Periperi até as Cajazeiras.

E por último, os condutores do transporte escolar, estes podem ser facilmente encontrados nos horários de entrada e saída de estudantes das escolas particulares da cidade, distribuídas principalmente pelo Centro, Barra, Ondina, Itaigara e Pituba.

Se observarmos a distribuição dos entrevistados por local de trabalho, veremos que a maioria dos entrevistados exerce suas atividades ns ruas do centro da cidade (62,8%), seguido dos que trabalham na área da Cidade Baixa e Liberdade (15,6%), nos bairros da orla marítima (10,5%); na Rodoviária/Estação Iguatemi (9,3%) e Cajazeiras (2,1%).

Tabela 7		
Distribuição dos Entrevistados por Local de Trabalho		
Local de Trabalho	V.A.	%
Centro	120	62,8
Rodoviária/Iguatemi	17	8,9
Piatã	5	2,6
Amaralina	3	1,6
Ondina	5	2,6
Barra	7	3,7
Calçada	14	7,3
Comércio	2	1,0
Av. Suburbana	2	1,0
Liberdade	12	6,3
Cajazeiras	4	2,1
Total	191	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

Vejam agora qual é o perfil dos entrevistados ocupados nas diversas atividades do trabalho informal de rua em Salvador, que constituíram os estudos de casos da amostra pesquisada.

O trabalho informal nas ruas de Salvador é realizado tanto por homens e como mulheres, mas apresenta uma nítida divisão sexual do trabalho. A presença dos homens nas atividades informais pesquisadas é bem maior do que a das mulheres, representado cerca de 66% do total dos entrevistados. De acordo com Iracema Guimarães (2003), vários fatores sócio-culturais podem estar influenciando na restrição da inserção das mulheres nas atividades informais realizadas em vias públicas, uma vez que o trabalho nas ruas está constantemente exposto a vários tipos de risco. Além disso, a restrição das mulheres nas atividades informais pode estar relacionada com os tipos de mercadorias e serviços que são prestados a população em geral, principalmente entre os vendedores ambulantes, que na maioria das vezes resultam em um intenso desgaste das forças físicas, ou seja, são atividades que necessitam do “trabalho pesado”, que do ponto de vista do constrangimento simbólico e das representações sociais estão mais associados aos homens, atribuindo-se às mulheres o estereótipo do “ser frágil”. Neste sentido, as atividades desenvolvidas pelas mulheres estão relacionadas à produção e comercialização de alimentos, dentre eles o mais famoso – o acarajé, bem como, na venda de confecções, de bordados, flores e peças de decoração. Todavia, também registramos a presença das mulheres em atividades que geralmente eram realizadas por homens, como é o caso da atividade de taxista, ou ainda, em novas atividades informais, a exemplo da condução de transporte escolar.

Do ponto de vista das gerações, as expressões e fisionomias dos homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras informais, oferecem aos olhos curiosos do pesquisador um bom retrato da composição de gerações. As ruas da cidade, enquanto espaços de trabalho, comportam trabalhadores de todas idades, os quais experienciam as atividades informais de

diferentes maneiras. Para os jovens, ansiosos pela conquista do primeiro emprego, o trabalho informal tende a ser uma condição provisória, pois as chances de encontrar um emprego com carteira assinada podem ser bem maiores. Para os mais velhos, as atividades informais, a depender dos seus atributos pessoais e/ou adquiridos, podem se apresentar como uma forma de re-inserção ocupacional ou de inserção permanente no mercado de trabalho.

De acordo com a distribuição dos entrevistados por faixa etária, 44% dos trabalhadores estão na faixa etária de 40 anos ou mais, seguida dos que têm de 25 a 30 anos com 36,1%, a faixa etária considerada como mais produtiva para o mercado de trabalho. Na faixa de 18 a 24 anos, segmento importante dos jovens, encontram-se 17,8% dos trabalhadores e apenas 2,1% têm de 10 a 17 anos, faixa das crianças e adolescentes. Portanto, trata-se de trabalhadores mais velhos ou que estão em plena idade produtiva, de modo que são trabalhadores que já acumularam uma experiência de trabalho, sejam elas decorrentes de atividades informais anteriores ou de empregos com carteira assinada.

Tabela 8		
Distribuição dos Entrevistados por Faixa Etária		
Faixa Etária	V.A.	%
Até 17 anos	4	2,1
18 a 24 anos	34	17,8
25 a 39 anos	69	36,1
Acima de 40 anos	84	44,0
Total	191	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002).

A distribuição dos entrevistados por cor apresenta resultados proporcionalmente semelhantes aos dados censitários da região Metropolitana de Salvador, 16,3% são brancos, 44,7% pardos e 38,9% pretos. Somando-se pardos e pretos, 84% dos entrevistados são

negros³¹. O trabalho nas ruas de Salvador, historicamente carrega as marcas das desigualdades raciais, dos escravos do passado aos trabalhadores “libertos” de hoje, da escravidão à exclusão social, a condição social dos negros continua a mesma. Os registros do viajante alemão Robert Avé-Lallemant quando da sua passagem por Salvador em 1859 continua valendo até hoje, os quais vale a pena recordar: “*Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros da Bahia são negros*”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22). O amanhecer e o entardecer do trabalho informal nas ruas de Salvador, dependem dos negros, pois são eles que levam e trazem as mercadorias e produtos comercializados pelos vendedores ambulantes (também negros) do centro da cidade.

No que se refere ao nível de escolaridade dos trabalhadores, 4,2% são analfabetos; 62,4% têm o 1º grau, sendo que, 41,4% têm o 1º grau incompleto e 17,8% têm o 1º grau completo. Dos entrevistados, 31,9% têm o 2º grau, sendo 14,1% com 2º grau incompleto e 18,8% com o 2º completo. E apenas 3,2% têm o nível superior completo. Estes indicadores do nível de escolaridade parecerem atestar a hipótese de que o trabalho informal é o celeiro da força de trabalho “desqualificada”, onde prevalece o conhecimento tácito adquirido com a própria experiência de trabalho, logo, o capital escolar não seria o pré-requisito básico capaz de assegurar a permanência dos indivíduos no trabalho informal. Entretanto, vários estudos sobre a informalidade no Brasil têm alertado para o fato de que são os trabalhadores informais mais escolarizados que têm maiores chances de obterem maiores rendimentos. Situação confirmada em nossa pesquisa, pois seis entrevistados têm o nível superior completo (quatro homens e duas mulheres) e são os que têm os maiores rendimentos.

³¹ Para a variável cor utilizamos os mesmos critérios adotados pelo Censo do IBGE.

Tabela 9

Distribuição dos Entrevistados por Grau de Escolaridade

Grau de Escolaridade	V.A	%
Analfabeto	8	4,2
1o Grau Incompleto	79	41,4
1o Grau Completo	34	17,8
2o Grau Incompleto	27	14,1
2o Grau Completo	36	18,8
3o Grau Completo	6	3,1
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002).

A pesquisa também buscou investigar sobre o estado civil dos entrevistados. De certo modo, este é um assunto que envolve a vida íntima das pessoas, fazendo lembrar dos afetos que se perderam no tempo, dos entes que já se foram ou das paixões secretas que não podem ser reveladas. Registramos situações, durante o trabalho de campo, de entrevistados que se sentiram constrangidos quando perguntados sobre a vida conjugal. Dentre elas, destaco uma situação que se tornou embaraçosa para o próprio pesquisador, a saber: perguntada sobre a sua situação conjugal certa vendedora ambulante relutou em responder, olhava para todos os lados dando a impressão de que estava apreensiva e com medo de alguém ou de alguma coisa, mas depois de uma longa pausa respondera que era casada. No compasso de sua resposta, se aproximava um vendedor bastante enfurecido, e, de forma nada amigável começara indagar a um integrante da equipe de pesquisa: *“Do que se trata? Quem é você? Quem mandou fazer esta pesquisa?”*. Educadamente, o pesquisador esclareceu quais eram os objetivos da pesquisa ao vendedor. Embora não tivesse se convencido, permitiu que a vendedora continuasse a entrevista. Na “cabeça” do pesquisador, as interrogações vinham uma atrás da outra, as quais começaram a se desfazer quando a própria entrevistada resolveu esclarecer o mal-entendido. Na verdade, o vendedor enciumado era seu amante, daí porque se sentiu tão acanhada em

responder sobre este quesito do questionário. Apesar destas situações desconfortáveis, foi possível obter de todos entrevistados informações a respeito do estado civil. Deste modo, a distribuição dos entrevistados por estado civil apresenta a seguinte distribuição: há uma predominância dos casados (38,2%) ou dos que vivem em concubinato (17,8%), que somados perfazem 56% do total de trabalhadores entrevistados. Os demais são solteiros (32,5%), separados (5,3%), divorciados (3,7%) e viúvos (2,8%).

Tabela 10
Distribuição dos Entrevistados por Estado Civil

Estado de Civil	V.A	%
Casado	73	38,4
Solteiro	62	32,5
Concubinato	34	17,8
Separado	10	5,2
Divorciado	7	3,7
Viúvo	4	2,1
Não respondeu	1	0,5
Total	191	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002).

Nesta direção, identificamos também que 42,4% dos entrevistados são responsáveis pelo sustento das suas famílias, o que demonstra que eles são os chefes provedores dos seus respectivos grupos domésticos. Entretanto, 23,4% dos entrevistados dividem esta responsabilidade com o seu companheiro ou companheira e 14,7% com os outros parentes.

Ainda sobre o perfil, evidencia-se a partir dos dados da pesquisa, que 47,6% dos trabalhadores pesquisados são soteropolitanos, e 46,1% são oriundos de outras cidades da Bahia. Embora seja significativa a participação dos “Severinos” na metrópole, os dados sobre o tempo de residência indicam que estes trabalhadores já moram na cidade de Salvador há um bom tempo, uma vez que, apenas 8% residem na capital baiana há menos de três anos. Assim

sendo, conclui-se que as atividades informais de rua da cidade de Salvador são exercidas por trabalhadores e trabalhadoras que bem ou mal já conhecem as tramas e alegrias do cotidiano da grande metrópole. Sejam soteropolitanos ou não, os trabalhadores conhecem como ninguém a cidade onde moram e os seus inúmeros problemas (infra-estrutura, transporte coletivo, violência urbana etc.) De acordo com a tabela abaixo, a maioria dos trabalhadores pesquisados moram nos bairros populares de Salvador (64%), entre os quais se destacam o Subúrbio Ferroviário (20,4%), Cabula (13,1%) e Liberdade (11,5%). Mas, existe uma parcela significativa dos entrevistados que moram no centro da Cidade (20,4%) e no bairro de Brotas (10%). E apenas 3,7% dos entrevistados, moram na orla atlântica da cidade.

Tabela 11

Distribuição dos Entrevistados por Local de Moradia

Descrição	V.A.	% Válido
Centro	39	20,4
Brotas	17	8,9
Península Itapagipana / Subúrbio Ferroviário	39	20,4
Liberdade/ Retiro /São Caetano	22	11,5
Marechal Rondon / Pirajá / Valéria	7	3,7
Pernambúes/Saramandaia	10	5,2
Cabula / Pau da Lima	25	13,1
Cajazeiras / Mussunrunga / São Cristóvão	19	9,9
Itapuã / Boca do Rio/ Costa Azul / Pituba	7	3,7
Nordeste de Amaralina	4	2,1
Lauro de Freitas	2	1,0
Total	191	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

Com base nestas informações obtidas, pode-se traçar uma síntese do perfil dos trabalhadores informais entrevistados, qual seja: **São mais homens do que mulheres, negros, casados, chefes de família, mais velhos, não-migrantes, moram em bairros populares e têm baixo nível de escolaridade.** Este perfil dos entrevistados não é muito diferente do que

encontramos, a partir dos dados da PED, para o conjunto de trabalhadores informais por conta própria que trabalham na cidade de Salvador, conforme foi analisado no capítulo anterior.

5.2 O ingresso na informalidade: *“o desemprego me levou a isso, mas é provisório... até eu achar uma coisa melhor”*.

A inserção de homens e mulheres, jovens, adultos e velhos, migrantes ou não-migrantes no mundo do trabalho informal envolve um conjunto de elementos sociais que modelam e direcionam as formas de integração dos indivíduos no mercado de trabalho.

Durante a pesquisa de campo perguntamos aos trabalhadores como foi que eles ingressaram nas atividades informais. As respostas dos entrevistados a esta questão sempre vinham acompanhadas de uma explicação sobre os motivos que os levam a ingressar no trabalho informal. Para os trabalhadores, informar sobre as formas ou maneiras de ingresso nas atividades que exercem atualmente, requer a elaboração de uma justificativa plausível para si e para os outros, que legitime a própria condição de trabalhador informal. Em outras palavras, isto significa que o como é precedido de um porquê.

A necessidade de o trabalhador apresentar uma justificativa plausível sobre a sua condição de trabalho, revela a centralidade do trabalho enquanto forma de integração social dos homens ao mundo, e as conseqüências sociais e morais da sua ausência. As justificativas dos trabalhadores convergem em torno do valor social do trabalho na sociedade capitalista. Enquanto força de trabalho, todo trabalhador precisa assegurar a sua própria reprodução social e de sua família, não podendo assegurá-la através de um emprego assalariado, o trabalhador precisa encontrar uma forma alternativa, mesmo que seja provisória, que lhe permita

sobreviver, e assim fugir do “estigma” do desempregado. Esta seria a lógica social que modela as justificativas dos trabalhadores informais pesquisados, escutamos várias vezes as seguintes falas:

Foi o desemprego que me levou a isso, é melhor trabalhar nas ruas como vendedor ambulante do que roubar. (Vendedor Ambulante, 30 anos, 2 anos na atividade).

Eu estava desempregado, precisava arranjar dinheiro para dar o que comer para os meus filhos e não encontrava emprego, a única solução foi trabalhar no mercado informal. (Vendedora Ambulante, 40 anos, 10 anos na atividade).

Olha moço, eu só estou aqui até arranjar uma coisa melhor, um emprego, eu não posso ficar parado, né? (Vendedor ambulante, 26 anos, 6 meses na atividade).

Estas falas dos trabalhadores indicam que o desemprego e a lei imperativa da sobrevivência numa grande metrópole, como é o caso da cidade de Salvador, se constituem como as justificativas mais plausíveis capazes de legitimar o ingresso no trabalho informal. Trata-se de uma consciência prática que só se apresenta ao sujeito como tal, na medida em que este é questionado sobre a sua própria condição, exigindo-lhe a elaboração de uma justificativa coerente com as práticas laborais exercidas. Tal elaboração não é produzida aleatoriamente, é formada a partir das próprias experiências de trabalho que antecederam ao momento de ingresso no trabalho informal.

As trajetórias anteriores de trabalho são importantes para compreendermos qual é o lugar da ocupação atual na trajetória social de cada trabalhador. A trajetória atual de trabalho deve ser considerada como um ponto, que pode assinalar para uma mobilidade ascendente ou descendente, na trajetória sócio-ocupacional do trabalhador. No caso analisado, 51,3% dos trabalhadores pesquisados tinham um emprego com carteira assinada na sua atividade anterior, ou seja, vieram do núcleo estruturado do mercado de trabalho. Para estes trabalhadores, possivelmente o ingresso na atividade representou uma reconversão de suas

trajetórias de trabalho, dando início a um processo de mobilidade descendente e de precarização social. Do restante da amostra, 18% eram empregados sem carteira-assinada, 15% já trabalhavam como autônomos, e 5% eram empregadas domésticas e trabalhadores rurais, respectivamente. Estes dados sobre a última atividade exercida antes do ingresso dos entrevistados na informalidade é um forte indicador da nova configuração do trabalho informal na cidade de Salvador como já mencionado anteriormente.

As informações sobre as trajetórias de trabalho dos entrevistadas mostram também que a passagem de último trabalho para o atual não se deu de forma automática. Entre o último trabalho e o ingresso na informalidade, 50% dos entrevistados viveram a experiência do desemprego. Para os entrevistados que ficaram desempregados, o ingresso na informalidade precedeu de um bom tempo de procura de trabalho, destes, 33,3% ficaram menos de 1 ano à procura de trabalho e 40,6% ficaram de 1 a 2 anos. Portanto, uma parcela significativa dos trabalhadores da amostra pesquisada já sentiu na “pele” o drama do desemprego e as suas implicações morais e sociais.

Levando em consideração as trajetórias de trabalho anteriores à inserção dos entrevistados no trabalho informal, bem como as próprias justificativas apresentadas por estes em relação à condição de trabalhador informal, constata-se que a inserção dos trabalhadores no trabalho informal está condicionada por valores e processos inerentes a estrutura do mercado de trabalho local, que obriga os sujeitos a aceitarem tal condição como a mais plausível de ser vivida num contexto de desemprego e precarização do trabalho.

No entanto, esta plausibilidade depende em grande medida das formas de inserção dos trabalhadores, que podem favorecer ou não a permanência no trabalho informal. A escolha da atividade, do local de trabalho, do tipo de serviço ou mercadoria a ser comercializada, envolve uma série de condicionantes, dentre elas, o volume de recursos financeiros disponíveis, o

capital social acumulado nas trajetórias de trabalho anteriores e a rede de suportes relacionais que podem ser acionados pelos trabalhadores para o exercício da atividade informal.

Neste sentido, observa-se que boa parte dos entrevistados contou com algum tipo de ajuda para iniciar a sua atividade (54%), sendo que a ajuda de parentes, amigos e vizinhos/colegas é a que mais aparece. Os dados da pesquisa evidenciam que as relações de parentesco é uma das principais “portas de entrada” do trabalho informal nas ruas de Salvador. Geralmente os trabalhadores ingressam na atividade informal trabalhando para os parentes (pai, mãe, tio, irmão, primo etc) e em seguida montam os seus próprios negócios, e começam a trabalhar sozinhos. Alguns depoimentos, abaixo relacionados, ilustram muito bem a importância de redes de parentesco para ingresso na informalidade, vejamos:

Eu estava me separando do marido, que era vendedor ambulante e tinha duas barracas na Avenida Sete. Tudo aconteceu quando um ajudante do meu marido ficou doente: fui substituir e fiquei. (Vendedora ambulante, 42 anos, 8 anos na atividade).

Eu era balconista e fui mandada embora, precisava de emprego, o meu marido era do ramo, fui ajudá-lo e estou até hoje. (Vendedora ambulante, 41 anos, 15 anos na atividade).

Meu pai trabalhava na rua, ele ficou doente, tive que ficar no seu lugar e continuo até hoje. (Vendedor ambulante, 26 anos, 5 anos na atividade).

Comecei na atividade ajudando a minha mãe na praia, vendendo lanches; depois bronzeador, caranguejo e atualmente vendo queijo. (Vendedor ambulante de praia, 21 anos, 10 anos na atividade).

A minha família vendia acarajé, é hereditário, da minha avó passou para minha mãe, que depois passou pra mim. Comecei vendendo acarajé na porta de casa porque estudava e não podia acompanhar a minha mãe, depois passei a vender nas festas de largo até vir para o largo de Amaralina, onde estou há 28 anos. (Baiana de acarajé, 45 anos, 32 anos na atividade).

Comecei na atividade com meu pai. Vi que a porra dava dinheiro e comecei a trabalhar. (Vendedor ambulante de praia, 22 anos, 3 anos na atividade)

As redes de parentesco não se constituem apenas como uma das portas de entrada no trabalho informal na cidade de Salvador, mas desenvolve um papel fundamental para constituição de redes solidariedade no espaço de trabalho. É bastante comum encontrar numa

mesma rua vários membros de uma mesma família, como pai, mãe, filhos, irmãos e tios trabalhando na mesma barraca ou em barracas separadas.

Além das redes de parentesco, existem outras formas de inserção na atividade informal. Registramos casos em que os trabalhadores utilizam os recursos financeiros provenientes, na maioria das vezes, da indenização do último emprego para ingressar na informalidade, bem como, buscam tirar proveito do capital social acumulado nas experiências anteriores de trabalho no momento da escolha do tipo de serviço ou mercadoria que irá comercializar na sua nova atividade. Nestes casos, o ingresso na atividade informal geralmente não conta com ajuda de ninguém, sendo uma decisão do próprio trabalhador, que na maioria das vezes se vê obrigado frente à situação de desemprego a “inventar” uma forma de trabalho e de obter renda. Entretanto, existem algumas exceções, para as quais a inserção na atividade informal se configura como uma opção do trabalhador em relação ao seu trabalho anterior. Os depoimentos a seguir, expressam bem estas duas situações:

Trabalhava como arquiteta numa fábrica de móveis. Quando foi um dia, fui a lavagem de Guarajuba e tinha um amigo que estava fazendo transporte para lavagem. A partir daí despertei o interesse pela coisa, vi que dava dinheiro, me juntei com quatro amigos e formamos uma cooperativa de transporte escolar. (Condutora de transporte escolar, 38 anos, 8 anos na atividade).

Fui demitido, passou dos quarenta não tem mais trabalho. Com a indenização do emprego comprei esta Kombi. (Motorista autônomo que faz frete, 45 anos, 6 anos na atividade).

Trabalhava como camelô há 14 anos na frente do Iguatemi. Na gestão de Antonio Imbassay, a prefeitura retirou todos os ambulantes da área, daí um amigo deu a idéia: “*rapaz vai dirigir táxi, que é melhor do que ficar correndo do Rapa*”. (Taxista, 43 anos, 4 anos na atividade).

Comecei vendendo caldo de cana por iniciativa própria, o desemprego me levou a isso. Depois coloquei uma barraca de lanches e hoje vendo passeadeiras, tiaras e pulseiras. (Vendedora ambulante, 29 anos, 7 anos na atividade).

Fiquei desempregado, e com o dinheiro que recebi da indenização, resolvi por iniciativa própria comprar uma guia de cafezinho. (Vendedor ambulante, 39 anos, 3 meses na atividade).

Além das formas de inserção na atividade informal, o tempo de permanência dos trabalhadores nas atividades é outro aspecto fundamental que nos ajuda a entender a nova configuração do trabalho informal na cidade de Salvador. O tempo de permanência dos trabalhadores pesquisados é mais um indicador que confirma a existência de uma nova informalidade na metrópole baiana. Do total da amostra, 67% dos entrevistados têm até 10 anos na atividade informal, ou seja, a maioria dos entrevistados se inseriu na informalidade na década de 90, período em que se intensificam as transformações no mercado de trabalho no Brasil e na Bahia. Este indicador confirma que:

(...) o crescimento do número de trabalhadores informais e o surgimento de novas atividades informais é uma das consequências mais graves da reestruturação produtiva, pois indica uma regressão social nas formas de inserção do trabalho e nas condições de vida, gerando uma maior exclusão social e uma maior precarização do trabalho e da vida. (DRUCK, 2000, p.03).

Quando contrastamos o tempo de permanência na atividade com os motivos apresentados pelos trabalhadores para justificar e legitimar a própria condição de trabalhador informal, revela-se a questão central deste trabalho. Escutei inúmeras vezes, de vários trabalhadores com quem tive oportunidade de conversar e entrevistar durante os dois anos de pesquisa de campo, a seguinte sentença prática: *“foi o desemprego que me levou a isso, mas é provisório... até eu achar uma coisa melhor”* (leia-se “emprego”). Nesta sentença está condensada a síntese da condição do trabalhador informal: *o provisório que se tornou permanente e o permanente que é vivido sob o signo do provisório.*

A práxis do trabalhador informal se realiza na negação e afirmação do “provisório-permanente”, que se constituem como dimensões inseparáveis de uma única condição. Do ponto de vista das elaborações e representações dos sujeitos, a inserção na informalidade é concebida como uma solução “provisória” para o drama do desemprego e uma forma plausível de assegurar a reprodução social, mas o próprio tempo de permanência é a negação

de suas elaborações, demonstrando que os sujeitos já fincaram raízes no trabalho informal. Mas, como é possível que o *permanente* seja experienciado sob o signo do *provisório*? A afirmação do permanente como provisório está consubstanciado na própria lógica de reprodução das práticas laborais da informalidade.

5.3 Trabalhar nas ruas de Salvador: riscos, incertezas e vulnerabilidade social.

Nas ruas de Salvador, trabalhar é um verbo intransitivo, faça sol ou faça chuva, a qualquer hora do dia ou da noite, sempre encontrarás um trabalhador informal disposto a lhe oferecer algum tipo de serviço ou mercadoria. A todo custo ele se esforçará para convencê-lo a ficar com o produto, mesmo que você não queira, insistirá: *“fique, eu faço um desconto especial pra você”*. Em último caso se valerá da situação de desemprego, transformando-a em uma poderosa estratégia de marketing para tentar conquistar o público, pois é bastante comum ouvirmos dos baleiros nos ônibus coletivos da cidade de Salvador, frases que são proclamadas em alto e bom som tais como: *“Bom dia pessoal, esta é a maneira digna que tem o desempregado de comprar comida pros seus filhos, uma é dez e seis é cinqüenta...”*; ou então, *“É dez centavos, é luta contra o desemprego, a bala de gengibre é dez centavos, vamos pessoal ajudar este pai de família a fugir da triste estatística do desemprego do nosso país”*. Os trabalhadores informais procuram utilizar todos os artifícios possíveis, desde a boa educação à qualidade do produto, para que ao chegar o final de mais um dia de trabalho possam suspirar tranqüilos, na certeza de que não faltará o dinheiro do transporte, da comida e do aluguel, mesmo que seja só por um dia. Mas o cotidiano dos trabalhadores informais de

rua é marcado muito mais pela incerteza do presente contínuo do que pela certeza do dever cumprido.

Trabalhar nas ruas da cidade de Salvador foi uma experiência inteiramente nova para 60% dos entrevistados, um mundo desconhecido que estava por ser desbravado. Embora boa parte dos trabalhadores pesquisados tenha contado com ajuda de alguém, principalmente das redes de suporte primário para ingressar no mundo do trabalho informal, trabalhar nas ruas na capital baiana é uma atividade solitária, pois 73% dos entrevistados trabalham sozinhos. Para estes, o aprendizado da gramática e da linguagem do trabalho informal foi um processo de maturação adquirido no próprio cotidiano de trabalho. É no próprio fazer-se do trabalho informal que os agentes aprendem o sentido do jogo e de como se posicionar nas inúmeras circunstâncias do cotidiano de trabalho.

O trabalho informal nas ruas de Salvador tem uma gramática e linguagem social que ordenam as práticas dos trabalhadores. Através da linguagem, os trabalhadores explicitam as regras e normas que regulam as suas práticas de trabalho. Durante o trabalho de observação de campo constatamos que a linguagem social do trabalho informal de rua se resume a três palavras básicas: “guia”, “freguês” e “Rapa”.

A “guia” é o nome atribuído pelos trabalhadores aos instrumentos de trabalho, que pode variar de acordo com o tipo de atividade, ou seja, para o vendedor ambulante com ponto fixo a barraca é a sua guia, para a baiana de acarajé é o tabuleiro, para o ambulante que circula pela cidade pode ser um caixote de madeira ou um carrinho de supermercado etc. A guia tem um forte valor simbólico, pois sua função é conduzir o trabalhador na luta diária pela conquista de seus proventos, sem a guia não há como trabalhar, é o seu “meio” ou “instrumento” de trabalho.

Mas de nada adianta ter a “guia”, se não tem “freguês”. “Freguês” na linguagem do trabalho informal é o indivíduo que compra os serviços ou mercadorias que são oferecidos

pelos trabalhadores. A noção também indica que as relações de troca assumem um caráter personalizado, permitindo, tanto a quem compra quanto a quem vende, a possibilidade de uma comunicação direta e de um bom acordo entre as partes.

Toda linguagem tem suas normas e regras de uso, esta é a função do “Rapa”. “Rapa” é o nome popular atribuído aos agentes da Secretaria de Serviços Públicos, responsáveis pela fiscalização e ordenamento das vias públicas onde podem trabalhar os vendedores ambulantes de Salvador. É o Rapa quem fiscaliza o tamanho das barracas, quais as áreas que podem ser ocupadas, se o trabalhador informal tem licença pra trabalhar em determinado local etc. Além disso, o “Rapa” é quem literalmente rapa as mercadorias dos ambulantes irregulares, pois quando alguém grita: “lá vem o Rapa”, os vendedores em situação irregular decifram a mensagem rapidamente e começam a se dispersar, fugir ou se esconder por ruas e becos do centro da cidade.

Mas não é só a prefeitura quem define os espaços de trabalho utilizados pelos trabalhadores informais. Segundo os dados da pesquisa, 40% dos trabalhadores declararam que são eles próprios quem definem o espaço aonde realizam suas atividades. Além disso, é importante destacar que no caso dos taxistas e dos condutores de transporte escolar, também existem regras que são estabelecidas pela prefeitura, bem como, há taxas e vistorias que são realizadas periodicamente. Verifica-se ainda, que 67% dos entrevistados têm algum tipo de registro da atividade, sendo que a inscrição/cadastro e o pagamento de taxas para prefeitura são as principais formas de registro da atividade.

A gramática do trabalho informal nas ruas de Salvador não se resume apenas à questão da regulação do espaço público que é apropriado pelos trabalhadores, envolve também uma articulação bem organizada das atividades informais com o comércio da cidade. Observa-se que há uma rede de estabelecimentos comerciais, principalmente no centro da cidade, exclusivamente especializados no fornecimento em atacado e varejo de mercadorias de todo

gênero para os vendedores ambulantes. De certo modo, a agilidade e rapidez dos vendedores ambulantes em oferecer produtos diversos em situações específicas³² está relacionada com a existência de redes de estabelecimentos voltados para as demandas do trabalho informal de rua.

A articulação do comércio ambulante e os estabelecimentos comerciais nos remetem a uma questão central, qual seja, a função que exerce o trabalhador informal de rua no processo de valorização do capital. Marx já demonstrara que o processo de acumulação se realiza em um movimento circular, que começa no processo de produção e se concretiza na esfera da circulação das mercadorias. Para haver acumulação, o capitalista precisa conseguir vender suas mercadorias e converter o dinheiro recebido em capital. Neste sentido, o trabalhador informal de rua exerce um papel fundamental no processo de circulação de mercadorias, são agentes de reprodução do capital. Vivem em função do capital, num movimento ininterrupto compram e vendem mercadorias, usam todas suas energias físicas e mentais em favor da reprodução da ordem capitalista e em troca recebem o mínimo necessário que assegure a sua existência enquanto força de trabalho.

Mas cumprir tal função não é fácil, os trabalhadores informais enfrentam muitas dificuldades no cotidiano de trabalho, trabalhar nas ruas implica em correr riscos, viver sob a égide da incerteza e estar vulnerável socialmente. O cotidiano dos trabalhadores informais é marcado por conflitos, competição e fragmentação social. Cada trabalhador, a seu modo, busca potencializar as suas habilidades na tentativa de neutralizar ou até superar as dificuldades encontradas no espaço de trabalho, no esforço quase sobrenatural de tornar a rua um espaço de trabalho menos degradante.

A lista de dificuldades enumeradas pelos trabalhadores, conforme tabela, indica que o principal problema encontrado no dia-a-dia é a ação do poder público através da fiscalização e

³² Cito como exemplo as inúmeras vezes que Salvador amanhece chovendo e na mesma da hora aparecem vários vendedores ambulantes com guarda-chuvas a serem comercializados para a população em geral.

repressão dos agentes públicos da Prefeitura (o Rapa). A área do centro da cidade, por exemplo, é regulamentada pela Prefeitura Municipal de Salvador, sendo que a fiscalização é bastante rigorosa. Segundo os entrevistados o “Rapa” (denominação atribuída pelos trabalhadores de rua aos fiscais da Secretaria de Serviços Públicos/ SESP) “atrapalha a vida deles”, já que a fiscalização da Prefeitura faz uma série de exigências com relação a organização da barraca (ponto fixo de trabalho), como por exemplo: *é proibido que se coloque coberturas de proteção contra sol e chuva nas barracas, as mercadorias não podem ser colocadas para fora da barraca.*

Tabela 12

Principais Problemas Enfrentados pelos Entrevistados no Cotidiano de Trabalho

Descrição	Frequência	% (*)
Prefeitura / Fiscalização / Repressão	40	23,30
Condições do Comércio	36	20,90
Condições de Trabalho nas Ruas	34	19,80
Infra-estrutura	29	16,90
Relacionamento com Colegas	15	8,70
Violência	7	4,10
Problemas no trânsito	6	3,50
Fila de espera para corrida de táxi	2	1,20
Carros Clandestinos	1	0,60
Falta de passageiros	1	0,60
Falta de trabalho	1	0,60

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

* Percentual válido para 149 entrevistados com respostas múltiplas

Além disso, os vendedores ambulantes são proibidos de entrarem e atuarem em alguns pontos estratégicos da cidade, a exemplo das estações de transbordo de passageiros. No decorrer da pesquisa de campo, presenciamos em frente ao Shopping Iguatemi algumas cenas que ilustram bem a ação do “Rapa”. Os pontos de ônibus localizados em frente ao shopping são espaços privilegiados para atuação dos trabalhadores informais de rua, ali se encontram centenas de pessoas à espera do transporte coletivo que podem consumir uma série de

mercadorias a preços mais baratos do que os encontrados dentro do Shopping. Mas a presença dos vendedores ambulantes é motivo de conflitos e ações repressivas do Rapa, que proíbe terminantemente a venda de bebidas e comidas neste local. Mesmo assim os vendedores ambulantes insistem em ocupar aquele espaço. Registramos certa vez, as peripécias de um vendedor ambulante de refrigerantes e água mineral para fugir da ação repressora do Rapa: na tentativa de não ter suas mercadorias apreendidas, o vendedor colocava a sua própria vida em risco, se escondia atrás dos ônibus com uma caixa de isopor nas mãos para não ser pego pelo Rapa. Este é apenas um exemplo de tantas outras situações humilhantes que passam os trabalhadores informais de rua que não dispõem de um ponto fixo para exercer as suas atividades e ocupam espaços proibidos pela SESP.

De acordo com os entrevistados, as formas de abordagens dos fiscais da prefeitura são impróprias, pois os trabalhadores são abordados como se fossem marginais ou ladrões. Uma entrevistada de 41 anos, vendedora ambulante e há 15 anos na atividade, deu o seguinte depoimento em relação à atuação da fiscalização da prefeitura:

(...) se não oprimisse tanto o povão melhora muito, pais de família são tratados como marginais, a gente não trabalha porque gosta, mas porque precisa sustentar a família. Você acha que a pessoa que não tem ponto fixo, toma chuva e corre do Rapa por que gosta???

A atuação violenta do Rapa contra os trabalhadores informais de rua de Salvador, principalmente contra os vendedores, motivou dois artistas baianos, Edson Gomes e Zé Paulo (1997), a compor a música “Camelô” que se tornou um hino de defesa dos trabalhadores informais, a qual expressa bem a condição do trabalhador informal de rua da “Cidade da Bahia”:

**Sou camelô, sou do mercado informal,
Com a minha guia sou profissional,**

Sou bom rapaz, só não tenho tradição,

Em contrapartida, sou de boa família,

**Olha doutor! Podemos rever a situação,
Pare a polícia, ela não é a solução não.**

**Não sou ninguém,
E não tenho para quem apelar,
Só tenho o meu bem,
Que também não é ninguém**

**Quando a polícia cai em cima de mim,
Até apreço, que sou fera...**

Em ritmo de Reage, tal música pode ser escutada em alto e bom som nas principais barracas dos vendedores ambulantes do centro da cidade, bem como, nos “carrinhos” dos vendedores de café, de balas e doces que se espalham entre as ruas e passarelas da cidade. Mas os trabalhadores não se contentam apenas em reproduzir a música através do som do rádio, eles também fazem questão de cantar e dançar, numa forma irreverente de protestar contra a repressão e a violência do “Rapa”.

As dificuldades encontradas no cotidiano do trabalho nas ruas de Salvador não se resumem apenas à ação do poder local através dos agentes de fiscalização. As péssimas condições do comércio é outro problema presente entre os trabalhadores informais, uma vez que se trata de um tipo de atividade que depende diretamente da oferta de bens e serviços para população em geral. Por esta razão, as ruas do centro da cidade, as quais estão mais próximas da Estação de Lapa (a maior estação de transbordo de passageiros da cidade), a exemplo da rua Coqueiro da Piedade, rua Nova de São Bento, Portão da Piedade, Praça Carneiro Ribeiro, são os espaços geográficos considerados pelos trabalhadores como os melhores pontos para venda de mercadorias, e por isso mesmo são alvos constantes de disputa entre os próprios trabalhadores e de conflito com a fiscalização da prefeitura. Recentemente, no ano de 2004, os vendedores ambulantes da rua Coqueiro da Piedade ameaçaram interditá-la, alegando que os vendedores de rua não-licenciados estavam invadindo a área e atrapalhando a passagem dos

pedestres. No Jornal ATARDE do dia 10.10.2004, Andrade (2004) publicou a seguinte matéria sobre a questão acima mencionada:

Os comerciantes e ambulantes licenciados da Rua Coqueiros da Piedade estão ameaçando fazer uma manifestação, caso a Secretaria de Serviços Públicos (Sesp) não tome uma providência até o próximo dia 30. Eles se queixam da proliferação de vendedores de rua não-licenciados, que vêm atrapalhando o comércio local, uma vez que a via é estreita e ainda sofre um fluxo diário de cerca de 450 mil pessoas por dia.

A idéia de fechar a rua para protestar contra omissão da Sesp, que não estão cuidando do ordenamento de ambulantes; contra a Polícia Militar, que não está fazendo a segurança; e contra as constantes ameaças que vem sofrendo dos ambulantes clandestinos na área. Os manifestantes alegam também que estão tendo prejuízos, já que computaram uma queda no movimento de cerca de 50%.

Os vendedores de rua, que não pagam impostos, chegam com a banca e espalham sua mercadoria no chão, impedindo a passagem de transeuntes e dos clientes das lojas. Não é a toa que a Rua Coqueiro da Piedade, que se assemelha a um mercado popular ao ar livre, hoje está sendo comparada, pelos comerciantes e ambulantes cadastrados, à Feira do Rolo, na Cidade Baixa. Eles contam que os clientes, em especial os mais antigos e de idade avançada, estão evitando a rua por medo devido às constantes brigas na área. (ANDRADE, 2004, p.18).

No caso das ruas onde o trânsito de pessoas é menor, a situação dos trabalhadores é mais precária, registramos relatos de entrevistados que dizem passar quinze dias sem vender nada, escutam inúmeras vezes afirmações do tipo: “*estou pagando para trabalhar*” ou “*este mês eu paguei para trabalhar*”. Também pudemos constatar que havia ruas, principalmente as transversais da Avenida Sete, que estavam praticamente vazias. Possivelmente boa parte dos trabalhadores que trabalhavam nestas ruas migrou para outras áreas da cidade, ou então, se tornaram vendedores ambulantes não-licenciados a disputar com os vendedores ambulantes “estabelecidos” as vias públicas com maior fluxo de pessoas, a exemplo da rua Coqueiro da Piedade.

No caso dos trabalhadores de praia, as atividades por eles desenvolvidas são marcadas ao extremo pelo signo da sazonalidade, já que o fluxo de pessoas e banhistas se dá com maior intensidade na alta estação, isto é, no verão, sendo que na época de inverno estes trabalhadores migram para outras áreas da cidade, bem como, passam a realizar outras

atividades, como vender ou “alugar” cartão telefônico, ou ainda vender guarda-chuvas nas ruas do centro da cidade.

Para os taxistas e os condutores de transporte escolar, os problemas enfrentados no dia-dia de trabalho diferem relativamente dos vendedores ambulantes. Os taxistas entrevistados relataram que o grande número de taxistas³³ e os assaltos, principalmente à noite, são os principais problemas encontrados no cotidiano de trabalho. De acordo com um taxista entrevistado, que trabalha na área da Rodoviária das 4:00 da manhã às 9:00 da noite, a fila de carros à espera de passageiros é muito grande, e conseqüentemente, o número de “corridas” feitas no dia é bastante reduzido; o que obriga os taxistas a trabalharem durante a noite e estarem sujeitos a assaltos. Já os condutores de transporte escolar alegaram que os problemas de trânsito, a exemplo dos congestionamentos, e o transporte escolar clandestino são os principais problemas encontrados no exercício da atividade.

As condições de trabalho nas ruas é outro problema gravemente enfrentado pelos trabalhadores informais, pois a falta de infra-estrutura, os assaltos e roubos constantes fazem parte da dura realidade de quem trabalha nas ruas de Salvador. Os trabalhadores estão expostos às intempéries climáticas, às péssimas condições de iluminação e higiene das ruas, estando privados até de sanitários públicos, tendo que recorrer aos sanitários privados dos bares, lojas e shoppings.

Além das condições de trabalho nas ruas e do comércio, a precarização do trabalho informal se concretiza na extensa jornada de trabalho e no número de dias trabalhados na semana. Conforme as tabelas 13 e 14, a maioria dos trabalhadores trabalha de segunda a sábado com uma jornada diária acima das 8 horas diárias estabelecidas pela lei trabalhista. O grau de precariedade do trabalho é tamanho que 65% dos entrevistados têm jornada diária de 10 horas ou mais, sem levar em consideração o tempo de locomoção da moradia para o local

³³ Segundo informações do Sindicato da categoria, existem hoje em Salvador aproximadamente 8.000 taxistas licenciados.

de trabalho. Assim sendo, a maior parte dos trabalhadores passam mais tempo na rua do que em casa, sobrando pouco tempo para o convívio familiar, descanso e lazer.

Tabela 13
Distribuição dos Entrevistados por Dias da Semana Trabalhados

Número dias	V.A.	% (*)
2	1	0,5
3	3	1,6
4	4	2,1
5	37	19,7
6	95	50,5
7	48	25,5
Total	188	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

* Foram consideradas apenas as respostas válidas.

Tabela 14
Distribuição dos Entrevistados por Jornada de Trabalho Diária

Jornada de Trabalho Diária	V.A.	% (*)
4 a 7 horas	17	9,1
8 horas	22	11,8
9 horas	18	9,6
10 horas	35	18,7
11 horas	33	17,6
12 horas	35	18,7
Mais de 12 horas	27	14,4
Total	187	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

* Foram consideradas apenas as respostas válidas.

O grau de precariedade dos trabalhadores informais de rua torna-se mais evidente ainda, quando analisamos os ganhos mensais dos entrevistados. Um elemento fundamental a ser considerado é a incerteza que norteia as atividades informais, de modo especial, as atividades tradicionais como vendedor ambulante. Muitos trabalhadores não sabem nem calcular quanto ganha por mês. Foram várias as situações durante a pesquisa de campo, em

que os trabalhadores informais não sabiam nem se iriam conseguir o dinheiro do vale-transporte para voltarem para casa. “*Tem dia que saio colado [não vende nada], isso aqui é uma aventura, igual a Tarzan na selva” afirmou um entrevistado de 25 anos, deficiente físico e vendedor de CDs. A impossibilidade de calcular os próprios ganhos, freqüentemente se converte em uma imprevisibilidade da própria vida dos trabalhadores. Como é possível prever o futuro, se os trabalhadores não têm nenhum controle sobre o presente? A vida inteira passa-se sob o signo “aleatório”, o presente é vivido em si mesmo, não tendo nenhuma relação com o futuro. (BOURDIEU, 1979). Por isso, trabalhar nas ruas Salvador torna-se uma “aventura”, na maioria das vezes perigosa, estando os trabalhadores entregues a própria “sorte”, onde tudo parece ser fruto do “destino” ou do “azar”.*

É importante destacar que os trabalhadores tiveram muitas dificuldades para declarar quanto ganham no mês, pois para a imensa maioria dos entrevistados o ganho é diário, prevalecendo a lógica da sobrevivência imediata. No que se refere aos ganhos mensais, 61% dos entrevistados têm ganhos de até 2 salários mínimos³⁴. Por outro lado, a informalidade comporta um segmento de trabalhadores altamente qualificados e com elevados níveis de escolaridade - a “elite do informal” - no caso estudado apenas 3% dos entrevistados têm rendimentos superiores a 10 SM, que são justamente os trabalhadores que tinham boa ocupação na formalidade e foram demitidos na década de 90 com o processo de reestruturação produtiva. Neste sentido, encontramos ex-trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari, que com o dinheiro da indenização, compraram automóveis, tipo “besta”, para fazer transporte de estudantes dos colégios particulares da cidade ou então compraram táxi para “rodar” nas ruas da cidade.

³⁴ O valor de referência do salário mínimo na época da pesquisa era de R\$ 200,00

Tabela 15**Distribuição dos Entrevistados por Ganho Mensal**

Ganho mensal	V.A.	% (*)	% Cumulativo
Menos de 1 SM	23	18,7	18,7
1 a 2 SM	52	42,3	61
2 a 5 SM	33	26,8	87,8
5 a 10 SM	11	8,9	96,7
Acima de 10 SM	4	3,3	100
Total	123	100,0	

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

* Foram consideradas apenas as respostas válidas.

Os ganhos auferidos pelos entrevistados também denunciam a incapacidade dos trabalhadores informais de contribuírem com a previdência social ou de terem um plano de saúde particular. Apenas 20% dos trabalhadores entrevistados pagam INSS e 26% tem plano de saúde. Como é possível contribuir com a previdência e/ou ter um plano de saúde, ganhando duzentos ou trezentos reais por mês? Para quem vivem do trabalho informal, o sonho da aposentadoria por tempo de contribuição não passa de uma frustração, regularmente corroborada pelas péssimas condições de trabalho e de remuneração.

Para os trabalhadores informais, as palavras do Apóstolo Paulo, “quem não trabalha não deve comer”, se tornam imperativas. Na solidão do mercado, o trabalhador deve rezar ou apelar para “todos santos” para nunca adoecer ou ficar impossibilitado de trabalhar, caso contrário, pagará pelo preço de ser “patrão e empregado de si mesmo”. Esta é a situação de 60% dos entrevistados, os quais não têm quem os substituam em casos de doenças ou de qualquer outra eventualidade. Talvez, a quarta estrofe da canção *Sou Camelô*, seja a síntese da condição social do trabalhador informal: **“Não sou ninguém, e não tenho para quem apelar, só tenho o meu bem, que também não é ninguém”**.

Entregues à solidão do mercado, os trabalhadores informais são feições concretas da fragmentação dos coletivos de trabalho, imersos num mundo em que não há parâmetros e nem medidas de igualdades, onde cada um constitui o seu próprio mercado, as possibilidades de

uma ação coletiva dos trabalhadores frente aos problemas do cotidiano de trabalho são bastante reduzidas. Conforme Francisco de Oliveira (2003b), os trabalhadores informais formam uma “classe incabada”, cuja representação está subordinada à oscilação da luta de classe que varia de acordo com a conjuntura. No nosso entendimento, o reconhecimento dos trabalhadores informais de rua enquanto classe, só se realiza quando há uma situação concreta que atinge a todos os trabalhadores indistintamente.

Se fizermos uma retrospectiva na história recente do trabalho de rua da cidade, veremos que o re-ordenamento espacial do trabalho informal no centro da cidade realizado pela Prefeitura Municipal de Salvador, durante os primeiros anos (1997-2000) da gestão do prefeito Antonio Imabassay, foi uma situação concreta que possibilitou uma atuação mais coletiva e organizada dos trabalhadores informais através dos sindicatos. Nesta situação específica todos os trabalhadores corriam risco de perder os seus pontos de trabalhos, podendo ser recolocados para outras áreas da cidade ou até serem proibidos de trabalhar naquela área da cidade. Este período foi marcado por muitas manifestações, revoltas e conflitos entre os trabalhadores e agentes da fiscalização da prefeitura.

Nesta direção, um dado surpreendente é a taxa de sindicalização de 26% dos entrevistados, considerada alta para a maioria das categorias de trabalhadores. Mas esta alta taxa de sindicalização não deve ser interpretada como um reflexo de uma grande coesão e união de classe. Na verdade, os dados seguintes mostram que a relação destes trabalhadores com seu sindicato é conflituosa e cheia de dificuldades.

Quando perguntados sobre o que acham do sindicato ou associação da sua categoria, somente 20% dos entrevistados fazem algum tipo de avaliação positiva e 58% fazem avaliações negativas, afirmando que o sindicato não resolve nada, não tem força política, ou que não confiam no sindicato. Vale ressaltar ainda que 22% não sabem ou não conhecem o

sindicato. Portanto, apesar da alta taxa de sindicalização entre os trabalhadores de rua a grande maioria deles não se identifica, ou não confia em seu sindicato ou associação.

A relação destes trabalhadores com o sindicato é um assunto bastante delicado e necessita de mais atenção, já que revela a dificuldade destes trabalhadores de se organizarem coletivamente para resolver problemas ou melhorar suas condições de trabalho. A grande maioria dos entrevistados avalia os sindicatos de forma negativa e quando avaliam de forma positiva tratam o sindicato a partir de uma relação utilitarista, paternalista e assistencialista. Alguns depoimentos revelam bem esta relação:

“o sindicato dos ambulantes não faz nada... prefeitura faz o que quer e eles não resolvem nada”.

“Não ajuda em nada, não procura botar agente num lugar melhor pra vender”.

“O sindicato não trás nenhuma vantagem para mim”.

“Não confio nessas coisas, na hora da precisão agente vai lá e eles negam”.

“O sindicato não tem força, não tem o apoio da categoria”.

“Quando agente precisa eles atendem, quando a prefeitura quer tirar a gente de um lugar, da rua, o sindicato aparece, discute e reivindica”.

São diversos depoimentos com conteúdo semelhante, onde o sindicato aparece como um ente distante, algo que não pertence e nem é o trabalhador. Estes trabalhadores enxergam o sindicato como uma instituição externa a eles, semelhante à prefeitura, que deve servir a eles, mas com a função de se opor ao poder público que oprime os trabalhadores.

Em suas falas não é possível captar qualquer identificação com o sindicato, em sua maioria eles não participam do sindicato e nem são o sindicato. Sempre estão à espera de que o sindicato venha até eles. A fala de um outro trabalhador ilustra bem esta situação:

(...) quem faz um sindicato ser ruim ou bom somos nós. A atuação do sindicato não está sendo boa por causa de nós mesmos... você é convidado para participar das reuniões e não vai, não sabe o que está acontecendo... está não está

sendo bom ... não devia nem esperar convidar... Eu mesmo, só vou lá quando preciso de algum documento ou coisa parecida.

Portanto, o informal não é o lugar das ações coletivas. Entre os informais, cada um cuida de si. O sindicato é para servir, para resolver problemas, este é um retrato claro e triste da fragmentação da classe trabalhadora.

5.4 As trajetórias de “sucesso” do trabalho informal: uma crítica à noção de empregabilidade

Na solidão do mercado, os trabalhadores informais precisam inventar e reinventar continuamente estratégias, adquirir habilidades, construir uma “personalidade” que torne o imperativo: “*quem não trabalha não deve comer*”, menos pesado sobre os ombros daqueles que têm na rua, o espaço privilegiado de trabalho. É justamente sob este ponto, que a realidade sócio-histórica dos trabalhadores informais de rua se contrapõe e desvela o “planetário de erros” da *empregabilidade*.

Para quem vive do trabalho informal nas ruas de Salvador, o conteúdo simbólico e prático desta “bela palavra”, que soa como inteiramente nova entre os empresários, consultores de RH, economistas, pedagogos, tecnocratas e até mesmo entre os sociólogos; é um velho conhecido, pois para os trabalhadores informais “a fábula da empregabilidade” se traduz como uma das principais estratégias de permanência no trabalho informal.

No mundo do trabalho informal, a fábula perde o seu encanto, perde sua força mágica, se encontra no estado puro, é apenas realidade, a fórmula real encontrada por homens e mulheres que diariamente precisam construir o seu mercado, ocupar um espaço nas ruas de

Salvador para trabalhar e estabelecer relações personalizadas com o público consumidor de seus produtos e serviços.

A análise da trajetória dos trabalhadores informais pode nos auxiliar na produção de uma crítica à noção de empregabilidade. A partir de três trajetórias diferenciadas, buscamos problematizar o “sucesso” no informal e as “virtudes” do binômio empregabilidade/empreendedorismo. No final do capítulo 3, defendemos a tese que na atualidade a noção de informalidade assume um novo status, em que as características que sempre constituíram tradicionalmente as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores informais são transmutadas em personificações do novo trabalhador do capitalismo flexível. Neste sentido, as trajetórias de um baleiro, de um vendedor de camarão e de uma baiana de acarajé são bastante elucidativas a este respeito, pois as estratégias desenvolvidas por estes trabalhadores para permanecerem no trabalho informal demonstram que as “qualidades” e “virtudes” amplamente difundidas como sendo do novo trabalhador flexível, fazem parte do *habitus* do trabalhador das ruas, ou seja, é parte constituinte e constituidora da própria condição de trabalhador informal, especialmente os conta-própria.

No centro desta problemática está a questão do sucesso na atividade informal. Mas o que significa realmente para os trabalhadores informais a palavra *sucesso*? Ao nosso ver, para muitos trabalhadores o sucesso na atividade informal apenas confere um “status” privilegiado, capaz distingui-los dos demais trabalhadores informais pelas capacidades e habilidades pessoais empreendidas na conquista de uma melhor posição na cartografia do trabalho informal. Contudo, tal “status” não pode ser traduzido em absoluto como sinônimo de ganhos reais, em se tratando das condições de trabalho e de vida. Desde os trabalhadores que vivem do anonimato do trabalho informal, como é o caso de *Lúcia do Acarajé*, até os mais famosos e reconhecidos publicamente através dos espaços midiáticos regionais e nacionais (TV, Rádio

e Jornal), a exemplo de *Robertinho Baleiro* e *João do Camarão*³⁵; as “qualidades” e “virtudes” atribuídas ao novo trabalhador flexível são elementos centrais que possibilitam a permanência na atividade informal e conseqüentemente, o sucesso na trajetória de trabalho atual em que se encontra cada um dos casos a serem analisados a seguir.

5.4.1 **Lúcia:** *da necessidade à baiana de acarajé*

Na condição de morador da cidade de Salvador também transito e percorro as suas ruas como qualquer cidadão comum, seja em busca de trabalho, para estudar, para festejar, para comprar ou para fazer tantas outras coisas que a metrópole baiana pode nos oferecer. Foi no trajeto quase que diário nos idos de 1999-2000, entre o Centro de Recursos Humanos (Federação) e o ponto de ônibus da Avenida Garibaldi, que conheci Lúcia, a baiana de acarajé. Na espera do transporte coletivo para voltar pra casa, sempre havia um tempo breve, mas o suficiente, para comer o bolinho mais famoso da culinária afro-baiana, o acarajé. Aos poucos e com o passar do tempo, eu mesmo já havia me tornado um “freguês” assíduo de Lúcia do acarajé. Mas o que há de tão especial no acarajé desta baiana, que faz com que as pessoas até mesmo se desloquem de outras partes da cidade para comê-lo? Parafraseando Dorival Caime, *o que é que a baiana tem?* Para tentar responder a tal indagação, convido o leitor a conhecer a trajetória de trabalho e de vida de Lúcia, a baiana de acarajé.

Lúcia tem 48 anos, estudou até o 3º ano primário, é casada, teve sete filhos, entre os quais três já falecidos. Soteropolitana, morou no bairro da Saramandaia durante 27 anos, próximo às imediações da Rodoviária/Estação Iguatemi, mas a violência urbana fez com que

³⁵Como se trata de trabalhadores informais amplamente conhecidos no cenário urbano da cidade de Salvador, optamos pelo uso do nome próprio e do “apelido” de cada um deles. Para tanto, todos os três trabalhadores (Lúcia do Acarajé, Robertinho Baleiro e João do Camarão) não apresentaram nenhuma objeção quanto à publicação de seus nomes e respectivas trajetórias de vida e de trabalho.

ela se mudasse há menos de um ano para rua Jardim Botânico, bairro de Ondina, próximo do seu local de trabalho. Por um instante, Lúcia silenciou-se e em seguida afirmou:

Mudei por motivo de violência, tive três perca de filhos e não agüentava mais, ... morreram por causa da violência, da violência mesmo. Eu tive um que os caras queria matar ele, eu tive que tirar da minha residência, esse aí morreu atropelado. E o outro, meu primeiro menino, o mais velho, ele se envolveu mesmo com droga, tá entendendo, aí eu já tava esperando; o segundo atropelado e o terceiro uma briga, era aniversário dele, ele saiu mais o irmão pra comemorar o aniversário, bebendo e tal, aí veio um pessoal discutindo com ele por bebida mesmo, aí teve troca de ofensa, troca de murros e eles.... Geralmente quem apanha não esquece e quem bate esquece né? Aí quando foi de manhã cedo tô vendo aquela confusão, aquele menino falando sobre a briga, menino que bate esquece e quem apanha se lembra, não deu outra, perdi este filho por causa desta briga.

A perda dos filhos se constitui como um dos momentos mais tristes e difíceis da história de vida de Lúcia, que se soma à sua árdua e sinuosa trajetória de trabalho. Ao falar da morte de seus filhos, Lúcia demonstrara no semblante e no jeito de falar uma certa resignação, pois para ela “*a vida nunca foi fácil*”, de modo que a morte de seus filhos era apenas mais um ciclo de sua história de vida que se completara. Segundo Lúcia, desde cedo ela já sabia qual seria o seu destino, *trabalhar pra viver*:

A minha vida... desde a infância que eu trabalho, eu me chamo trabalho, eu não tive infância, eu tive trabalho, desde quando eu me entendi, fui entendendo a vida, eu fui trabalhando. É... eu fui babá, trabalhei de doméstica, faxineira, tomando conta de criança então foi assim, levando, levando. Eu nunca achei pai e mãe pra me dar nada, e já fui enxergando a cara da minha vida do dia-a-dia.

A inserção de Lúcia no mundo do trabalho se dá inicialmente através do trabalho doméstico. Quando se casou e constituiu família deixou de trabalhar como doméstica e encontrou um emprego com carteira assinada, de cobradora de transporte coletivo. Trabalhou como cobradora durante três anos, mas pediu para sair porque não conseguiu se adaptar aos riscos da profissão devido aos assaltos e freqüentes discussões com passageiros que queriam pular o torniquete sem pagar passagem. Depois desta experiência, Lúcia trabalhou como lavadeira com carteira assinada durante uns dois anos. Estes foram os únicos empregos com

carteira assinada na sua trajetória de trabalho. Daí pra frente, a sua trajetória ocupacional traz as marcas de quem vive no mundo do trabalho informal. “*Ah eu ainda tenho história*”, afirmara Lúcia ao se referir à sua trajetória de trabalho. E na seqüência de sua fala, ela descreve as suas experiências de trabalho:

Fui vender comida em obras, procurar um meio de ganhar dinheiro né? Aí eu vendia café de manhã lá no STIEP nesta época e vendia o almoço. Vendia mingau, café pros peão e onze hora eu levava o almoço numa marmita que eu tinha, e aí foi levando, minha vida trabalhando né? Fiquei parada um tempo, depois surgiu um diacho de uma feirinha lá na comunidade, achei de botar uma barraquinha, comercializava cereais, que era o quê? Farinha, era só farinha que eu vendia, era só farinha. Depois fiquei um tempo parada, só as coisas piorando, só o marido trabalhando e nada, nada, nada dava, via as crianças sentindo necessidade das coisas e o negócio foi pegando. Até quando surgiu... o meu menino vendia cafezinho de manhã....

A expressão “*até quando surgiu...*” é utilizada por Lúcia para demarcar um ponto de inflexão importante na sua trajetória de trabalho, ou seja, o momento em que ela ingressou definitivamente no trabalho informal, através da comercialização do acarajé; e a expressão “*o menino vendia cafezinho*” diz respeito aos suportes relacionais encontrados para começar a nova atividade. O ano de 1988, momento importante na história da democracia brasileira, é também para Lúcia um marco temporal decisivo na sua história de vida e de trabalho, pois, naquele momento ela ingressava uma nova atividade, transformando-se em *Lúcia, a baiana de acarajé*. Embora a atividade de baiana de acarajé seja uma atividade tradicional na cidade de Salvador, passada de geração em geração, fortemente entrelaçada com a religiosidade do Candomblé, a trajetória de Lúcia é uma exceção, pois a sua inserção nesta atividade se deu por outros motivos, como ela própria afirma:

O que me levou ao mercado informal foi a minha necessidade mesmo, a necessidade de alimento, não tinha trabalho pra gente se manter, então eu via meus filhos sentindo fome, aí eu dizia: ***oh meu Deus eu tenho que trabalhar de qualquer coisa***; aí eu resolvi colocar um tabuleiro pra comercializar o acarajé. O meu filho [o mais velho] foi quem me ajudou, foi quem comprou todo o meu material, vendendo

cafezinho e cada semana [ele] comprava uma peça, comprou primeiro a boquinha, depois comprou o bujãozinho, depois o moinho e... agora só tá faltando o ponto, aí eu disse, vou procurar! Aí foi que me indicaram uma pessoa na Barra, que era camelô também, ambulante, ... que me indicou um lugarzinho pra eu sentar na areia pra comercializar o meu acarajé. Aí eu fiquei vendendo num período de três anos lá na Barra, aí teve um ano que foi tanta chuva, que eu fiquei sem trabalhar, aí sentir dificuldade porque a pessoa sem dinheiro não tem como ajudar na despesa da casa, aí sentia dificuldade... meu Deus eu tenho que arranjar um ponto pra trabalhar de segunda a sexta, pelos menos né, vou pra praia no final de semana e tenho mais uma coisa pra ganhar um dinheirinho de segunda a sexta. Foi quando eu descobrir a avenida Garibaldi... e tô até hoje trabalhando aqui, tenho quatorze anos aqui na Garibaldi.

Lúcia começou com um pequeno tabuleiro e na medida em que foi aumentando a demanda e o seu acarajé tornou-se conhecido, ela foi ampliando o seu tabuleiro.

Era um tabuleirinho pequeno de madeira, tá entendendo, e com um plástico, tá entendendo, e pronto, eu comecei com pouquinhas coisas, geralmente eu trazia o quê? Um quilo de feijão e três abarazinhos, tudo pouquinhos que não sobrasse por outro dia, tudo, tudo pouquinho.

Recém chegada, Lúcia precisou de ajuda para se estabelecer no seu novo ponto de trabalho. Morando na Saramandaia, não tinha condições de levar e trazer diariamente todos os seus equipamentos de trabalho, para tanto, contou inicialmente com o apoio das donas de uma barraca que tinha ao lado de seu ponto de venda, assim como, contou com o apoio de clientes, a exemplo dos funcionários do Banco Central. Com o passar do tempo, Lúcia começou a conquistar os seus clientes, não só através da qualidade do quitute, mas também através da forma sempre gentil, educada e risonha de atendê-los; e “... *aí o pessoal foi aumentando, um foi passando o comércio pra o outro, gostava do acarajé e foi passando, graça a Deus eu tenho uma clientela... tenho todos os meus clientes.... são uma alma amiga, meus clientes é quem me dá força pra eu enfrentar este dia-a-dia.*”

Para se fixar no ponto, a baiana de acarajé também buscou estabelecer uma relação de confiança com os seus clientes, que em boa parte são funcionários das clínicas médicas e centros comerciais, os quais têm exercido um papel fundamental para permanência da baiana

no ponto de trabalho. Depois de certo tempo, as donas das barracas, onde Lúcia guardava a sua “guia” de trabalho, pediram para ela encontrar outro lugar para guardar o seu material porque iriam precisar do espaço ocupado pela sua “guia”.

A partir daí encontrar um lugar para guardar os instrumentos de trabalho tornou-se um problema constante para Lúcia, o qual pôde ser contornado através dos próprios clientes, que trabalham nos prédios das imediações e conseguiram junto com os síndicos concessões para a que baiana pudesse guardar os seus instrumentos de trabalho. No entanto, Lúcia precisou mudar o local de guardar os seus instrumentos de trabalho várias vezes, já que a cada mudança de síndico não havia nenhuma certeza de que ela poderia continuar guardando a sua “guia” em um determinado prédio. Não foram poucas às vezes em que Lúcia colocou a mão na cabeça e disse: “*pôxa meu Deus tá ficando pesado... aonde eu vou guardar este tabuleiro? E agora?*” Atualmente, ela não tem se preocupado com esta questão, pois o síndico anterior e atual do prédio onde ela guarda o tabuleiro não tem imposto nenhum empecilho, contudo, ela se diz preparada para “*outra embarcação*”.

Morando próxima de casa, Lúcia traz todos os dias apenas as mercadorias que serão comercializadas no tabuleiro, a massa do acarajé, abarás, bolinhos de tapioca, cocadas e refrigerantes, para tanto, ela conta com ajuda do seu filho Laércio. Dos filhos de Lúcia, Laércio (21 anos) é o que está mais envolvido diretamente com o trabalho da mãe, é o responsável pelas finanças do tabuleiro; embora toda a família se envolva no processo de produção do “quitute” da baiana.

A jornada de trabalho da baiana de acarajé, talvez seja o exemplo mais elucidativo da representação que ela faz de si mesmo quando ela diz “*eu me chamo trabalho*”. Vejamos como a própria Lúcia descreve o seu dia de trabalho:

É uma grande jornada, de cinco e meia da manhã até dez da noite trabalhando né, eu passo a manhã toda na cozinha preparando este quitute, aí termino de preparar

os quitutes, é o horário que eu já venho me dirigindo pro ponto para receber os meus clientes né isso? É o horário de três horas da tarde pra três e meia, aqui eu fico até nove horas, quando dá oito horas aqui já está deserto, eu fico aqui até nove horas, nove e meia, porque às vezes tem um cliente que vem pára o carro, pede um acarajezinho fica conversando, acaba ficando né, eu não posso dizer pra o cliente ah eu vou me embora, tenho que esperar ele terminar pra eu me deslocar. ... Quando chega em casa, a gente lava os pratos da venda, que é pra não dormir prato sujo.

Durante a semana, de segunda à sexta, esta é a rotina diária de Lúcia, mas engana-se quem pensa que o final de semana da baiana é dedicado para o tempo livre. O sábado é dedicado para comprar os ingredientes necessários para fazer o “quitute” durante a semana, é o dia que Lúcia vai à Feira de São Joaquim para comprar o feijão, o amendoim, o quiabo, o camarão e outras iguarias; assim como, para ir ao supermercado comprar outros itens da cesta básica que são necessários para a venda do acarajé e para próprio consumo da família. E o domingo? O que faz a baiana no domingo? Vai à praia, à Igreja?

Domingo, geralmente eu adianto as coisas, eu faço sempre no domingo o quê? Adianto assim, o amendoins que eu tenho que torrar, descascar, o adiantamento da venda de segunda-feira. Eu torro amendoins pra semana toda, eu corto quiabo pra semana toda, então eu tenho um trabalho de fazer isso, porque o quiabo eu cozinho aquela quantidade, eu compro uma média de duzentos quilos de quiabo, dois centos, duzentos, aí eu corto ele todo no domingo, fervento e aí eu congelo ele pro dias da semana, o amendoim também.

Tal como na música do imemorrável Cazuzza (1988), “*o tempo não pára, não pára não....*”, o tempo de trabalho de Lúcia não pára, é de domingo a domingo. Faça sol ou faça chuva, de segunda a sexta, o turista ou o nativo da cidade de Salvador, ao passar no final da tarde pela Av. Garibaldi, próximo ao Banco Central, encontrará a baiana Lúcia e o seu tabuleiro, pronta para atender a quem assim desejar degustar uma das comidas mais típicas da culinária baiana, o acarajé.

As estratégias desenvolvidas por Lúcia para conquistar os clientes, revelam as habilidades e qualidades pessoais necessárias para conseguir se manter na atividade informal. Durante toda sua trajetória de baiana de acarajé ele sempre buscou adequar as suas

características pessoais ao trabalho, transformando sua aparência, o seu jeito de falar em estratégias de venda e convencimento dos seus clientes. Toda paramentada como manda a tradição, Lúcia se veste de baiana, ao chegar no seu ponto de trabalho ela cumpre o ritual o diário:

Aqui eu visto a minha saia, a minha bata, como a origem, uma baiana tem que botar a saia dela, o torço, uma baiana não pode trabalhar sem o torço dela, ela tem que tá com a bata dela, com a saia dela...

Toda de branco, em sinal de pureza e limpeza, a baiana tem sempre um sorriso estampado no rosto para acolher os seus clientes, bem humorada e extrovertida busca romper as barreiras da impessoalidade, tratando a todos como se fossem pessoas íntimas de sua casa. Ela estabelece uma comunicação direta com os clientes, fazendo com que ninguém se sinta estranho aos arredores do seu tabuleiro. Usando palavras com terminações em *inho (s) e inha (s)*, ela sempre se dirige às pessoas da seguinte forma: “*oi minha lindinha como vai?*”, *oi meus menininhos tudo bem?* Por conta da sua forma de tratamento, a baiana tornou-se conhecida e dispõem de uma boa clientela.

Para Lúcia as principais qualidades que uma baiana deve ter para conquistar os seus clientes são as seguintes:

Higiene em primeiro lugar, começando na casa dela até o ponto, e depois **ser comunicativa** não ficar de cara feia, **ter uma mercadoria que agrade o cliente**, porque não adianta, você tem que fazer a coisa que agrada a ele, tá agradando a você tá agradando ao seu cliente, tudo que você faz com amor você transmite, você não acha isso? Então se você faz uma coisa assim, mal humorada, você não vai ter vitória nisso. ... Graças a Deus eu nunca me decepcionei com o meu público, que eu não passasse minha massa toda, meu abará todo, amanhã é outro dia, pronto, amanhã Deus me ajuda a passar todo e vou levando minha vida. A única coisa que eu não quero fazer é queimar minha imagem, é trabalhar com mercadoria ruim, essa massa que eu não vendi hoje, eu vou trazer pra vender amanhã, não vai prestar, aí eu vou queimar minha imagem, isso que eu não quero. Eu quero trabalhar pouco, mas pouco certo.

Além destas qualidades, higiene, comunicação e qualidade do produto, Lúcia também desenvolveu outras estratégias para conquistar os seus clientes, dentre elas se destacam a

compra de bancos plásticos e o serviço de pronta de entrega de acarajé. Para Lúcia a necessidade de colocar os bancos surgiu a partir do seguinte:

... O banco é uma maneira, por que às vezes tendo o banquinho pra o cliente é bom, você sabe, tem cliente que às vezes quer comer uma acarajé já cansado do dia-a-dia, então o banco é uma maneira de você conquistar os clientes, se dedicar pra ele, olhe sente aqui, às vezes chega com a mão cheia de livros não tem como fazer o lanche, você coloca seus material ali pra lanche mais à vontade ... aí eu sempre tinha dois banco, sempre tive banco, não tinha muito banco, hoje eu tenho quatro banquinho, pra sentar uma senhora, um pessoa com criança eu já dou o banquinho pra sentar.

Já o serviço de entrega de acarajé é outra estratégia utilizada por Lúcia. Este serviço é de responsabilidade do seu filho Laércio, quando os clientes da região não podem vir até o ponto da baiana para comprar acarajé, eles ligam para o telefone celular dele, que vai imediatamente levar acarajé no endereço do cliente.

Além de comercializar a acarajé no ponto da Av. Garibaldi, Lúcia também trabalha em eventos e festas da cidade de Salvador. Através dos seus clientes, ela começou a ser convidada para fazer e servir caruru em festas promovidas por eles em suas próprias casas e depois passou em trabalhar em eventos.

... Foi fazendo caruru, clientes, Lúcia vem cá ... vem cá baiana vou dar um caruru lá em casa e quero servir antes uns acarajezinhos e uns abará pequeno, você vai? Eu vou, e aí a pessoa, quanto é? Eu falei é tanto, tanto...

...Eu agradeço aos clientes, você viu aquele senhor naquele dia? Eu trabalho com ele também em evento, ele faz os bufet, então quando às vezes tem acarajé ele leva a mim pra fazer o acarajé pra servir lá o pessoal.

Outro aspecto importante que merece ser destacado é a capacidade de liderança e a autoridade exercida por Lúcia junto a outros trabalhadores informais que atuam na área, principalmente entre os guardadores de carros. Sempre atenta a tudo que acontece, Lúcia busca apaziguar as brigas e os conflitos existentes entre os guardadores.

.... Os meninos que guarda carro aqui eu sempre reclamo um pouco com eles, problema deles mesmos, guardador-carro, aquela ganância ... aí eu falo, gente pára aí de violência, o mundo é para todo mundo, ganho o seu, ganho o dele, pra que isso, pra que quer pegar o dinheiro do seu colega.

Por estar a muito tempo naquele local, há quatorze anos, Lúcia já conhece muito bem quem são as pessoas que trabalham por ali, quais são os lugares e os horários considerados perigosos onde podem ocorrer assaltos, roubos etc. Por isso, ela nunca deixa as suas clientes subirem a ladeira que dá acesso ao viaduto da Av. Cardeal da Silva (bairro da Federação) sozinhas, sempre pede a um dos guardadores de carro para acompanhá-las. Afirma Lúcia:

.... eu peço porque às vezes, como outro dia mesmo, puxaram a bolsa da moça lá em cima, então eu tô trabalhando aqui, mas fico aqui ligada, ligada mesmo, aí vezes eu tô sentindo que tá tendo um movimento estranho, pessoas estranhas na área assim, aí eu digo não suba, agüente um pouquinho, tem pessoas estranhas aí, não sei qual é de mesmo.

As estratégias desenvolvidas por Lúcia para conquistar os seus clientes e manter-se na atividade informal demonstram que “qualidades” e “virtudes” atribuídas ao trabalhador flexível, na verdade se configuram para Lúcia como estratégias de sobrevivência. Sem estas “qualidades” as chances de êxito de Lúcia como baiana de acarajé seriam remotas. Imersa num mercado de trabalho, onde cada um faz o seu próprio mercado, ser criativa, inovadora, comunicativa, ágil e flexível são características fundamentais para tentar neutralizar os riscos e incertezas advindos da própria condição de trabalhador informal.

Neste sentido, o sucesso na atividade tem significado particular para Lúcia, qual seja, a certeza de que seus filhos e sua família não passarão necessidades, desde o comer ao vestir. O sucesso se traduz como garantia mínima de sobrevivência e nada mais do que isto. Ao final do mês, Lúcia nunca sabe ao certo qual foi o seu ganho, apenas sabe que deu para pagar as contas, o que revela a completa ausência da lógica capitalista em sua atividade laboral e a prevalência a lógica da sobrevivência. Quando questionada sobre os ganhos mensais, a baiana de acarajé respondeu:

Ah, no mês eu não fico com nada, porque paga um, paga outro, paga isso, pago aquilo e quando vou ver o dinheiro sumiu; porque eu não tenho aquela relação do mês que eu deveria fazer, fazer isso, somar, eu já falei com meu menino, ô Laércio a gente tem que trabalhar anotando as coisas, por que aí eu não sei se tô ganhando, se eu tô perdendo. Ganhando eu sei que tô porque não tá faltando comida dentro de casa, a minha água e minha luz eu pago, conta de telefone eu pago né, se precisar de uma roupa eu compro, você também, então a gente precisa ter meu filho a base, porque assim a gente fica cego no tiroteio sem saber né? Só sei que o dinheiro tá entrando, aqui eu separado tanto de um, tanto de outro, aqui é de pagar a feira, aqui é de pagar fulano, aqui é de pagar beltrano, aqui é do Atacadão.

Lúcia tem plena consciência do grau de vulnerabilidade social da sua condição de trabalho, bem como, sabe que a máxima do Apóstolo Paulo, “*quem não trabalha não deve comer*”, torna-se mais premente ainda no seu caso. Não é por caso que ela própria se definiu como “*eu me chamo trabalho*”. Ao rever o seu passado e ao avaliar o seu presente, Lúcia em voz serena e compassada exclamou: “*Rapaz, isso aí foi fibra, isso aí é uma vida difícil, uma vida complicada porque a gente não sabe o que pode acontecer*”. Passado de “fibra”, presente “difícil” e o futuro “imprevisível”, eis a condição da trabalhadora Lúcia do Acarajé.

Ao avaliar a sua condição trabalho, Lúcia deixa claro quão ilusória é chamada independência do trabalhador informal, amplamente valorizada pelo discurso ideológico do binômio empregabilidade/empreendedorismo. Vejamos o que diz Lúcia a este respeito:

É luta viu, eu avalio assim, **se eu não vir eu não vou ter o dindim**, eu tenho que vir trabalhar com chuva, sem chuva, no caso de doença, só seu não puder vir mesmo, e outra, **eu tenho um compromisso muito grande com meu cliente, eu acho se eu não vier pro ponto eu tô devendo explicação pra ele**, porque eu tenho muitos clientes que se desloca de outro local, de outros lugares pra vir ao tabuleiro da baiana e chegar aqui a baiana não está. Pra você manter o seu dia-a-dia tem que ser correta. **Você não é correta quando está trabalhando de carteira assinada? Você não tem que tá todo dia batendo o seu cartãozinho, pra você não perder o seu trabalho? Então eu acho que a baiana tem que ter a sua responsabilidade.**

Ao falar da responsabilidade da baiana com o seu trabalho, Lúcia dá uma boa demonstração de como funciona na prática, o conselho dado pelo “guru da administração” a

sua platéia ao parafrasear a passagem do livro do Pequeno Príncipe de Saint-Exupéry (1964):

*“Tu és eternamente responsável por aquilo que cativas”*³⁶.

Sobre as suas perspectivas futuras, Lúcia afirmou que pretende continuar trabalhando como baiana até quando as suas forças vitais assim permitir, “... *pretendo até o dia que Deus me dê saúde e força pra trabalhar*”, exclamou a baiana. Perguntei para Lúcia se já surgiu alguma vez a oportunidade de mudar de trabalho e a resposta foi negativa, também ela própria reconheceu: “*não tive oportunidade, porque também nem tive tempo de sair pra procurar nada, meu dia-a-dia é isso aqui mesmo, acordo de manhã já preparando a minha venda, já saindo pr’aqui*”. Além disso, Lúcia acredita que com a idade que tem (48 anos) e grau de escolaridade (3º primário) não encontraria mais emprego com carteira assinada. Portadora de um *habitus de trabalho* engendrado ao longo do tempo no mundo do trabalho informal, a baiana de acarajé acha que teria muitas dificuldades para se adaptar novamente às regras de um emprego com carteira assinada. Pensando no futuro, Lúcia vem contribuindo há alguns anos com a previdência social, mas enquanto não chega o dia de se aposentar, ela pretende continuar como baiana de acarajé.

Perguntei ainda se ela considerava as atividades do trabalho informal uma alternativa ao desemprego, com bastante propriedade, a baiana declarou que em país onde tanta gente passa fome e está desempregada é feliz aquele que tem coragem de trabalhar com um balaio ou tabuleiro na cabeça, tal como, era antigamente na cidade de Salvador, onde as pessoas saíam vendendo na cabeça de porta em porta. Para ela, o único problema é a atuação do poder público:

Acho que tem que dá oportunidade pra o camelô trabalhar e não correr atrás do camelô. Tem que correr é atrás do marginal, porque o camelô tá trabalhando pra defender o pão do dia-a-dia da casa dele e o tempo que estão procurando perturbar o camelô, eles vá procurar tirar os ladrão de circulação. Antes ter camelô do que ladrão na esquina, o camelô tá ali vendendo o negocinho dele, já não vai pegar nos pé dos outros, já tem o dinheiro de comprar o pão, de comprar uma roupa, o

³⁶ Ver Capítulo 3, p. 91.

dinheiro de comprar uma farinha pra não pegar nos pé do outros eu acho né. A gente deve dar valor a quem trabalha, tá trabalhado é esse que a gente deve dar valor.

A história de Lúcia é um caso particular, contudo, representativo da imensa maioria dos trabalhadores anônimos que vivem do trabalho informal de rua da cidade de Salvador, que continuamente precisam inventar o cotidiano de trabalho, buscando converter todas as qualidades pessoais e habilidade em estratégias eficazes de convencimento do público do demandante dos seus serviços e produtos, na luta diária contra riscos e incertezas do mundo do trabalho informal. Portanto, para Lúcia o sucesso significa a garantia mínima de sobrevivência, ou como ela própria diz: *“garantir o cala-boca dos meninos, ... defender a alimentação dos meninos, satisfeita ou não satisfeita, eu tenho que trabalhar”!*

5.4.2 **Robertinho:** *de menino de rua a baleiro*

Vale do Canela, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, este é o cenário onde atua *“Robertinho Baleiro”*, um dos mais “famosos” trabalhadores informais de rua da cidade de Salvador, tendo sido várias vezes objeto de matérias jornalísticas a imprensa escrita, falada e televisada da Bahia e do Brasil; bem como, tornou-se amplamente conhecido no ambiente empresarial e das escolas de administração da metrópole baiana como *o ícone do binômio empregabilidade/empreendedorismo* ou como *“homem de sucesso”*, sendo convidado para dar palestras aos funcionários de grandes corporações e participar de aulas inaugurais das escolas de administração; além disso, é reconhecido publicamente pela comunidade universitária pelos serviços de utilidade pública prestados à população em geral. Sendo homenageado por dezesseis vezes por formandos dos cursos de Pedagogia, Secretariado e outros com o título honorífico *“Amigo da Turma”*.

A seguir buscamos recompor a história de vida e de trabalho de José Roberto de Jesus, o “Robertinho Baleiro”, para que o leitor possa entender as condições objetivas e subjetivas que transformaram este trabalhador informal em um *ícone da empregabilidade*.

José Roberto de Jesus, 30 anos, nasceu na cidade de Serrinha, interior da Bahia, e, desde os seis anos de idade, parafraseando Lúcia, já foi “*conhecendo a cara da sua vida*”. Sua mãe teve oito filhos, e por ter não condições de criá-los, “*saiu dando cada um, a uma pessoa pra criar*” afirmou Robertinho. Mas, a sua nova mãe também não teve condições de criá-lo e acabou abandonando-o “no meio da rua”. Durante oito anos, a rua se tornou um espaço de múltiplas funcionalidades na trajetória de vida de José Roberto. Era ao mesmo tempo, lugar de dormir, comer e trabalhar. Ele também não teve infância, cresceu sob o signo da exclusão social. Para sobreviver catava lixo e papelão para vender, eis o seu “batismo” no mundo do trabalho informal. Aos quatorze anos, o menino de rua, catador de lixo, resolveu dar um novo “rumo” a sua vida, começa a trabalhar como vendedor ambulante e deixa de morar na rua. A fala de Robertinho abaixo descreve o fato acima citado:

....Aconteceu que depois que eu comecei a vender papelão, eu aí juntava o dinheiro pra comprar outras coisas pra vender, com o dinheiro do papelão eu sair do meio da rua... Quando eu inteei os quatorze ano, foi que eu peguei e comecei vender outros produtos, vender roupa, vender panelas e lá fui sempre fazendo minha ...construindo meu ritmos de vidas e lá fui crescendo, é.... subindo de vida entendeu? É... sempre crescer, nunca deixei cair. Depois, aí fui pra Itaberaba, Castro Alves, este lugar tudo vender, Araci, Jorinho...

A expressão “*lá fui crescendo*” é utilizada por Robertinho para demarcar os pontos de ascensão na sua trajetória de trabalho e de vida. De catador de lixo e de papelão a vendedor ambulante é o primeiro momento da ascensão. Encarnando a figura típica do ambulante tradicional, ou seja, aquele que não permanece no mesmo lugar, que sai de porta em porta, de localidade em localidade para vender seus produtos, Robertinho durante três anos percorreu várias cidades do interior da Bahia no esforço cotidiano para assegurar a sua sobrevivência.

Em 1993, aos 17 anos, ele veio trabalhar na cidade de Salvador. Robertinho disse que veio para capital baiana porque a vida nômade que tinha, de hoje estar em uma cidade, amanhã em outra era muito desgastante, por isso, decidiu morar “... *uma cidade maior, um lugar que pudesse ficar numa cidade só, ganhando dinheiro, sem precisar tá viajando pros interior*”.

Ao chegar em Salvador, Robertinho dava início um novo ciclo da sua trajetória de trabalho. Portador de uma experiência de trabalho na rua e no comércio ambulante, ele passa a trabalhar nas ruas de Salvador, como vendedor ambulante, dando continuidade a atividade que exercia anteriormente, mudando apenas a dimensão territorial do seu trabalho. Se antes ele saía de cidade em cidade para comercializar seus produtos, agora suas “andanças” se restringiam às ruas de uma grande metrópole urbana. Vender picolé foi sua primeira atividade, mas não foi por muito tempo, como é ele próprio relata:

Vendi picolé durante uns dois mês, mas o picolé não tava dando, o custo [leia-se lucro] era muito pouco, chovia, quando dava aquela chuva a gente não podia ganhar dinheiro, aí eu decidi a vender chocolate nos coletivo em Salvador. Eu vi o pessoal vendendo, a minha curiosidade foi maior e eu também me interessei a trabalhar dentro dos coletivo vendendo chocolate. Aí eu comecei: *venha qualquer peça é cinqüenta, aceito vale, aceito o passe*, e lá fui... até que um certo dia eu parei no ponto da faculdade e foi lá que comecei a vida, a construir o meu pequeno negócio.

A partir de 1994, ele começou a se fixar em um ponto, é partir deste momento que José Roberto de Jesus se transforma em Robertinho Baleiro. No início do referido ano, ele conhece a Faculdade de Educação, no Vale do Canela, e começa a vender chocolates em um pequeno tabuleiro dentro do pátio da faculdade com a devida autorização da direção da escola. Além da venda, começou a anunciar em voz alta, de dentro do pátio, os transportes coletivos que passavam em frente à faculdade e os seus respectivos roteiros. Desde então, ele se tornou uma referência para os alunos e a população que transita naquela região em termos de informação sobre os transporte coletivo na cidade de Salvador. Ao oferecer este serviço de

informação, o vendedor de chocolates começou paulatinamente a aumentar as suas vendas e a dispor de um leque considerável de clientes.

À medida que o tempo passava, Robertinho tornava-se mais conhecido, conquistava a confiança da sua clientela e se estabelecia na atividade. Em 1997, ele sai de dentro do pátio e vai para o ponto de ônibus, passando a ocupar um pequeno espaço, debaixo do pé de uma mangueira existente no estacionamento da Faculdade. Tal mudança foi acompanhada de uma série de inovações visando uma melhoria no atendimento aos clientes e na prestação dos serviços de informação.

Debaixo do pé de mangueira eu construí uma barraca maior, botei lona, é... televisão pro pessoal assistir, fiz um banquinho botei do lado e lá comecei a conquistar a população, dali eu fui conversando com motorista, levando água pra motorista, é... dando informação pra aluno. Chegava no ponto seis horas da manhã e só saía onze da noite, nunca deixava aluna sozinha no ponto, quando eu tava lá esperava saí no último horário pra que ela não fosse assaltada.

A capacidade gerencial, a criatividade, o serviço de informação e preocupação com a segurança dos clientes³⁷, principalmente as mulheres, possibilitaram que Robertinho se destacasse dos demais vendedores de balas e doces da cidade. Em 1999, a pedido da direção da Faculdade, a Prefeitura de Salvador através do RAPA tentou removê-lo do local, mas com o apoio da comunidade universitária, ele conseguiu impedir que as suas mercadorias fossem apreendidas, fazendo com que a própria direção revogasse a sua decisão anterior. É justamente neste momento que emerge com bastante força simbólica o nome: **Robertinho Baleiro**, conforme podemos observar no relato a seguir:

A maior guerra foi 99.... que a prefeitura de Salvador tentou me tirar com o pedido da Faculdade. Eu aí larguei a barraca lá e mandei eles ir panhando a mercadoria enquanto eles podia, que eu ia chamar a comunidade. E aí começou a descer os alunos da Faculdade de Educação, professores, funcionários, de Direito, Escola de Música, veio todo mundo, o pessoal foi chamar, Administração, ICS, Medicina e a população todo se reuniu, mais de três mil pessoas se reuniu pra que

³⁷ À noite na região onde fica localidade a Faculdade de Educação, o Vale da Canela, os riscos de assaltos são constantes, inclusive já foram registrados casos de tentativas de estupros às estudantes.

eu... não me tirasse. O Rapa já tava com toda a mercadoria dentro do carro e foi obrigado a devolver a mercadoria entendeu? **E aí o pessoal começou a gritar: “Robertinho é nosso, Robertinho não sai”, porque muita gente transformou um nome, aí eu crie o baleiro, o pessoal chamou Robertinho e eu criei o Baleiro pra combinar com nome Robertinho Baleiro; e esse nome foi crescendo.** E aí eu fiquei ali no ponto mesmo durante, de novembro de 99 fiquei até quase na entrada de 2000, aí o diretor da Faculdade de Educação com o Reitor, reuniu, diretor de Administração, reuniu pra saber o que eu era, como é que um rapaz como eu tinha mais de três mil pessoa ao meu favor, entendeu? Que é difícil, achar muita gente assim pra reunir, ajudar uma pessoa só e povo naquela época tava debaixo de chuva gritando: Robertinho não sai, Robertinho é nosso. Daí surgiu a liderança do Diretor, Reitor viu que eu tinha minha gente e fez uma assembléia geral de mil pessoas pra dizer realmente o que eu fazia na Universidade pra o público, e aí com a história... todo mundo assinou a meu favor e só três pessoa assinou contra e eu ganhei questão, o Diretor aí queria me dar a cantina de lá de dentro entendeu? Eu não aceitei a cantina, aonde hoje é uma livraria você sabe disso, lá agora é uma livraria, ali podia ser minha cantina, eu podia estar com aquele espaço ganhando mais dinheiro, mas eu não me interessei por este espaço porque a população me ajudou do lado de fora, que a população precisa de eu... sempre ali no ponto, que é pra sempre ajudar.... eu puder ajudar a população a pegar um transporte, ao máximo de segurança e sempre eu venho com esta comunicação com o público.

Após este acontecimento, Robertinho Baleiro, recebeu autorização da direção para ocupar uma guarita da Faculdade que fica mais próxima ainda do ponto de ônibus, a qual se encontrava desativada, onde ele permanece até os dias de hoje. A guarita abandonada foi transformada em um bomboniere, o que deu a Robertinho melhores condições de trabalho. Contudo, ele precisou inovar mais uma vez, pois ao se mudar para guarita havia ficado muito distante do público e não dava mais para anunciar o ônibus em viva voz, eis a novidade: *a implementação de um sistema de som*. A idéia se concretizou da seguinte forma:

O sistema de som foi o seguinte, como eu tava lá no ponto, eu ficando junto da população e falava com a população, muita vezes eu tava sentado na barraca aí eu gritava: tá descendo Cabula VI, falava o roteiro, não no microfone na boca mesmo, o pessoal já ia subindo, dava risada assim tal, aquela graça. Quando eu entrei pra essa guarita, que eu transformei em uma bomboniere, eu fiquei isolado do público entendeu? Mais afastado, ficou aquele negócio diferente, eu aí inventei de colocar uma caixa de som debaixo do pé de manga e uma cá na guarita, comecei a fazer propaganda entendeu? Aí eu comecei a dar o roteiro dos transportes, tinha gente que olhava pra trás, ficava olhando achando ingraçado aquilo ali e muitas vezes não sabia, aí via o carro e via eu falava, aí falava: esse aí serve. Aí eu falava, aí entreva no ônibus. Eu falava: Sussuarana, Orla, Pituba, Itaigara, Iguatemi e Paralela, “ah esse é o meu, eu vou”. Aí o pessoal já ia entrando no ônibus, aí eu: bora motor!, aí motorista logo desconfiado com aquela voz que nunca tinha visto, pouca hora foi todo mundo se acostumando. Hoje um motorista de ônibus leva minha informação pra outros motorista, conversa na garagem, as conversas vai sempre aumentando. Entendeu como é que é?

Com a implementação do sistema de som, Robertinho não só anunciava o horário dos ônibus, como também começou a fazer propagandas dos doces e lanches comercializados na bomboniere. Além disso, ele também sintoniza o seu sistema de som nas frequências de Rádios FM da cidade, possibilitando aos passageiros que estão à espera do transporte coletivo ouvirem diversos estilos da música brasileira.

Durante a nossa pesquisa de campo, antes de realizarmos a entrevista com Robertinho, fomos várias vezes e em horários diferenciados à Faculdade de Educação para observarmos o cotidiano de trabalho do referido entrevistado. As reações das pessoas que estão no ponto de ônibus ou dentro dos transportes coletivos são diversificadas, quando ele anuncia no microfone: *informação é aqui com Robertinho Baleiro, ao seu lado, deixando vocês bem informado sobre transporte coletivo, pra qualquer lugar de Salvador, ou então pra qualquer cidade da região metropolitana da nossa capital baiana, baiana, baiana...* Alguns põem a cabeça na janela ônibus com olhar de espanto, outros que estão no ponto dão risada; mas todos parecem aprovar a criatividade do baleiro.

A distância com que identifica os ônibus é outra coisa impressionante, quando o ônibus aponta no início da avenida, ela já anuncia no seu sistema som, dando tempo aos passageiros que porventura estiverem lanchando ou afastados do ponto se deslocarem para pegar o transporte coletivo. Quando questionado sobre como surgiu a idéia de anunciar os roteiros dos ônibus, ele respondeu: *“...surgiu uma coisa de eu perceber que a população precisa de informação, e com essa informação eu venho trazendo mais clientes pra mim, mais vendas e mais amizades com o público, entendeu?”*. Ainda sobre esta questão, perguntei como é que ele que faz para identificar os ônibus com tanta distância, ele afirmou:

É tudo memorizado na memória. Eu tô aqui eu posso ver tudo que tem daqui até chegar na Faculdade, entendeu? Como é a pista, como é a rua, como é as casas, toda pista, todo lugar onde o ônibus passa eu fecho a visão e vejo tudo todos os pontos aonde ele vai parar. Eu fui gravando isso e tudo foi ficando na memória.

Além do serviço de informação sobre transporte coletivo, Robertinho também utiliza outras estratégias para conquistar os seus clientes. Uma forma de atrair os clientes são as promoções de salgados que funcionam da seguinte maneira:

O salgado que eu vendo é o seguinte, a gente vende o salgado tem uma promoção, o salgado é 1,50 se levar miúdo paga um 1,30, todo mundo já me leva o dinheiro trocado, tem também as propagandas que eu faço, vai ter show, como vai ter no parque de exposições, o show de Calcinha Preta que virou sucesso e toda vez eu faço, é... *a universitária que tiver de calcinha preta ou passageira do ponto ganha um lanche grátis com suco ou refrigerante basta provar que tá de calcinha preta*, aí o povo se interessa vai vindo, toda hora chega na barraca e lancha de graça na hora.

Para Robertinho a melhor estratégia para conquistar o cliente, é tratá-lo bem:

Sempre os clientes tem a razão em primeiro lugar, depois tem que saber que a gente é um ser humano como todos é... muitas vezes a gente tem aquele pânico né, o cliente: *oh Robertinho este lanche tá salgado*; aí eu : *não me dê aqui, eu boto no saco, pode escolher outro produto que a gente não cobra*; muita vez o cliente tá ali e o salgado caiu no chão, olho assim pra cara do cliente e dou um salgado entendeu? Porque tá enfrente a bomboniere ainda lanchando, e caiu porque não foi ele que deixou cair, caiu por cair, então eu dou outro grátis, aí ele vai e compra mais salgado. Muitas vezes vai gastar um real, gasta dois, gasta três.

Por fim, Robertinho afirmou que é preciso ter sempre uma novidade para chamar atenção do público demandante de suas mercadorias. Uma das inovações que ele fez questão de mencionar foi o “Quadro do Robertinho”, cuja finalidade é :

O quadro do Robertinho, é... que toda faculdade tem um quadro que você pode ver a programação, então eu criei aquele quadro da bomboniere como propaganda, entendeu? Propaganda que todo mundo se interessa, veja que todo mundo chega lá vai logo olhando pra frente, pra ver o que é que tem de interessante, entendeu? Até o pessoal já começou agora com propaganda, botar negoço de festa, tudo; porque é um lugar que muita gente vai, e o pessoal sempre quer ver, o que é que tem de novidade e eu criei como um quadro sem cobrar nada.

Robertinho destacou ainda duas novidades que estavam por vir: a volta do microfone sem fio e a farda personalizada com os dias da semana.

A novidade é o microfone sem fio que voltou e que começa amanhã e que a galera não tava vendo mais. Com o microfone sem fio, eu vou lá levar água por motorista, eu já anunciou o carro que vem atrás, o outro carro, indo pro ônibus já estou anunciando outros transportes, falando com o motorista já na caixa também, entendeu? E com microfone sem fio eu sempre gostei, por que essa é uma transmissão de voz, se chegar no ônibus, Robertinho fala, se eu tiver atendendo o cliente eu não preciso pegar no microfone, é melhor pra mim.

Eu tô com projeto agora de fazer farda, trabalhar lá com farda que eu nunca fiz entendeu? A farda ela vai ser um casaco, tipo guarda-pó, todo branco, com nome do Robertinho e o nome do dia, porque muita gente acorda assustado e nem sabe que dia é. Aí chegou lá, olhou pro Robertinho e ver que dia é, segunda-feira, terça-feira na camisa. E com isso, a galera vai se acostumar mais ainda: Oh que dia é hoje? Deixa eu ir lá ver o Robertinho pra ver que dia hoje, já olha e nem precisa falar comigo.

Todas estas inovações e estratégias de venda são resultantes das habilidades e qualidades pessoais de Robertinho que foram adquiridas com a experiência de trabalho nas ruas, trata-se de um conhecimento tácito, pois ele só estudou até 2ª série primária, como ele próprio diz, *“foi com o ritmo de vida que vim aprendendo cada vez mais”*. E qual ritmo de vida? O ritmo moldado pela experiência de trabalho, de quem desde os seis de idade precisou trabalhar para sobreviver. Mas, o que faz de Robertinho Baleiro um ícone do binômio empregabilidade/empreendedorismo?

Robertinho tem todas as competências e habilidades exigidas pelas novas formas de organização do trabalho, é criativo, tem iniciativa, tem capacidade de liderança, capacidade de solucionar problemas e de lidar com situações inesperadas; bem como, é polivalente, sabe fazer várias coisas ao mesmo tempo. Como ele próprio diz: *“você sabe que eu dou informação sobre transporte ao mesmo tempo, vendo mercadoria ao mesmo tempo... atendo cinquenta dentro de 10 e 15 minutos..., dou troco ao mesmo..., e ninguém fica com raiva por que atendi muito bem”*. Para o discurso ideológico da empregabilidade, Robertinho é tido como exemplo mais claro a ser seguido pelos *“empreendedores de sucesso”*. O que interessa ao discurso ideológico são as apenas as qualidades e habilidades individuais de Robertinho, as

quais se apresentam separadas condições objetivas que possibilitaram a sua existência. Por isso, quando os empresários de grandes corporações convidam Robertinho para dar uma palestra, não estão interessados em conhecer as suas condições objetivas de trabalho, e nem tampouco as estratégias utilizadas para convencer os clientes a comprarem as suas mercadorias. Na essência, o que desejam os empresários é que a trajetória de trabalho deste vendedor ambulante sirva como exemplo a ser seguido pelos funcionários de suas respectivas empresas. Neste sentido, o próprio Robertinho deixa de ser apenas um ícone da empregabilidade, passando a ser um agente reprodutor do discurso ideológico da empregabilidade/empreendedorismo, reafirmando uma cultura do trabalho pautada no engajamento pessoal do trabalhador.

Mas quando correlacionamos as qualidades e atributos pessoais com as condições reais de trabalho de Robertinho Baleiro, observamos que estas qualidades e atributos pessoais são partes constituintes do seu *habitus*, necessárias à própria reprodução da condição de trabalhador informal. Ser flexível, criativo, ter capacidade de lidar com problemas, ser comunicativo não pode ser traduzido como sinônimo de qualidade de vida e de trabalho.

A jornada diária de trabalho de Robertinho demonstra muito bem o preço de quem é “*patrão e empregado de si mesmo*”, “*gestor do seu próprio tempo*”. A rotina diária de Robertinho é a seguinte:

Saio daqui [do lugar onde mora] cinco e meia da manhã, seis horas, chego na bomboniere umas seis e cinco, e volto, retorno por volta das dez da noite, dez, dez e dez, são dezessete horas na Ufba. Trabalho de segunda a sexta, dia de sexta fecha sete horas da noite. Eu cheguei uma época a trabalhar aos sábados mesmos até meio-dia, como até você se lembra disso, realmente eu trabalhava só que não tinha retorno entendeu? Como eu já trabalho dezessete horas, um puchamento né, é um trabalho muito puchado que eu faço...

Da hora que chega na bomboniere até a hora de sair, o ritmo de trabalho de Robertinho é intenso, “o tempo de trabalho não pára”, às vezes não sobra tempo nem para almoçar.

Chego seis hora da manhã, arrumo a bomboniere toda, já começo a vender salgados, seis e meia, já ta vendendo lanche porque a população tem aula sete horas, muita vez saiu de casa sem tomar café, aí fala tem o Robertinho que chega seis horas, então tem gente que vem com aquele negócio na cabeça que tem eu no ponto pra servir serviço...Quando dá meio-dia assim, eu tenho um contrato com a cantina de Administração pra me servir almoço mais barato, um preço... entendeu? E tem vez que não dá pra almoçar, porque é muito atendimento, aí eu como lanche, tomo suco, parei de tomar refrigerante, tomo mais suco, entendeu? Por que é a alimentação melhor.

Devido a sua extensa jornada de trabalho e o ritmo “acelerado” com que desenvolve as suas principais tarefas na bomboniere, tivemos muita dificuldade para marcar uma entrevista com Robertinho. No dia sete de abril do corrente ano, estivemos na bomboniere com intuito de agendar um horário no final de semana para realizarmos tal entrevista. Só para conseguirmos falar com ele demoramos, precisamente, quatro horas e trintas minutos, pois o fluxo de pessoas comprando lanches e pedindo informações era intenso. Por isso, tivemos que realizar a entrevista em um dia de domingo, na sua residência, no bairro do Garcia.

Um dos problemas que geralmente Robertinho enfrenta no dia-a-dia de trabalho é decorrente do próprio ritmo “acelerado” da rotina de trabalho:

Problema sempre acontece, muita vez a gente tá na bomboniere tem um estresse alguma vez, é por causa da forma de atendimento né, é muita coisa ao mesmo tempo, mas a gente controla, dá... sorre, fala e brinca com o motorista, muita vez eu tô lá, peço calma ao pessoal e pra que eu realmente não fique muito preocupado, na hora que vejo aquela aglomeração, eu aí dou aquela paradinha, anuncio um negócio no microfone, dou uma risada, faço um brincadeira, aí já esquece os problema e começa tudo de novo.

A chuva também dificulta o seu trabalho:

É... em tempo de chuva a venda cai um pouco, o sol é melhor. Com a chuva a população não tem como lanchar, fica sempre recuado, dentro da faculdade querendo que a chuva passe, muita vez quando a chuva passa já tá na hora de ir pra casa.

E por último, as greves de estudantes, professores e funcionários da UFBA:

Tem um paradeiro de greve da Ufba, de três meses de greve, mas eu sempre fico ali, porque tem os funcionários, muitas vezes tem um aluno, tem gente que pára no ponto e sempre compra e tem um ponto de venda que pára, mas pára totalmente de vez.

Embora a chuva e as greves atrapalhem o cotidiano de trabalho de Robertinho, ele afirma que mantém sua “*a estabilidade em alta programação de fazer alguma coisa e nunca ficar parado*”. Quando questionado sobre os ganhos mensais, desconversou e preferiu manter em segredo, apenas disse que dava para “*ganhar um trocadinho*” e que tinha uma boa venda. Todas as mercadorias que comercializa são compradas às vista e entregues na própria bomboniere, como é o caso dos doces e lanches. Os ganhos auferidos por Robertinho com a venda de lanches e doces ainda não lhe permitiram realizar um dos seus sonhos, a casa própria. Atualmente está morando em um quarto, sala e banheiro, alugado por R\$ 180,00 mensais no bairro do Garcia. Além disso, paga a pensão de três filhas que moram com a mãe na cidade de Feira de Santana. Também revelou que não paga INSS e nem tem plano de Saúde.

Depois que se tornou conhecido, principalmente a partir das matérias publicadas em jornais da cidade e as reportagens de TV sobre a sua história de trabalho, Robertinho começou a ser convidado para palestras, que inicialmente foram gratuitas e agora são pagas, sendo que, uma hora de palestra custa R\$ 200,00.

As palestras tá surgindo mais por causa das propagandas, depois de sair no ano 2000 na TVE, espelho da Bahia, foi um sucesso; já sair no ATARDE por quatro vezes; sair na BAND, a Band jogou até nacional; sair no BA TV meio-dia por dez minutos quase, você sabe né... os empresários realmente quer ver o que é que eu faço pra conseguir a população que eu tenho do meu lado.

Até o momento em que foi realizada a entrevista, Robertinho já tinha proferido oito palestras para funcionários de empresas como Odebrecht e Perini, em encontros de negócios no Hotel da Ondina e do Corredor da Vitória, e a alunos de Faculdades de Administração.

Robertinho estava bastante contente no dia em que realizamos a entrevistada com ele, pois era o dia em que seria exibido no programa *Fantástico* da Rede Globo uma reportagem no quadro organizado por Regina Casé, intitulada: *Trabalhos diferentes*, que contava a sua história e a dos outros trabalhadores informais da cidade de Salvador, a exemplo de João do Camarão. Durante todo mês de março, ele anunciou no serviço de som da bomboniere: “*Robertinho não é mais da Bahia, Robertinho agora vai ser mundial, internacional, vai sair no Fantástico, no dia dez de abril*”. Ao falar sobre a repercussão da matéria do *Fantástico* na sua vida de pessoal, ele afirmou:

É uma emoção, é uma emoção que eu tenho de ver minha foto ali, todo mundo que tá na sua casa tá vendo minha imagem lá, entendeu? É um destaque né? Como hoje, muita agente... você sabe que a universidade... todo mundo vai assistir o *Fantástico*... Como hoje vai sair no *fantástico*, todo mundo vai falar: ah Robertinho, o cara da barraquinha... todo mundo já vai saber, aqueles pessoal que passava no ônibus. Amanhã mesmo é um dia muito esperado para mim, um dia de alegria, só de ver a população chegando lá e me pegando, já sabe como é né? Amanhã mesmo eu tô animado, quer dizer, vai sair no *Fantástico*, eu posso receber uma ligação da Europa, da Espanha, de São Paulo, de Rio Janeiro, pouca hora eu posso ser chamado pra dar uma palestra lá... agora depois do *Fantástico*, eu não posso aceitar uma palestra por menos de 500,00 reais, tenho que aumentar cada vez mais.

Robertinho estava maravilhado com a chance de ser um “ator global”, mesmo que fosse por alguns segundos no horário nobre do domingo à noite, e com as vantagens econômicas e simbólicas que poderia tirar deste acontecimento. Neste sentido, perguntei a ele se tinha vontade de deixar a sua “guarita” para se tornar um profissional do marketing e propaganda, a resposta foi incisiva: não. A sua pretensão é tentar conciliar as duas atividades. Então, perguntei se ele gostaria de mudar para um emprego com carteira assinada, e a resposta também foi não. Ele justificou a sua resposta do seguinte modo:

Porque seria o seguinte, vamos dizer: eu tô lá no meu ponto, surge um emprego pra eu ganhar cinco mil reais por mês, vamos dizer que eu vou trabalhar um mês, dois mês, três mês eu trabalho lá e vou pra fora, eu já perdi meu ponto lá. Ah, é cinco mil, eu vou criar olho grosso por cinco mil? Mas, eu posso ser desempregado de novo. Aí vou sair da mídia, eu vou ser um empregado dos outro, o

que eu não queria ser, porque eu vi cinco mil na frente, salário de cinco mil reais e aí eu falo, é... cinco mil é mais vantagem, mas muita vez você vai ganhar dez mil num lugar e não é vantagem, porque um mês, dois mês você estar desempregado. Eu tenho um trabalho que realmente, eu tenho aquilo ali, um futuro cada vez mais ... eu fazendo amizade com a população e do jeito que vou tratando a população...

A justificativa apresentada demonstra a coerência de sua consciência prática, por isso ele prefere manter a sua “estabilidade em alta programação” na atividade informal, do que arriscar mudar de trabalho e ficar desempregado, como ele próprio afirmou: “*é preferível não trocar o certo pelo duvidoso*”. A fala de Robertinho também demonstra como o emprego socialmente protegido tornou-se uma condição provisória e instável no contexto de desmonte da nossa “sociedade salarial incompleta” e do capitalismo flexível.

Diante da sua pretensão óbvia de continuar na atividade informal que realiza há 13 anos, perguntei a Robertinho qual era a chave do “sucesso” e ele respondeu:

A chave do sucesso é o segredo, é você manter sempre, sempre manter, o que sempre você quer fazer. Eu vou fazer isso hoje, aí não faz, deixo pra amanhã, aí não pode, porque realmente tem uma chave, eu tô aqui hoje, aí eu chego assim: poxa não vou trabalhar hoje, segunda feira, eu tô cansado, trabalho pra mim mesmo, vou trabalhar amanhã. Não, tenho que ir trabalhar, porque realmente se eu fizer isso, pode ser um dia de terça, aí toda hora vai queimando dia e a população vai sentindo falta. Aí qualquer coisa, quando vou dar uma palestra, esses dias eu não fui chamado ainda, mas eu sei que depois do Fantástico vai aparecer alguma... eu aviso antecipado no microfone, Robertinho tal ... vai sair tal dia, tal hora e vou avisando, e a população tá ciente daquilo.

A chave do sucesso de Robertinho está na força radical do verbo intransitivo: *trabalhar*, conjugado continuamente através das suas habilidades e qualidades pessoais empregadas na arte de produzir engenharias de convencimento e de persuasão da população em geral que compra os seus produtos. É assim, que o “ícone da empregabilidade”, ocupa dezessete horas diárias, na solidão do mercado, ele busca no trabalho a redenção do seu próprio passado. Sendo assim, o trabalho informal sempre foi para Robertinho uma condição permanente, a única alternativa de inserção no mercado trabalho.

5.4.3 João: *eu sou João, eu só vendo camarão.*

Porto da Barra, ponto turístico da “Soterópolis” baiana, uma das praias mais freqüentadas do verão, seja por turistas ou baianos, espaço de lazer, de festa, de encontros afetivos e de trabalho. É nas interfaces entre o lúdico e o labor, que podemos compreender a trajetória do vendedor ambulante João Arnaldo de Oliveira Soares, popularmente conhecido como *João do Camarão*. Este é um dos trabalhadores que ocupa uma posição de destaque entre os demais trabalhadores informais que vivem da ofertas bens e serviços aos banhistas das praias de Salvador. Tal posição está consubstanciada em um conjunto de habilidades e qualidades pessoais que, associadas ao tipo de produto comercializado, possibilitam a aquisição de um capital simbólico e econômico, permitindo a *João do Camarão* ocupar uma posição privilegiada na cartografia social do trabalho do informal.

João Arnaldo Oliveira Soares, 51 anos, natural de Feira de Santana, Bahia, estudou até o quarto ano primário, casou-se por duas vezes, tem quatro filhos e atualmente está solteiro. Reside há cinco anos na cidade de Salvador e mora no bairro de Brotas.

Assim como, *Lúcia do Acarajé* e *Robertinho Baleiro*, começou a trabalhar desde criança, sua trajetória de trabalho é profundamente marcada pelo signo da mutabilidade, sendo constituída por um conjunto de experiências descontínuas, alinhavadas no mundo do trabalho informal. Voltando mais uma vez à “*fábula da empregabilidade*”, podemos dizer que a célebre frase do filósofo grego Heráclito: “*não existe nada permanente, exceto a mudança*”; evocada pelo “guru da administração” para exortar o “espírito” que move o novo trabalhador, se aplica literalmente à trajetória de trabalho de *João do Camarão*. Flexibilidade, inovação e criatividade são as palavras de ordem que acompanham a trajetória de quem sempre precisou

inventar continuamente formas de trabalhar para sobreviver e nunca experimentou o “gosto” de ter um emprego com carteira assinada.

... Nunca tive emprego não, sempre criei, sempre fui comerciante, ambulante, camelô, camelô ou ambulante é a mesma coisa né? ...Eu chego em qualquer cidade hoje, amanhã eu tô trabalhando, eu crio uma coisa pra trabalhar, chego em qualquer lugar vejo o que posso comprar e vou vender, não fico parado não, então... **Minha vida sempre foi essa aí.... eu sempre soube me virar, ganhar meu dinheirinho.**

A história de João é a história de um trabalhador flexível por excelência, tal como o camaleão que muda de cor conforme a variação climática. Ele teve sempre que “*se virar*”, garantir a sua reprodução social. Na vida de João, o trabalho é antes de tudo uma “viração” que se expressa no mosaico de atividades informais realizadas ao longo de sua trajetória.

João começou a trabalhar aos 8 anos, sua primeira atividade foi de carregador de compras em feira livre, aos quatorze anos passou a trabalhar como servente na construção civil. Depois decidiu colocar uma barraca de frutas e uma banca de revistas por um período, mas como os ganhos auferidos com estas atividades não eram suficientes, acabou se desfazendo deste comércio e comprando um táxi para trabalhar na “praça” de Feira de Santana. Como não obteve êxito na terra natal como taxista, João vendeu o táxi e foi morar na cidade do Rio de Janeiro. Ao chegar na capital fluminense tentou trabalhar mais uma vez como taxista, mas a “*quebradeira foi geral*” como afirmou próprio João, levando-o a mudar de atividade novamente. Desta vez, decidiu vender camarão nas praias cariocas, mas a concorrência com outros trabalhadores ambulantes era demais, fazendo com que ele tomasse uma nova decisão, qual seja: regressar para Bahia e “se virar” na cidade de Salvador de “dia” e de “noite”. No relato descrito abaixo, João nos conta um pouco sobre esta nova fase de sua trajetória de trabalho, ou seja, como surgiu a história de *João do Camarão*:

Na verdade eu comecei no Rio de Janeiro, comecei vendendo no Rio, comecei a criar umas *brincadeirinhas*: *camarãozinho, bichinho caprichadinho, vamos comer o bichinho*; era só isso. Aí depois eu fui criando, eu criei: *eu sou João, vendo camarão*, e aí no Rio começou a inchar demais, e aí eu vim aqui no ano

2000 e lancei aqui. Aí começou o negócio... a dar Ibope aqui, aí eu trabalhava de dia aqui [na praia] e de noite no táxi, e fiquei nos dois, mas o negócio do camarão começou a dar mais, aí fiquei só no camarão, hoje em dia é só camarão.... graças a Deus hoje em dia dar pra viver tranquilo.

Conforme podemos observar na fala de João, a comercialização de camarão na praia do Porto da Barra é um marco diferencial na sua trajetória de trabalhador informal. Mas, qual foram as estratégias inventadas por João para se manter nesta atividade e ocupar uma posição de destaque entre os demais trabalhadores informais que também se apropriam do espaço da praia para trabalhar?

A música é uma das principais estratégias utilizadas por este trabalhador para conquistar e *fidelizar* a sua clientela. Quando morou no Rio de Janeiro, João do Camarão foi sambista e percussionista da Mangueira onde aprendeu o gingado que hoje é bem utilizado na sua rotina de trabalho na ensolarada orla baiana. Trajando um calção, camiseta e gorro brancos; e cantando versos de músicas de sua autoria, no ritmo de pagode, do samba e do axé music, ele desfila pela areia do Porto da Barra carregando nas mãos uma bandeja com espetos de camarão, chamando atenção de todos os banhistas que, contagiados com sua forma criativa de vender o produto, não resistem e acaba comprando a iguaria que pode ser saboreada com limão, azeite de oliva e molho de pimenta. Os banhistas geralmente são abordados da seguinte maneira:

Eu abordo cantando, brincando, geralmente eu chego pro cliente e digo: *vocês querem comer camarão, camarão é do João, oh que vamos, que vamos comer o bichinho, camarão no espetinho, vocês querem comer camarão, camarão é João. Olha o bicho de perna, sem cabeça e sem orelha, olha o bicho de perna, sem orelha e sem cabeça. Vamos comer camarão!* Quer dizer, é uma maneira de eu oferecer o meu produto sem estressar o cliente, sem abusar entendeu? Eu posso oferecer o produto brincando, cantando, aí quando o cliente quer, ele solicita, ele compra quando dá vontade. Aí eu vou levando assim...

As letras das músicas de João do Camarão geralmente enfatizam as qualidades do produto ofertado que são associadas a aspectos culturais da Bahia com o intuito de chamar

atenção principalmente dos turistas, para os quais ele geralmente canta versos que falem sobre seus lugares de origem, conforme podemos observamos nos versos das músicas abaixo citadas:

No verão passado eu criei:

Eu vou, que vou, na virada da maré, vou vendendo camarão e cantando o meu axé / eu vou, que vou, na virada da maré, vou vendendo camarão e cantando o meu axé. Porto da Barra é o point do verão e o pôr do sol é a grande curtição, Bahia linda terra que Deus abençoou, o padroeiro é Senhor do Bonfim e a capital é Salvador. Aí vamos que vamos, aí eu vou.

É festa , é festa o verão chegou, é alegria em Salvador, Porto da Barra é a tradição, é tiragosto de camarão, pode faltar cerveja, pode faltar limão, só não pode faltar é camarão. Olha bicho de perna, sem cabeça e sem orelha, olha o bicho de perna, sem orelha e sem cabeça, e aí vai.... eu sou João, eu só vendo camarão, vamos comer o bichinho, camarão é no espetinho e aí vai levando.

Esse ano eu fiz uma musiquinha, é... fiz assim, *alô, alô*, é uma homenagem ao visitante:

Alô, alô, sejam bem vindos a Salvador, Bahia é sol o ano inteiro, é de janeiro a janeiro, Porto da Barra tem camarão, o verdadeiro é do João, porque é de qualidade, é qualidade, é camarão mais gostoso da cidade, é de qualidade, é qualidade, é camarão mais gostoso da cidade. Não tem lambreta, nem siri, nem lagostão, alô vocês! O melhor petisco é o camarão. E aí vai levando, não tem siri, nem lagostão...

Teve um ano que eu fiz uma música em homenagem as mulheres:

Viva, viva, viva! Viva o povo brasileiro, viva o carnaval da Bahia contagiando o mundo inteiro. Viva o carnaval da Bahia contagiando o mundo inteiro. Bata na palma da mão, mexe com tanta emoção, venha pro Porto da Barra, venha curtir este verão. Oh Bahia, Bahia, Bahia, Bahia que encanta tantos corações, na alegria, e alegria, alegria que eleva as multidões. Alô mulheres, mulheres, mulheres vocês são lindas de nossos corações, alegria, alegria, alegria que anima os foliões. Lá na praia eu digo: Roberto você é linda, esta menina mora meu coração, se você é linda bata na palma da mão.

De vez em quando eu faço uma homenagem a galera, pra o pessoal do Rio de Janeiro eu digo assim:

Ô meu Rio de Janeiro, o ano inteiro é futebol, é Maracanã, ô meu de Rio de Janeiro, o ano inteiro é futebol, é Maracanã. Cidade maravilhosa, cheia de encantos mil, aí eu digo, vamos comer camarão, camarão é do João! Eu vou me embora, vou me embora pomba minha, tenho muito que fazer, eu vou partir para bem longe pomba minha, vou levar o meu bem querer. E vamos comer camarão!
É aquela brincadeirinha que a gente faz com os clientes de outros Estados, faz aquela homenagem, pro pessoal do Ceará eu digo: *no Ceará não tem disso não...* e aí vou levando *vamos comer camarão* e aí emendo né, brincando, uma maneira de brincar e chamar a atenção da galera, por que aí você conquista o coração da galera e todo mundo sai comprando.

Ao oferecer o produto ao cliente cantando João conseguiu se destacar dos demais trabalhadores informais que atuam no Porto da Barra, ficando bastante conhecido entre os banhistas que freqüentam regularmente a praia. Para João, duas qualidades são indispensáveis para se “dar bem” na atividade que ele desenvolve:

Você ser higiênico né? Andar limpo, ter uma boa qualidade, pra o cliente comprar hoje e comprar amanhã. Respeitar o cliente, não ser explorador, principalmente cobrar um preço justo, para as pessoas comprarem e recomendar pra outras pessoas compra e aí você vai, atinge o público da terra e o público que vem de fora, você recebe o carinho das pessoas e a confiança né? A boa qualidade recebe a confiança, se você não explorar, você obtém a confiança, as pessoas confia, sabe que você não é ladrão, que você trabalha com honestidade, dignidade e respeita o seu trabalho. E aí um vai passando pro outro, compre o camarão de João, às vezes tem pessoas que nem come camarão, mas passou a gostar de mim como pessoa, confia no meu trabalho, ele aí traz um amigo que come camarão e o amigo compra o camarão e vai levando...

Pra conquistar o público é aquele negócio, vender qualquer pessoa vende, qualquer pessoa que chegar aqui vai vender, agora se ele não souber conquistar o coração do público ele não vai vender como eu vendo entendeu? Por que aí é seguinte, tem que conquistar, tem que ter um certo tempo pra conquistar a confiança, por exemplo, eu lancei isso aqui no ano de 2000 e hoje em dia vamos dizer assim, o que eu vendia no ano todo de 2000 eu vendo numa época dessa de inverno. Então o indivíduo tem conquistar o público, ter sua qualidade, fazer um produto de boa qualidade, nunca vender de má qualidade, para que o cara compre e fique para sempre. Eu acho que é isso aí.

Quando começou na atividade em 2000, ele trabalhava sozinho e comprava o camarão em pequenas quantidades para vender na praia, mas agora que o pequeno negócio começou a se expandir, ele afirmou que “*compra toneladas de camarão*” para vender, o que exige a participação de familiares e vizinhos que lhe ajudam no processo de produção e venda do camarão durante o verão. A música não é a única estratégia utilizada por João para tornar a sua atividade lucrativa, segundo ele “*pra poder ter uma boa venda e dar pra sobreviver*” é preciso ter preço competitivo e boa qualidade do produto, por isso, ele compra o camarão em grande quantidade durante o inverno a preço mais barato para vender no verão. Para tanto, ele dispõe uma infra-estrutura adequada com refrigeradores para estocagem do camarão, que geralmente é comprado na Ilha de Itaparica, Valença e Canavieiras.

Questionado sobre os ganhos auferidos no mês, ele apenas se limitou a dizer que “vende legal”. Mas pelas informações que ele nos concedeu sobre a quantidade de espetos de camarão que são vendidos no inverno e no verão, pode-se concluir que comercialização do camarão é relativamente lucrativa, principalmente se levarmos em consideração os ganhos obtidos pela maioria dos trabalhadores informais de rua da cidade de Salvador. No inverno, João trabalha sozinho, vende em média 100 espetinhos por dia, sendo que 50 espetinhos são comercializados por R\$ 2,00 e os outros 50 são comercializados por R\$ 3,00. Se considerarmos que ele trabalha todos os dias da semana e somarmos o lucro bruto dos dias trabalhados, veremos que João ganha em média R\$ 1750,00 na semana, supondo-se que ele gaste 50% deste total com despesas, ele teria um ganho semanal de R\$ 875,00. No Verão, as vendas de João se elevam em dez vezes. Contando com a ajuda de familiares e vizinhos ele vende em média 1000 espetinhos no final de semana, sendo que, são comercializados três tipos de camarão: o pequeno a R\$ 2,00, médio a R\$ 3,00 e o grande a R\$ 6,00. Do mês de agosto até fevereiro, o espeto de R\$ 6,00 é o que mais vende; de modo que, as despesas com pessoal são compensadas com a venda deste tipo de camarão “grandão” como afirmou João. Além disso, cabe ressaltar que durante os dias do carnaval, João trabalha de dia na areia da praia do Porto da Barra e, durante as noites do carnaval, ele monta uma barraca no circuito oficial para vender bebidas e petiscos, e para isto, conta com ajuda do filho mais velho e dos irmãos que moram em Feira de Santana.

A jornada de trabalho de João é bastante intensa. Das nove da manhã até as cinco horas da tarde, João faz e refaz inúmeras vezes todo o percurso da praia, só almoça ao entardecer quando termina sua jornada de trabalho. Para ele, o seu trabalho é saudável e divertido, “*um lazer remunerado*” que compensa todo o desgaste físico e mental do dia-a-dia de trabalho, “*me sinto como uma artista no palco*” completou o vendedor de camarão. Contudo, ele não deixou de reconhecer as desvantagens do trabalho informal:

O cara que trabalha e é assalariado que ganha sei lá, 2000 ou 3000, ele gasta o dinheiro e sabe que no próximo mês vai ter o mesmo salário, o autônomo, ele precisa guardar o dinheiro, não pode gastar tudo que ganha, senão ele fica sem nada, por isso tem que ser planejado, sempre tem que fazer uma poupança.

Por isso, João fez questão de afirmar que planeja os seus gastos de acordo com o que ganha, no inverno “*quando o movimento tá fraco eu não venho de carro todo dia, venho de ônibus*”. Planejar significa antes de tudo racionalizar as condutas. São justamente as condições econômicas adquiridas por João, com a venda do camarão, que lhe permitem controlar o presente e planejar o futuro. Com a venda do camarão, João já conseguiu comprar uma casa no bairro de Brotas e um carro, Montanha da Chevrolet, que é utilizado para trabalhar e comprar o camarão nos criatórios de pesca do camarão. Além disso, paga INSS e tem plano de saúde, diferenciando-se completamente da média dos trabalhadores informais de Salvador.

Para João não basta apenas planejar para se “dar bem” num mercado de trabalho onde as pessoas têm que criar o seu próprio mercado, pois “*neste tipo de negócio você precisa arriscar pra ganhar alguma coisa, tem que arriscar, senão fica a vida descascando coquinho e não descasca coco, não sobe nunca na vida*”. Por isso, ele investe quase todo o lucro na compra do camarão no inverno para obter uma margem de lucro muito maior no verão, e assim, acumular. Em relação ao futuro, João declarou que pretende trabalhar por mais dois ou três anos para abrir um restaurante especializado em camarão, mas enquanto isso não acontece, ele continua mercando musicalmente o seu produto no Porto da Barra e pregando o seu axé:

Venho de branco pregando a paz e Oxalá é nosso pai, Iemanjá é minha sereia e as crianças brincam na areia. Iemanjá é minha sereia e as crianças brincam na areia. Ô timbalaiê é alegria, ô timbalaiê eu sou filho da Bahia, timbalaiê eu sou João, timbalaiê eu só vendo camarão.

A “alegria” do “filho da Bahia”, João que só vende camarão fez que com a trajetória deste vendedor ambulante ganhasse uma certa visibilidade pública através da mídia local, nacional e internacional:

Por causa do meu trabalho, minha alegria né, o pessoal faz umas materiazinha comigo, na verdade estas matérias até ajuda por que de qualquer modo vai divulgando, hoje em dia através do meu camarão sou conhecido no mundo inteiro, jornal do mundo inteiro já fez matéria comigo, TV Italiana, Americana, do Canadá já fizeram matéria comigo, pra mim é legal já fiz uns programas na televisão...

Além de ter participado alguns vezes de programas na televisão, de veiculação regional e nacional, João do Camarão recentemente recebeu um “cachê” de R\$ 250,00 por ter participação da gravação de um comercial sobre um prêmio de publicidade da TV Bahia, filiada da Rede Globo. Além disso, João é bastante prestigiado pelos artistas das bandas axé e de pagode de Salvador, sendo convidado pra cantar, ou se preferirmos, “fazer seu comercial” em cima dos trios elétricos durante o carnaval ou nas festas que são realizados durante o ano nas “agitadas” noites da capital baiana.

Ao avaliar a sua condição de trabalho, João explicita os motivos porque pretende continuar na atividade informal:

É maneira de você sobreviver né? O ser humano precisa sobreviver, cada um tem que se *virar* como pode, cada um tem que correr atrás do seu, Deus disse: faz por ti, que eu te ajudarei. É uma maneira de você vencer na vida, é o tipo da coisa, você já ganhou experiência e não quer mais emprego, e depois, eu vou arranjar mais emprego aonde, não tem mais emprego não, 51 anos vou arranjar emprego mais aonde, não arrumei quando era novo, vou arrumar agora depois de velho? No Brasil não tem emprego, mas tem trabalho, basta ser criativo. Se você for criativo, você já era..., agora tem que ser criativo, ter força de vontade, ser perseverante, acreditar no que você faz e acreditando no que você faz, você vai a qualquer lugar, você vai longe. Você pode vender picolé, de picolé você sobe, vai subindo de degrau em degrau até aonde você quer, basta ter fé né?

Os motivos apresentados por João para continuar na atividade informal são coerentes com a sua trajetória de trabalho, a trajetória de quem nunca teve oportunidade de trabalhar em

um emprego com carteira. Ao analisar a sua história de trabalho e a experiência acumulada nas sucessivas atividades informais desenvolvidas ao longo de sua vida, João sabe que precisará continuamente converter suas habilidades e atributos pessoais em formas criativas e inovadoras de trabalhar pra sobreviver. Ele sabe que faz parte do “Brasil que não tem emprego” e para fugir do estigma do “vagabundo” tem que “*se virar como pode...correr atrás do que é seu*”, pois esta é vocação de quem não tem emprego.

Para os agentes ideológicos do binômio empregabilidade/empreendedorismo, as palavras de João de Camarão se constituem como a evidência mais concreta do que venha a ser a empregabilidade, ou seja, a capacidade que o indivíduo tem de se ajustar às contínuas mudanças do mercado de trabalho e manter-se ocupado, pois esta é chave do sucesso do novo trabalhador demandado pelas empresas do século XXI. Mas, na essência as palavras de João nos oferecem elementos concretos que demonstram qual falacioso é o discurso empresarial da empregabilidade, que apresenta como se fossem inteiramente novas, qualidades e valores que fazem parte do *habitus* do trabalhador informal. Aliás, não é por acaso que escolhemos as trajetórias de Lúcia do Acarajé, Robertinho Baleiro e de João do Camarão, trata-se da história de trabalhadores informais que já estão nesta condição há muito tempo, as quais demonstram as habilidades e virtudes atribuídas ao novo trabalhador flexível, são para eles estratégias eficazes de sobrevivência encontradas para se manter na atividade.

5.5 Da continuidade indesejada a formalidade desejada: a ambivalência da condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais.

O percurso que fizemos neste capítulo inicia-se com uma caracterização dos trabalhadores que vivem do trabalho informal nas ruas de Salvador do século XXI, em seguida buscamos circunscrever a condição de trabalhador informal a partir dos motivos apresentados pelos entrevistados que justificam o ingresso na informalidade. Depois, tentamos demonstrar que as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores pesquisados são marcadas profundamente por riscos, incertezas e vulnerabilidade social. E por último, tendo como referência as trajetórias de “sucesso” de três trabalhadores informais de rua, procuramos apresentar uma crítica à noção de empregabilidade. Agora, ao chegarmos no último ponto deste percurso, tentaremos analisar a ambivalência da condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais a partir de suas perspectivas futuras em relação às suas trajetórias de trabalho.

Durante a pesquisa de campo, perguntamos aos 191 trabalhadores entrevistados se eles pretendiam continuar na atividade que exerciam. Segundo o dicionário Aurélio, **pretender** significa *aspirar a, desejar, querer*; sendo assim, 58% dos entrevistados afirmaram que **querem** continuar e 42% **não querem** continuar na atividade informal.

As justificativas apresentadas pelos trabalhadores que pretendem continuar indicam claramente quais são as propriedades estruturais que fazem do trabalho do informal uma condição permanente de trabalho. Através de suas respostas, os entrevistados buscavam encontrar as “razões” que explicasse a sua própria condição de trabalho, como se estivessem a se perguntar: “*por que estou aqui?*”. Para a maioria dos entrevistados que pretendem continuar a **falta de oportunidade de emprego (44,2%)**, principalmente por causa da crise

de desemprego do país, da idade e do nível de escolaridade, é o motivo capaz de explicar a permanência na atividade informal. Além deste motivo, 35,6% dos entrevistados pretendem continuar porque **estão satisfeitos com atividade que exercem**, pois é a forma (única!) que eles têm de garantir o sustento; e, 9,6% pretendem continuar porque **trabalha pra “si próprio”**. Diante destes motivos apresentados, podemos afirmar que a pretensão de continuar na informalidade antes de tudo é indesejada, bem como, expressa um processo de conformismo e desalento social dos trabalhadores informais que, ao avaliarem os seus atributos pessoais e/ou adquiridos e as suas respectivas chances de inserção no núcleo estruturado do mercado, tomam consciência de que a única alternativa que lhes restam para fugir do desemprego é se ocupar de uma atividade informal nas ruas da cidade de Salvador. Neste sentido, observa-se que os trabalhadores que querem continuar geralmente são os mais velhos e os menos escolarizados, ou seja, são os segmentos da população trabalhadora que estão em mais desvantagem no mercado de trabalho metropolitano.

Tabela 16		
Os motivos para continuar na atividade informal		
Porque pretende continuar na atividade atual	V.A.	% (*)
Falta de oportunidade de emprego	46	44,2
Está satisfeito (porque gosta, é a forma de garantir o seu sustento).	37	35,6
Trabalha pra "si próprio"	10	9,6
Outros	10	9,6
Total	104	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

* Foram consideradas apenas as respostas válidas.

Por outro lado, os motivos apresentados pelos entrevistados que não pretendem continuar na atividade expressam as insatisfações dos trabalhadores com uma condição de trabalho constituída de sobressaltos e incertezas quanto ao amanhã-próximo e ao futuro-

distante, fazendo com o que é “permanente” seja vivido sob o signo do “provisório”. Por isso, 59% entrevistados que não querem continuar por causa da instabilidade e insegurança da atividade informal de rua que exercem; 24,7% porque os rendimentos auferidos são insuficientes; 9,6% por causa do controle da Prefeitura e 6,8% porque o trabalho é cansativo. Como podemos observar todos estes motivos apresentados sintetizam os riscos, incertezas e a vulnerabilidade social a que estão submetidos aqueles vivem do trabalho informal de rua, conforme já discutimos na terceira seção deste capítulo.

Tabela 17

Os motivos dos entrevistados para não continuar na atividade informal

Porque não pretende continuar na atividade atual	V.A.	% (*)
Instabilidade / insegurança	43	58,9
Rendimento insuficiente	18	24,7
Controle da Prefeitura	7	9,6
O trabalho é cansativo	5	6,8
Total	73	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)
* Foram consideradas apenas as respostas válidas.

Ao correlacionarmos os motivos dos trabalhadores que *querem continuar* e dos que *não querem continuar* na informalidade, conclui-se que as justificativas apresentadas pelos entrevistados obedecem a uma mesma lógica de representação social do trabalho informal, ou seja, os motivos para continuar ou não na atividade informal se legitimam na negação da própria condição de trabalhador informal. Deste modo, é nas “*negatividades*” do trabalho informal que se afirmam os motivos para continuar, expressos na *falta de oportunidade de emprego*; ou para não continuar, *expressos na instabilidade e insegurança da atividade*.

“As negatividades” do trabalho informal também se explicitam nas respostas dos entrevistados sobre a seguinte questão: “você **gostaria** de mudar para um emprego com carteira assinada?” De acordo com o dicionário Aurélio, **gostar** quer dizer: tomar o gosto a;

provar; ter gosto ou prazer em. Era justamente este o sentimento que os entrevistados buscavam explicitar ao responderem afirmativamente à pergunta acima mencionada. Resposta que na maioria das vezes vinha acompanhada de expressões gestuais e verbais que tornavam mais enfático o “*gosto em provar*” de um emprego com carteira assinada, a exemplo *do brilho do olhar, do movimento repentino de braços e mãos seguidos da pronúncia rápida de uma frase curta: “claro que sim!”*.

De acordo com os dados da pesquisa de campo, 72% dos entrevistados gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada e 28% afirmaram que não gostaria de mudar. Os motivos declarados pelos trabalhadores que gostariam de mudar para um emprego com carteira demonstram muito bem como o estatuto do trabalho socialmente protegido, condensado simbolicamente na “carteira assinada”, se constitui como a principal expectativa subjetiva a compor o imaginário social da maioria dos trabalhadores informais. Dentre os motivos apresentados pelos entrevistados que gostariam de mudar para um emprego assalariado se destacam os seguintes: *ter direitos trabalhistas (44,2%); ter trabalho certo e seguro (20%); ter salário certo (14,2%); melhor renda (10,8%) e melhores condições de trabalho (5,8%)*.

Tabela 18

Os motivos dos entrevistados que gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada

Porque gostaria	V.A.	% (*)
Ter direitos trabalhistas	50	44,2
Trabalho certo e seguro	24	20,0
Ter salário certo	17	14,2
Melhor renda	13	10,8
Melhores condições de trabalho	7	5,8
Como segunda alternativa complementar a renda	4	3,3
Assistência médica	1	0,8
Livrar-se do controle da prefeitura	1	0,8
Total	120	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

* Foram consideradas apenas as respostas válidas.

Todos estes motivos apresentados não só expressam “as negatividades” do trabalho informal, como também indicam quais são as propriedades estruturais que possibilitam que a condição de trabalhador informal seja experienciada sob o signo do provisório. Para a maioria dos trabalhadores informais entrevistados, o sonho de ter um emprego com carteira assinada significa fundamentalmente a esperança de se tornar um cidadão portador de direitos, reconhecido socialmente através do trabalho, bem como, a possibilidade real de não ter a vida inscrita no “jogo do azar” ou do “aleatório”, e aprisionada no mundo de quem precisa inventar cotidianamente o seu mercado de trabalho para sobreviver. Portanto, as incertezas, riscos e inseguranças dos rendimentos e das condições de trabalho de quem vive das atividades informais nas ruas de Salvador se constituem como uma das propriedades geradoras de uma experiência de trabalho vivida no tempo e no espaço social sob a égide do provisório.

Por outro lado, os motivos dos entrevistados que *não gostariam* de mudar para emprego com carteira assinada revelam que nem todos que estão na condição de trabalhador informal vivenciam tal condição como sendo provisória, configurando-se como uma *condição permanente* de inserção na cartografia social do mercado de trabalho. Entre os motivos indicados pelos entrevistados, se destacam: *não quer patrão (31%); salário insuficiente (28,6%); desalento por idade (19%) e não se adaptaria ao emprego com carteira assinada (9,5%)*. Tais justificativas demonstram que no conjunto dos trabalhadores informais de rua da amostra estudada há uma pequena parcela que não acalenta nenhuma esperança de um dia ser um empregado com carteira assinada, pois sabem que as chances de inserção núcleo formal do mercado são mínimas, para não dizer nenhuma, bem como, têm plena consciência de que são portadores de um habitus do trabalho informal incompatível com as regras institucionalizadas e com a disciplina do trabalho assalariado.

Tabela 19
Os motivos dos entrevistados que não gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada

Porque não gostaria	V.A.	% (*)
Não quer patrão	13	31,0
Salário é insuficiente	12	28,6
Desalento pela idade	8	19,0
Não se adaptaria	4	9,5
Salário insuficiente e instabilidade no emprego	1	2,4
Melhoria do padrão de vida	1	2,4
Gosta do que faz	1	2,4
Desalento total	1	2,4
Desalento por qualificação	1	2,4
Total	42	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo CRH/UFBA (2001-2002)

* Foram consideradas apenas as respostas válidas.

Portanto, acredito que a condição de trabalhador informal nas ruas de Salvador é, na essência, uma condição de trabalho ambivalente, pois ela é *provisória e permanente* ao mesmo tempo. Tal ambivalência da condição do trabalhador informal de rua se expressa fortemente quando os sujeitos entrevistados são interpelados sobre as suas perspectivas futuras de trabalho. Ao apresentarem os motivos pelos quais *pretendem ou não continuar* na atividade informal; ou porque **gostariam ou não** de mudar para um emprego com carteira assinada, os entrevistados explicitam os elementos geradores das propriedades estruturais da condição provisória-permanente do trabalhador informal.

Em breves palavras, diria que a ambivalência da condição de trabalhador informal nas ruas de Salvador pode ser traduzida pelo binômio: *continuidade indesejada -formalidade desejada*. Eis a essência da condição “provisória-permanente” do trabalhador informal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nosso ver, as linhas finais desta dissertação devem trazer as marcas daquilo que aprendemos e acumulamos ao longo do percurso analítico-discursivo que construímos para responder ao problema de pesquisa explicitado na introdução.

Buscamos problematizar a condição “provisória-permanente” do trabalhador informal a partir de uma perspectiva teórica-prática que compreende o trabalho informal como processo resultante das transformações correlacionadas e interdependentes na esfera econômica e política da sociedade brasileira, circunscrito no quadro geral da “flexploração” do trabalho do capitalismo flexível.

O esforço analítico empreendido nesta dissertação tentou demonstrar que o **trabalho informal**, ou seja, *todas as formas e relações de trabalho não protegidas socialmente*, no contexto de reestruturação produtiva, de desestruturação do mercado de trabalho e “desertificação neoliberal” da sociedade brasileira na década, passa a ser a forma de integração da maioria da “classe que vive do trabalho” à cartografia do mercado de trabalho brasileiro. Assim sendo, observa-se que o trabalho informal que na década de 60 e 70 era considerado como uma situação transitória, fadada a desaparecer com o avanço e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, agora se tornou sinônimo do nosso moderno e flexível mercado de trabalho.

No quadro de desmonte da nossa “sociedade salarial incompleta”, o trabalho informal (leia-se o trabalho não protegido socialmente) configura-se como uma regra normativa do mercado flexível, onde se universaliza os valores e as características que sempre constituíram as tradicionais “*estratégias de sobrevivências*” dos trabalhadores informais para o conjunto da

classe trabalhadora, que agora são reapropriados pelo discurso ideológico do capital e personificados na figura do novo trabalhador do capitalismo flexível.

Tomando como unidade de análise empírica, a realidade social dos trabalhadores informais da cidade de Salvador que têm na rua o espaço privilegiado de trabalho através da oferta de bens e serviços à população em geral, buscamos entender como é engendrada a condição “provisória-permanente” do trabalhador informal.

Neste sentido, constata-se que frente ao processo de reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho metropolitano na última década, o trabalho informal passa a ser ocupado por homens e mulheres que foram expulsos do núcleo estruturado do mercado de trabalho; os quais para fugir do “fantasma” do desemprego fazem do trabalho nas ruas uma forma de permanente de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, a condição de trabalhador informal é experienciada sob o signo do provisório. Os achados da pesquisa indicam que a condição de trabalhador informal é ambivalente, pois é ao mesmo tempo provisória e permanente.

É permanente porque as possibilidades efetivas de inserção ou re-inserção no núcleo estruturado do mercado de trabalho tornaram-se mínimas no contexto de desregulamentação e flexibilização do trabalho, principalmente para os trabalhadores informais mais velhos e menos escolarizados. Sendo assim, o mundo do trabalho informal se configura como a única alternativa plausível para fugir do “estigma social” do desemprego e assegurar a reprodução dos homens e mulheres “sem-emprego”. Por outro lado, os riscos, as incertezas e a instabilidade das condições de trabalho nas ruas combinadas com a esperança de ter um emprego com carteira assinada fazem com que a condição permanente do trabalhador informal seja vivenciada sob o signo do provisório.

Portanto, podemos concluir que “*nestes tempos difíceis*” de desregulamentação, de precarização e flexibilização do mundo do trabalho, o **trabalho informal** entendido como

processo de informalização das relações de trabalho; tornou-se uma regra normativa do mercado de trabalho e o seu reverso, o trabalho social protegido (emprego) tornou-se uma exceção, logo, o que era provisório tornou-se permanente e o que era permanente se tornou provisório. Eis a comédia da modernidade brasileira!

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. A Importância dos Clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Maria Aparecida. **Setor informal ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. 2001. 156f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ANDRADE, Ana Lúcia. Comerciantes vão fechar Rua Coqueiro da Piedade: o protesto pretende chamar a atenção para a invasão de ambulantes não-licenciados. In: **A Tarde**, Salvador, 10.11.2004, p. 18

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2004.

AQUILLES, Haroldo. Do tempo da farmácia com “ph”: o lado romântico das profissões como o amolador de facas, taboqueiro e sorveteiro perde espaço na era da globalização. In: **A Tarde**, Salvador, 29.09.2003, p. 7.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo de prazo. In: **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.10, n. 1, p. 49-67, jul. 2000.

BAHIA.SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA BAHIA. **O gigante invisível**: estudo sobre o mercado de informal de trabalho na região metropolitana de Salvador. Salvador: SIC, 1983.

BALTAR, Paulo Eduardo Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvador. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

BARRETO, Theo da Rocha. **Informalidade e desemprego**: os mortos vivos da precarização do trabalho. Um estudo sobre as trajetórias dos trabalhadores informais e desempregados na RMS - no final do século XX. 2002. Projeto (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **A precarização do trabalho e da vida**: o trabalho flexível nas ruas de Salvador. Salvador. 2003. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **Informalidade e desemprego:** os mortos vivos da precarização do trabalho. Um estudo sobre as trajetórias dos trabalhadores informais e desempregados na RMS - no final do século XX. 2004. Exame de Qualificação - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BARROSO, Ari. Na baixa do sapateiro. Intérprete: Caetano Veloso. In: Caetano Veloso. **Livro**. São Paulo: Universal Music, 1997. 1CD (min.) Faixa 13.

BERLINCK, Manoel T. **Marginalidade social e relações de classes em São Paulo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

BORGES, Ângela. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social:** a região metropolitana de Salvador na década de 90. 2003. 374f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BORGES, Ângela; DRUCK, Graça. Flexibilidade e precarização: a desestruturação do mercado de trabalho e informalidade. In: **SEMINÁRIO “LAS NUEVAS FORMAS DE TRABAJO EMERGENTES EN AMÉRICA LATINA EN LA POST-NEOLIBERAL – CLASCO**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

BORGES, Ângela; FRANCO, Ângela. Economia informal da RMS: verdade e mitos. In: **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 9, n. 3. p. 63-116, dez. 1996.

BORGES, Ângela; FRANCO, Ângela. Mudanças de gestão: para além dos muros da fábrica. In: FRANCO, Tânia (org.). **Trabalho, riscos industriais e meio ambiente:** rumo ao desenvolvimento sustentável. Salvador: Edufba, 1997. p. 63-116.

BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90. In: **Bahia Análise&Dados**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 53-68, set./1997.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo:** estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

_____. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.

_____. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas (SP): Papirus, 2001.

CACIAMALLI, C. As Economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M., GIAMBIAGI, F. (org.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.121- 143, 1991.

_____. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, jun. 2000.

CALVACANTI, Clóvis; DUARTE, Renato. **O setor informal de Salvador:** dimensões, natureza, significação. Recife/Brasília: Fundaj/Ministério do Trabalho, 1980.

CARVALHO, Inaiá Maria. Urbanização, Mercado de Trabalho e pauperização no Nordeste brasileiro: uma resenha dos estudos recentes. In: **BIB**, n. 22, p. 3-25, 2º semestre, 1986.

CARVALHO, Inaiá M. M., SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Condições de emprego no estado da Bahia: possibilidades e limites de uma ação do Governo Estadual orientada para o chamado setor informal do mercado de trabalho. In: GOVERNO DA BAHIA. **Estudos sobre emprego e renda na Bahia**. Salvador: SETRABS/CRH: 1978.

CARVALHO, Inaiá M. M., SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; ALMEIDA, Paulo Henrique; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. In: **Tempo Social**, São Paulo, v.13, n.2, p. 89-114, Nov. 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social - uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CAZUZA. O tempo não pára. Intérprete: Cazuza. IN: CAZUZA. **O tempo não pára - Cazuza ao vivo**. São Paulo: Universal Music, 1988. 1 CD. Faixa 6.

DOMINGUEZ, Roberto. **Empregabilidade, pra que te quero?** [S.l./s.d.]. Disponível em: <<http://www.guiarh.com.br/p31.htm>> Acesso em: 29.11.2004.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico**. Salvador/São Paulo: Edufba/Boitempo, 1999.

_____. **Velhos e novos trabalhadores Informais: o trabalho nas Ruas em Salvador-BA**. Projeto Individual de Pesquisa-CNPq, mimeo. Salvador:CRH/UFBA, 2000.

_____. Qualificação, Empregabilidade e competência: mitos versus realidade. In: GOMES, Álvaro (org.). **O Trabalho no século XXI – considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo/Bahia: Anita Garibaldi/Sindicatos dos Bancários, 2001.

_____. **A Reforma sindical e trabalhista no contexto da flexibilização do trabalho**. Salvador, 2004. (mimeo).

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalho informal: um paralelo entre os trabalhadores de rua da cidade de Salvador no século XIX e no século XXI**. 2003. Projeto (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, Campinas.

_____. **Trabalho informal, sofrimento e alienação no século XXI: o trabalho nas ruas de Salvador**. 2004. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ESPINHEIRA, Gey. A cidade invisível e a cidade dissimulada. In: LIMA, Paulo Costa et al. **Quem faz Salvador**. Salvador: Edufba, 2002, p. 24-34.

FARIA, Vilmar. **Sistema urbano, estrutura urbana e marginalidade: o caso de Salvador**. São Paulo: CEBRAP, 1976.

FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional no desenvolvimento do capitalismo: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pbres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; PINTO, Eduardo Costa. Afinal, quem são os desempregados na RMS? In: SUPERITÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Emprego e desemprego**. Salvador: SEI, 2003, p.37-54.(Série Estudos e Pesquisas, n.62).

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Monoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, Mai./Ago. 2004.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. In: **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.25, nº 2, 1999. Disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252c.htm>> Acesso em: 21.10.2002.

GAZIER, Bernard. “L’employabilité: brève radiographie d’un concept em mutation.In: **Sociologie du travail**, n. 4, 1990.

GOMES, Edson; PAULO, Zé. Camelô. Interprete: Edson Gomes. In: GOMES, Edson. **Apocalipse**. São Paulo: EMI, 1997. 1 CD. Faixa 3.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Família, mercado de trabalho e estratégias no meio urbano. IN: **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p. 235-252, jul./dez.2002.

_____. Maturidade e experiência em atividades informais de baixa renda. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 389-404, Set./Dez. 2004.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Reestruturação sistêmica e mobilidade predatória: destino de trabalhadores em espaços sociais sob intensa mudança. In: LIMA, Paulo Costa et al. **Quem faz Salvador**. Salvador: Edufba, 2002, p. 269-285.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

HIRATA, Helena. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, Alípio (org.). **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: Educ, 1997.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT/Fundação Perseu Abramo., 2000. Coleção Brasil Urgente.

JELIN, Elizabete. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional: o caso de Salvador. In: **Estudos do CEBRAP**, São Paulo, n.9, p. 53-78, 1974.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAUTIER, Bruno. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 18, p. 5-48, jan/jun.1993.

_____. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia Informal. In: **Contemporaneidade & Educação**, Campinas, Ano II, n. 1, p. 58-92, Maio,1997.

LEITE, Márcia Paula. Qualificação, desemprego e empregabilidade. In; **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./mar. 1997.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria José. Trabalho flexível e o novo informal. In: **Caderno CRH**, Salvador, n.37, jul./dez. 2002.

LPOES, Juarez Brandão. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1968.

LOPES, José Sérgio et. al. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. 1971. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. In: LOPES, José Sérgio et al. **Mudança social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. In: **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 269, p.31-34, 1993.

_____. Informalidade e crise econômica. In: **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 228, p.10-13, 1996.

_____. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

MACHADO DA SILVA, Luis Antonio; CHINELLI, Filippina. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual. In: **Contemporaneidade & Educação**, Campinas, v.2, n. 1, p. 24-45, Mai.1997.

MALUGUTI, Manoel L. **Crítica à razão Informal** – a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARX,K & ENGELS F. **A Ideologia alemã**. Lisboa/ São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1976, vol.I.

MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder. Petrópolis (RJ): Vozes,1990.

_____. **O 18 Brumário e as cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, Livro primeiro, vol. I e II.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. Sociedade escravista e mercado de trabalho: Salvador-Bahia, 1850-1868. In: **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.10, n. 1, p.12-20, jul. 2000.

MENEZES, W.F., BARRETO, R. M. CARRERA-FERNANDEZ, J. A escolha profissional após a demissão: a experiência do Pólo Petroquímico de Camaçari. In: **Revista ABET**, v.1, n. 1, nov.2001.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade: como ter trabalho e remuneração sempre**. São Paulo: Edito Gente, 1995.

MORAES, C. Emprego ou empregabilidade. **Revista Encaro Brasil**, n. 171, p.53-57,1998.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003.

NUN, José. Superpopulación relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. In: **Revista Latinoamericana de Sociologia**, v. 5, n. 2, julho, 1969.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica a razão dualista. In: **Estudos do CEBRAP**, São Paulo, n.2, 1972.

_____. **Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

_____. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003b. (Coleção História do Povo Brasileiro).

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **A condição provisória-permanente dos trabalhadores informais: uma análise das estratégias de empregabilidade no processo de informalidade da cidade de Salvador**. 2002. Projeto (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **A “Desestabilização dos estáveis” do pólo petroquímico de Camaçari nos anos 90**. 2003. 116f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PAIVA, Vanilda. **Qualificação, competências e empregabilidade no mundo pós-industrial**. [S.l./s.d]. Disponível em: <<http://www.alast.org/PDF/Gallart/EyTS-Paiva.PDF>> Acesso em: 29.11.2004.

PAIVA, Vanilda; POTENGY, Gisélia; CHINELLI, Filippina. Qualificação e inserção alternativa no mundo do trabalho. A sociologia do trabalho para além da fábrica. In: **Novos Estudos do CEBRAP**, n. 48, p. 121-142, julho, 1997.

PAOLI, Maria Célia. **Desenvolvimento e marginalidade**: um estudo de caso. São Paulo: Pioneira, 1974.

PENSCHI, Ricardo Antonio. **A farsa da empregabilidade**. [S.l.]. 2003. Disponível em: <<http://www.economiabr.net>> Acesso em: 29.11.2004.

POCHMANN, M. **O trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

QUIJANO, Aníbal. **Notas sobre el concepto de marginalidad social**. Santiago: Cepal, - Divisão de Assuntos Sociais, 1966.

REIS, João. O jogo duro do dois de julho: o partido negro da independência da Bahia. In: REIS, João; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: resistência negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1889.

SAINT-EXUPÈRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. 11ª ed. Rio de Janeiro: agir, 1964.

SANTANA, Marcelo. Mudanças nas formas de inserção da população ocupada na Bahia nos anos 1990. In: SUPERITÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Panorama social da Bahia nos anos 1990**. Salvador: SEI, 2003, p.45-63.(Série Estudos e Pesquisas, n.59)

SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do gênesis**: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, 2000.

SARSUR, Amyra Moyzes; MENDES, Lucas Sodré. **Para a falta de emprego, empregabilidade?** [S.l/s.d.]. Disponível em : <http://www.angrad.com/cientifica/artigos/artigos_enangrad/enangrad_8.asp> Acesso em: 21.10.2002.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SHIROMA, Eneida Oto, CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.18, n. 61, p. 13-35, Dez. 1997.

SILVA, Edelzita dos Anjos; PEREIRA, Rosa Maria Viana. O emprego do COPEC: algumas considerações. In: **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador, v.3, n. 8/9, p. 03-09. Set./Dez. 1986.

SILVA, Patrícia Pugliesi. **A nova informalidade na região metropolitana de Salvador**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Fabiano Barbosa G. da. **Empregabilidade você a possui?** [S.l.], 2004. Disponível em: <<http://www.boasideias.com.br/gestao/adm/rh/empregabilidade.html>> Acesso em 29.11.2004

SINGER, Paul et al. **Emprego, produção e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: CEBRAP, 1976.

SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrutural: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

SORJ, Bila. Vendedores ambulantes: invisibilidade sociológica. In: **Tempo e Presença, Rio de Janeiro**, v. 15, n.º 269, p.41-43, 1993.

_____. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 15, n. 43, jun. 2000.

SOUZA, Donaldo Bello de; SANTANA, Marco Aurélio; DELUZ, Neise. **Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

SOUZA, Laumar Neves. Formalização na RMS: é ou não o fim da precarização? In: SUPERITÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Emprego e desemprego**. Salvador: SEI, 2003, p.93-109. (Série Estudos e Pesquisas, n.62)

SOUZA, Laumar Neves; SAMPAIO RODARTE, Mário Marcos; FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. Gênero e mercado de trabalho na grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. In: **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p. 181-215, jul./dez. 2002.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. **Velhos trabalhadores em velhas atividades: a trajetória de feirantes de Água de Meninos - São Joaquim**. 2005. 120f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SUERDIECK, Flávia Santana Rodrigues. Características e tendência da oferta da mão de obra na Bahia nos anos 1990. In: SUPERITÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Panorama social da Bahia nos anos de 1990**. Salvador: SEI, 2003, p.25-44. (Série Estudos e Pesquisas, n.59).

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania - dilemas do Brasil contemporâneo. In: **Caderno do CRH**, Salvador, n.19, p.8-21, jul./dez. 1993.

_____. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001a.

_____. A Cidade e o Trabalho. In: **Cadernos Lê Monde Diplomatique**, São Paulo, Especial n.2, p. 34-37, jan. 2001b. Disponível em <www.polis.org.br/publicacoes/artigos/veradiplo.html> Acesso em: 01.09.2004

THOMPSON, E. **A miséria da teoria** – ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Louis Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Manual do entrevistador:** pesquisa emprego e desemprego da região metropolitana de Salvador. Salvador: UFBA/SEI, 2003.

VIANA, Ângela Ramalho. Estratégias de sobrevivência em um bairro pobre de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.